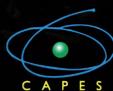


Paulo Eduardo Teixeira
Antonio Mendes da Costa Braga
Rosana Baeninger
(Org.)

Migrações

implicações passadas, presentes e futuras



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

MIGRAÇÕES

PAULO EDUARDO TEIXEIRA
ANTONIO MENDES DA COSTA BRAGA
ROSANA BAENINGER
(ORG.)

MIGRAÇÕES:
IMPLICAÇÕES PASSADAS,
PRESENTES E FUTURAS

Marília
2012



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Diretora:

Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita

Vice-Diretor:

Dr. Heraldo Lorena Guida

Copyright© 2012 Conselho Editorial

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Ana Maria Portich

Antonio Mendes da Costa Braga

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Maria Rosângela de Oliveira

Mariângela Braga Norte

Neusa Maria Dal Ri

Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - campus de Marília

M636 Migrações : implicações passadas, presentes e futuras / Paulo Eduardo Teixeira, Antonio Mendes da Costa Braga, Rosana Baeninger (org.). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2012.

368 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7983-267-3

DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-267-3>

1. Migração – História – Séc. XVIII-XX. 2. Migração internacional. 3. Migração interna. I. Teixeira, Paulo Eduardo. II. Braga, Antonio Mendes da Costa. III. Baeninger, Rosana.

CDD 304.8

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora Unesp

SUMÁRIO

Apresentação	7
--------------------	---

PARTE I - QUESTÕES TEÓRICAS

Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos <i>Marilda Aparecida de Menezes</i>	21
--	----

A Contribuição da Categoria de Habitus Para a Reflexão Sobre a Migração Internacional <i>Aparecida Amorim</i>	41
--	----

PARTE II - MIGRAÇÕES PASSADAS: SÉCULOS XVIII AO XX

Processos Migratórios na Formação do Interior Paulista (Campinas: 1774-1877) <i>Paulo Eduardo Teixeira</i>	61
--	----

Imigração Internacional e Dinâmica Demográfica no Tempo do Café <i>Maria Silvia C. B. Bassanezi</i>	85
--	----

Política Imigratória e Imigração Italiana no Pós-Segunda Guerra Mundial: Perfil das Entradas e Trajetórias <i>Maria do Rosário Rolfsen Salles; Sênica Regina Bastos</i>	121
---	-----

Mulheres que Migram Solteiras: Aspectos da Migração Interna Feminina no Brasil, 1981/1991 <i>Maria de Fátima Guedes Chaves</i>	147
--	-----

PARTE III - MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS INTERNAS

Territórios da Migração na Cidade de São Paulo: Afirmação, Negação e Ocultamentos <i>Oclair da Cruz Paiva</i>	167
Sair para o Café: uma Etnografia do Processo Migratório em Famílias Camponesas <i>Verena Sevá Nogueira</i>	187
As Implicações da Migração Temporária para as Comunidades de Origem dos Cortadores de Cana <i>Juliana Biondi Guanaís</i>	209
O Que Se Leva, O Que Se Traz: Fluxos Migratórios e Fluxos de Mercadorias entre o Interior do Piauí e a Cidade de São Paulo <i>Antonio Mendes da Costa Braga</i>	233

PARTE IV - MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS INTERNACIONAIS

A Diáspora Chinesa na Fronteira Brasil/Paraguai: Fluxos Globais e Dinâmicas Locais de um Processo Migratório em Transformação <i>Rosana Pinheiro-Machado</i>	257
Os Dois Lados da Fronteira: Imigração Boliviana, Gênero e o uso Estratégico dos Espaços <i>Roberta Guimarães Peres</i>	279
A Segunda Geração de Latino-Americanos em São Paulo: Primeiras Análises <i>Gabriela Camargo de Oliveira; Rosana Baeninger</i>	311
Os Processos de Mobilidade Espacial dos Guarani e os Desafios para as Políticas Públicas na Região Fronteiriça Brasileira <i>Rosa Sebastiana Colman; Marta Maria do Amaral Azevedo</i>	331
Encontros e Desencontros Culturais na Migração Internacional: Brasil-Japão <i>Lili Kawamura</i>	347

APRESENTAÇÃO

Fenômeno dos mais relevantes seja na perspectiva histórica quanto na contemporaneidade, as migrações têm despertado estudos tanto a partir de interesses locais, nacionais, quanto internacionais. Amplas redes de pesquisadores, centros, núcleos, grupos e projetos de pesquisa vêm se dedicando ao tema, procurando avançar no que se refere à interlocução com diferentes partes dessas redes de pesquisa. E é no intuito de avançar e solidificar essas interlocuções que foi realizado o *I Seminário Migrações e Cultura*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP Campus Marília.

Este evento demonstrou uma continuidade das interlocuções acadêmicas que vem sendo mantidas pelos pesquisadores do PPGCS-FFC, UNESP, junto a GTs e/ou grupos de pesquisa de outras instituições, sendo os casos mais relevantes o Núcleo de Estudos de População (NEPO, Unicamp, SP) por meio do Projeto Temático “Observatório das Migrações em São Paulo” (FAPESP) e o Centro de Estudos Rurais (CERES, IFCH, Unicamp, SP).

O livro que ora é apresentado demonstra boa parte dos resultados apontados pelo I Seminário de Migrações e Cultura, ressaltando seu aspecto interdisciplinar posto que o evento envolveu pesquisadores de diferentes

áreas, como sociólogos, antropólogos, historiadores, geógrafos, cientistas políticos, demógrafos, economistas. Enfim, trata-se de uma publicação que visa trabalhar com a temática das migrações sobre diferentes perspectivas em diálogo, e por isso pautada nas implicações passadas, nas discussões presentes e nas projeções futuras. Os textos são assinados por alguns pesquisadores de notório renome e produção dentro do tema em debate, como também abre espaço para jovens pesquisadores, doutorandos que virão a consolidar ainda mais este importante campo de estudo.

Como organizadores esperamos que este livro contribua para alargar as fronteiras do diálogo acadêmico, permitindo uma reflexão que nos aproxime dos muitos migrantes que nos rodeiam. Em consonância com aquele Seminário, a temática das migrações é também o principal ponto comum, o elemento central a aproximar os autores e os artigos deste livro. Um tema comum que, como o leitor poderá constatar, pode ser abordado de diferentes perspectivas dentro das ciências humanas. Perspectivas essas que, se por um lado, apresentam especificidades (e mesmo algumas divergências), por outro mostram afinidades, possibilitam diálogos e – em certos momentos – complementaridades.

Portanto, umas das chaves de leitura através da qual podemos abordar esses artigos em seu conjunto é a de procurar perceber as peculiaridades, conexões, diferenças e convergências relativas às temáticas das migrações, quando abordadas de perspectivas específicas como as da demografia, antropologia, história, sociologia ou economia.

Neste sentido, uma das possíveis contribuições dessa coletânea de textos é por um lado apontar para aquilo que é significativamente pertinente ao fenômeno das migrações. E de outro revelar, ainda que de forma indireta, algumas das contribuições específicas dessas áreas para a temática em questão.

Tendo por referencia essa perspectiva apontada acima, na concepção desta coletânea foram levados em consideração dois escopos:

1. Convergir artigos que tanto abordam o fenômeno das migrações numa perspectiva histórica, diacrônica (o que implica, por exemplo, chamar a atenção para a dimensão processual do fenômeno), quanto artigos que adotam uma perspectiva mais sincrônica, assim como artigos

voltados para suas formas mais atuais (o que implica analisar e refletir sobre as características e os desafios que as migrações apresentam para as sociedades contemporâneas);

2. Pensar tanto nas migrações internas, quanto nas internacionais. Na composição da coletânea buscou-se evitar uma maior ênfase a uma ou outra. Ou seja, há aqui o intuito de se evitar que as migrações internas e internacionais sejam tratadas como temas distintos dentro de uma temática maior. Busca, em suma, as proximidades e semelhanças (sem negligenciar as diferenças). Tanto que inclui, em alguns momentos, a possibilidade de pensarmos em termos de complementaridades e na presença de elementos estruturais comuns entre migrações internas e internacionais.

No que se refere à disposição dos artigos ao longo do livro, buscamos oferecer um pequeno ordenamento do mesmo, adotando o seguinte critério: começamos pelos textos com viés teórico, passamos por aqueles que fazem uma abordagem histórica e – por fim – apresentamos os que remetem ao tema das migrações a partir de casos e fenômenos contemporâneos.

É preciso, contudo, estar atendo que quase todos os textos apresentam elementos teóricos e empíricos com maior ou menor intensidade. Logo, a disposição dos artigos adotada neste livro é uma das possíveis. E, sendo assim, isso não implica em definir de forma restritiva os textos entre textos teóricos e empíricos, históricos, contemporâneos. Desta forma reafirmamos o que já foi colocado anteriormente: há uma possibilidade de diálogo latente, e às vezes mais explícito, entre esses artigos. E se o leitor levar isso em consideração, tornará sua leitura ainda mais proveitosa.

O livro está organizado em quatro partes: A Parte I – Questões Teóricas apresenta dois capítulos que visam oferecer elementos de discussão e subsídios teóricos e metodológicos aos estudiosos dos processos migratórios. A Parte II – Migrações Passadas séculos XVIII ao XX destaca quatro estudos que visam entender as migrações em diferentes contextos históricos, quer sob a égide temporal ou local. A Parte III – Migrações Contemporâneas Internas lança o olhar sobre as migrações em quatro capítulos, destinados a oferecer

estudos de casos que demonstram a complexidade do fenômeno migratório. Finalmente, a Parte IV – Migrações Contemporâneas Internacionais contempla cinco capítulos dedicados ao tema das migrações internacionais vistas como resultados de diferentes processos, porém todos vinculados aos brasileiros, como estrangeiros no Japão ou ainda como descendentes de bolivianos ou peruanos em São Paulo.

Quanto ao primeiro artigo *Migrações e Mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos*, de Marilda Menezes, trata-se daquele que assume um viés mais teórico. Para ser mais preciso, Menezes procura problematizar conceitos e tipologias presentes na ampla e relevante produção acadêmica sobre as migrações no Brasil, notadamente as das áreas rurais para as áreas industriais. Para tanto ela elege importantes estudos que tratam da temática dentro do período de 1930-1970 (como os de Eunice Durham, Brandão Lopes e Paul Singer), passando pelas pesquisas dos anos 70 e 80 (como os de Garcia Junior, Klass Woortmann, e suas próprias pesquisas neste período). Partindo dessa leitura crítica, Menezes passa a considerar as transformações pelas quais passaram a sociedade brasileira até a primeira década do século XXI. E considerando essas transformações, busca problematizar ideias já consolidadas e tipologias de migrações, pontuando alguns novos conceitos propostos pela literatura recente. E nesta direção, procura compreender o caráter de mobilidade das migrações contemporâneas, refletir sobre questões tais como: quais foram as explicações dadas para as migrações? O que há de novo nas rotas migratórias? Quais são os limites e impossibilidades das velhas categorias? Que novas categorias estão sendo propostas?

O artigo de Aparecida Amorim *A contribuição de Habitus para a Reflexão sobre a Migração Internacional*, por sua vez, tem como referência sua pesquisa sobre dinâmicas migratórias em Governador Valadares, Minas Gerais. Pesquisa esta onde, mais especificamente, ela busca entender como o contexto migratório pode alterar as categorias de percepção e ação internalizadas pelos migrantes, assim como as relações entre mulheres e homens no interior de suas famílias. Nesta perspectiva, o artigo de Amorim é uma reflexão e análise sobre – até que ponto e de que forma – o conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu ajuda a pensar esse problema apresentado acima, assim como a questão do impacto da migração internacional na vida

dos homens e mulheres partícipes desses processos. E de forma mais direta, tendo em vista seu objeto de pesquisa, a autora busca analisar de que forma a inserção dos valadarenses no processo migratório internacional para os Estados Unidos afeta ou pode vir a interferir as relações estabelecidas entre casais, com manutenções e/ou transformações do(s) *habitus* em jogo.

O artigo de Paulo Eduardo Teixeira *Processos Migratórios na Formação do Interior Paulista (Campinas: 1774-1877)* abre a segunda parte do livro, trazendo um texto sobre o papel da migração no povoamento de São Paulo. Baseado em dados de pesquisa que vem sendo realizada pelo próprio autor e parte da premissa de que a mobilidade geográfica e espacial das sociedades do século XIX e anteriores podem ser estudadas e analisadas pelos métodos da demografia histórica e pela existência de informações sobre a naturalidade que consta em alguns documentos fundamentais para o conhecimento de sociedades do passado. Notadamente as *Listas Nominativas de Habitantes* e os *Registros Paroquiais de Casamento*.

No caso específico estudado pelo autor ele aborda como se deu o povoamento de Campinas, São Paulo, identificando – via análise das *Listas Nominativas* e *Registros Paróquias* – como ocorreu esse processo e quais suas características em diferentes momentos – período da Freguesia (1774-1799), da Vila (1800-1850) e Cidade (1850-1877). E, ao analisar esse processo, através do caso de Campinas, o autor possibilita ao leitor ver como se dão certos padrões de desenvolvimento demográfico e como os mesmos são afetados por condicionamentos políticos, econômicos, geográficos e ecológicos.

Considerando os impactos que a migração internacional entre as últimas décadas do século XIX e os 1930 tiveram para o Estado de São Paulo, Brasil, Maria Silvia Bassanezi no artigo *Imigração internacional e dinâmica demográfica no tempo do Café*, procura demonstrar como essa dinâmica populacional ocorreu em consonância com as transformações relativas aos processos socioeconômicos e político-institucionais vigentes.

Bassanezi, para fundamentar suas conclusões, analisa uma grande variedade de indicadores demográficos relativos ao Estado de São Paulo. Análise que a leva a considerar que São Paulo recebeu grande contingente migratório e apresentou baixas taxas de natalidade e mortalidade, quando

comparado com outros Estados brasileiros. Aspecto este que teve na imigração internacional um componente importante, com choques na dinâmica demográfica e do ritmo de crescimento paulista no período em questão. Impactos e processos esses que, como demonstra a autora, não foi homogêneo em todo o Estado de São Paulo e que estiveram articulados ao desenvolvimento socioeconômico mais amplo e à eventos de caráter conjuntural (tais como crise econômica, epidemia, guerra).

O artigo *Política migratória e imigração italiana no Pós Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias*, de Maria do Rosário Salles e Sênia Bastos, busca focalizar a política migratória brasileira e internacional a partir da retomada da imigração no Pós Segunda Guerra Mundial. Mais especificamente o artigo centra-se no tratamento de dados relativos à entrada de imigrantes italianos no Brasil entre 1950 e 1980. Para tanto as autoras se valem de dados, relativos ao período de 1947-1980 e que foram organizados por Salles, Sakuri e Paiva (2008) e se encontram disponíveis no Memorial do Imigrante, em São Paulo, SP. Ao focalizarem um universo específico de imigrantes, as autoras terminam por demonstrar de forma muito precisa como ocorreu uma retomada do fluxo migratório italiano no Pós Segunda Guerra (ainda que menores que os fluxos portugueses e espanhóis) e que dentre esses imigrantes havia uma forte presença de mão de obra mais qualificada, que por sua vez estava articulado às demandas e transformações no mercado de trabalho paulista no período em questão, quer na capital ou no interior.

O estudo da migração feminina em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco foi abordado por Fátima Chaves de modo a desvelar o caráter seletivo do processo. Analisando os fluxos migratórios das mulheres a partir do Censo de 1991, foi possível construir a variável “estado conjugal ao migrar”. Essa abordagem possibilitou relacionar a migração com os diferentes estágios do ciclo vital que, de acordo Bruschini (1998), interferem com maior peso na vida das mulheres, em função dos múltiplos papéis assumidos por elas em certas etapas e se mostrou importante para elucidar aspectos da dimensão familiar e individual da migração feminina, que lhe permitiu um estudo detalhado da condição feminina, envolvendo aspectos ligados a nupcialidade. Em sua conclusão, a autora constata que a

participação de solteiras não é irrelevante, embora a figura feminina esteja também associada aos processos migratórios familiares.

Abrindo a terceira parte do livro, Odair da Cruz Paiva, no artigo *Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação, ocultamentos e paradoxos*, propõe discutir alguns elementos da relação entre os processos migratórios e a constituição de territórios da migração, decodificando suas aproximações e diferenças. A análise dessa relação abre caminho para inserir na pauta dos estudos de migração o fato da constituição destes territórios enquanto uma expressão ambígua da afirmação e da negação da condição migrante.

Em *Sair para o café: uma etnografia do processo migratório em famílias camponesas* a antropóloga Verena Seva Nogueira analisa o deslocamento de trabalhadores rurais que moram no município de Aracatú, BA, e que vão trabalhar em fazendas de café em Campinas, SP.

Como o próprio título do artigo indica, a autora procura analisar e descrever etnograficamente os deslocamentos de aracatuenses que vão trabalhar em lavouras de café no Estado de São Paulo. Neste caso, compreendendo que os migrantes aracatuenses tendem a realizar dois tipos fundamentais de deslocamentos espaciais (deslocamentos de caráter temporário para o trabalho na colheita do café e os deslocamentos para médios e grandes centros urbanos) no texto para esta coletânea Verena Nogueira dedica sua análise ao que ela denomina de *sair para o café para ganhar a vida*.

Considerando que esse *sair para o café* é uma prática fundamental na vida de muitos moradores de Aracatú a autora procura demonstrar que o tempo de *sair para o café* nas lavouras paulistas tem implicações na organização do trabalho nas *fazendas de Aracatú (dado que a realidade local passa a depender das saídas e retornos para o café)* e em outras dimensões do tempo e da vida social desses migrantes.

A autora, analisando desde como se dá o arregimentamento para a o café, quanto a vida e a lida no café, nos leva a perceber que os impactos desse tipo de deslocamento migratório tem profundas implicações na vida camponesa em questão. São os casos, por exemplo, do uso de trabalho assalariado e do trabalho temporário em fazendas de café no Sudeste.

Porém, um dos aspectos fundamentais do texto de Verena Nogueira é nos levar a perceber que mesmo existindo essas implicações, ainda se mantém uma lógica camponesa a reger essas realidades sociais e a serem reproduzidas nesse processos migratórios realizados por esses aracatuenses.

No artigo *As implicações da migração temporária para as comunidades de origem dos cortadores de cana*, de Juliana Biondi Guanais, a autora procura demonstrar que tipo de relação existe entre o dinheiro obtido a partir da migração temporária e a melhoria material das comunidades de origem dos migrantes rurais que vão trabalhar no corte da cana na Usina Açucareira Ester S.A. (localizada em Cosmópolis, interior de São Paulo).

Para tanto Guanais articula análises de perspectivas sociológicas com descrições de caráter mais etnográficos referentes à pesquisa de campo que ela realizou entre os anos de 2008 e 2010. Mais precisamente no seu artigo ela procura mostrar quem são essas pessoas que vão trabalhar nas usinas, de onde partem, para onde vão e o que as motiva a deslocarem-se para o corte de cana. E, de forma mais densa, a autora analisa a prática do pagamento por produção e a relação entre o dinheiro obtido a partir do assalariamento temporário nas usinas e a melhoria material das e nas comunidades de origem dos trabalhadores migrantes.

Em suma, uma importante contribuição do artigo de Juliana Guanais está em nos mostra como – em contraste com condições de trabalhos não raro precárias em que se encontram os cortadores de cana - o assalariamento (usualmente através do pagamento por produção) tanto pode ser uma forma fundamental para a sobrevivência de muitas famílias de migrantes camponeses do Nordeste ou norte de Minas Gerais, quando pode em muitos casos representar importante fonte de recursos que implicam em visíveis melhoras de vida e acesso a bens de consumo outrora inacessíveis. O que nos ajuda a compreender em parte a lógica que move este tipo de deslocamento migratório.

No artigo *O que se leva, o que se traz: fluxos migratórios e mercadorias entre o interior do Piauí e a cidade de São Paulo*, o antropólogo Antonio Braga analisa o ir e vir de pessoas entre o interior do Piauí (microrregião de São Raimundo Nonato) e a cidade de São Paulo, focando os deslocamento de

mercadorias entre essas duas localidades geográficas unidas por um contínuo fluxo e contra-fluxo de migrantes a deslocarem-se de um lugar para outro.

Partindo da noção de mercadorias proposta por Arjun Appadurai em *A Vida Social das Coisas* (2008), Braga procura demonstrar que há um intenso fluxo migratório entre a microrregião de São Raimundo Nonato e a cidade de São Paulo e que esse fluxo consegue se manter intenso através de expressivas e intensas redes sociais à vincular os *piauienses* “daqui e de lá”, isto é, aqueles migrantes piauienses que residem em São Paulo e seus familiares, parentes e amigos que vivem no Piauí.

Segundo Braga, entre a última década do século XX e a primeira do século XXI, vem se observando um tipo de migrante que está em contínuo fluxo, intercalando períodos em que reside no Piauí e outros em São Paulo. Esses migrantes em fluxo e contra-fluxo são a parte mais visível e expressiva do intenso deslocamento de pessoas entre o interior do Piauí e São Paulo. Um deslocamento que ele, em seu artigo, procura demonstrar que não é só de pessoas, mas também de mercadorias. Mercadorias que podem ter formas e significados diferentes se são deslocadas de São Paulo para o Piauí, do Piauí para São Paulo. Mas que são fundamentalmente relevantes para estabelecer, alimentar, celebrar e, muitas vezes, ritualizar os vínculos dos “daqui com os de lá”, no ir e vir de migrantes entre o interior do Piauí e São Paulo, São Paulo e o interior do Piauí.

A quarta e última parte do livro apresenta o estudo de Rosana Pinheiro Machado, intitulado *A diáspora chinesa na fronteira Brasil/Paraguai: fluxos globais e dinâmicas locais de um processo migratório em transformação*. Este estudo etnográfico realizado entre 2003-2006, na *Ciudad del Este*, propôs considerar quatro pontos: o primeiro, a diáspora chinesa e como a mesma chegou à fronteira Brasil-Paraguai, formando uma comunidade de características singulares; o segundo analisa-se a ideia de autocentramento, que ocorre entre os imigrantes e o papel da família no contexto migratório e de negócios; o terceiro aspecto discute-se os pequenos dramas cotidianos advindos das relações interétnicas entre chineses, brasileiros e paraguaios; e finalmente, apresentam-se as consequências do processo fiscalizador contra o contrabando e a pirataria que começou a se fortalecer nos anos 2000 e as consequências disso para o planejamento de novos movimentos migratórios.

Roberta Guimarães Peres, em *Os dois lados da fronteira: imigração boliviana, gênero e o uso estratégico dos espaços*, estuda a migração feminina boliviana para Corumbá – Mato Grosso do Sul, através de seus condicionantes – tanto na origem quanto no destino – e dos impactos e especificidades observadas neste fenômeno, além do uso estratégico de recursos dos dois lados da fronteira. Um dos focos do trabalho, pautado em pesquisas de campo e dados demográficos, visa revelar as estratégias que as mulheres usam para migrar, e que envolvem, por exemplo, o planejamento de seu ciclo de vida, e a ação de redes “solidárias” essencialmente femininas.

A segunda geração de latino-americanos em São Paulo: primeiras análises, de Gabriela Camargo de Oliveira e Rosana Baeninger, remete a um projeto que identifica e analisa os descendentes de argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios, peruanos e uruguaios que residem em São Paulo, especificamente, os da segunda geração. O conceito de segunda geração entendido no texto parte de uma discussão, proposta por Kazinitz, Mollenkopf e Waters (2004), sobre assimilação segmentada. Sob essa perspectiva, a interação dos imigrantes na sociedade que os acolhe apresenta formas específicas no decorrer das gerações descendentes, desse modo, provocando maneiras diversas de convívio entre os descendentes de imigrantes com a sociedade em que vivem. Para Porte e Zhou (2005), a “nova segunda geração” estaria vivendo um conflito de adaptação de ordem tanto cultural como social, ou seja, – entre a pressão dos pais para que mantenham laços fortes com a comunidade étnica de origem e os desafios para ingressar num mundo não familiar e frequentemente hostil.

O artigo conclui que, ao levar em conta a questão dos filhos dos imigrantes, o volume das populações de imigrantes foi grandemente ampliado, demonstrando a importância da segunda geração para entender a dinâmica do grupo em questão. Portanto pode-se inferir que, ao restringir os estudos migratórios apenas a questões relacionadas à primeira geração, empobrece-se o entendimento das comunidades migrantes e do fenômeno migratório em si.

O texto de Rosa Colman e Marta Azevedo, *Os processos de mobilidade espacial dos Guarani e os desafios para as políticas públicas na região fronteira brasileira*, revela alguns resultados da pesquisa que é realizada no âmbito do projeto Localização dos Guarani no Mercosul, e partiu da

necessidade de estudo sobre a mobilidade desse grupo em três países, em virtude de importante crescimento populacional dos Guarani nos últimos 30 anos, período em que a população praticamente dobrou de tamanho.

Para o Estado brasileiro, os tipos de modalidade espacial impactam diretamente na implantação dos direitos dos povos Guarani relativos à documentação, educação, terra e saúde. Muitos alunos chegam a Caarapó (Mato Grosso do Sul) – um dos lugares pesquisados – mas não conseguem vagas em escolas por conta da documentação incompleta. Se os Guarani atravessam fronteiras entre países, a questão da documentação fica ainda mais complicada. As perspectivas da pesquisa incluem o aprofundamento do estudo em Caarapó, replicar a metodologia para outras aldeias, disponibilizar o banco de dados nos telecentros das aldeias e oferecer subsídios para políticas públicas articuladas.

Artigo de Lili Kawamura encerra esta coletânea. Trata-se de texto baseado na palestra que inaugurou o I Seminário de Migrações e Cultura, razão pela qual ela intitulou o mesmo de *Encontros e Desencontros culturais na migração internacional Brasil – Japão*. A ideia de cultura neste contexto migratório está posta genericamente como “modos de pensar, sentir e agir”, como expressões das pessoas e grupos e suas interações. A ideia é compreender como os contextos influenciam as pessoas e como suas relações interagem no âmbito social do trabalho, da escola, do lazer, enquanto expressão histórica e social que move pessoas, grupos e multidões, inclusive os processos produzidos, em momentos de transformação histórica, na articulação de diferenças culturais que incluem os hibridismos culturais (BHABHA,1998). As relações observadas entre os migrantes brasileiros no Japão foi resultado de uma pesquisa realizada no Japão na década de 90 através de idas e vindas a diversas regiões: Nagoya, Hamamatsu, Oizumi (primeiro lugar em que chegaram os brasileiros), dentro outras. O estudo sugere reflexões quanto ao papel das redes sociais a partir de um *background* cultural e das relações intergeracionais, que sugere um caráter peculiar ao migrante brasileiro no Japão discutido dentro da perspectiva da transitoriedade.

Nesta breve apresentação apontamos algumas das questões colocadas pelos autores dos diferentes artigos. Assim como apresentamos algumas das intenções que nortearam esta coletânea e o seminário do

qual ela é um desdobramento. Porém, como o leitor terá oportunidade de constatar, trata-se de artigos muito ricos em suas contribuições às temáticas propostas, de tal forma que outras questões, dados e análises seguramente serão percebidas a partir de sua própria leitura.

Paulo Eduardo Teixeira
Antonio Braga
Rosana Baeninger
Marília, 20 de junho de 2012.

PARTE I

QUESTÕES TEÓRICAS

MIGRAÇÕES E MOBILIDADES: REPENSANDO TEORIAS, TIPOLOGIAS E CONCEITOS¹

Marilda Aparecida de Menezes²

As migrações das áreas rurais para urbanas e industriais no Brasil, no período de 1930 a 1970, inspiraram trabalhos clássicos da sociologia brasileira, que se tornaram referência obrigatória para os estudiosos das migrações, como os livros de J. R. B. Lopes: “A Sociedade Industrial no Brasil” (1971) e “Desenvolvimento e Mudança Social” (1976); o artigo de P. Singer “Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo” (1976) e o livro “A Caminho da Cidade”, de E. Durhan (1978). Esses trabalhos fundamentavam-se no paradigma histórico-estrutural, em que as migrações resultavam de fatores de expulsão e de atração, expressando transferências de populações de regiões ou setores econômicos considerados estagnados, arcaicos ou tradicionais para regiões modernas e/ou setores em

¹ Agradecemos a Marcelo Saturnino da Silva, doutorando do PPGCS/UFCG, pela cuidadosa leitura do texto, comentários e sugestões.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Pesquisadora do CNPq - Universidade Federal de Campina Grande (PB) – UFCG Email: menezesmarilda@gmail.com

desenvolvimento. Tais estudos tendiam a enfatizar o caráter definitivo das migrações rurais-urbanas ou entre as regiões Nordeste e Sudeste.

Outro grupo de pesquisas, desenvolvidas na década de 1970 e 1980, privilegiou os significados das migrações para as condições de reprodução social de populações de áreas rurais do Nordeste e questionou o caráter definitivo, mostrando que nem sempre a migração se caracterizava como êxodo rural, mas muitos migravam, tornavam-se operários ou empregados urbanos e retornavam às áreas rurais da região Nordeste. Exemplos dessa perspectiva foram os trabalhos de Garcia Junior (1990), Woortmann (1990), Scott (1995), bem como a dissertação de mestrado a qual este artigo vincula-se (MENEZES, 1985). Para esses autores, a migração de camponeses não era apenas consequência da inviabilidade de suas condições de existência, mas parte integrante de suas próprias práticas de reprodução social. Assim, migrar poderia ser a condição para a permanência da condição camponesa e da moradia no campo. A mobilidade, o ir e vir entre as regiões Nordeste e Sudeste, entre o trabalho agrícola e urbano era parte das estratégias de reprodução social da família camponesa (MENEZES, 1985). Essa perspectiva está, também, presente entre estudos de historiadores, como, por exemplo, o trabalho de Paulo Fontes em estudo sobre trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista, zona leste da capital de São Paulo, no período de 1945 a 1966, que constata a importância da mobilidade já na primeira geração de migrantes:

Como vimos, migrações temporárias há tempos faziam parte das estratégias de obtenção de recursos de famílias nordestinas. Uma análise mais atenta também constata uma alta mobilidade espacial por parte das primeiras gerações de migrantes em São Paulo. Para muitos, provavelmente a maioria, a mudança era vista como algo provisório, parte de um plano de sobrevivência e ascensão familiar [...]. No final da década (de 1950), cogitava-se que cerca da metade dos migrantes nordestinos voltava para suas regiões de origem. Alguns estudiosos, porém, questionavam essa taxa, considerando-a bastante modesta (FONTES, 2008, p. 56).³

³ Essa informação é baseada em BORGES, T. Pompeu Accioly. *Migrações internas no Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Política Agrária, 1955; e FISCHLOWITZ, Estanislau. *Principais problemas da migração nordestina*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959.

Os questionamentos às possibilidades de migração definitiva para as áreas urbanas e para as metrópoles da região Sudeste intensificaram-se a partir da década de setenta do século passado. Vários pesquisadores identificaram mudanças significativas nos fluxos migratórios internos que predominavam desde a década de 1930, no Brasil. Uma transformação importante foi a diminuição dos fluxos da região Nordeste para a Sudeste do Brasil, com o aumento da chamada *migração de retorno* ou *migrações múltiplas* (MARTINE, 1982; MENEZES, 1985).

As reconfigurações nas migrações no Brasil, quanto a origens, destinos, duração e grupos que migram, estão exigindo uma revisão das perspectivas teóricas, assim como das tipologias - migrações nacionais, internacionais, definitivas, de retorno, sazonais, temporárias, rurais-urbanas, que foram formuladas, principalmente, nas décadas de 1960 e 1970. Há um esforço considerável de pesquisadores no sentido de compreender as novas características dos processos migratórios e suas repercussões em termos da construção das categorias e conceitos (BRITO, 2009; SILVA; MENEZES, 2006; ALMEIDA; BAENINGER, 2011).

Assim, a proposta deste artigo é fazer um breve exercício de problematização de conceitos e tipologias de migrações e pontuar alguns novos conceitos propostos pela literatura recente a fim de compreender o caráter de mobilidade das migrações contemporâneas. Algumas perguntas orientam a reflexão desta proposta, ou seja: Como as migrações foram explicadas? O que há de novo nas rotas migratórias? Da impossibilidade de apreender as novas modalidades, intensidades, espacialidades e duração das migrações a partir das velhas categorias, que novas categorias estão sendo propostas e por quem?

DE TIPOLOGIAS E CATEGORIAS FIXAS AO CARÁTER TEMPORÁRIO DAS MIGRAÇÕES

A partir da década de 70, começa a ter maior visibilidade a ocorrência das migrações múltiplas, o que redefinia os conceitos de origem e destino. Nesse sentido, importante artigo do demógrafo George Martine (1982) identificava que:

Surgiu, na década de 70, um conjunto de informações que dava conta da existência de um substrato importante de trabalhadores que

se deslocavam repetidas vezes sobre o espaço a fim de encontrar uma forma de sobrevivência. O comportamento desse substrato nada tem a ver com uma subcultura nômade ou um espírito generalizado de aventura, pois se fundamenta numa busca constante de melhores oportunidades econômicas ou da própria sobrevivência [...]. Infelizmente, as fontes tradicionais de informação pouco nos dizem a respeito, pois para reconstituir a história migratória de uma pessoa que passa grande parte de sua vida ativa se deslocando atrás do trabalho, é necessário um instrumento de coleta de informações, muito maior do que podem dispor as investigações de grande tipo: CENSO PNAD ou Survey (MARTINE, 1982, p. 5).

Dois aspectos centrais estão presentes nesta citação de George Martine, primeiro, as transformações dos processos migratórios, então, indicando a emergência das *migrações múltiplas*. Segundo, a necessidade da construção de outros procedimentos metodológicos para a compreensão dessa complexidade. Fausto Brito, em artigo mais recente, publicado em 2009, também, enfatiza a necessidade de formulação de outros instrumentais teóricos:

O padrão migratório prevalente até a década de setenta do século passado, no Brasil, começou a sofrer profundas modificações. Conseqüentemente, o paradigma e as teorias examinadas anteriormente neste ensaio, se já não são plenamente satisfatórias para explicar as migrações entre 1950-1980 e estão a exigir uma profunda revisão [...] (BRITO, 2009, p.14).

O paradigma a que se refere o autor são as teorias da migração articuladas às teorias do desenvolvimento econômico, as quais enfatizam o caráter positivo das migrações do campo para a cidade, pois poderiam permitir a mobilidade social. Brito (2009, p. 19) identifica um descompasso entre a mobilidade espacial e social:

Uma mudança substantiva observada no padrão migratório pós-1980 foi o descolamento da mobilidade espacial da mobilidade social. Uma questão fundamental, pois era uma das poucas possibilidades de mobilidade social aberta pela sociedade brasileira e, mesmo assim, com uma probabilidade condicionada de êxito. Se o direito à mobilidade espacial deve ser resguardado, o mesmo deve ser considerado para o direito à mobilidade social. Ou, em outras palavras, a liberdade de movimento deve estar articulada, na perspectiva da justiça, ao direito de melhoria nas condições de vida. Nas condições atuais da sociedade

e da economia, sabe-se bem, que é uma possibilidade remota reviver essa articulação.

Tal descompasso é percebido entre a mobilidade espacial e social em pesquisa realizada em princípios da década de 1980, com migrantes do Sertão Paraibano e a região do ABC paulista (MENEZES, 1985). Embora as migrações para as regiões metropolitanas continuassem a ocorrer nas décadas de 1980 e 1990, elas já não mais representavam possibilidades de fixação nem de mobilidade social.

Essa intensidade da mobilidade entre os espaços questiona as noções correntes como origem e destino e tipologias baseadas em critérios fixos como migrações definitivas e migrações de retorno. A categoria de migração de retorno, também, fundamenta-se na ideia de um ponto de origem e um de retorno:

Quando se fala de migração de retorno, o que vem à mente seria uma inversão de um fluxo migratório realizado numa determinada região. Por exemplo, das diferentes regiões do Nordeste para os centros urbanos do sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, etc.). Ora, a migração de retorno nada mais seria que a inversão de uma concepção já convencional de migração (origem-destino) (DORNELAS, 1995, p.6).

As noções de origem e destino, conquanto importantes para as classificações das migrações, apresentam limitações para compreender tipos de migrantes que se deslocam permanentemente, como é o caso dos trabalhadores migrantes safristas, dos migrantes em grandes projetos ou construção civil ou outras trajetórias migratórias individuais ou de famílias marcadas por deslocamentos diversos, como é o caso dos brasiguaios; dos migrantes que se dirigiram para a fronteira agrícola do Paraná, Mato Grosso, Rondônia nas décadas de 1960 a 1980 (MENEZES, 1992; 1987).

Destaca-se aqui o caso dos migrantes classificados como “migrantes sazonais”, ou migrantes temporários (SILVA, 1999; 1992; MARTINS, 1986), para pontuar algumas reflexões sobre os significados da experiência de migrantes cujas trajetórias de vida são marcadas pela mobilidade. Silva, estudando os migrantes provenientes do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, e, mais recentemente, de áreas rurais do Maranhão para a região

canavieira de São Paulo, propõe a categoria de “migração temporária permanente” ou migrante permanentemente temporário. Ela explica que “no caso dos migrantes temporários do Vale do Jequitinhonha, podemos observar um processo de fixação-dispersão geográfica coexistindo com um processo de fixação sociológica tanto para os que migram como para os que ficam” (SILVA, 1992, p.166).

Esta circularidade não pressupõe a reprodução da mesma situação social. Ao contrário, o caminho de fechar o círculo não é igual ao caminho de iniciá-lo, porque a circularidade não ocorre uma única vez. Em muitos casos, ela acontece durante quase toda a vida destes agentes sociais. Neste sentido, ela é permanente e o migrante temporário é permanente temporário. Este é seu destino.

Nessa perspectiva, dois aspectos podem ser destacados: primeiro, a ideia de *fixação*, embora o migrante tenha uma vida marcada pela permanente mobilidade, há sempre uma localidade que representa a referência de fixação. No caso dos migrantes temporários do Vale do Jequitinhonha, estudados por Silva, ou das regiões do Agreste e Sertão do estado da Paraíba, estudadas em pesquisas do autor deste artigo, trata-se de sítios, povoados, bairros, municípios ou outras unidades espaciais em que tenham parentes e amigos. Assim, esses são lugares de memória e de pertencimento, pois simbolizam as redes de relações familiares, de amizade e de vizinhança. Segundo, em consonância com Silva, em cada ponto da circularidade, o migrante transforma-se. Assim, a circularidade é constituinte de seu próprio fazer-se, ou seja, de sua construção identitária (THOMPSON, 1978). Isto é, o migrante constitui-se nas tensões e ambiguidades de várias categorias e diversos espaços sociais. Nesse sentido, não se trata de verificar as opções por ficar ou sair, por uma condição de trabalho ou outra, por um lugar ou outro, mas de compreender como os indivíduos tratam subjetivamente essas possibilidades objetivas de trabalho e vida. A condição de mobilidade não expressa, portanto, desenraizamento, desagregação familiar, mas, antes, uma permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais.

Outro autor que discute a categoria de *migrante temporário* ou o *caráter temporário das migrações* é José de Souza Martins, no texto “O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil”. Ele lista sete tipos mais

significativos de migrações e propõe uma concepção de temporário que privilegia a dimensão subjetiva do sentimento da ausência.

Sobre o caráter temporário das migrações, Martins (1986, p. 49) refere:

Se, em termos demográficos, a duração – o temporário - é essencial para o estudo das migrações temporárias, em termos sociológicos o essencial é a concepção de ausência. É temporário, na verdade, aquele migrante que se considera a si mesmo “fora de casa”, “fora do lugar”, ausente, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente. É aquele que se considera fora do seu lugar, fora de “suas” relações sociais, e que, no limite, não se considera dentro mesmo quando está. Se a ausência é o núcleo da consciência do migrante temporário, é porque ele não cumpriu e não encerrou o processo de migração, com seus dois momentos extremos e excludentes a dessocialização, nas relações sociais de origem, e a ressocialização, nas relações sociais de “adoção”. Ele se mantém, pois, na duplicidade de duas socializações, de duas estruturas de relações sociais diversas entre si. Ele vive a marginalidade das duas situações sociais. É sempre o outro, o objeto, e não o sujeito. É sempre o que vai voltar a ser e não o que é. A demora desse reencontro define a migração temporária. Pode-se, até mesmo, falar numa cultura da ausência, nostálgica, nessa metrópole de migrantes que é a cidade de São Paulo, que compreende desde a música sertaneja até o mutirão de operários para construir a casa de um companheiro na periferia.

Martins (1986) reconhece a importância das tipologias de migrantes e de migrações, no entanto propõe um deslocamento de foco para os sujeitos dessa ação – ou seja – os migrantes, privilegiando como eles tratam subjetivamente as suas experiências de viver entre espaços sociais e tempos diferenciados. O autor destaca o sentimento de ausência como decisivo para se compreender se a migração é definitiva ou não. Muitas vezes, esse sentimento acompanha toda a trajetória do migrante e de sua família, mesmo que, em termos demográficos, do seu ciclo de vida ou da sua trajetória familiar, possa ser definido como um migrante definitivo. O sentimento de ausência, muitas vezes, expressa-se na representação dos lugares onde moram os indivíduos como “de transição”, “provisórios”, como é o caso da categoria “barraco”, utilizada pelos migrantes paraibanos para nomearem as casas ou, também, as chamadas pensões, os alojamentos

da área canavieira, enquanto que para suas moradias, na Paraíba, usam a categoria casa (COVER, 2011).

O sentimento de ausência como constituinte da experiência do migrante é também central na perspectiva teórica e metodológica de Abdelmalek Sayad:

O retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranquã nostalgia ou saudade da terra [...]. A noção do retorno estaria no centro do que pode ser ou do que desejaria ser uma antropologia total do ato de emigrar e de imigrar: antropologia social, cultural, política, na qual se introduz eficazmente a lembrança da dimensão universal do fenômeno migratório (SAYAD, 2000, p.11-12).

A noção de retorno em Sayad expressa as ambiguidades, contradições e tensões entre as condições objetivas definidas pelas estruturas socioeconômicas e os sonhos, desejos, expectativas dos migrantes. Assim, embora as condições objetivas não lhes permitam retornar à sua terra natal, o desejo de retornar mantém-se vivo como um sinal da esperança, de dias melhores, de estar próximo a parentes, vizinhos e amigos que estão fisicamente distantes. O desejo de retornar é um alimento para suas almas. Assim, os migrantes vivem o drama do ausente que está presente e do presente que está ausente:

Esse é um dos numerosos paradoxos da imigração: ausente onde está presente e presente onde está ausente. Duplamente presente – efetivamente aqui e ficticiamente lá – e duplamente ausente – ficticiamente aqui e efetivamente lá – o imigrante teria uma vida dupla, que ultrapassa e que é diversa da oposição tradicional entre vida pública e vida íntima: uma vida presente, banal, cotidiana, vida que pesa e enreda, vida segunda, ao mesmo tempo cronológica e essencialmente secundária; uma vida ausente, figurada ou imaginada, rememorada, uma vida que foi primeira cronologicamente e que permaneceu primeira, essencial, afetiva e efetivamente, e que, sem dúvida, voltará a sê-lo um dia (SAYAD, 2000, p.20).

Esse sentimento de ausência também é observado nas representações dos migrantes paraibanos que residem, com suas famílias,

na região canavieira do estado de São Paulo. E, aqui, exemplificado com a descrição da trajetória de uma família migrante - Sr. Lázaro, esposa e 5 filhos, com idades de 20, 19, 18, 12 e 10 anos - originária do município de São José de Caiana, Sertão Paraibano, e que reside no município de Engenheiro Coelho, região de Campinas, estado de São Paulo⁴. A primeira migração foi realizada em 1993, para Araras, quando o Sr. Lázaro trabalhou na Usina São João, fora sozinho e, a partir de 1997, levou a esposa e filhos, instalando residência em Engenheiro Coelho. Sr. Lázaro e esposa trabalhavam no corte de cana no período da entrevista, em setembro de 2007. Na entressafra, a esposa, Maria, ficava em casa e Sr. Lázaro trabalhava na colheita da mandioca. Ele conta que 30% do município de Engenheiro Coelho planta mandioca para comercialização para o Rio de Janeiro e São Paulo, com foco na exportação. A mandioca é, também, processada através de congelamento e acondicionamento. Os filhos trabalhavam na colheita de laranja ou em empresas de serviços e indústrias. Na sua narrativa, são explicitadas as noções de *nosso lugar e terra dos outros* e a representação de São Paulo como um lugar de transição:

*“D. Maria: o problema do **nosso lugar** é emprego.*

***Eu não acostumo a falar que aqui é meu lugar**, eu não esqueço de lá.*

Sr. Lázaro: a gente volta, porque aqui é pra jovem, a tendência é um dia voltar.

Maria: eu não tenho vontade de voltar.

*D. Maria: **o nosso lugar é bom de morar**, algum recurso que vai para os pobres, as pessoas que tem poder tira e a maioria das pessoas tem que sair. Se tivesse umas pessoas que soubesse governar, não precisava nós sair.*

Aqui é diferente, política não interfere em vida de trabalhador.

Sr. Lázaro – aqui há democracia, não é que não existe corrupção, mas aqui a pessoa é independente.

Sr. Lázaro: No nosso lugar tem riqueza, mas o rico se muda para Campina Grande e João Pessoa e se esquece. O próprio prefeito de Caiana mora em João Pessoa.

Lá tudo o que precisar, às vezes é humilhado, porque não votou no político.

Nós vive numa democracia.

⁴ A entrevista com Sr. Lázaro e sua esposa, Dona Maria, foi realizada em setembro de 2007, no âmbito da Pesquisa: “Migrantes temporários em usinas de cana de açúcar no Estado de São Paulo”.

Sr. Lázaro: eu trabalhei 90 dias registrado numa empreiteira, mas com perseguição política. É o que desanima.

Sr. Lázaro: eu penso em voltar aqui não é terra minha, é dos outros.

Marilda: Do que sente saudades?

Sr. Lázaro: Ah. (enfático), eu sinto saudades de muita coisa, da família, da liberdade, aqui não tem liberdade, aqui na semana que não trabalha, a coisa fica mais difícil.

Aqui é muito corrido, levanto às 4h30min da manhã, só o domingo para descanso, é mercado, etc. É um lugar que se ganha, mas para manter responsabilidade, é puxado.

Sr. Lázaro: eu falo para meus conterrâneos, aqui é terra dos outros, não é terra da gente.

D. Maria: para ser sincera, eu não tenho vontade de voltar, eu falo meu lugar, porque eu nasci e cresci lá. Mas meu lugar é aqui, fui muito humilhada, sofrida, nos problemas de família; ter necessidade de coisa em casa, é correr e sofrer humilhação. Lutei muito com doença, não tinha condições de tratar de meus filhos lá.

Não sinto saudades do meu lugar de nada, de nada.⁵

Destacaríamos três aspectos desse fragmento da narrativa de Sr. Lázaro e de D. Maria. Primeiro, a representação do local de origem, o município de onde vieram, na Paraíba, como sendo “nosso lugar”, em contraste com “aqui”, no caso o município em que moravam naquele momento, Engenheiro Coelho, região de Campinas, estado de São Paulo. Embora já residindo há 10 anos na área canavieira, em São Paulo, e 3 filhos já inseridos no mercado de trabalho, a expectativa, mesmo que nunca se realize, é retornar. Segundo, conquanto “nosso lugar” expresse um sentimento de pertencimento à localidade de origem, a experiência da migração faz com que também se construa um distanciamento crítico em relação às formas de dominação do “nosso lugar”. O discurso de que “aqui” (em São Paulo) há democracia e lá “é humilhado” expressa uma crítica das relações de dominação política fundamentadas no favoritismo, clientelismo e dependência personalizada. Terceiro, há diferenças entre as percepções do Sr. Lázaro e esposa, D. Maria elabora um discurso que

⁵ Nesse momento, Maria é muito enfática. Toda sua narrativa tem um tom de ressentimento e mágoa em relação à Paraíba.

expressa ressentimento em relação ao “seu lugar”, dando a entender que teve de apelar para as redes de poder local que controlam a saúde e sofreu humilhação. Em São Paulo, é assalariada e tem renda própria, o que lhe garante maior autonomia para atender as necessidades da família. Nesse sentido, a migração representa a emancipação dos laços de dependência personalizada que são representados como humilhação. Essa mesma representação foi detectada entre migrantes - pequenos proprietários, moradores e rendeiros - do Sertão Paraibano que migravam para a região do ABC paulista nas décadas de 1970 e 1980 (MENEZES, 1985).

O sentimento de ausência poderia explicar certa idealização do *nosso lugar* em oposição à *terra dos outros*, visão que é mais evidenciada na narrativa de Sr. Lázaro. No entanto, a narrativa também revela que a experiência como migrantes – de viver entre espaços sociais e tempos diferenciados –, também os constituem como sujeitos que vivenciam as tensões, ambiguidades das experiências de trabalho e vida nos lugares. Logo, se há certa idealização do *nosso lugar*, há, também, um posicionamento crítico às formas de dominação do *nosso lugar* e da *terra dos outros*.

Arriscar-se-ia inferir que essa experiência e os sentimentos narrados por Sr. Lázaro e D. Maria, que poderiam ser classificados como migrantes temporários em transição para definitivos, talvez, não sejam específicos desse tipo de migrante ou trajetória migratória, mas poderiam ser uma forma de narrar e de sentir de migrantes de diversas categorias, nacionais e internacionais, nas sociedades contemporâneas. Em um instigante trabalho que traça paralelos entre a migração como quebra de fronteiras culturais, Chambers (1994) propõe analisar a migração como “uma intersecção entre histórias e memórias”:

Vir de algum lugar, de “lá”, e não “aqui” e ser simultaneamente “de dentro” e “de fora” da situação dada, é viver na intersecção das histórias e memórias, vivenciando tanto sua preliminar dispersão quanto sua subsequente translação em uma nova, mais extensiva combinação ao longo das possibilidades emergentes [...]. Este drama, raramente escolhido livremente é o dilema do estranho. Expulso da tradição da terra natal, experimentando uma identidade em constante desafio, do estranho se requer perpetuamente que se sinta em casa, numa interminável discussão entre uma herança histórica dispersa e um presente heterogêneo (CHAMBERS, 1994, p.6).

Sem desconsiderar os constrangimentos estruturais, compreendendo que os migrantes constroem suas estratégias de trabalho e vida entre histórias e memórias, seria o caso de contemplar as suas experiências subjetivas. O desafio que se coloca é, portanto: como compreender a relação entre as formas como os migrantes narram sobre a experiência de mobilidade - de ser e viver entre espaços e tempos diferenciados - e as teorias, tipologias e conceitos das migrações?

MIGRAÇÃO COMO UM FENÔMENO DE MOBILIDADE

Neste aspecto, observa-se a aproximação a uma reflexão recente entre estudiosos das migrações que poderia ser sintetizada na frase: *a migração se transformou em um fenômeno de mobilidade*, afirmada por Flores (2010), pesquisadora mexicana de larga experiência nos estudos das migrações. Em sua recente coletânea de artigos, *Migraciones de Trabajo y movilidad territorial*, publicada em 2010, apresenta diversos artigos resultantes de pesquisas sobre a migração México-EUA; Europa Meridional; do Marrocos para a Europa; e Europa do Leste e da América Central ao Norte. Na introdução, a autora anuncia a perspectiva de migrações presente no livro:

Este libro busca ilustrar estas distintas dimensiones de la movilidad y mostrar cómo ellas remiten a jerarquias espaciales y temporales. Nos interesa dar cuenta de la organización de colectivos que no solo se trasladan de un lugar (origen) a otro (destino), sino que son capaces de circular, de recorrer espacios y de apropiarse de ellos “produciendo territorios”, participando en la creación de riquezas y de nuevas identidades sociales (FLORES, 2010, p.7).

Observamos que Flores (2010) esboça uma crítica à concepção das migrações como deslocamentos populacionais entre áreas de origem e de destino, que se situa no paradigma histórico-estrutural das migrações⁶ e coloca o centro da análise na capacidade dos migrantes em circular, construir e apropriar-se de espaços, dessa maneira, produzindo territórios e identidades sociais. Portanto, podemos identificar um deslocamento das noções estáticas de origem e destino ou tipologias de migrações para noções que tentam

⁶ Sobre esse paradigma, ver Lopes, 1971, 1976; Singer, 1976. Para uma leitura crítica desse paradigma, ver Silva e Menezes, 2006; Brito, 2009; Quesnay, 2010.

dar conta da heterogeneidade dos migrantes e outros atores envolvidos nos processos migratórios, da intensidade dos movimentos migratórios, das diferenciações dos fluxos, dos espaços e outras dimensões dos processos migratórios (SILVA; MENEZES, 2006). Em outros termos, a noção de migração se associa à de mobilidade, ou nos termos formulados por Flores (2010, p. 7): “a migração se transformou em um fenômeno de mobilidade”.

Uma perspectiva similar à de Sara Flores é apresentada em artigo recente, de Gisele Maria Ribeiro de Almeida e Rosana Baeninger, sobre as migrações internacionais. Nas primeiras linhas da introdução do artigo, as autoras afirmam:

Vivemos sob a égide da mobilidade: estimativas apontam que um trilhão de dólares circula diariamente pelo espaço financeiro mundial. Mercadorias, informações e pessoas deslocam-se pelo globo de tal forma, que categorias como espaço e tempo estão recebendo novos significados. Apesar do maior controle nas fronteiras, principalmente nos países mais desenvolvidos, os fluxos internacionais de pessoas têm se intensificado, assim como os tipos de mobilidade também aumentaram (2011, p.2).

As autoras chamam atenção para o aumento dos fluxos internacionais e quanto à diversidade nos tipos de mobilidade, o que tem levado à necessidade de novos paradigmas, citando um artigo de Neide Patarra, de 2006⁷. Dois aspectos podem ser ressaltados da análise. Primeiro, a revisão dos paradigmas micro e macroestruturais da realidade migratória e a necessidade de abordagens conciliatórias das perspectivas micro e macroestruturais. Em segundo lugar, as autoras propõem repensar a própria definição de migração com novos conceitos, como campo migratório. Considerando a heterogeneidade, intensidade e duração das migrações, elas problematizam o caráter definitivo das migrações internacionais:

Começando com o próprio conceito de migração, defini-lo como mudança definitiva de residência é bastante questionável atualmente, dada a dificuldade em se classificar os deslocamentos como temporário

⁷ As autoras citam um artigo de Neide Patarra: “As novas modalidades migratórias demandam, no cenário da globalização, a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais no mundo, e a incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível, assim como a própria definição do fenômeno migratório deve ser revista” (PATARRA, N. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, Maio/Ago. 2006).

ou definitivo; as trajetórias migratórias e as durações dos deslocamentos estão muito mais matizadas. Além disso, a própria definição de residência pode ser problematizada, dado que o lugar de residência de um indivíduo depende de sua percepção subjetiva, do sentimento de pertencimento e de apropriação espacial, e nem sempre o “seu” lugar de residência coincide com o espaço geográfico no qual ele vive (ALMEIDA; BAENINGER, 2011, p.10).

Dois aspectos podem ser destacados desse fragmento. Primeiro, as dificuldades das classificações ou as tipologias de migrações como temporárias ou definitivas e, acrescentaríamos de retorno, considerando a fluidez e plasticidade entre as fronteiras desses dois tipos, bem como o caráter, muitas vezes, circular das migrações nacionais e internacionais. Segundo, as ambiguidades da própria definição de lugar de residência. Embora os critérios de tempo de residência sejam válidos para a definição dessas tipologias, eles são insuficientes para compreender como os próprios agentes da migração – os migrantes – atribuem significados a esses lugares. Como demonstrado nas narrativas de Sr. Lázaro e D. Maria, a percepção dos lugares é mediada pelas memórias da família, das relações de poder local e das diferenças das relações de trabalho.

Na literatura recente, enfatiza-se que é difícil separar o que é migração temporária do que é migração definitiva (ALMEIDA; BAENINGER, 2011), tornando-se necessário estudar os espaços aonde circulam os indivíduos e situá-los na família ou na sua rede de relações sociais. Almeida e Baeninger (2011, p.12) propõem o conceito de campo e espaço migratório:

A percepção de que o fenômeno migratório vai além da própria migração levou pesquisadores a formular os conceitos de campo migratório e de espaço migratório. As noções de campo e espaço migratório permitem ao pesquisador recompor os espaços percorridos e estruturados pelo conjunto dos fluxos relativamente estáveis e regulares dos migrantes, independentemente da origem ou do destino. Segundo Simon (2002), o aparecimento destes novos termos relaciona-se à uma insatisfação teórica frente aos conceitos de migração, fluxos migratórios e populações migrantes.⁸

⁸ “SIMON, G. “Penser globalement les migrations”. *Projet*, n° 272, 2002. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-projet-2002-4-page-37.htm>>. Acesso em: 18/07/2011 (apud ALMEIDA; BAENINGER, 2011, p.19).

Similar à ideia de campo e espaço migratório é a noção de território circulatório proposta por Tarrius (2001), conceito que é utilizado tanto na revisão da literatura realizada por Almeida e Baeninger quanto por Quesnel em artigo publicado na coletânea *Migraciones de Trabajo y Movilidad Territorial*, organizada por Sara Flores, da Universidad Autónoma de México. Quesnel nos diz:

Numerosos estudios integran actualmente en su aproximación la multi-localización de las actividades sociales y económicas tanto de los grupos como de los individuos, alrededor de esta noción de circulación entre diferentes lugares, insistiendo sobre las modalidades o los modos de ocupación (y de apropiación de estos diferentes lugares) para el ejercicio de estas actividades. Se reconoce entonces la diáspora de ciertas formas de movilidad” (QUESNEL, 2010: 26-27)⁹.

Nesses estudos – Almeida e Baeninger que se fundamentam em Simon e Tarrius, bem como em Quesnel –, observa-se que as categorias de tempo e espaço são destacadas na análise da mobilidade populacional. Trata-se da diversidade dos espaços e temporalidades. Ao utilizar as noções de campo e espaço migratório, os autores pretendem compreender os espaços pelos quais circulam os migrantes em suas temporalidades, desse modo, ultrapassando os limites das categorias de origem e destino, lugares de atração e de expulsão. Assim, as noções de campo, espaço migratório e território circulatório aproximam-se da visão mencionada de Flores (2010), em que os migrantes não apenas são capazes de circular, mas de apropriarem-se desses espaços, então, produzindo territórios e participando da criação de riquezas de novas identidades sociais. Assim, há um deslocamento do olhar da migração para os sujeitos dessa ação – os migrantes – enquanto sujeitos que, embora condicionados por condições estruturais, econômicas, sociais, políticas e culturais, também, atuam sobre essas condições, significando-as, atribuindo-lhes significados a partir de seus projetos de vida individuais e familiares.

⁹ “De una manera general los estudios centrados en la circulación migratoria han dado lugar a una producción conceptual en la literatura, en particular en la literatura francófona: *espacios migratorios*, *campos migratorios* (Simon, G. (1995; 2006), *territórios de la movilidad* (Faret, L. 2003) *territórios circulatorios* (Tarrius, 2001), *instalación en la movilidad y de la movilidad* (Marchal y Quesnel, 1977) (apud QUESNEL, 2010, p. 27).

IDEIAS INCONCLUSIVAS

Nossa intenção não é *jogar a criança com a água do banho*, ou seja, abandonar as teorias, tipologias e conceitos, mas apenas um breve exercício de problematização teórica, que, sem dúvida, apresenta muitas lacunas e insuficiências. Assim, na sequência, são colocadas algumas ideias inconclusivas.

Primeiro, quanto às tipologias, compartilha-se com outros autores a necessidade de questionar as classificações fixas e rígidas, o que exige um esforço teórico e metodológico na compreensão das modalidades migratórias contemporâneas. Não se está, aqui, propondo o fim das tipologias, mas a necessidade de constantes revisões e ajustamentos a fim de compreender as especificidades de mobilidade de grupos e espaços migratórios.

Caso se opte pela análise de trajetórias migratórias individuais e intergeracional, observar-se-á uma diversidade de rotas migratórias, atividades profissionais e duração da migração. Em pesquisas realizadas no período de 1981 a 2000, verificam-se itinerários migratórios e trajetórias migratórias intergeracionais (MENEZES, 1985; 2002; 2004; 2008; 2010) de grupos de famílias do Sertão Paraibano que migravam, na década de 1970-80, para a região do ABC paulista; e da região Agreste da Paraíba que migravam para o corte de cana-de-açúcar no estado de Pernambuco e para o Rio de Janeiro. Nessas trajetórias individuais e familiares havia diversas modalidades migratórias, com duração variada, bem como diferentes arranjos familiares. Alguns homens migravam sozinhos e, posteriormente, traziam a mulher e filhos menores; em outros arranjos, migravam toda a família; outra situação era quando os homens passavam toda a vida produtiva migrando temporariamente e a mulher ficava cuidando do roçado e dos filhos até esses alcançarem a maioridade, momento ritual de transição para a fase adulta e para a iniciação na migração (MENEZES, 1985; 2002; WOORTMANN, 1990). No caso do objeto de estudo em foco, ou seja, os trabalhadores migrantes temporários provenientes do Sertão Paraibano que trabalham em usinas de cana-de-açúcar, observa-se que, embora predomine a migração temporária de homens sozinhos; há também diversas outras modalidades, como a migração de famílias: homens casados com mulheres e filhos; redes familiares de tios, sobrinhos, pai e filho.

Segundo, as formas de mobilidade são difusas nos espaços e no tempo. Estudar os espaços em uma perspectiva temporal permite compreender as transformações socioeconômicas e as dinâmicas migratórias. As transformações nos sistemas agrícolas e as relações de trabalho no meio rural no Sertão Paraibano, no final da década de 1970 e 1980, explicavam as migrações para a região metropolitana de São Paulo. Retornando à região após trinta anos, em 2010, detectou-se que não foram geradas novas atividades produtivas e a população continuava migrando, no entanto havia um redirecionamento – da metrópole para a região canavieira do estado de São Paulo. De trabalhadores do importante setor industrial da região ABC, em que havia uma possibilidade de mobilidade social, passaram a ser cortadores de cana. Não ocorre apenas uma mudança de rota migratória, mas uma fragilização na sua condição de trabalhador migrante, agora, vivenciando condições de trabalho degradante, pagamento por produção e com restritas possibilidades de mobilidade. Trata-se de segunda e terceira gerações dos migrantes das décadas de 1940 a 1970 que migraram para a região do ABC paulista.

Terceiro, sobre o conceito de migração, seria o caso de abandoná-lo em favor do conceito de mobilidade? Não se teria essa resposta e isso envolveria um esforço maior das diversas disciplinas que estudam as migrações – demógrafos, economistas, historiadores, geógrafos, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, etc. A reflexão neste estudo desenvolvida foi, apenas, com base em alguns textos publicados recentemente, assim, visando a pontuar noções que estão sendo propostas, tais como trajetórias migratórias, campo e espaço migratório, território circulatório, como instrumentos metodológicos para compreender o caráter de mobilidade das migrações contemporâneas¹⁰.

Quarto, se a mobilidade é uma estratégia de realização de um projeto de vida individual e familiar, não se pode esquecer as condições

¹⁰ A noção de redes sociais, também, tem sido uma perspectiva metodológica que se tem ampliado nos estudos de migrações. Ela já estava presente no clássico livro de E. Durhan (1978), através da importância da família, das redes familiares e do ciclo de vida no processo migratório. Na antropologia, a noção de “redes sociais” foi construída pela chamada “Escola Antropológica de Manchester” para compreender os processos migratórios entre sociedades tribais e áreas urbanas ou de exploração agrícola ou mineral do capitalismo colonial nas décadas de 1940 e 1950. O debate sobre a utilização da noção de redes sociais tem se ampliado significativamente na literatura de migrações internas e internacionais dos últimos 10 anos e diversos pesquisadores têm realizado revisões de literatura, como o artigo de Truzzi (2008).

de exploração, de risco, discriminação e casos de extrema violência que vivenciam os migrantes de diversas categorias internas e externas. É preciso reconhecer que os sujeitos dos processos migratórios – os migrantes – lutam com todas as armas possíveis, mesmo que sejam “armas dos fracos”, nos termos propostos por James Scott (1985, 1990), para conquistarem uma vida digna. Essa luta se expressa, na maioria das vezes, por formas de resistência dissimuladas e silenciadas. O cenário de invisibilidade política e de aparente passividade está sendo questionado pelos movimentos, ações e símbolos dos migrantes nacionais e internacionais que irrompem a cena pública e ganham visibilidade política. Há um longo caminho a percorrer, o qual se entende que seja de caráter metodológico, para compreender a experiência dos migrantes, que, muitas vezes, é indizível, vivenciada em silêncio ou silenciada, pois é constituída de sentimentos de indignação, humilhação, sofrimento, dor, mas, também, de muita coragem, sonhos, desejos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 6 a 11 de setembro de 2011. *Anais...* Recife-PE: UFPE, 2011.
- ANWAR, M. *The myth of return: Pakistanis in Britain*. London: Heinemann, 1979.
- BRITO, F. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.
- CHAMBERS, I. *Migrancy, culture, identity*. London/New York: Routledge, 1994.
- CASTELLS, M. Toward a Sociology of the Network Society. *Contemporary – A Journal of Reviews*, v. 29, n. 5, Sep 2000.
- COVER, M. *O tranco da roça e a vida no barraco: um estudo sobre os trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro*. João Pessoa: UFPB, 2011.
- DORNELAS, S.M. Migração de retorno. O que é isso? *Travessia - Revista do Migrante*, p. 57, maio-ago. 1995.
- DURHAN, E. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FARET, L. *Les territoires de la mobilité. Migrations ET communautés transnationales entre Le Mexique ET les États-Unis*. Paris: CNRS, 2003.
- FLORES, S.M. L. *Migraciones de trabajo y movilidad territorial*. México: Conacyt e Miguel Ángel Porrúa, 2010.

- FONTES, P. *Um Nordeste em São Paulo*. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- GARCIA JR., A. R. *O sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília: Marco Zero/Universidade de Brasília/CNPq, 1989.
- KING, R. (Ed.). *Return migration and regional economic problems*. London: Croom Helm, 1986.
- LOPES, J.R.B. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1971.
- _____. *Desenvolvimento e mudança social*. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1976.
- MARCHAL, J. Y. et al. (Eds.). *La ruralité dans les pays Du Sud à la fin Du XXeme siècle*. Paris: l'Orstom, 1977.
- MARTINE, G. *Populações errantes e mobilidade da reserva de mão-de-obra no Brasil*. Comunicação simpósio sobre crescimento demográfico na base da pirâmide social. Campinas, São Paulo: SBPC, 1982.
- MARTINS, J. S. O vó das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, J.S. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MAYER, P. Labour migrancy and the social network. In: HOLLEMAN, J.F. et al. *Problems of transition. Proceedings of the Social Sciences Research Conference 1962*. Natal: Natal University Press, 1964. p.21-51.
- MCNAMARA, J.K. Brothers and work mates: home friend networks in the social life of Black migrant workers in a gold mine hostel. In: MAYER, P. (Ed.). *Black Villagers in an Industrial Society*. Cape Town: Oxford University Press, 1980.
- MENEZES, M. A. *Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba* [migração, família e reprodução da força-de-trabalho]. 1985. Dissertação - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.
- _____. Brasiguaios: A Luta pela Terra Perdida. *Cadernos do CEAS*, p.68-80, 1987.
- _____. *Histórias de migrantes*. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. Questionamentos às categorias migrante de retorno e migrante. *Cadernos de Ciências Sociais*, n. 3, p. 47-51, 1992.
- _____. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses – migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/JP/UFPB, 2002.
- _____. Migration patterns of Paraíba Peasants. *Latin American Perspectives*, v. 31, n. 2, Issue 135, , p.112-134, mar. 2004.
- _____. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste In: *DIVERSIDADE do campesinato: expressões e categorias*. São Paulo/Brasília: UNESP/NEA, 2009. v.II. p. 269-288.
- _____. Juventude, família e migrações. In: SIMPÓSIO FEMINISMO, AÇÃO POLÍTICA E AGROECOLOGIA. *Anais...* Recife: FAGES/PPGA/PPGS/ UFPE, 2010.
- MITCHELL, J.C. Networks, norms and institutions. In: BOISSEVAIN, Jeremy; MITCHELL, J.C.. *Network analysis. Studies in Human Interaction*. Paris: Monographs under the auspices of The Afrika-Studiecentrum, 1973.

- _____. Social networks. *Annual Review of Anthropology*, v.3, p.279-299, 1974.
- PEREIRA, J.C.A. A migração internacional de jovens rurais do vale do jequitinhonha e a (des)reestruturação do seu lugar de origem In: MENEZES, M.A.; GODOI, E.P. *Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho*. São Paulo: Annablume, 2011.
- SCOTT, P.R. Estratégias familiares de emigração e retorno no Nordeste. *Travessia - Revista do Migrante*, p.23-27, maio/ago. 1995.
- SILVA, M. A. M. Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* ABEP, 1992. v. 3. p.161-77.
- _____. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: UNESP, 1999. SILVA, M A. M. (Coord.). *Migrar é preciso*. Caetité/BA: Pastoral dos Migrantes, Diocese de Caetité/BA, 1997.
- _____. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMATINI, Z. B. F.; TRUZZI, O. (Orgs.). *Estudos migratórios. Perspectivas metodológicas*. São Paulo: Edufscar, 2005. p.53-86.
- _____.; MENEZES, M. A. *Migrações Rurais no Brasil: velhas e novas questões*. 2006. Mimeo.
- SIMON, G. *Géodynamique des migrations internationales dans le monde*. Paris: PUF, 1995.
- SIMON, G. Migrations, la spatialisation du regard. *Revue européenne des migrations internationales*, v. 22, n. 2, p. 9-21, 2006.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- TARRIUS, A. *Anthropologie Du mouvement*. Caen: Paradigme, 1989.
- _____. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation dès groupes migrants. In: *Annales de la Recherche Urbaine*, n. 59-60, 1996. Disponível em: <<http://libertaire.free.fr/Tgv03.html>>. Acesso em: 28.02.12.
- THOMPSON, E. *P. A miséria da teoria*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 1, jun. 2008.
- WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, p.35-51, jan./jun. 1990.

A CONTRIBUIÇÃO DA CATEGORIA DE HABITUS PARA A REFLEXÃO SOBRE A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

Aparecida Amorim¹

A proposta é refletir quanto à centralidade do conceito de *habitus*, como elaborado por Pierre Bourdieu, para a compreensão do impacto da migração internacional na vida de homens e mulheres que são partícipes desse processo. Aqui, parte-se do pressuposto de que, ao imigrar, ou quando se tem o companheiro ou a companheira emigrado(a), as vivências no novo contexto terão o *habitus* incorporado como o pano de fundo que balizará as relações com o país hospedeiro e também com a terra originária. Ou seja, ao vivenciar a migração, os homens e as mulheres fazem-na tendo em vista a ancoragem nas categorias de ação e percepção previamente internalizadas, o que poderá redundar na transformação, resignificação e, talvez, até mesmo na manutenção de elementos constituintes dessa categoria. Deste modo, problematizar-se-á em que medida a inserção de valadarenses no processo migratório internacional para os Estados Unidos

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília e bolsista da CAPES. Email: amorimap@terra.com.br.

poderá afetar as relações estabelecidas entre os casais, na manutenção e/ou transformação do *habitus*.

A NOÇÃO DE CAMPO E *HABITUS*: PENSANDO SOBRE A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

Um dos conceitos basilares desenvolvidos por Bourdieu (2000; 2003; 2004; 2005) é o de campo, este que se refere às diferentes esferas de relações sociais, historicamente arquitetadas e disseminadas através das diversas formas de capital - no caso da cultura, o capital simbólico. Os agentes participantes em cada campo são abastecidos com as capacidades adequadas à execução das funções e à prática das lutas que os atravessam. Os campos são esferas sociais de lutas permanentes, seja para manter a posição alcançada no seu interior; seja para alcançar espaço na hierarquia dentro de um campo específico; ou, ainda, na disputa entre campos diferentes que são dotados de autonomia relativa, não obstante regulados por regras próprias.

O campo possui uma estrutura objetiva - hierarquia de posições, tradições, instituições e história -, os indivíduos adquirem um corpo de disposições que lhes permite agir de acordo com as possibilidades existentes no interior dessa estrutura objetiva: o *habitus* (BOURDIEU, 1996, 2003), que funcionaria, em princípio, como uma força conservadora no interior da ordem social. No entanto o que se pretende, aqui, é argumentar que a vivência em contexto migratório poderá alterar as categorias de percepção e ação internalizadas pelos migrantes e transformar as relações no interior do campo - neste caso, modificando as relações de mulheres e homens no campo da família. Pois “o ‘campo’ é este território. Lugar hierarquizado, estruturado segundo uma determinada lógica de interesses, nele, agrupa-se, interage, complementa-se e entra em conflito um grupo de atores [...]” (ORTIZ, 2003, p. 11).

É importante realçar que Bourdieu se refere ao agente social, e não a sujeitos, considerando que os agentes não são simplesmente controlados de maneira mecânica pela estrutura social, eles são bem mais complexos. O autor reconhece que existe, no mundo social, estruturas objetivas que podem forçar a ação em determinada direção e criar as representações dos agentes. Porém tais estruturas são construídas socio-historicamente, assim

como os esquemas de ação e pensamento. O mundo social é estruturante, mas também estruturado, deste modo, para ele, a objetividade e a subjetividade das relações sociais estão numa relação dialética. Assim, se, por um lado, existem as estruturas objetivas que coagem as representações e as práticas dos agentes; por outro, os agentes, no seu dia a dia, podem desejar ou efetivamente transformar ou conservar tais estruturas.

Neste sentido, ele opõe-se a uma abordagem estruturalista que intenciona apreender as relações objetivas independentes das consciências e das vontades individuais (WAQUANT, 1991). Portanto, a relação dos agentes entre si nunca está completamente evidente na forma como se manifesta. Para se compreender a interação deve-se considerar como os agentes incorporam profundamente a estrutura social e simultaneamente a produzem, legitimam e reproduzem.

Em *Estrutura Habitus e Prática*², ao analisar o trabalho de Erwin Panofsky, crítico e historiador de arte alemão e um dos representantes mais expressivos do método iconológico, Bourdieu desenvolveu sua reflexão recorrendo à noção de *habitus*. Ele afirma que só extrapolando o nível superficial da análise é possível comparar dois elementos para descobrir as suas propriedades comuns. Deste modo, aponta os limites da interpretação positivista que se expressam na sua incapacidade de extrapolar o imediato, o consciente, de romper com o estático, com o dado superficial e de ser capaz de uma interpretação que valorize os aspectos subjetivo e intrínseco às interações sociais, tendo em mente que o intrínseco é marcado pela história e cultura, é o social profundamente internalizado que será externalizado através das ações dos agentes e que, por sua vez, reflete o *habitus*.

Assim, Bourdieu coloca-se contra a ideia de que as obras de arte produzidas na Idade Média - ou em qualquer época - sejam expressões de indivíduos dotados de sensibilidade e talentos superiores. A posição do autor equivale à superação da perspectiva dicotômica que opõe indivíduo e coletividade como se a sociedade não estivesse inscrita na individualidade sob a forma de cultura, dessa maneira, permitindo ao criador individual existir na sua coletividade, na sua época, sem que tenha consciência de que a sua criação singular é fruto de uma percepção histórica e socialmente criada,

² Texto publicado em *A economia das trocas simbólicas*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 337-361.

porque o *habitus* escapa às intenções conscientes do artista, bem como a dos demais agentes sociais. Nas palavras de Bourdieu: “Opor a individualidade a coletividade para resguardar os direitos da individualidade criadora e os mistérios da criação singular, é privar-se de descobrir a coletividade no âmago da individualidade sob a forma de cultura” (2004, p. 342).

Observa-se que o *habitus*, nos seus conteúdos, equivale à cultura enquanto uma criação coletiva que conduz as práticas, mas também os anseios dos agentes sociais. Trazendo para a reflexão que aqui se busca desenvolver, pode-se pensar que, quando os agentes sociais emigram, levam consigo toda uma percepção acerca do que seja o mundo e toda uma categoria de ação que lhes foi inculcada profundamente pela sua cultura, na realidade, levam consigo sua cultura, expressa no *habitus* incorporado/ internalizado, pois este é visto como uma série de princípios fundamentais inscrita na história sociocultural a partir da qual homens e mulheres agem e constroem o mundo onde se inserem. A busca pela interpretação do sentido - ou conteúdo - intrínseco nas interações revela o pensamento de uma época. As relações estabelecidas entre os agentes são frutos de um ambiente histórico, por mais que apareçam naturalizadas aos olhos de quem participa da estrutura social. Na realidade, são ativa e criativamente construídas.

Nesse sentido, concorda-se com Sahlins (1999), para quem, os indivíduos que vivem em situações transculturais, mesmo em contexto migratório, influenciam a sociedade de origem e vivenciam a experiência migratória a partir do lastro que têm com a sua terra originária, ou seja, eles e elas têm:

[...] seu foco na terra natal, e [...] sua forma de vida possui um caráter espacialmente centrado, [em contraste] a uma tendência a se falar e ‘desterritorialização’ e uma ligação ‘meramente simbólica’ ou ‘imaginária’ dos povos da diáspora com seus lugares de origem. A condição originária da terra natal também é pertinente: a estrutura tem dimensões temporais bem como espaciais (SAHLINS, 1999, p. 36).

Para Sahlins (1999), a existência humana é marcada por valores e significados que organizam a sua forma de estar no mundo, ou seja, os “fundamentos afetivos” dos sujeitos, as estratégias que utilizam para alcançar seus objetivos diversos estão ancorados em modelos de estruturação

das relações coletivas, na acepção mais sociológica, e no lugar vivido, no sentido mais antropológico. Pensar em uma maior alteridade passível de ser experimentada por migrantes significa considerar que as maneiras de vivenciar a alteridade são múltiplas e heterogêneas, estando relacionadas à vivência cultural anterior à migração. Trata-se, no caso dos migrantes brasileiros e de outros povos, de incorporar elementos culturais do país receptor à sua visão de mundo. Incorporar no sentido de reorganizar, ressignificar, atribuir novos e diferentes sentidos aos preexistentes. Não se pode pensar em compreender uma comunidade migrada sem considerar simultaneamente sua vivência antes e durante a migração. Suas experiências influenciarão naquilo em que as pessoas se tornarão, serão outras pessoas sem deixar de ser elas mesmas.

Nos anos de 1950 e 1960, Bourdieu realizou uma pesquisa na Argélia e percebeu o quanto os indivíduos sentiam-se desamparados ao serem obrigados a se deslocar do espaço rural e submeterem-se à lógica urbana capitalista, não possuindo as ferramentas de percepção necessárias que os auxiliassem a viver na nova condição. Neste contexto singular, a noção de *habitus* assumiu a condição de um conceito que permite pesquisar a “coerência das características mais diversas de indivíduos dispostos às mesmas condições de existência” (SETTON, 2002, p. 61).

É neste sentido a defesa de que esse conceito permite pensar que, ao entrar em contato com o país hospedeiro, as pessoas não perdem o país de origem como uma referência efetiva e afetiva. Entende-se que os indivíduos que migraram, em especial, aqueles que têm o retorno como um objetivo, que deixaram parte de seus familiares para trás, não criam identificações sem um lastro cultural prévio. Ou seja, “na dialética da circulação cultural entre terra natal e os lares alhures, as práticas e relações tradicionais ganham novas funções e talvez novas formas situacionais” (SAHLINS, 1999, p. 34). Não se pode separar, pura e simplesmente, o mundo atual do imigrante da cultura de onde se origina. Aqui, referindo-se, especificamente, aos migrantes de primeira geração que mantêm vínculos com a terra natal, sejam eles familiares, de investimento financeiro ou outros.

Se o processo de migração faz com que os envolvidos se tornem diferentes do que eram antes, isso não significa que necessariamente ocorram descontinuidades de identidades e costumes, o que parece mais provável é

que aconteça uma redefinição dos mesmos, porém, a partir de algo e não como se as pessoas estivessem suspensas no ar sem ancoragem cultural. Os migrantes em muitos casos parecem viver uma situação “translocal”, eles habitam dois mundos, o que ocorre com tensões, contradições e sofrimento. Várias pesquisas (AMORIM, 2009; MACHADO, 2009; SIQUEIRA, 2006; 2009) mostram a manutenção das relações com a cultura de origem, ainda que estas relações tenham a marca da transnacionalidade, mesmo que a maneira de se relacionar com a cultura de origem tenha sido reinterpretada e nela se incluam novas dimensões, novos elementos.

A CENTRALIDADE DO CONCEITO DE *HABITUS* NA REFLEXÃO SOBRE A DINÂMICA MIGRATÓRIA EM GOVERNADOR VALADARES

Para a compreensão das especificidades impostas pelo fenômeno migratório em Governador Valadares é preciso considerar “as potencialidades culturais” presentes no fenômeno das diásporas, as quais fazem surgir uma nova configuração cultural na cidade de origem, onde o *habitus* individual torna-se mediado pela coexistência de instâncias distintas que produzem valores culturais e diversificadas referências identitárias.

A migração para os Estados Unidos está ligada, entre outras coisas, ao seu enraizamento no imaginário simbólico dos valadarenses. Em Governador Valadares, há “uma cultura da emigração”, as vivências em outros países para onde os valadarenses emigram são relatadas na cidade, criando expectativas positivas que alimentam o desejo de morar no exterior (MARTES, 1999; MACHADO, 2009). As motivações para migrar são diversas e podem estar pautadas na necessidade de melhoria socioeconômica ou relacionadas à resolução de problemas pessoais, como o fim de relacionamentos afetivos. Seja qual for a motivação, pode-se entendê-la como fruto da “[...] matriz cultural que dispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas” (SETTON, 2002, p. 61). Assim, a noção de *habitus* permite entender certa semelhança nas opções e desejos de indivíduos que vivenciam uma trajetória similar.

Estudos sobre deslocamentos de valadarenses para o exterior apontam para o fato de que há uma inter-relação do fenômeno migração com valores culturais e simbólicos compartilhados na comunidade de

origem, Machado (2009), em seu artigo sobre a dinâmica migratória em Governador Valadares e a interação das fronteiras, afirma que “[...] a própria relação com a movimentação é permeada por universos simbólico-culturais próprios à população migrante” (MACHADO, 2009, p. 183).

A respeito, seria ilustrativo citar um trecho retirado da fala de uma das entrevistadas de uma pesquisa³ feita pelo autor deste artigo, em 2009, cujo companheiro é imigrado nos Estados Unidos enquanto ela permanece em Valadares. Em princípio, poder-se-ia pensar que, com a migração, os casamentos sucumbissem, o que, em muitos casos, ocorre, mas; nos casos em que os casamentos se mantêm, os casais, auxiliados pelos avanços dos meios de comunicação, criam estratégias de “convivência” que são importantes na garantia da relação à distância. A fala subsequente é de uma mulher casada há nove anos. O casal nunca viveu junto, quando eles iniciaram o namoro, o companheiro já morava no exterior e assim permanecia até a época da entrevista - o que é uma situação singular de vida até mesmo para quem participa das redes migratórias internacionais em Governador Valadares – deste modo, eles só se encontram pessoalmente durante um mês a cada ano; a depoente foi enfática em dizer que “convive” muito bem com o companheiro. Esse trecho expressa as singularidades das vidas de homens e mulheres que participam das redes migratórias e que, apesar da distância espacial, criam estratégias de manutenção de suas identidades, pautadas num certo *habitus*, ainda que sejam levados a reorganizar ou rearranjar suas relações:

Ele liga [todos os dias] [...] e a gente fica quase duas horas conversando. Quando é no MSN, ele quer saber o que a gente está comendo, o que a gente está vestindo, como está o meu cabelo. Como está o [...] [filho]. Manda foto para mim. Eu me arrumo para encontrar com ele no MSN [...]. O nosso *convívio* é muito bom. Eu me arrumo para ele, mas também mostro [...] o meu dia a dia [...] como eu fico em casa [...] (Entrevistada 2) (grifo no original).

³ Igrejas evangélicas e relações de gênero: o impacto da experiência migratória. Trabalho apresentado no 7º Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica na UNIVALE, em 2009. Esta pesquisa acompanhou a história de vida de três mulheres cujos companheiros encontravam-se imigrados, enquanto elas e os filhos permaneceram em Governador Valadares. Todas elas pertenciam a igrejas evangélicas e o objetivo da investigação foi verificar de que maneira os conflitos e os rearranjos das relações de gênero eram influenciados pelas normatizações das Igrejas das quais elas participam.

Vale ressaltar que os dados colhidos nesta pesquisa apontam para o fato de que, na relação entre o casal, separado espacialmente pela migração, está contida a ruptura imposta pela ausência física e ao mesmo tempo a permanência de algumas atitudes: o controle da vida financeira da família; da vida da companheira e dos filhos; e, também, a presença de sentimentos como os ciúmes que, em alguns casos, estavam presentes na vida do casal antes da viagem do companheiro para o exterior e se manifestou mais contundentemente com a emigração. Evidentemente, as relações entre os casais poderão romper-se definitivamente ou manter-se, pois as dinâmicas internas das famílias que se inserem nas redes migratórias são variadas, tendo em vista os recursos e as oportunidades de que cada um dos seus membros dispõe.

Muitos trabalhos feitos com imigrantes brasileiros nos Estados Unidos, em especial, os de primeira geração, como é o caso dos trabalhos de Martes (1999) e Sales (1999), demonstram que eles mantêm fortes vínculos com o Brasil e a cultura originária. Esta relação com a cultura de origem expressa-se na apreciação que fazem de si em contraste com os americanos, por exemplo, a autopercepção dos brasileiros como afetuosos e comunicativos em contraste com os americanos, que seriam frios e formais. Na valorização de produtos do Brasil, como roupas e estilos de roupas, Sales afirma que muitas brasileiras, quando vão à igreja nos Estados Unidos, vestem-se com roupas leves e coloridas embaixo dos casacos pesados, mesmo no inverno americano, que é bastante rigoroso se comparado ao brasileiro. Estas roupas são levadas nas suas bagagens, ou lhes são enviadas do Brasil ou, ainda, adquiridas nas lojas que compõem o comércio étnico brasileiro em Boston, que era tão vigoroso, à época do estudo feito pela autora, que possibilitava que as brasileiras frequentassem salões de beleza voltados para este público.

É possível que quanto à valorização das roupas brasileiras tenha havido mudanças, já que há algum tempo a moda tem “se globalizado”, várias marcas de roupas disponíveis no mercado norte-americano estão disponíveis aqui também. Assim, é provável que pelo menos as mulheres mais jovens não prezem tanto os trajes oriundos do Brasil. Outro exemplo é a valorização da culinária brasileira pelos imigrados, a garantia de poder comprar os produtos provenientes do Brasil é possibilitada pela existência

do comércio étnico. São inúmeros os exemplos que demonstram que a cultura e a identidade brasileira são valorizadas e são reais na vida dos imigrantes, ainda que sejam reelaboradas, pois tanto uma quanto a outra estão em permanente fluxo, como afirma Elias (1994):

[...] os traços da identidade grupal nacional – aquilo que chamamos ‘caráter nacional’ constituem uma camada do *habitus* social engastada muito profunda e firmemente na estrutura de personalidade do indivíduo. [...] Como formação social, ela é, à semelhança da língua, sólida e firme, mas também é flexível e está longe de ser imutável. A rigor, está sempre em fluxo [...] (ELIAS, 1994, p.171).

Obviamente que as relações entre os casais que participam das redes migratórias – sejam os que migram juntos e ainda conservam a relação nos Estados Unidos, ou aqueles que mantêm um casamento à distância e, ainda, aqueles que migraram e retornaram – são muito mais complexas e contraditórias do que a breve indicação descrita e o trecho da entrevista citado permitem perceber, pois nem sempre a relação entre homem e mulher é assim tão boa quanto parece. Daí a pertinência de levar-se em conta a noção de família em Bourdieu (2003), esta que:

[...] tende a funcionar como um campo, [portanto, uma esfera social permeada por relações de] força física, econômica e, [...] simbólica (vinculadas, [...], ao volume e à estrutura dos capitais que seus membros possuem) e suas lutas pela conservação ou transformação destas relações de força (BOURDIEU, 1996, p. 130).

O conceito de campo possui uma relação interdependente ao conceito de *habitus* e pressupõe que exista uma dialética entre o agente e a sociedade, “[...] uma relação de mão dupla entre *habitus* individual e a estrutura de um campo socialmente determinado” (SETTON, 2002, p. 64). Assim, os interesses, os desejos e as opções presentes na ação cotidiana dos indivíduos não são decorrentes de uma avaliação premeditada e calculada, são consequências da inter-relação entre o *habitus*, as repressões e motivações da estrutura:

[...] das quais os indivíduos lançam mão [e] surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido

prático às necessidades impostas por uma configuração social específica (SETTON, 2000, p. 64).

Dizer que o *habitus* induz práticas inconscientes não significa que elas sejam completamente irrefletidas, mas que as estratégias das quais os agentes lançam mão são “não conscientes” à medida que aparecem naturalizadas pela história de determinado contexto social. A noção de estratégia em Bourdieu tem por fim abarcar as práticas “não conscientes” porque são evidentes e naturalizadas como um produto do *habitus* ajustado à determinada demanda social. Ele representa o capital cultural internalizado, do mesmo modo que as representações sociais e os recursos de poder são distribuídos de forma desigual, ele constitui-se em um tipo de arbítrio cultural, de saber ou sentido prático, que avança no jogo entre a acumulação de capital cultural e o reconhecimento social.

A noção de estratégia [...] é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais [...] dos jogos infantis. O bom jogador que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variáveis, nunca perfeitamente idênticas (BOURDIEU, 1985, p. 81).

Para Bourdieu (1996), a integração familiar se dá através da formação do *habitus*, à medida que este cria as “categorias sociais de percepção” e de ação para a coesão e integração necessárias. Porém a relação que se estabelece é complexa, uma vez que os indivíduos que compõem a estrutura familiar podem possuir, e não raramente possuem, interesses divergentes entre si. No interior do campo doméstico, estrutura-se um jogo de luta e força entre os membros do grupo, e, para o que particularmente interessa neste estudo, entre os homens e mulheres, no qual “[...] o funcionamento da unidade doméstica encontra seu limite nos efeitos da dominação masculina que orientam a família em direção à lógica do corpo” (BOURDIEU, 2003, p.132), o que corrobora a ocorrência da integração como efeito da dominação. No âmbito das relações de gênero, no interior da família burguesa moderno-

contemporânea, o poder é tido como um “atributo caracteristicamente masculino” (BOURDIEU, 2005, p.119).

É preciso considerar, porém, que a família, em sua constituição histórica, é muito diversa, o que limita a construção de um conceito generalizante que abarque todas as instituições família (BILAC, 2003). O desenvolvimento histórico da família não ocorre de maneira homogênea e linear, mas de forma descontínua, com diferentes padrões familiares, cada um deles com a sua própria história. Entretanto, os diferentes modelos familiares, inclusive os das famílias trabalhadoras, ainda hoje, “[...] se assemelham ao modelo burguês em aspectos fundamentais” (POSTER, 1979, p. 216).

A visão socialmente naturalizada de família não corresponde à diversidade concreta relativa às famílias de casais que se inserem nas redes migratórias, pois o cotidiano vivenciado por muitas famílias de migrantes não obedece, necessariamente, ao padrão normativo da família nuclear contemporânea. A decisão por migrar leva, muitas vezes, o casal a deixar seus filhos e filhas no país de origem aos cuidados de parentes ou vizinhos e, ao chegar ao país receptor, não é incomum que dividam o espaço de moradia com outros casais e/ou com outras pessoas, o que naturalmente interferirá na sua privacidade e relação que estabelecem entre si. Os que migram sozinhos(as) vivem sem coabitar com seus/suas companheiros(as) e filhos(as), impondo um novo tipo de relação familiar e de gênero, o que os leva a criar novas maneiras de se relacionar e manter os laços familiares, hoje em dia, como indicado anteriormente, facilitadas pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, que permitem um “convívio” e um controle, ainda que virtual, entre os casais e os pais e mães e seus filhos(as) (MACHADO, 2009).

O poder exercido pelo homem sobre a mulher encontra na família um espaço privilegiado para se constituir e expandir socialmente. A família não é, evidentemente, uma instituição social neutra, e, ao mesmo tempo em que é um instrumento construtor da realidade, ela foi instituída de maneira a responder às demandas externas e atender aos interesses do Estado que se encontra na sua gênese. A ela é atribuído o desempenho basilar “na reprodução da dominação e da visão masculinas; [é onde] se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da

representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem” (BOURDIEU, 2005, p.103).

Assim, para Bourdieu (2005), as mulheres, ao incorporarem os esquemas de percepção, visão e pensamento androcêntricos, participam da sua submissão, dessa maneira, corroborando a dominação masculina. Não obstante o *habitus* ser considerado como um princípio concebido no passado e dirigido para uma ação no presente, também, é um sistema incessantemente reformulado.

Portanto “*habitus* não é destino, [...] é uma noção que [...] auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente” (SETTON, 2002 p. 61).

Apesar de tender à conservação da estrutura ele pode ser reelaborado e/ou transformado:

Como produto da história, o *habitus* produz práticas individuais e coletivas, produz história em conformidade com os esquemas engendrados pela história. [...] é o sistema de disposições passado que sobrevive no atual e que tende a perpetuar-se no futuro, atualizando-se nas práticas estruturadas segundo seus princípios [...] Ao mesmo tempo, o sistema de disposições é o princípio das transformações e das revoluções regradas (BOURDIEU, 2003, p. 68).

Parte-se do pressuposto de que, mesmo inseridos em esferas sociais que se estruturam como campos de luta entre dominantes e dominados, é possível que os homens e, em especial, as mulheres - apesar da socialização a que foram submetidos - tornem-se capazes de agir ativamente no sentido de criarem resistência e exercerem poder em certos contextos. Uma vez que o corpo de disposições dos indivíduos, nas sociedades contemporâneas, surge da interação em diferentes ambientes socioculturais, podendo ser entendido como mais do que a expressão de sistemas de percepção internalizados e geradores de determinadas práticas. O agente, na contemporaneidade, é capaz de vivenciar e experimentar diversas referências, uma vez que não há uma coesão permanente entre os valores que guiam a sua ação, o que, para Setton (2002), leva à formação de um *habitus* híbrido.

Deste modo, tal conceito não implica numa sedimentação rígida das disposições e categorias de percepções e práticas, estas são passíveis de serem incessantemente construídas, reconstruídas e transformadas. Com a necessidade de adaptação às novas circunstâncias de vida, como em contextos migratórios onde questões de etnicidade e de gênero impõem conflitos diversos, pode ocorrer transformações nos esquemas de ações e pensamentos, porém “[...] dentro de certos limites: entre outras razões porque o *habitus* define a percepção da situação que o determina” (BOURDIEU apud SETTON, 2002, p. 65).

Portanto considera-se que a vivência da migração internacional pode alterar as relações de força no interior do campo da família. O que faz emergir questionamentos no sentido de que se a inserção dos casais nas redes migratórias internacionais transforma a maneira de pensar as relações de gênero e, conseqüentemente, de se situar no interior destas relações. Pois pensa-se que a vivência na circunstância migratória pode influenciar a transformação e a reformulação do *habitus* não só dos que se encontram migrados, como também de seus/suas companheiros(as) que ficaram na comunidade de origem. Expressando, deste modo, a construção de novas categorias de ação prática, de percepção e/ou a resignificação das antigas.

Se esse pensamento estiver correto, a estrutura no interior do campo será modificada por indivíduos que, por não aceitarem inteiramente o padrão de normatividade anterior ao processo migratório a eles atribuído ou por eles “escolhido”, exatamente porque tal padrão confronta a sua realidade objetiva de vida, acabam por criar alternativas que lhes permitam trafegar socioculturalmente através da articulação de outras maneiras de agir no cotidiano imposto pela nova experiência. Assim, através da criação de novos mecanismos discursivos e de ação, mesmo quando continuam a viver juntos, eles e, especialmente, elas conseguiriam atuar de maneira mais autônoma. Por isto é importante refletir sobre os impactos da vivência cotidiana dos indivíduos e a possível influência das suas ações na sua subjetividade e, conseqüentemente, nas relações de gênero, pois nestas estão presentes uma gama de conflitos que podem ser estimulados ainda mais pela circunstância migratória, o que poderá levar a um reordenamento das percepções, induzindo, assim, os agentes a assumirem novas posições.

Deste modo, considera-se pertinente pensar que se a efetivação do projeto migratório pode influenciar a re-elaboração da relação entre os homens e as mulheres e modificar a mesma, parece defensável que também imporá mudanças no discurso e nas maneiras de pensar e de se relacionar dos envolvidos neste processo. Uma vez que o entendimento do que seja gênero deve ser concebido em “termos políticos e sociais com referência [...] às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social” (ROSALDO, 1995, p.22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento aqui apresentado caminhou no sentido de pensar a noção de *habitus* como uma categoria capaz de auxiliar na reflexão e compreensão do processo migratório de valadarenses para os Estados Unidos, considerando a complexidade da sua dimensão cultural e entendendo que as migrações, na contemporaneidade, são capazes de alterar as relações estabelecidas entre os homens e as mulheres que nesse processo se inserem. Os agentes sociais, quando se confrontam com novas situações de vida, sejam elas quais forem, e, aqui, em particular, quando se veem nas situações que o processo de migração internacional lhes impõe, reagirão tendo em vista:

Os efeitos de toda experiência nova sobre a formação do *habitus* [que] dependem da relação entre essa experiência e as já integradas ao *habitus* sob forma de esquemas de classificação e engendramento. Nesta relação que toma a forma de um processo dialético de reinterpretação seletiva, a eficácia informativa (ou rentabilidade) de toda experiência nova tende a diminuir à medida que cresce o número de experiências já integradas à estrutura do *habitus* (BOURDIEU, 2003, p. 164).

Deste modo, ao enfrentar uma nova circunstância social de vida, os homens e mulheres entram em tal situação tendo em vista o *habitus* incorporado/internalizado, portanto sua cultura, pois esta é fruto da história da relação com um sistema particular de reforços coletivos. Ou seja, considera-se que existe, em Valadares, um imaginário coletivo que alenta a migração como uma alternativa plausível e defensável de vida, e os indivíduos que optam por migrar fazem-no a partir de certa percepção que

conduz à ação, que os leva a considerar o projeto migratório como viável e desejável.

Assim, quando no país hospedeiro, eles e elas não se desvencilham sem mais das categorias de pensamento e ação internalizados ao longo de suas vidas, mas lidam com o novo contexto, tendo em vista essa ancoragem cultural prévia, não significando que, estando lá, serão os mesmos de quando estavam no Brasil, ou que, quem participa do processo migratório sem ter emigrado caso – o parceiro ou a parceira tenha ficado – também manterá intocado o seu *habitus*. Mas é na dialética indivíduo/sociedade; sociedade e cultura de origem; e sociedade e cultura de destino que a cultura do imigrante será importante na sua vivência lá, pois lhe oferece a direção na nova circunstância. De tal modo, uma vez inseridos nas redes migratórias, sua interação com o novo dar-se-á a partir do seu *habitus*, que é uma categoria que possui dinamismo, não é inteiramente estática, apesar de ser composta por elementos que tendem também à manutenção.

Defende-se que a noção de *habitus* aqui focalizada permite vê-lo como um processo não estático, o qual, assim, dá-se de maneira relacional e mostra que as disposições incorporadas podem ser “corroídas, contrariadas ou desmanteladas pela exposição a novas das forças externas, como no caso das migrações” (WACQUANT, 1991, p. 67), mas sempre na dimensão referencial a algo que, em última instância, é a própria cultura.

As pessoas, ao migrarem, levam consigo aquilo que são e, isso está contido no *habitus*, o que as manterá ligadas à cultura de origem e a partir de onde elas elaborarão a luta pela transformação; pela resignificação ou, quem sabe, pela manutenção daquilo que são. Na verdade, este conceito permite pensar a migração internacional numa perspectiva dialética onde o que eu sou interferirá no que eu me tornarei ao viver a minha nova experiência. Serei outro sem deixar de ser eu mesmo. Mesmo lá, continuo “brasileirinho da Silva” (SALES, 1999), ainda que um brasileiro “outro”.

REFERÊNCIAS

- BILAC, E. D. Família Algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do C. Brant de. (Org.). *A família Contemporânea em Debate*. 6.ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003. p. 29-38.
- BOURDIEU, P. *Esquisse d'une théorie de la pratique, precede de trois études d'ethnologie kabile*. Genebra: Librairie Diniz, 1972.
- _____. *Fieldwork in Philosophy*. Entrevista concedida A. Honneth, H Kocyba e B. Schwibs. Paris, abril de 1985.
- _____. Habitus, Illusio et Racionalité. In: _____. *Les Fins de La Sociologie Reflexive* (le Séminaire de Chicago). 1992. p. 91-114.
- _____. *Razões Práticas: sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *O Poder Simbólico*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. Esboço de Uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato. *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 39-72.
- _____. A Economia das Trocas Linguísticas. In: ORTIZ, Renato. *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 144-169.
- _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. *A dominação Masculina*. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- MACHADO, I. J. R. O Ponto de Vista das Famílias: etnografia sobre os emigrantes internacionais valadarenses (Brasil). *Migrações*, n. 5, out. 2009.
- _____. Interação das Fronteiras e o ponto de vista etnográfico: Dinâmicas migratórias crescentes em Governador Valadares. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 15, n. 31, p.167-187, jan./jun. 2009.
- MARTES, A. C. B. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ORTIZ, R. *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.
- POSTER, M. *Teoria Crítica da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ROSALDO, M. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, Ano 1, n.1, 1995.
- SAHLINS, M. O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em extinção. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 41-73, out. 1997. Parte I.
- _____. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 103-150, out. 1997. Parte II.
- SALES, T. *Brasileiros Longe de Casa*. São Paulo: Cortez. 1999.
- SETTON, M. G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, n.20, p. 60-70, maio/jun./jul.ago. 2002.

SIQUEIRA, S. *Migrantes e Empreendedorismo na Microrregião de Governador Valadares: Sonhos e frustrações no retorno*. 2006. 200f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

_____. *Sonhos, Sucesso e Frustração na Emigração de Retorno: Brasil – Estado Unidos*. Belo Horizonte: Agvmentvm, 2009.

WACQUANT, L. Esclarecer o habitus. *Revista da Faculdade de Letras-Sociologia*, Porto:Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Série I, v. 1, p. 35-41, 1991.

PARTE II

MIGRAÇÕES PASSADAS SÉCULOS XVIII AO XX

PROCESSOS MIGRATÓRIOS NA FORMAÇÃO DO INTERIOR PAULISTA (CAMPINAS: 1774-1877)

Paulo Eduardo Teixeira¹

A fundação oficial de Campinas ocorreu a partir de 1774, quando a mesma foi elevada à condição de freguesia, com o nome de N.S^a da Conceição das Campinas, ainda, sobre as ordens do Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo. No princípio, a região de Campinas era um pouso destinado àqueles que percorriam o caminho que ligava a cidade de São Paulo à região das minas de Goiás. Essa estrada, segundo Saint-Hilaire (1976, p. 83), estendia-se “quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais”, passando por Jundiaí, Campinas, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Casa Branca e Franca. Outro viajante, o pastor Kidder (1980, p. 233), após deixar para trás a capital da província, em 1839, e seguir rumo a Campinas, descreveu a entrada desse caminho da seguinte maneira:

¹ Historiador e docente do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação da FFC – UNESP/ Marília. Este artigo contempla resultados preliminares obtidos a partir do Projeto Temático “Observatório das Migrações em São Paulo”, financiado pela FAPESP. Email: pet@marilia.unesp.br

O caminho desenvolvia-se por entre morros e vales, apenas de raro em raro proporcionando uma visão mais ampla. Cada curva da estrada parecia nos levar mais para o âmago de um vastíssimo labirinto repleto de belezas vegetais, apenas levemente tocado, aqui e acolá, pela mão do agricultor.

Se, perto da metade do século XIX, o visitante podia contemplar poucas roças ao longo do caminho, imaginemos o que não teria sido isso por volta de 1740, quando foram distribuídas as primeiras datas de sesmarias na região de Campinas. No ano de 1767, o bairro rural era chamado de *Mato Groço*², quando a população era de apenas 268 pessoas. Essa designação representava bem a região, que era coberta por densa floresta de mata tropical, onde a presença de árvores típicas, como jatobá, ipê, pau-d’alho, peroba, sucupira e jacarandá, davam ideia de sua vegetação original ainda preservada em alguns pontos da atual cidade.³ Passadas algumas décadas, a imagem dessa vegetação ainda era muito marcante, pois, em 1818, o engenheiro D’Alincourt (1976, p. 51) observou que a vila estava cercada, a curta distância, por um “espesso arvoredó”.

A mudança para a condição de vila ocorreu por meio da determinação do governador, recém-empossado, Manuel de Melo Castro e Mendonça, no ano de 1797. A antiga designação de N. S^a da Conceição das Campinas teve seu nome substituído para Vila de São Carlos, que, de acordo com D’Alincourt (1976, p. 51, 53), tal atribuição dera-se em razão da “comemoração do Augusto Nome da Rainha, a Senhora D. Carlota Joaquina”, no entanto o mesmo referiu-se à vila como “S. Carlos de Campinas”, e, em diversas menções, abandonou o nome do santo.⁴

Assim, durante todo o período da vila, que nascera do pouso dos Campinhos, a mesma recebeu a designação oficial de São Carlos. A restauração do nome de Campinas veio apenas em 1842, quando a vila

² Dados baseados na lista nominativa de habitantes ou censo de 1767, Arquivo Público do Estado de São Paulo, População Jundiáí, n.º da Ordem 87a.

³ Cf. Brito (1956, p.66); Barreto (1995, p.55).

⁴ Daniel P. Kidder (1980, p.237) lamenta a substituição feita no nome, considerando Campinas “bonito e adequado”. Saint-Hilaire refere-se diversas vezes a Campinas, entretanto o mesmo comete um equívoco quando diz que “o governo provincial de São Paulo deu-lhe o título de cidade, com o nome de São Carlos”, pois é exatamente nesse momento que a Vila de São Carlos retomou sua antiga denominação e passou a ser conhecida, inclusive até os nossos dias, como cidade de Campinas. Cf. Saint-Hilaire (1976, p.109).

tornou-se uma cidade, entretanto, para este trabalho, utilizar-se-á apenas o nome pelo qual ficou mais conhecida a região, ou seja, Campinas.

Quanto à população que habitava a Freguesia de N.S^a da Conceição das Campinas em 1774, a mesma não passava de 475 pessoas, ao passo que vinte anos mais tarde, em 1794, ou seja, poucos anos antes da elevação da mesma à condição de vila, havia 249 domicílios e 1.862 habitantes, distribuídos entre livres, agregados e escravos.

Em 1818, D'Alincourt estimou em 6.000 pessoas o total de habitantes, onde parte dos moradores residia na vila, mais propriamente dita - no lugar em que os símbolos da autonomia administrativa se faziam representados por uma cadeia pequena, velha e com grades de pau; a casa da Câmara, que era pouco melhor; e o Pelourinho, que ficava no largo da Matriz. O arruamento era direito e de boa largura, com casas térreas feitas de taipa e cobertas de telhas, porém poucas eram as ruas existentes. Nesse período, o açúcar tornara-se o principal ramo de negócio existente na vila, o que obrigava uma grande importação de escravos. Para Saint-Hilaire (1976, p. 110), Campinas já era o maior produtor de açúcar de toda a província e contava com uma centena de engenhos. Em 1829, segundo as listas nominativas de habitantes, existiam 950 domicílios e perto de 8.500 pessoas, sendo que nesse momento os cativos eram quase a metade do total da população.

A localização geográfica da vila campineira, destacada por Kidder (1980, p. 236), favoreceu o lugar a tornar-se “o ponto de encontro das tropas que levam açúcar para o litoral”, além de atestar que isso tenha dado “mais vida e energia” a vários setores comerciais. Em 1860, o diplomata suíço J.J. von Tschudi (1976, p. 154) desembarcava no Brasil e, ao visitar algumas fazendas em Campinas nas quais havia colonos europeus trabalhando, o ministro teve oportunidade de escrever o seguinte em atinência à localidade:

São Carlos de Campinas, uma trintena de anos atrás, era ainda uma cidade sem importância. Em seus arredores cultivava-se a cana-de-açúcar, mas sem grande proveito, pois os preços eram baixos e a grande distância do porto de Santos encarecia demasiado o transporte. [...] seguindo o exemplo dos fazendeiros do Rio de Janeiro, os de Campinas começaram também a plantar café, o que fizeram em escala cada vez maior, até que todas as terras entre Jundiá e São João do Rio Claro

ficaram inteiramente cobertas de cafezais. Esta nova cultura teve conseqüências muito benéficas para Campinas, então vila ainda, e que em 1840 foi elevada à categoria de cidade, desenvolvendo-se daí para cá em extensão e importância.

As declarações desse viajante remetem a dois momentos econômicos distintos: o período da lavoura canavieira e o do café, sendo a elevação à condição de cidade um marco desse crescente esplendor, a respeito do qual o mesmo afirmou que “Campinas está fadada a ser a segunda cidade da Província” (TSCHUDI, 1976, p. 154).

Tschudi ainda informou que o município contava com uma população total de 21 mil habitantes, sendo que, destes, 14 mil eram escravos, e que a cidade abrigava de 5 a 6 mil pessoas. Esses números registram a vitalidade e a grande importância alcançada por Campinas como centro comercial de várias comarcas, “tanto da Província, como também da de Minas Gerais, que para ela enviam seus produtos, tais como algodão, toucinho, feijão, queijo, etc., recebendo em troca sal, ferramentas, artigos importados da Europa” (TSCHUDI, 1976, p. 173). Entretanto, para que o sucesso da cidade fosse coroado de pleno fulgor, Tschudi (1976, p. 173) apontou para uma questão vital: “a construção da estrada de ferro Santos – São Paulo – Campinas”, que foi realizada poucos anos mais tarde.

Quanto ao conhecimento do crescimento demográfico de Campinas nas décadas finais do século XIX, é possível individualizar esse fato a partir do primeiro censo do Império, realizado em 1872, que apontou uma população total de 31.397 pessoas, sendo 13.685 escravos. Enfim, os dados revelam um crescimento populacional positivo, mas deve-se ressaltar que parte desse aumento foi proporcionada pela imigração de europeus e outros grupos que passaram a adentrar o território paulista, especialmente quando as leis abolicionistas apontaram para o final do escravismo no Brasil.⁵

⁵ A cronologia das leis abolicionistas revela duas questões, de um lado, a pressão externa sofrida pelo Brasil, sobretudo por parte dos ingleses, quando a lei de 1850 marca esse processo, de outra parte, as pressões internas das campanhas abolicionistas quando as leis do sexagenário e do ventre-livre demonstram o avanço do debate interno até a sua consumação, com a Lei Áurea de 1888. Cf. Rodrigues (2000).

METODOLOGIA DO ESTUDO

A mobilidade geográfica ou espacial nas sociedades do século XIX e anteriores pode ser estudada graças aos métodos da demografia histórica e à existência de informações sobre a naturalidade que consta de alguns documentos que se tornaram fundamentais para o conhecimento de nossas sociedades pretéritas, que são as *Listas Nominativas de Habitantes* e, especialmente, os *Registros Paroquiais de Casamento*.

A *Lista Nominativa* de Campinas, do ano de 1814, apontou 53 diferentes locais de nascimento para os chefes de domicílio, ao passo que, em 1829, a relação saltou para 73, o que revela um aumento significativo de pessoas oriundas de um número cada vez mais elevado de lugares diversos. Nas listas, encontramos poucas pessoas naturais de regiões mais distantes, como o caso de Cuiabá, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Curitiba, “do continente do Sul”, bem como da Europa, sobretudo de Lisboa. Peso expressivo, no entanto, tiveram as áreas mais próximas, como as de vilas vizinhas de Atibaia, Itu, Jundiaí, Nazaré, Bragança, Mogi Mirim e da cidade de São Paulo.

Quanto aos *Registros Paroquiais* de Casamentos, os mesmos informam a existência de cerca de duas centenas de diferentes lugares de nascimentos para os noivos de ambos os sexos que contraíram matrimônio em Campinas, no período de 1774 até 1877. O espectro de vilas e cidades assemelhou-se ao apontado pelas *Listas Nominativas*, confirmando a importância de localidades vizinhas a Campinas, em seu processo de povoamento, como áreas de dispersão de imigrantes livres. Tal fato pode ser comparado ao caso estudado por Giovanni Levi (1971), onde o autor demonstrou que a cidade de Turin, na Itália, durante a primeira metade do século XVIII, cresceu em grande medida pela vinda de imigrantes das dioceses de Mondovi e de Vercelli, chegando à conclusão que:

Onde uma boa economia, uma boa agricultura se desenvolve, forma-se como uma barreira que modifica as estruturas da área geográfica da imigração. Ao contrário, as zonas em crise deixam escapar muito mais gente (LEVI, 1971, p. 544).

Diante dessas informações, vislumbra-se o desenho de um quadro no qual Campinas se apresenta como lugar de grande atração, tendo os fatores econômicos possibilitado o assentamento de uma população desejosa de enriquecer, o que, certamente, fez com que a região se tornasse um polo de atração como poucos no Brasil. Terras de boa qualidade e em abundância, formas de exploração econômica diversificadas, desde a agricultura mercantil até o pequeno comércio, que foram sendo desenvolvidas nos primórdios do seu povoamento até o momento que a cidade começou a ser palco de uma industrialização incipiente, em meados do século XIX, e demonstrou que a economia cafeeira permitiu a introdução na cidade de inúmeros símbolos da “modernidade”: os trilhos de trem, a iluminação pública e as reformas sanitárias.

Para mapear a influência da população migrante nesse processo de constituição de uma “nova” sociedade, serão analisados, principalmente, os registros paroquiais de matrimônios realizados em Campinas, no período de 1774 a 1877, cobrindo, assim, tanto a população dita livre quanto escrava. Procurou-se, para tanto, pensar nos processos envolvidos, tendo em conta os diferentes motivos de entrada de pessoas, como a escravidão, que trouxe de maneira compulsória uma quantidade enorme de pessoas para os territórios campineiros. Por sua vez, o sistema de colonato introduzido em São Paulo, pelo senador Vergueiro, nos primórdios do século XIX, em sua fazenda de Ibicaba, demonstrava outra proposta de trabalho para os estrangeiros, mas que somente ganhou força depois de meados do século XIX. Assim, o objetivo maior neste estudo é o de dar uma visão geral sobre as diferentes localidades que contribuíram para enviarem pessoas para trabalhar, viver e, talvez, morrer em Campinas.

AS ORIGENS DA POPULAÇÃO DE CAMPINAS

Na base dessa sociedade, o escravo passou a ganhar maior importância para o estabelecimento de uma economia agrária voltada ao comércio, e, em 1814, quando a vila de Campinas não tinha completado vinte anos de existência, a mesma já despontava como uma região com

forte presença de mão de obra escrava para, em 1829, superar a antiga vila de Itu e muitas outras.⁶

Mas, ao estudar a população livre propriamente dita, passa-se a entender melhor o processo migratório desencadeado na região de Campinas, pois ela foi responsável pela compra de escravos, consequentemente, pela sua importação de outras áreas. Assim, se, entre 1814 e 1829, houve um aumento da população de escravos, é porque uma parcela da população livre tinha condições e interesses para que esse fenômeno fosse incrementado. Portanto qual o perfil da população livre que se estabeleceu em Campinas nas décadas iniciais do século XIX? Quais eram seus interesses? Para tentar responder a estas questões tratar-se-á de destacar os seguintes aspectos: naturalidade, raça e atividades econômicas.

TABELA 1 - Principais localidades de origem pela raça do chefe de domicílio, Campinas: 1814 e 1829

PRINCIPAIS LOCALIDADES	RAÇA						
	1814			1829			
	BRANCO	PARDO	TOTAL	BRANCO	PARDO	NEGRO	TOTAL
Atibaia	37	29	66	33	4		37
Bragança	20	21	41	24	11		35
Campinas	46	21	67	142	30	1	173
Itu	33	29	62	69	11	1	81
Jundiá	30	18	48	46	22	2	70
Mogi	13	17	30				-
Nazaré	62	67	129	38	17		55
Parnaíba			-	15	10		25
Santo Amaro			-	18	5		23
São João	15	18	33				-
São Paulo	33	17	50	31	13	3	47
TOTAL	289	237	526	416	123	7	546

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

⁶ Luna e Klein (1990, p. 370), estudando a posse de escravos em algumas localidades de São Paulo, em 1829, apontaram para as seguintes médias de escravos por proprietário: Itu = 11,0; Mogi = 4,6; São Paulo = 4,9. Em Campinas, nesse ano, a média foi de 14,7.

Como se demonstra na Tabela 1, em 1814, quase a metade do número de chefes de domicílios (45%) foram declarados “pardos” pelos recenseadores, e a grande maioria era proveniente das principais localidades que forneceram habitantes para Campinas, e, nos casos de Nazaré, Bragança, São João e Mogi, estas localidades exportaram mais pardos que brancos. Portanto percebe-se que a imigração foi importante no processo de ocupação da terra ao permitir a inclusão daqueles que vieram de camadas sociais menos favorecidas.

Já, no ano de 1829, a presença de imigrantes pardos oriundos das principais localidades não chegou a 1/3 e apenas Nazaré e Bragança permaneceram entre as principais regiões fornecedoras de novos povoadores, além disso, mesmo nesses dois casos, a vinda maior foram de pessoas brancas, possivelmente indicando uma mudança na valorização do solo e impedindo a permanência de pessoas despossuídas em terras campineiras. Esses resultados mostram que, nesse momento, a vila funcionou como centro de dispersão da população mestiça, tal como ocorreu numa área de expansão agrícola argentina (FABERMAN, 1995, p. 36).

Nota-se, ainda, que Campinas passou a ser a primeira localidade, individualmente falando, a gerar um maior número de chefes de domicílio brancos, seguida por Itu e Jundiáí, duas das mais antigas vilas do velho oeste paulista, e, portanto, berço de importantes famílias que investiram em terras campineiras. Em outras palavras, visa-se a esclarecer que nesse período a concentração de riqueza nas mãos de brancos, representada pela posse das terras e de escravos, foi responsável não só pela saída de muitas pessoas do campo, como também impediu o estabelecimento de outras que tinham condições econômicas desfavoráveis.

TABELA 2 - Proporção dos escravos pelo número de proprietários chefes de domicílio, Campinas: 1814

ANO 1814	Faixa de Escravos						TOTAL
	1-5	6-10	11-15	16-20	21-50	51-100	
N.º Senhores de Escravos	129	25	12	6	24	6	202
	63,8%	12,4%	6%	3%	11,8%	3%	100%
N.º Total de Escravos	304	187	153	112	790	347	1.893
	16,1%	9,9%	8,1%	5,9%	41,7%	18,3%	100%
N.º Médio de Escravos	2,4	7,5	12,7	18,6	32,9	57,8	9,37

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

Quando da análise quanto à posse de escravos, foi possível detectar que, entre 1814 e 1829, intensificou-se o processo de concentração de riqueza nas mãos dos grandes senhores, pois a maioria dos senhores de escravos, em 1814, correspondia aos pequenos proprietários, aqueles que possuíam de um a cinco cativos, embora os senhores que tinham de 21 a 50 escravos tenham sido responsáveis por manter mais de 40% do total da população cativa (Tabela 2).

Quando são comparadas essas mesmas informações disponíveis para o ano de 1829 (Tabela 3), nota-se que diminuiu a participação dos pequenos proprietários em 10% e a sua participação no total de escravos caiu pela metade! Os senhores que possuíam de 51 a 100 cativos passaram a responder por 33,6%, além de surgir uma pequena elite de apenas cinco senhores com mais de cem escravos. Portanto, um modelo concentrador de rendas encontrava-se em pleno funcionamento, baseado na grande propriedade de escravos e na monocultura.

TABELA 3 - Distribuição dos escravos pelo número de proprietários chefes de domicílio, Campinas: 1829

ANO 1829	Faixa de Escravos						+100	TOTAL
	1-5	6-10	11-15	16-20	21-50	51-100		
N.º Senhores de Escravos	175	42	25	23	34	23	5	327
	53,5%	12,8%	7,6%	7,1%	10,4%	7,1%	1,5%	100%
N.º Total de Escravos	392	319	322	418	1.120	1.615	613	4.799
	8,2%	6,6%	6,7%	8,7%	23,4%	33,6%	12,8%	100%
N.º Médio de Escravos	2,3	7,6	12,8	18,2	32,9	70,2	122,6	14,67

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

Essa transformação está associada à menor importância que os agricultores passaram a representar no quadro da economia local, após 1814, quando a produção de açúcar ultrapassou todas as demais.⁷ Em Campinas, esse período correspondeu àquele momento referido por Amaral Lapa, em que se fundiram as fronteiras, demográfica e econômica, resultando na etapa de superação da produção de subsistência pela atividade principal: a produção açucareira.

Ao analisar-se a localidade de origem dos chefes de domicílio pela faixa de idade (Tabelas 4 e 5), em 1814, havia um maior peso dos chefes de domicílio nascidos em Campinas que tinham menos de 29 anos, enquanto que, em 1829, a participação tornou-se mais significativa na faixa dos 30 aos 49 anos. Vejamos:

⁷ Analisando a posse de escravos e a participação dos agricultores não vinculados à produção do açúcar em 1804, Luna e Costa (1983) constataram que, em Campinas, os domicílios de agricultores era parcela majoritária, detendo expressiva massa de cativos. Como se pode perceber, este padrão assemelha-se ao do ano de 1814.

TABELA 4 - Procedência dos chefes de domicílios pela faixa etária, Campinas: 1814

ANO 1814		LOCALIDADE DE ORIGEM			TOTAL
FAIXA ETÁRIA	Campinas	Outras	Indefinido		
10-19	4	4	2	10	
20-29	30	124	6	160	
30-39	18	146	1	165	
40-49	5	167	10	182	
50-59	4	104	5	113	
60+	5	75	1	81	
TOTAL	66	620	25	711	

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

TABELA 5 - Procedência dos chefes de domicílios pela faixa etária, Campinas: 1829

ANO 1829		LOCALIDADE DE ORIGEM			TOTAL
FAIXA ETÁRIA	Campinas	Outras	Indefinido		
10-19	7	6	5	18	
20-29	57	79	47	183	
30-39	50	131	45	226	
40-49	35	166	45	246	
50-59	14	113	28	155	
60+	9	84	21	114	
TOTAL	172	579	191	942	

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

Em outras palavras, a vila começou a gerar um maior número de pessoas que permaneceram na terra natal como novos chefes de família. Todavia foi na faixa de 20-29 anos que, tanto em 1814 quanto em 1829, individua-se o maior número de chefes de domicílio nascidos na própria vila, indicando que os mesmos eram frutos de povoadores que haviam se estabelecido quando Campinas ainda era uma freguesia, portanto pelo menos entre 1785 e 1797.

Os domicílios, durante o período da freguesia de Campinas, estavam divididos pelos bairros rurais, entretanto os censos de 1814 e 1829 encontram-se divididos em companhias, que infelizmente não apresentam

sua localização geográfica, restando apenas o conhecimento de que a 1.^a Companhia, de 1814 e 1829, e a 7.^a Companhia, deste último ano, correspondem à parte central da vila. Contudo pode-se aproveitar essas informações realizando a distribuição dos habitantes pelas companhias, assim, procurando perceber um aspecto importante do povoamento em Campinas.

TABELA 6 - Naturalidade dos chefes de domicílio de acordo com a sua distribuição pelas companhias, Campinas: 1814

LOCAL	COMPANHIAS						TOTAL
	1	2	3	4	5	6	
Campinas	13	5	15	11	10	13	67
Nazaré	6	6	5	70	40	3	130
Atibaia	11		29	12		14	66
Itu	7	4	8	6	24	13	62
São Paulo	18	4	5		22	1	50
Jundiaí	4	7	16	15	1	5	48
Bragança	3	3	11	4	14	6	41
São João		7	2		21	3	33
Mogi	6	1	2	4	5	12	30
TOTAL	68	37	93	122	137	70	527

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

A tabela 6 ilustra a divisão feita para 1814 e evidencia que as famílias de migrantes procuravam se organizar de forma tal que podiam compartilhar a solidariedade de outras famílias que tinham na localidade de origem algo em comum. Este tipo de migração, segundo Darroch (1981, p. 260), consistiria na participação de parentes e amigos que financiavam e assistiam ao migrante. Pelos censos, também, percebe-se que muitos sobrenomes de fogos vizinhos representavam a associação de seus moradores a um clã maior. A origem familiar de um bairro, segundo Candido (1979, p. 76), foi “tendência visível por todo o povoamento de São Paulo antes da imigração estrangeira”.

Conforme os dados, nota-se 70 famílias de Nazaré morando na 4.^a Cia e 40 na 5.^a Cia, ao lado de 24 chefes de domicílios vindos de Itu

e 22 de São Paulo. Estes indícios permitem compreender a articulação entre as várias famílias através das redes de parentesco, dessa maneira, ampliando o conceito de família (VELHO, 1987, p. 82). Em 1829, o quadro foi alterado, então, dando lugar a um maior equilíbrio entre os migrantes de diferentes lugares e demonstrando talvez que o período de grande migração para as áreas rurais estivesse chegando ao fim, pois, como se pode perceber, o processo de ocupação das melhores terras já havia se efetivado neste ano e a produção do açúcar alcançava os mais elevados índices, indicando a existência de grandes propriedades. Ainda assim, em 1829, a 3.^a Cia abrigava 23 chefes de domicílio provenientes de Jundiá e 20 de Atibaia, enquanto, na 4.^a Cia, ainda, achavam-se 28 famílias de Nazaré, conforme ilustra a tabela 7.

TABELA 7 - Naturalidade dos chefes de domicílio de acordo com a sua distribuição pelas companhias, Campinas: 1829

LOCAL	COMPANHIAS							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	
Campinas	10	19	30	31	15	25	43	173
Itu	9	6	14	12	6	13	21	81
Jundiá	5	3	23	12	1	6	21	71
Nazaré	3	2	3	28	3	5	11	55
São Paulo	17	6	1	1		1	21	47
Atibaia			20			2	15	37
Bragança	3	5	7	5	5	3	7	35
Parnaíba	8	3	3	2		1	8	25
Sto Amaro	4	2	3	1		2	11	23
TOTAL	59	46	104	92	30	58	158	547

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

No caso dos migrantes de São Paulo, nota-se que, em 1829, os mesmos instalaram-se preferencialmente na 1.^a e 7.^a Cia, ou seja, as regiões centrais da vila, onde havia possibilidades para as atividades ligadas ao pequeno comércio e à prestação de serviços, com as quais, provavelmente, estavam acostumados, pois o estudo de Maria Odila L. da S. Dias (1984), sobre as mulheres daquela cidade, demonstra que muitas delas viviam

de suas vendas, de suas agências e dos jornais de escravos. Portanto dar continuidade a um trabalho já conhecido poderia ser um caminho mais fácil à adaptação e sobrevivência desses migrantes.

Estudando as principais atividades exercidas pelos chefes de domicílio, entre 1814 e 1829, observa-se que um grande número de agricultores e lavradores deixou de exercer essa atividade. Em 1814, eles somavam 370 chefes de domicílio, correspondendo a 51% do total, sendo que, em 1829, não chegaram a 32%, com 303 chefes de domicílio. Ao comentar sobre esse movimento em declínio do número de fogos de agricultores em face do aumento do número de domicílios, Valter Martins (1996, p. 38) sugere que “o crescimento da população caminhou em direção a outras atividades que não a agrícola”.

Sem dúvida, houve aumento do número de negociantes e daqueles que viviam de costura, venda, agências, prestação de serviço e jornais de escravos. Cresceu também o número de senhores de engenho e, por exemplo, da Vila de Itu, pelo menos desde 1814 vieram representantes das principais famílias desse ramo de atividade se estabelecer em Campinas. Outra indicação de que em 1829 o processo de migração tornou-se muito reduzido é o fato de poucas famílias estabelecerem-se como “morador novo”, ou seja, indivíduos que fundavam um novo fogo ou domicílio. Em 1814, houve o assentamento de 42 novas famílias, ao passo que, em 1829, esse número foi de apenas 10, sendo que 7 eram originárias da própria vila.

Até 1814, esse processo de crescimento baseado na migração de pessoas oriundas de localidades diversas parece ter favorecido o crescimento da população livre de um modo geral. A partir do momento que esse processo sofreu um arrefecimento, a população livre não acompanhou o aumento da população escrava, que a ultrapassou em 1829 (TEIXEIRA, 2004). Essas ideias sugerem que, enquanto havia terras disponíveis e de fácil acesso a populações de outros lugares, estas, incentivadas por parentes ou amigos, vinham e se instalavam, desse modo, contribuindo com o crescimento de livres. Porém, nos anos sucessivos, em que as grandes fazendas passaram a ocupar cada vez mais espaço para ampliarem sua produção e a importação de escravos fez-se mais necessária, identifica-se que a população dependente de domicílios sem escravos, portanto livre, não só estabilizou-se como, a partir de 1814, decresceu.

Em suma, era a população livre e sem escravos, proveniente de um processo migratório, originado a partir de uma política de povoamento baseada no estímulo ao comércio, que Campinas viu o grande crescimento populacional da freguesia e vila, porém, a partir da primeira década do século XIX, a economia açucareira determinou uma mudança profunda no perfil demográfico, importando mais escravos e dificultando a entrada do contingente populacional livre de pardos e brancos pobres, que passaram a ir mais para o oeste, onde a terra de boa qualidade e outros estímulos atraíram os novos moradores. Assim, lugares como Piracicaba, Rio Claro, Araraquara e outros devem ter sofrido processo colonizador semelhante (DEAN, 1977).

Finalmente, quando se examina a condição social da população subordinada aos senhores de escravos ao longo desses anos, nota-se que a população livre teve um crescimento numérico pouco significativo e, proporcionalmente, em constante declínio em relação à população cativa (Tabela 8).

TABELA 8 - Distribuição da população nos domicílios de senhores de escravos por condição social, Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829

ANO	CONDIÇÃO SOCIAL							
	LIVRES		ESCRAVOS		AGREGADOS		ESCRAVOS de AGREGADOS	
	F. Ab.	F. Rel.	F. Ab.	F. Rel.	F. Ab.	F. Rel.	F. Ab.	F. Rel.
1774	176	61,3%	87	30,3%	24	8,4%	0	0
1794	361	38,7%	498	53,4%	74	7,9%	0	0
1814	941	30,0%	1.893	60,3%	265	8,4%	42	1,3%
1829	1.300	20,4%	4.799	75,2%	214	3,4%	66	1,0%

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

Reitera-se a ideia de que, especialmente na década de 1820, o processo migratório de livres em direção a Campinas estagnou e sofreu uma inversão. A diminuição da população livre parece ter ocorrido pela saída dessas pessoas para outras áreas. Se a Freguesia de Campinas foi beneficiada com a vinda de muitos casais para o fortalecimento de seu núcleo populacional durante vários anos, nesse momento, era ela quem começava a contribuir para a formação de novas vilas.

Ao consultar o recenseamento de 1822, referente a Rio Claro, Warren Dean (1977, p. 22) comentou que, dos 231 domicílios existentes, quase a metade dos chefes de família

[...] tinham nascido fora do povoado, em locais geralmente próximos e um pouco distanciados das regiões ainda inexploradas. A maioria tinha vindo de Mogi-Mirim, Bragança e Nazaré, municípios a sudeste, com uma alta proporção de pequenas propriedades em declínio. Alguns eram de Campinas e Itu, ao sul, uns poucos eram oriundos de municípios mais distantes.

CICLOS ECONÔMICOS E MIGRAÇÕES

Neste item, busca-se demonstrar como o processo migratório foi iniciado para Campinas tendo como parâmetro as Listas Nominativas de habitantes. Dessa maneira, aqui, o objetivo será o de visualizar a origem dos noivos que contraíram matrimônio em diversos momentos político-econômicos pelos quais a localidade campineira se caracterizou, neste estudo, dividida da seguinte forma: Freguesia (1774-1799), período em que, inicialmente, há o predomínio de atividades voltadas para a subsistência e o início do cultivo da cana-de-açúcar; Vila (1800-1824), correspondente à primeira fase de expansão dos canaviais; Vila (1825-1850), que sinaliza o auge da produção campineira de açúcar, dividindo espaço com a cultura nascente do café na região; Cidade (1850-1877), período no qual o café se instala como principal fonte de renda no território.

TABELA 9 - Naturalidade dos migrantes livres por sexo, Campinas: 1774-1799

NATURALIDADE	<i>População Livre</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	7	3,7	16	8,4
Atibaia	32	16,8	14	7,3
Bragança	-	-	2	1,0
Itu	16	8,4	8	4,2
Jundiaí	12	6,3	29	15,2
Nazaré	17	8,9	28	14,7
Subtotal	84	44,1	97	50,8
Outras	107	55,9	94	49,2
TOTAL	191	100	191	100

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

Os dados da tabela 9 apontam que cerca de 50% dos noivos e noivas eram naturais de apenas seis localidades próximas, sendo Campinas a que inicialmente ofereceu menor número de noivos. Essa endogamia geográfica, também observada em outras localidades europeias e brasileiras, foi, possivelmente, o que proporcionou maior facilidade para que houvesse casamentos entre parentes, talvez, com maior frequência em virtude da endogamia social.⁸

Além disso, algo chamou a atenção, isto é, a maior presença de noivas nascidas em Campinas desde a fundação da Freguesia, em 1774, muito embora a participação dos noivos nascidos em Campinas tenha crescido ao longo dos períodos seguintes, ou seja, entre 1800 e 1824 (Tabela 10) e 1825-1850 (Tabela 11), ainda assim, foi menor que a de noivas. Por sua vez, a tabela 12 revela um momento em que a participação de noivos nascidos em Campinas cessa de crescer proporcionalmente ao número de sujeitos oriundos de localidades mais distantes, o que pode-se aludir ao início de uma nova onda de migrantes estimulada pela economia cafeeira. Vale destacar que a região vizinha, composta por Atibaia, Bragança Paulista, Nazaré, Itu e Jundiaí, deixou de ser importante polo migratório para Campinas no final da década de 1820.

⁸ Cf. Lebrun ([197?], p. 35), em Penmarch, 77% dos cônjuges eram originários da mesma paróquia, isto entre 1720-1790; em Loiron, esse índice foi de 64,8% para o período de 1668-1790; e em Vineuil, entre 1740-1790, a proporção foi a mais elevada: 80,2%. Em São João Del Rei, Silvia Brügger (2002, p.119) constatou esse mesmo fato, maior proporção de mulheres naturais da própria localidade desde 1751, ao passo que os noivos se tornaram majoritários a partir de 1781. “Neste sentido, pode-se inferir que a população natural da região se tornava gradativamente mais sedentária, em função da prosperidade econômica propiciada pelo comércio e pela produção de gêneros de abastecimento. Assim sendo, se, no século XVIII, predominaram os casamentos de homens migrantes com mulheres naturais de São João del Rei, a partir de fins daquela centúria passaram a ser majoritárias as uniões de nubentes nascidos na própria região”.

TABELA 10 - Naturalidade dos migrantes livres por sexo, Campinas, 1800-1824

NATURALIDADE	<i>População Livre</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	204	16,7	404	33,1
Atibaia	93	7,6	87	7,1
Bragança	80	6,5	61	4,9
Itu	66	5,4	71	5,8
Jundiaí	96	7,8	127	10,4
Nazaré	105	8,6	103	8,4
Subtotal	644	52,6	853	69,7
Outras	578	47,4	369	30,3
TOTAL	1.222	100	1.222	100

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

Voltando para a questão do predomínio de noivas nascidas em Campinas em relação aos noivos de mesma origem, como explicar tal desnível, visto que a razão de sexo entre os filhos de chefes de domicílio apresentou um ligeiro predomínio do sexo masculino?⁹ Desta forma, qual o destino de parte da prole masculina nesse contexto socioeconômico? Uma resposta possível seria o fato de potenciais noivos nascidos em Campinas terem se casado com mulheres de outras localidades, e, portanto, nestes casos, as cerimônias foram registradas em tais lugares. Enfim, François Lebrun ([197?], p. 35) afirma que o costume, até hoje notório, “de se casar na paróquia da futura esposa, explica que a porcentagem de cônjuges (mulheres) originárias da paróquia é sempre mais elevada que a dos cônjuges (homens)”.

Importa salientar que Atibaia, Nazaré e Itu foram três das mais importantes localidades, que, no período de 1774-1799, forneceram boa parte de noivos e noivas para Campinas, mas que, nos períodos subsequentes, apresentaram uma queda gradativa nessa participação, ao passo que, em sentido oposto, os noivos originários da própria vila passaram a ter um peso mais significativo nesse grupo, chegando os homens a representarem 38,1% dos contraentes entre 1825-1850, e as

⁹A razão de sexo entre os filhos de homens e mulheres chefes de domicílio em Campinas apresentou os seguintes números: em 1774, 105,1; em 1794, 106,8; em 1814, 108,6; e, em 1829, 107,3.

mulheres a 57,6% do total das noivas desse mesmo período (Tabela 11). Essas informações demonstram que a mobilidade espacial esteve centrada principalmente na região do oeste paulista, e que o mercado nupcial se fez em torno da área de Campinas, quando a mesma ainda era uma freguesia, porém tornando-se mais e mais a terra natal dos noivos que constituíram a vila campineira.

TABELA 11 - Naturalidade dos migrantes livres por sexo, Campinas, 1825-1850

NATURALIDADE	<i>População Livre</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	525	38,1	795	57,6
Atibaia	24	1,7	12	0,8
Bragança	50	3,6	49	3,5
Itu	56	4,1	30	2,2
Jundiaí	78	5,6	40	2,9
Nazaré	14	1,1	16	1,2
Subtotal	747	54,2	942	68,2
Outras	632	45,8	437	31,8
TOTAL	1.379	100	1.379	100

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

TABELA 12 - Naturalidade dos migrantes livres por sexo, Campinas, 1850-1866

NATURALIDADE	<i>População Livre</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	439	36,5	566	47
Atibaia	-	-	-	-
Bragança	3	0,2	9	0,7
Itu	1	0,1	3	0,3
Jundiaí	7	0,6	5	0,4
Nazaré	-	-	-	-
Subtotal	450	37,4	583	48,4
Outras	754	62,6	621	51,6
TOTAL	1.204	100	1.204	100

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

Acerca dos povoadores, seria de esperar que, entre eles, predominassem os homens, uma vez que diversos autores têm apontado

que haveria uma tendência maior para migrar. Ressalta-se, no entanto, que para Campinas a grande maioria dos povoadores era formada por casais, ao contrário daquilo que se poderia supor para uma área de fronteira.¹⁰

Quanto à população cativa, sua origem, inicialmente, é fruto de um processo migratório forçado e o maior contingente é considerado “Gentios de Guiné”. Há angolanos, congos, africanos de Moçambique, benguelas e escravos de “Nação”, porém pouquíssimos nascidos em Campinas. Há também escravos nascidos no Brasil, os “crioulos”, que alimentam o tráfico interno, sendo muitos deles oriundos de localidades variadas.

Assim, a tabela 13 evidencia esse processo no momento inicial do povoamento de Campinas. Essa tendência vai predominar até 1825 (Tabela 14), quando, a partir desse momento, dado o intenso fluxo de cativos para Campinas, começam a gerar noivos nascidos na própria vila, representando 8,1% dos noivos e 15,5% das noivas (Tabela 15).

TABELA 13 - Naturalidade dos migrantes escravos por sexo, Campinas: 1774-1799

NATURALIDADE	<i>População Escrava</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	1	1,2	4	4,8
Angola	2	2,4	1	1,2
Congo	1	1,2		
Gentio de Guiné	48	57,8	38	45,8
Subtotal	52	62,6	43	51,8
Outras	31	37,4	40	48,2
TOTAL	83	100	83	100

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

¹⁰ Sobre alguns autores que apontaram para uma forte migração masculina nas áreas de fronteira, destaca-se Alida Metcalf (1990, p. 295), que, ao se preocupar com as práticas sucessórias das famílias de escravistas, constatou para Parnaíba “a estratégia de enviar os filhos (homens) para o sertão [...], tendo sido repetida de geração em geração [...]”; Dora I. P. da Costa (1997, p. 150, 151), que aceitou o modelo proposto por Metcalf para Campinas, acrescentou “mais um elemento: o genro só se tornava líder da família na ausência da prole masculina a qual tinha um papel fundamental de desbravar o sertão à oeste e aumentar a riqueza familiar”; finalmente, Renato L. Marcondes (1998, p. 60), preocupado com os indicadores de sexo que apontavam para um predomínio das mulheres em relação aos homens livres em Lorena, propôs que “no início da ocupação de uma nova região haveria a emigração principalmente de homens das áreas mais antigas”.

TABELA 14 - Naturalidade dos migrantes escravos por sexo, Campinas: 1800-1824

NATURALIDADE	<i>População Escrava</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	12	1,6	15	2,1
Benguela	1	0,1		
Congo			2	0,2
Gentio de Guiné	586	81,3	515	71,4
Subtotal	599	83	532	73,7
Outras	122	17		26,3
TOTAL	721	100	721	100

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

TABELA 15 - Naturalidade dos migrantes escravos por sexo, Campinas: 1825-1850

NATURALIDADE	<i>População Escrava</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	62	8,1	119	15,5
Angola			1	0,1
Congo	2	0,2	3	0,3
Guiné	310	40,5	118	15,4
Gentio de Guiné	162	21,2	137	17,8
Moçambique			2	0,2
Nação	14	1,8	11	1,4
Subtotal	550	71,8	391	50,7
Outras	216	28,2	375	49,3
TOTAL	766	100	766	100

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

No período subsequente, ou seja, quando Campinas torna-se uma cidade imperial e a cultura do café passa a tomar conta do cenário rural, a população cativa de noivos provenientes da África começa a diminuir, indicando as influências das leis que procuraram inibir o “infame comércio”. O que se nota, portanto, é um aumento de escravos nascidos em um número maior de outras localidades brasileiras e que passaram a alimentar o processo migratório interno de cativos (Tabela 16).

TABELA 16 - Naturalidade dos migrantes escravos por sexo, Campinas: 1851-1877

NATURALIDADE	<i>População Escrava</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	135	8,1	205	12,2
Benguela	4	0,2	4	0,2
Congo	7	0,4	9	0,6
Guiné	276	16,4	124	7,3
Moçambique	37	2,2	57	3,4
Nação	165	9,7	65	3,8
Subtotal	624	37	464	27,5
Outras	1.063	63	1.223	72,5
TOTAL	1.687	100	1.687	100

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

Em suma, estas informações permitem compreender o processo migratório no interior paulista a partir de uma localidade que atingiu importância central no processo de povoamento do interior paulista, na sequência do final do século XVIII. Em relação à população livre, uma migração com forte peso regional, ao passo que o processo internacional de uma migração forçada da população que se tornou escrava, esteve condicionada aos determinantes de uma política que procurou por fim ao comércio internacional de cativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o processo migratório de Campinas permite entrever a existência de padrões de desenvolvimento demográfico afetados por condicionantes políticas, econômicas, geográficas e ecológicas.

O trabalho aqui apresentado é fruto de diversas pesquisas relacionadas a conhecer o papel da população que se abrigou na região de Campinas, dessa forma, desvendando quem foram os sujeitos que, em diferentes momentos históricos, contribuíram para o desenvolvimento econômico, de tal maneira que entender os processos migratórios, seja de livres ou escravos, permite identificar as dinâmicas e suas condicionantes. Neste caso, o peso da migração forçada para áreas de *plantation* proporcionou

a expansão canavieira, com isso, gerando um grande acúmulo de capital, que passou a ser convertido para as plantações de café, principalmente em meados do século XIX. A participação da população livre foi importante para aquilo que Santos (2001) denominou como “agricultura mercantil de subsistência”.

Finalmente, o aprofundamento das análises comparativas, quer entre localidades e produtos, deve constituir estudos destinados a conhecer e compreender o processo de desenvolvimento populacional e agrícola do passado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BARRETTO, Margarita. *Vivendo a História de Campinas*. Campinas: Mercado das Letras - Autores Associados, 1995.
- BRITO, Jolúma. *História da cidade de Campinas*. Campinas: [s.n.], 1956. v.1.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal – Família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*. 2002. 412 fls. Tese (Doutorado História) - ICHF – Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2002.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 5.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- COSTA, Dora Isabel P. da. *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre a família e população em Campinas, São Paulo (1765-1850)*. 1997. 322. fls. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 1997.
- D’ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins, 1976.
- DARROCH, A. Gordon. Migrants in the nineteenth century: fugitives or families in motion? *Journal of Family History*, v. 6, n.3, p. 257-277, fall 1981.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FABERMAN, Judith. Família, ciclo de vida y economía doméstica. El caso de Salavina, Santiago Del Estero, en 1819. In: *BOLETÍN del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires/Fondo de Cultura Económica, II semestre 1995. Tercera serie, n.12. p.33-59.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1980.
- LEBRUN, François. *A vida conjugal no Antigo Regime*. Lisboa: Rolim, [197?].
- LEVI, Giovanni. Mobilità della popolazione e immigrazione a Torino nella prima metà Del settecento. *Quaderni Storici*, VI, 1971, p. 510-554.

- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Separata da Revista Estudos Econômicos*, USP, v. 13, n. 1, jan./abr.1983.
- _____. Klein, Herbert S. Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 20, n.3, p. 349-379, set./dez. 1990.
- MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena/SP: Stiliano, 1998.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas; 1800-1850*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.
- METCALF, Alida C. A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 20, n.2, p. 283-304, maio-ago. 1990.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1976.
- SANTOS, Jonas Rafael dos. *Escravos e senhores em Mogi das Cruzes: a estrutura de posse de escravos, 1777-1829*. 144 fls. Dissertação (Mestrado em História) – FHDSS/UNESP. São Paulo, 2001.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas/SP: Unicamp, 2004.
- TSCHUDI, J.J. von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Martins, 1976.
- VELHO, Gilberto. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, Angela Mendes et al. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987. p.79-88.

IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL E DINÂMICA DEMOGRÁFICA NO TEMPO DO CAFÉ¹

Maria Silvia C. B. Bassanezi²

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras seis décadas do século XX, a dinâmica populacional do estado de São Paulo (Brasil) sofreu grandes transformações que acompanharam os processos socioeconômicos e político-institucionais vigentes. No decorrer desse período, o estado recebeu grande contingente migratório e também apresentou taxas de natalidade e mortalidade mais baixas que nas outras unidades da federação, dessa

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no *Seminário Internacional sobre Población y Sociedad en América Latina* (SEPOSAL 2010 - Salta, Argentina, 9 a 11 de junho de 2010) e compõe um volume dos *Cuadernos GREDES* (Grupo de Estudios Socio-Demograficos da Universidade de Salta, Argentina), dedicado a esse Seminário.

² Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Bolsista PQ/CNPq. Email: msilvia@nepo.unicamp.br

maneira, colocando-se à frente no processo de transição demográfica do país, caracterizado pelo grande declínio da fecundidade a partir dos anos 1960.

Em meados dos anos 1880, a população paulista era de aproximadamente um milhão e duzentos mil habitantes; no início da década de 1930, chegou a seis milhões e quatrocentos mil; e, em 1960, a doze milhões e oitocentos mil. O ritmo desse crescimento, no entanto, não foi o mesmo no tempo e no espaço; resultou de dinâmicas demográficas específicas, onde a migração teve um papel importante. Primeiro, destacou-se a imigração internacional, das últimas décadas do século XIX aos anos 1930; depois, a imigração interna.

Este trabalho analisa a trajetória da população do estado de São Paulo naquele primeiro momento, focalizando a imigração como um dos eixos explicativos para o entendimento das diferentes formas e etapas da ocupação territorial e da composição da população.

A IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

O declínio da escravidão no Brasil - que culminou com a sua abolição, em 1888 - ampliou a necessidade de mão de obra para a cafeicultura paulista em plena expansão, assim, dando origem a uma política migratória empenhada em atrair mão de obra livre estrangeira em grande escala.

Iniciada em meados dos anos 1880, no estado de São Paulo, essa política - que incluía subsídios aos imigrantes - atraiu, entre 1886 e 1934³, cerca de dois milhões e trezentos mil imigrantes, dos quais, a maioria, ou seja, quase um terço, chegou durante a década de 1890 (Tabela 1). Ulteriormente, as entradas de imigrantes diminuíram, mas continuaram significativas até meados dos anos 1920, com picos entre 1910 e 1913 e no início da década de 1920. Nos anos finais dessa última década, foram suspensos os subsídios à imigração, que, junto à crise de superprodução do café, em 1930, às transformações econômicas e às mudanças políticas

³Essas datas balizas são dadas pelos levantamentos populacionais ocorridos no estado de São Paulo, em 1886 e 1934, e correspondem ao período de imigração internacional de massa. Esse período contempla os censos nacionais realizados em 1890, 1900 e 1920 e também as estatísticas vitais publicadas para o estado de São Paulo que trazem informações sobre estrangeiros entre 1894 a 1928.

ocorridas no país (que, inclusive, colocaram em vigor medidas restritivas à imigração), provocaram um declínio ainda maior do fluxo migratório internacional em direção a esse estado.

Embora estatísticas precisas sobre a imigração internacional sejam difíceis de obter, não restam dúvidas de que os números foram grandes⁴. Não só o volume, mas também as características dessa corrente imigratória provocaram, além do crescimento da população, profundas alterações na estrutura e na dinâmica populacional e interferiram no processo de transição demográfica das regiões onde os imigrantes se inseriram. Ademais, os imigrantes e seus descendentes intensificaram a mobilidade geográfica, provocando modificações constantes na distribuição espacial da população e na ocupação do território paulista.

Entre 1890 e 1902, os imigrantes subsidiados lideravam com 78% das entradas; a partir de 1903 até 1929, os espontâneos tornaram-se maioria (69%) (SÃO PAULO, 1898-1930). Esses imigrantes, subsidiados e espontâneos, eram europeus na sua maior parte - principalmente italianos (os mais numerosos), portugueses e espanhóis; em menor proporção, achavam-se alemães, austríacos, europeus do leste, japoneses (estes entrados a partir de 1908) e ainda umas centenas ou dezenas de outras nacionalidades (Tabela 1). Na sua maioria, os imigrantes encontravam-se em idade produtiva e reprodutiva (mais de 60% eram maiores de 12 anos de idade); entre eles, havia mais homens que mulheres, o que resultava uma razão de sexo sempre superior a 100. Atendendo à política migratória em vigor, que privilegiava a imigração em família, 90% dos imigrantes subsidiados e 70% dos espontâneos quando chegaram a São Paulo, no período, faziam parte de unidades familiares.

⁴ As estatísticas existentes nem sempre refletem a realidade, uma vez que dependem de critérios adotados pelos órgãos encarregados de produzi-las; não abarcam a migração ilegal, raramente, a reemigração e imigração de retorno; as séries disponíveis relativas ao período estudado nem sempre são completas. Os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil são contados como brasileiros em virtude do princípio do *jus solis* que vigora na legislação desse país. Muitas estatísticas arrolam a população estrangeira sem distinguir o imigrante do não imigrante — no entanto, dado o contexto histórico da época aqui analisada, a população estrangeira, na sua maioria, era imigrante e como tal é aqui analisada. Em que pesem suas limitações, as estatísticas disponíveis possibilitam uma aproximação com a realidade desse fenômeno e é sobre elas que repousa este trabalho.

TABELA 1 - Imigrantes entrados no estado de São Paulo segundo grupos nacionais, 1885-1934

Período	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Outros	Total
1885-1889	18.486	137.367	4.843	6.968	167.664
1890-1894	30.752	210.910	42.316	35.754	319.732
1895-1899	28.259	219.333	44.678	122.983	415.253
1900-1904	18.530	111.039	18.842	22.884	171.295
1905-1909	38.567	63.595	69.682	24.695	196.539
1910-1914	111.491	88.692	108.154	38.335	362.898
1915-1919	21.191	17.142	27.172	36.519	83.684
1920-1924	48.200	45.306	36.502	30.461	197.312
1925-1929	65.166	29.472	27.312	74.443	289.941
1930-1934	17.015	6.946	4.876	100.397	128.899
Total	397.657	929.802	384.377	185.500	2.333.217

Fonte: Levy (1974).

Muitos dos estrangeiros aqui chegados não permaneceram. Houve momentos em que o número de entradas chegou a ser menor que o de saídas. Uma parcela razoável retornou à sua terra de origem ou remigrou para outros países. Quantificar essa parcela é, contudo, tarefa muito difícil, uma vez que só, em 1908, iniciou-se o registro sistemático da saída de estrangeiros do país e os censos do período não trazem informações sobre a estrutura etária desse segmento, através das quais poderia ser estimada a migração de retorno.

Apesar das limitações, várias estimativas foram feitas no sentido de quantificar a contribuição da população estrangeira no crescimento demográfico e calcular o índice de fixação do imigrante nesse país como um todo e no estado de São Paulo. Entre elas, as estimativas realizadas por Mortara apontam uma taxa de retorno de 35%, após 1900, e demonstram que 10,4% do crescimento populacional no país, como um todo, deveriam-se ao saldo imigratório entre 1890-1940; 5,26% ao crescimento natural dependente da imigração; e o restante ao crescimento natural independente da imigração (MORTARA, 1947 *apud* LEVY, 1974). Análises elaboradas por Levy mostraram que o período de maior fixação do imigrante em terras

brasileiras foi o de 1890 a 1900 e o de grande migração de retorno ocorreu no começo do século XX (LEVY, 1974, p.64). Merrick e Graham (1981), por sua vez, relativizaram o aumento da migração de retorno nos primeiros anos do século XX:

[...] se levássemos em conta a taxa de aumento natural da população italiana que migrava para o Brasil no período, que foi substancial, a porcentagem de retornos se situava em níveis muito baixos. Em resumo, apesar do aumento da migração de retorno nos primeiros anos do século XX, o fluxo de retorno teve conseqüências relativamente reduzidas, pelos padrões internacionais e em termo de população estrangeira total existente no país, inclusive seu crescimento cumulativo pelo aumento natural, bem como os afluxos do exterior (MERRICK; GRAHAN, 1981, p.129).

No que diz respeito especificamente ao estado de São Paulo, Nogueira estimou que *a proporção do crescimento atribuível direta e indiretamente à imigração (estrangeira e nacional)* nesse estado foi de 65,4%, entre 1890 a 1900; 61,6% até 1920; e 59,3% até 1940 (NOGUEIRA, 1964, p.17).

Assim, feitos os cálculos, conclui-se que, no período de 1890 a 1940, a imigração estrangeira contribuiu direta e indiretamente em 59 por cento, e a nacional, em 12, para o incremento demográfico do Estado, ficando 29 por cento desse incremento por conta do crescimento vegetativo da população existente em 1890.

Cabe lembrar que, entre os anos 1890 e 1915, a migração interna em direção ao estado de São Paulo foi muito pequena (5%). A partir desse momento, ela começou a aumentar lentamente, então, sobrepujando a estrangeira no início dos anos 1930 (56,7%); após esse ano, cresceu em um ritmo mais acelerado, intensificando ainda mais no Pós-Segunda Guerra Mundial (SÃO PAULO, 1898-1930).

Os estrangeiros, que eram apenas 5% no conjunto da população do estado, em 1890, passaram para 21% em 1900. Duas décadas após, em 1920, esse número quase dobrou e eles chegaram a 18% da população local. Tempos depois, em 1934, conquanto houvesse aumentado em

número absoluto, sua proporção na população paulista diminuiu, mas ainda alcançava a casa dos dois dígitos (15%) (Tabela 2).

TABELA 2 - População total e população estrangeira estado de São Paulo, 1886-1934

Ano	População total	População estrangeira	% de estrangeiros
1886	1.221.380	36.825	3,02
1890	1.384.753	75.030	5,42
1900	2.279.608	478.417	20,96
1920	4.592.188	829.851	18,07
1934	6.433.327	931.191	14,48

Fonte: São Paulo (1888; 1936); Rio de Janeiro (1890; 1900; 1920).

Na última década do século XIX, quando a imigração foi mais intensa, a população paulista cresceu a uma taxa de 5,1.a.a e, no conjunto do período analisado (1886 a 1934), 3,5% a.a. (Tabela 3).

TABELA 3 - Taxa de crescimento anual da população Estado de São Paulo, 1886-1934

Período	Taxa anual de crescimento
1886-1890	3,2
1890-1900	5,1
1900-1920	3,6
1920-1934	2,4
1886-1934	3,5

Fonte: São Paulo (1888; 1936); Rio de Janeiro (1890; 1900; 1920).

Apesar de todo o empenho da política migratória, do governo e dos fazendeiros em orientar o fluxo de imigrantes (principalmente aquele subsidiado) para onde lhes convinham - as fazendas de café do interior do estado - o crescimento da economia cafeeira e os desdobramentos que provocou (expansão ferroviária, urbanização e industrialização) acabaram por atrair imigrantes para outras áreas cafeeiras, para outros locais que não a fazenda de café, para outras atividades abertas no mercado de trabalho paulista. Os imigrantes e seus descendentes, então, acabaram por predominar não só no conjunto da força de trabalho agrícola, mas também

da não agrícola. Em 1900, por exemplo, mais da metade da crescente força de trabalho industrial e comercial no estado era estrangeira (MERRICK; GRAHAM, 1981).

Em 1934 - único ano do período analisado que dispõe de informações sobre o domicílio rural e urbano da população paulista -, quase metade dos estrangeiros já vivia nas cidades, sobretudo na cidade de São Paulo. As áreas rurais concentravam ainda pouco mais da metade dos italianos, cerca de 60% dos espanhóis e de imigrantes de outras nacionalidades e uma proporção bem menor de portugueses (29,5%) (Tabela 4).

TABELA 4 - Estrangeiros segundo nacionalidade e domicílio no estado de São Paulo – 1934

Nacionalidade	Zona rural	Zona urbana	Total	% Zona rural
Italiana	156.708	148.269	304.977	51,4
Espanhola	93.343	67.181	160.524	58,1
Portuguesa	52.178	124.413	176.591	29,5
Outras	166.494	123.105	289.599	57,5
Total	468.723	462.968	931.691	50,3

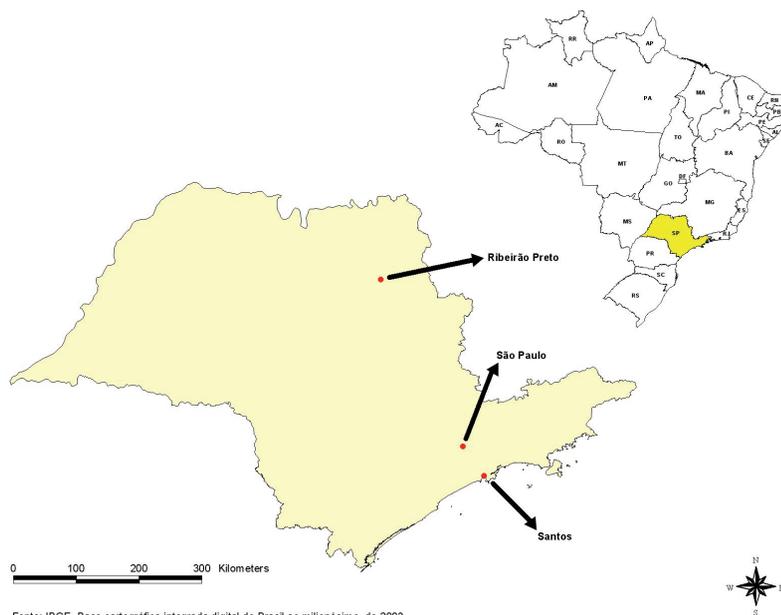
Fonte: São Paulo (1936).

Diante de tais constatações, não restam dúvidas de que a imigração internacional (como a migração interna, a partir dos anos 1930) teve um papel importante na trajetória demográfica e na ocupação do espaço, assim como na promoção das transformações socioeconômicas pelas quais passou o estado de São Paulo. Esse papel, no entanto, não foi o mesmo em todo o território paulista. Quando se desagregam os dados para um nível menor de análise, em municípios, observam-se diferenças (e também algumas semelhanças) na trajetória demográfica entre os municípios receptores de imigrantes, assim como entre esses e aqueles em que a imigração internacional foi pouco significativa. Diferenças condicionadas pela intensidade e característica do fluxo migratório recebido, que, por sua vez, atrelava-se ao contexto econômico dos diversos municípios paulistas.

OS MUNICÍPIOS E SEUS IMIGRANTES

São Paulo, Santos e Ribeirão Preto são exemplos de municípios paulistas que tiveram suas trajetórias demográficas fortemente marcadas pela imigração internacional (Mapa 1).

MAPA 1



Na época analisada, São Paulo, capital do estado, encontrava-se em um intenso processo de urbanização e industrialização, o que acarretou mudanças na composição da população, na forma de organização do trabalho e nas suas relações com outras áreas do estado. Para esse município convergiam imigrantes recém-chegados e os saídos da lavoura cafeeira e de municípios do interior em busca das inúmeras oportunidades de trabalho que ele oferecia. Mesmo não se caracterizando como produtor de café, tornou-se o grande polo de atração de imigrantes e de seus descendentes, o que provocou um crescimento populacional rápido e imenso, transformando-o no município mais populoso do estado. Sua população, basicamente urbana, em 1886, já era a maior entre os municípios paulistas (47.697 habitantes); em 1934, ultrapassava a casa de um milhão de pessoas (Tabela 5).

TABELA 5 - População total, 1886-1934

Ano	São Paulo	Santos	Ribeirão Preto	Estado
1886	47.697	15.605	10.420	1.221.380
1890	64.934	13.012	12.033	1.384.753
1900	239.820	50.389	59.195	2.279.608
1920	579.033	102.589	68.838	4.592.188
1934	1.033.202	142.059	81.565	6.433.327

Fonte: São Paulo (1888; 1936); Rio de Janeiro (1890; 1900; 1920).

Santos caracterizava-se por abrigar o principal porto de exportação do café, de entrada de imigrantes e de mercadorias importadas e, conseqüentemente, a maior parcela de sua população estava alocada nas atividades portuárias ou nas atividades ligadas à exportação e importação. Por ele, também, transitava uma população flutuante de passagem para a capital, para as áreas cafeeiras, para núcleos coloniais e urbanos do interior. Em 1886, sua população abrangia 15.605 habitantes, que passaram para 142.059 em 1934 (Tabela 5).

Ribeirão Preto era o maior produtor de café do estado e como tal atraía um grande volume de imigrantes; sua população concentrava-se principalmente nas áreas rurais e o seu núcleo urbano desenvolvia-se amparado pelas fazendas de café e pela ferrovia chegada em 1883. Nos anos 1896 e 1897, sofreu perdas territoriais com a criação dos municípios de Sertãozinho e Cravinhos, respectivamente. Sua população era cerca de 10 mil pessoas em 1886, e passou para pouco mais de 80 mil em 1934 (Tabela 5).

As estatísticas de entrada ou saída de imigrantes nesses e em outros municípios são ainda mais raras ou mesmo inexistentes. A própria mobilidade espacial a que estavam sujeitos os imigrantes no interior do estado de São Paulo, difícil de controlar, impossibilitava a elaboração de tais estatísticas. Aqueles que passaram pela Hospedaria de Imigrantes tiveram registrado o local de destino, geralmente, a fazenda de café, uma estação ferroviária do interior ou a capital. Nesse caso, é possível saber, por exemplo, que para Ribeirão Preto saíram diretamente dessa hospedaria cerca de 60 mil imigrantes em meados dos anos 1890 a 1930. Esse município também atraiu aqueles que, em um primeiro momento, haviam se dirigido

a outras localidades; por sua vez, muitos dos que se destinaram a Ribeirão Preto não permaneceram. Sobre as entradas para Santos e São Paulo, as dificuldades são muito maiores, pois a grande parcela que permaneceu em Santos e os muitos dos que se dirigiram a São Paulo não foram registrados na Hospedaria dos Imigrantes. Da mesma forma que Ribeirão Preto, esses outros dois municípios também receberam imigrantes que habitavam o interior do estado e muito provavelmente também perderam alguns para os municípios do interior.

O recenseamento de 1890 mostra que, nesse ano, esses municípios já contavam com uma proporção razoável de imigrantes no conjunto de suas populações⁵. Por ocasião do recenseamento de 1920, a proporção de estrangeiros nesses locais chegava a aproximadamente um terço da população total. Em números absolutos, no entanto, a população estrangeira em São Paulo superava em muito a existente em Santos e, mais ainda, aquela de Ribeirão Preto e de outros municípios paulistas (Tabela 6).

TABELA 6 - População estrangeira, 1886-1934

Ano	São Paulo		Santos		Ribeirão Preto		Estado	
	n.	% na pop. Total	n.	% na pop. total	n.	% na pop. total	n.	% na pop. Total
1886	12.290	25,8	s.i.	s.i.	761	7,3	36.825	3,0
1890	14.303	22,0	1.692	13,0	1.262	10,7	75.030	5,4
1900*							478.417	21,0
1920	205.245	35,4	36.539	35,6	21.748	31,6	829.851	18,1
1934	287.690	27,8	38.488	27,1	14.570	17,9	931.691	14,5

Fonte: São Paulo (1888; 1936); Rio de Janeiro (1890; 1900; 1920).

*A publicação do recenseamento de 1900 não traz o número de estrangeiro por município. s.i. (seminformação).

Os três municípios divergiam entre si não só quanto ao volume da população imigrante recebida, mas também no tocante à composição dessa população segundo nacionalidade, sexo, idade e domicílio rural ou urbano.

⁵ Essa proporção subiu muito nos dez anos seguintes — lamentavelmente, a publicação do recenseamento de 1900 não traz o volume de imigrantes por município.

Em 1920⁶, em Ribeirão Preto, os italianos eram metade e os espanhóis um quarto dos estrangeiros; em São Paulo, os italianos eram maioria (44,6%), mas em proporção menor que em Ribeirão Preto e, em seguida a eles, vinham os portugueses (31,5%). Proporcionalmente, na capital, havia menos portugueses que em Santos e menos espanhóis que nos outros dois locais. Os portugueses predominavam em Santos (57,5%), seguidos mais à distância pelos espanhóis (23,6%) e mais ainda pelos italianos que eram bem poucos (Tabela 7).

TABELA 7 - População estrangeira segundo nacionalidade, 1920

Nacionalidade	São Paulo		Santos		Ribeirão Preto		Estado	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
Italiana	91.544	44,6	3.059	8,4	10.907	50,2	398.797	48,1
Portuguesa	64.687	31,5	21.014	57,5	2.706	12,4	167.198	20,1
Espanhola	24.902	12,1	8.610	23,6	5.407	24,9	171.289	20,6
Outras	24.112	11,8	3.856	10,5	2.728	12,5	92.567	11,2
Total	205.245	100,0	36.539	100,0	21.748	100,0	829.851	100,0

Fonte: Rio de Janeiro (1920).

As pirâmides etárias da população estrangeira nos três municípios apresentam um perfil típico do movimento migratório da época: migravam mais homens que mulheres e a maioria em idades produtivas e reprodutivas. No entanto, um olhar mais atento observa diferenças na composição por sexo e idade dos estrangeiros entre esses municípios (Figuras 1-3).

⁶ Entre os recenseamentos publicados no período, apenas, o de 1920 desagrega a população por nacionalidade, sexo e idade.

FIGURA 1
Pirâmide Etária – Estrangeiros
São Paulo (capital) - 1920

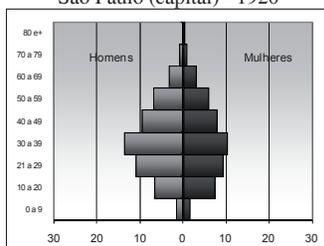


FIGURA 2
Pirâmide Etária – Estrangeiros
Ribeirão Preto - 1920

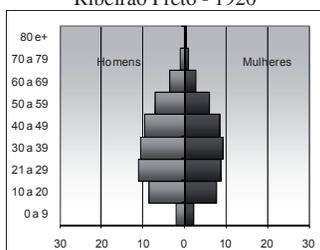
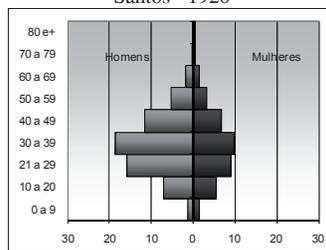


FIGURA 3
Pirâmide Etária – Estrangeiros
Santos - 1920



Fonte: Rio de Janeiro (1920).

Como em Ribeirão Preto predominou uma imigração subsidiada familiar de italianos e espanhóis destinada à lavoura cafeeira, a razão de sexo entre os imigrantes não era tão elevada e a idade média do grupo se apresentava mais jovem que em Santos e São Paulo. Já em Santos, a razão de sexo entre os imigrantes era bastante alta; entre os portugueses, havia 199 homens para cada 100 mulheres. Essa grande prevalência de homens em Santos vinculava-se às atividades portuárias e de exportação e importação, atividades essencialmente masculinas na época. Em São Paulo, a razão de sexo para todos os grupos nacionais foi a que mais se aproximou do ponto de equilíbrio, em 1920. O mercado de trabalho na capital absorvia tanto mão de obra masculina como feminina e familiar em grande escala (Tabela 8).

TABELA 8 - Razão de sexo na população estrangeira segundo nacionalidade, 1920

Nacionalidade	São Paulo	Santos	Ribeirão Preto	Estado
Italiana	109	131	110	116
Portuguesa	131	199	158	156
Espanhola	99	128	113	117
Outras	108	160	137	136
Total	115	168	119	126

Fonte: Rio de Janeiro (1920).

A imigração espanhola mais recente em território paulista que a italiana, como esta, também se caracterizou por estar prioritariamente vinculada às atividades da lavoura. Contudo, um grupo expressivo de espanhóis desenvolveu atividades de caráter mais urbano, preferindo se concentrar nas cidades do interior e em Santos, pelo menos até 1930. Após 1902, quando a Itália passou a dificultar a imigração subsidiada para o Brasil, famílias italianas e aqueles que não compunham unidades familiares continuaram chegando como imigrantes espontâneos e em grandes quantidades, instalando-se tanto na lavoura como nas cidades do interior e na capital. Os portugueses - que chegaram ao estado de São Paulo em grande parte independente dos vários subsídios que estimularam italianos e espanhóis - permaneceram como o grupo mais urbano entre os imigrantes, dedicando-se majoritariamente a trabalhos no porto, na ferrovia, a atividades artesanais e manufatureiras, a serviços gerais e ao pequeno comércio (KLEIN, 1989a; 1989b; BASSANEZI, 1995).

Em 1934, quando as entradas de imigrantes no estado tornaram-se irrisórias em relação aos anos anteriores e a cafeicultura vivia a sua maior crise, Ribeirão Preto ainda mantinha uma proporção grande de imigrantes morando e trabalhando no campo, principalmente espanhóis e imigrantes de outras nacionalidades, que não italiana e portuguesa (Tabela 9).

TABELA 9 - Estrangeiros na zona rural segundo nacionalidade, 1934

Nacionalidade	São Paulo*	Santos	Ribeirão Preto	Estado
Italiana		2,1	48,1	51,4
Espanhola		2,6	62,4	58,1
Portuguesa		5,6	43,3	29,5
Outras		4,3	72,2	57,5
Total		4,5	56,5	50,3

Fonte: São Paulo (1936).

*O levantamento de 1934 considerou todos os habitantes de São Paulo como vivendo na zona urbana.

As informações censitárias analisadas, desagregadas em nível de município, evidenciam especificidades no perfil dos imigrantes conforme os locais onde se inseriram. Especificidades que atendiam à demanda do mercado de trabalho local e que deixaram suas marcas na trajetória socio-econômica e demográfica dos mesmos.

TRAJETÓRIAS DEMOGRÁFICAS

A trajetória demográfica de cada um desses municípios (e de outros) pode ser conhecida e acompanhada através do cálculo de taxas brutas que, representadas em gráficos, expressam o crescimento populacional, a evolução da nupcialidade, da natalidade e da mortalidade no decorrer do tempo⁷.

Antes de prosseguir, cabe esclarecer que, embora as informações censitárias e as relativas aos eventos vitais (principalmente as que se referem à última década do século XIX) deixem dúvidas quanto à sua confiabilidade, optou-se por utilizá-las porque, mesmo imprecisas,

⁷ Essas taxas foram obtidas através das informações disponíveis nos levantamentos populacionais realizados entre 1886 a 1934, nos Relatórios da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo (1893-1900) e nos Anuários Demógrafo-Sanitários para os anos 1894 a 1934. Esses últimos sistematizam as informações do Registro Civil de casamento, nascimento e óbito para o período de 1894-1928. Com a separação entre Igreja e Estado, que ocorreu com a Proclamação da República no Brasil, o Registro Civil, aos poucos, foi assumindo precedência sobre o Registro Paroquial. É possível que esse fato tenha comprometido a qualidade e cobertura dos dados nos primeiros anos do Registro Civil. Em que se pese essa possível limitação estes dados não devem ser descartados, são os que existem e, grosso modo, podem dar a sua contribuição ao estudo da população para um período em que os censos não são completos.

fornecem pistas, mostram tendências. Não obstante as taxas calculadas através dessas informações possam indicar apenas aproximações, elas permitem confrontar as experiências demográficas vividas por diferentes locais e em diferentes momentos. Experiências que resultam não só da relação das variáveis demográficas entre si, mas também dessas com os processos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Confrontando as taxas de crescimento populacional dos municípios analisados, nos quatro anos finais da década de 1880, verifica-se que Ribeirão Preto e a capital do estado apresentavam taxas positivas e relativamente altas de crescimento populacional, maior inclusive do que a do estado em seu conjunto. Em Santos, observaram-se taxas de crescimento menores no período, algumas negativas devido à ocorrência de epidemias de febre amarela, que ceifavam vidas e levavam muitos dos moradores a abandonarem a cidade (RIBEIRO, 1991).

TABELA 10 - Taxa de crescimento médio anual da população, 1886-1934

Período	São Paulo	Santos	Ribeirão Preto	Estado
1886-1890	8,0	-4,0	3,7	3,2
1890-1900	14,0	14,5	17,3	5,1
1900-1920	4,5	3,6	0,8*	3,6
1920-1934	4,2	2,4	1,2	2,4
1886-1934	6,6	4,7	4,4	3,3

Fonte: São Paulo (1888; 1936); Rio de Janeiro (1890; 1900; 1920).

(*) Ribeirão Preto sofreu perdas territoriais nos anos 1896 e 1897, que deram origem aos municípios de Sertãozinho e Cravinhos. Acrescentando a população desses municípios à de Ribeirão Preto a taxa para os anos 1900-1920 seria 1,2.a.a. e 0,3 entre 1920-1934.

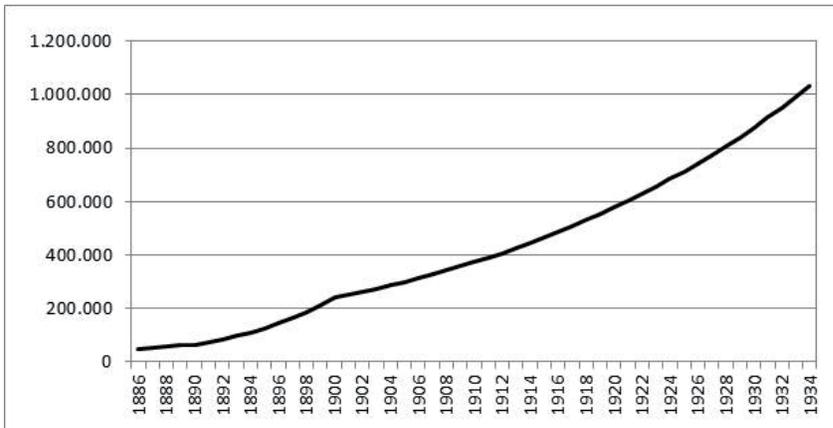
A população dos três municípios aumentou muito na década de 1890-1900, quando o volume de entradas de imigrantes e sua fixação no estado foram maiores. Nessa década, Ribeirão Preto polarizava o movimento de uma grande e rica região; as áreas cafeeiras e o núcleo urbano cresciam de modo bastante acelerado atraindo mais imigrantes⁸. Santos, conquanto assolado com novas epidemias de febre amarela (1895 - 1897) e apresentando, em alguns momentos, os maiores coeficientes de

⁸ Mesmo com as perdas territoriais ocorridas em 1896 e 1897 (com a criação dos municípios de Sertãozinho e Cravinhos), sua população teve um crescimento abrupto, proporcionalmente maior que São Paulo e Santos, o que motivou sua inclusão no plano geral de saneamento do estado de São Paulo, já nessa década (OLIVEIRA, 1985).

óbitos do estado, também, teve um crescimento populacional expressivo na década, propiciado pela ampliação das atividades portuárias, das de exportação e importação e da entrada de imigrantes em grande escala. Cresceu proporcionalmente mais que a cidade de São Paulo, que também atraiu um volume grande de trabalhadores estrangeiros para sua indústria, comércio e serviços em expansão (Tabelas 5 e 10, Gráficos 1-3).

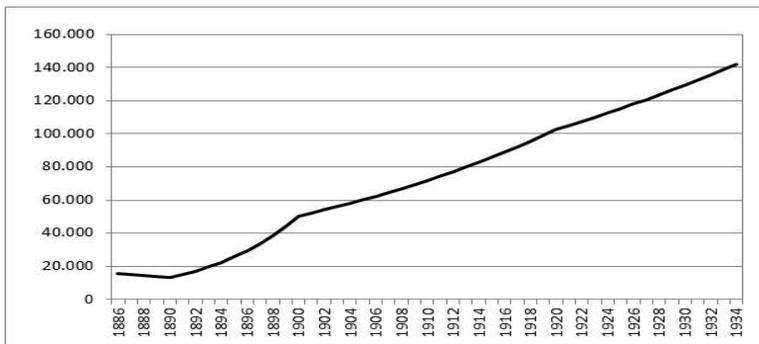
Nas duas primeiras décadas do século XX, a população de Ribeirão Preto não deixou de crescer, mas reduziu em muito o seu ímpeto. Analisando sua área territorial de 1890, a taxa de crescimento geométrica anual não ultrapassou 1,2% ao ano (no município, 0,8%a.a.), provavelmente, em razão da crise da cafeicultura (resultado da superprodução de 1896-1902 provocada pela região), à epidemia de febre amarela (1903-1904), à redução da imigração durante a I Guerra Mundial e à geada de 1918 que afetou os cafezais. Em São Paulo e Santos, as taxas de crescimento populacional alcançaram valores mais altos que em Ribeirão Preto, porém bem mais baixos que os observados no período anterior, quando a imigração internacional foi mais volumosa; o ritmo desse crescimento na capital foi, no entanto, mais intenso que no município portuário. No período de 1920 a 1934, o valor das taxas de crescimento populacional diminuiu um pouco em São Paulo e um pouco mais em Santos. O município de Ribeirão Preto aumentou ligeiramente em relação ao período anterior, mas diminuiu se for levado em conta o território que possuía em 1890. É possível que o desenvolvimento do núcleo urbano desse município e a recuperação da lavoura cafeeira em suas terras, na década de 1920, respondessem por esse aumento (Tabelas 5, 10; Gráficos 1-3).

GRÁFICO 1 - Evolução da população. São Paulo (capital), 1886 - 1934



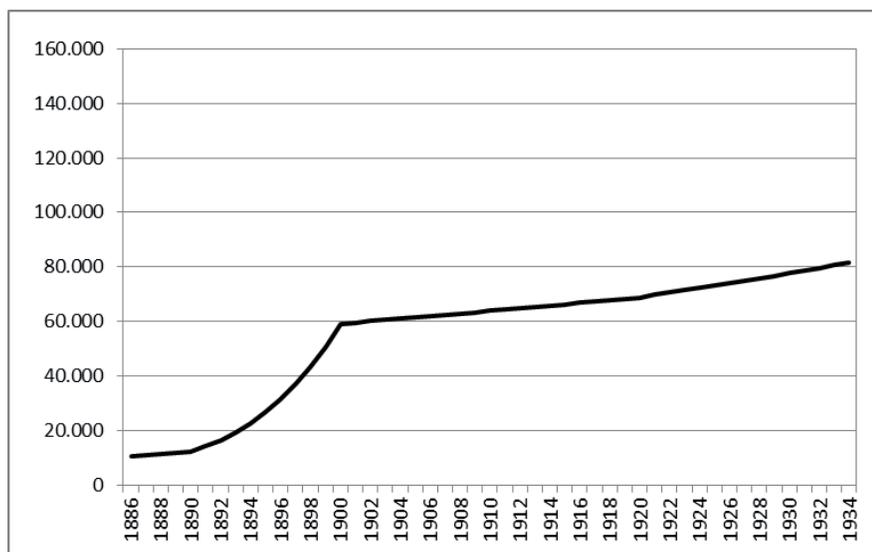
Fonte: São Paulo (1888; 1936); Rio de Janeiro (1890; 1900; 1920).

GRÁFICO 2 - Evolução da população. Santos, 1886 - 1934



Fonte: São Paulo (1888; 1936); Rio de Janeiro (1890; 1900; 1920).

GRÁFICO 3 - Evolução da população. Ribeirão Preto, 1886 - 1934



Fonte: São Paulo (1888; 1936); Rio de Janeiro (1890; 1900; 1920).

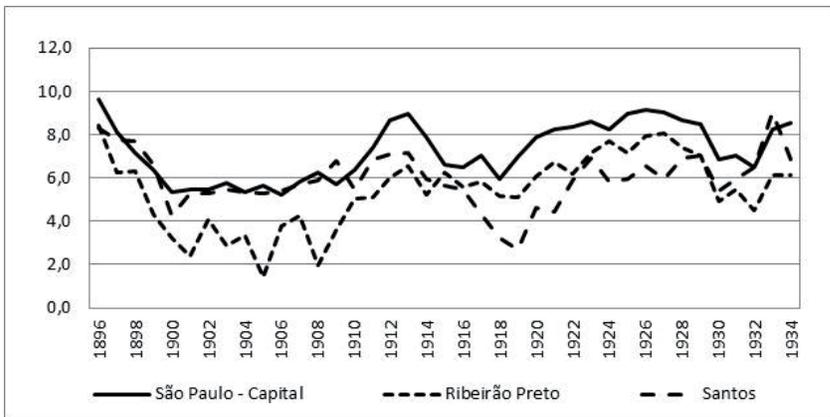
No que diz respeito à nupcialidade, primeiramente, é preciso destacar que o número maior de homens do que de mulheres presentes nas correntes imigratórias contribuiu para o aumento da oferta de homens no mercado matrimonial, com isso, favorecendo as mulheres estrangeiras e também as nacionais. Além disso, esse desequilíbrio entre os sexos pressionou a idade média das mulheres ao primeiro matrimônio para baixo⁹. Os imigrantes com uma maior tradição de casamento civil que os nacionais contribuíam também para ampliar o número de uniões conjugais legalizadas perante o Registro Civil implantado com a República. Esses fatos, salvo problemas com os dados, estariam contribuindo para que as taxas de nupcialidade se apresentassem mais altas em meados da década de 1890, quando chegou a maior leva de imigrantes.

De um modo geral, a nupcialidade sofreu uma queda nos anos iniciais do século XX, período de crise na cafeicultura e de maior imigração de retorno ou reemigração; voltou a crescer no período que antecede à Primeira Guerra Mundial, com a entrada de um novo e significativo fluxo

⁹ Pesquisas localizadas têm mostrado que, em terras brasileiras, as mulheres estrangeiras casavam-se em idades mais precoces do que as que permaneceram no país de origem.

imigratório. Diminuiu nos anos da guerra, mais ainda durante a epidemia de gripe espanhola e logo após a geada de 1918, voltando a subir nos anos de 1920, com a recuperação da cafeicultura e quando começaram a entrar no mercado de casamento os imigrantes que haviam chegado ainda crianças ou nascidos no Brasil, nos primeiros momentos da imigração de massa. Ademais, o casamento civil de brasileiros nessa época, devidamente aceito pela população nativa, teria contribuído para aumentar as estatísticas nesses anos. A taxa média de nupcialidade em todo o período foi maior em São Paulo (7,3‰) que em Santos (6,0‰) e em Ribeirão Preto (5,5‰) (Gráfico 4).

GRÁFICO 4 – Taxa de nupcialidade. São Paulo (capital), Ribeirão Preto e Santos, 1896-1934



Fonte: São Paulo. Repartição de Estatística e Archivo do Estado de São Paulo. Relatório 1896-1900. São Paulo. Diretoria do Serviço Sanitário. Anuário Demográfico: secção de estatística demographo-sanitária. 1901-1934.

Ribeirão Preto apresentou as taxas de nupcialidade mais baixas até meados dos anos 1910, quando ultrapassou Santos. Provavelmente porque as unidades familiares vindas para a cafeicultura eram jovens e, em consequência, os filhos ainda não estivessem na idade de se casar; é possível também que os imigrantes solteiros presentes no mercado matrimonial

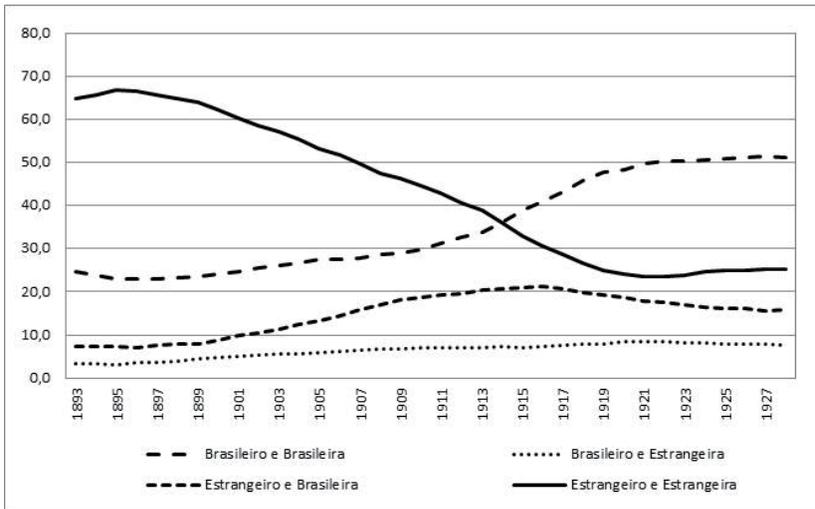
estivessem adiando casamento, aguardando uma maior adaptação à terra hospedeira e maior estabilidade da cafeicultura em crise no momento.

São Paulo e Santos, no início do período analisado, apontavam taxas de nupcialidade bastante próximas, que foram se distanciando no decorrer do tempo. No final da primeira década do século XX, Santos, inclusive, indicava as taxas de nupcialidade mais baixas entre os três municípios, que atingiram o pior nível em 1918, com a epidemia de gripe espanhola. Não se pode esquecer que faltavam mulheres no mercado de casamento santista (Gráfico 4).

Um indicativo de que essas taxas possuíam um vínculo muito próximo com a imigração é que, no conjunto dos casamentos formais, realizados no período de 1893 a 1928, em São Paulo; e, entre 1896 a 1928, nos demais municípios, um terço ou mais unia cônjuges estrangeiros entre si, metade de um terço unia um estrangeiro e uma brasileira e uma porcentagem menor uma estrangeira a um brasileiro. É preciso lembrar ainda que entre os brasileiros casando-se com brasileiras incluíam-se muitos filhos de estrangeiros unindo-se a filhas de estrangeiros, ambos nascidos no Brasil.

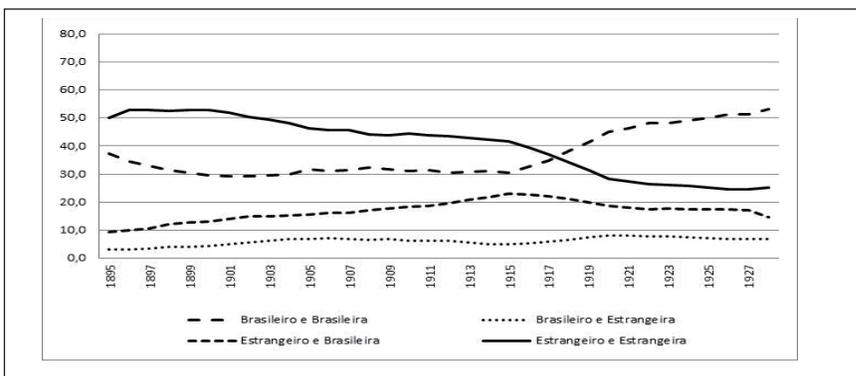
Os casamentos de estrangeiros com estrangeiras, que em meados dos anos 1890 alcançavam altas proporções, foram diminuindo no decorrer do tempo, à medida que declinava a imigração e que entravam no mercado matrimonial os brasileiros filhos de estrangeiros. Esse processo foi mais rápido em Ribeirão Preto, que em São Paulo. Em Santos, foi mais lento; só por volta de 1917 é que o volume de casamentos entre cônjuges brasileiros ultrapassou o de cônjuges estrangeiros. A proporção de casamentos de homens estrangeiros com brasileiras aumentou lentamente nos três municípios até o final da I Guerra Mundial, começando a diminuir a partir de então (Gráficos 5-7).

GRÁFICO 5 – Casamentos segundo nacionalidade brasileira e estrangeira. São Paulo (capital), 1893-1928 (%)



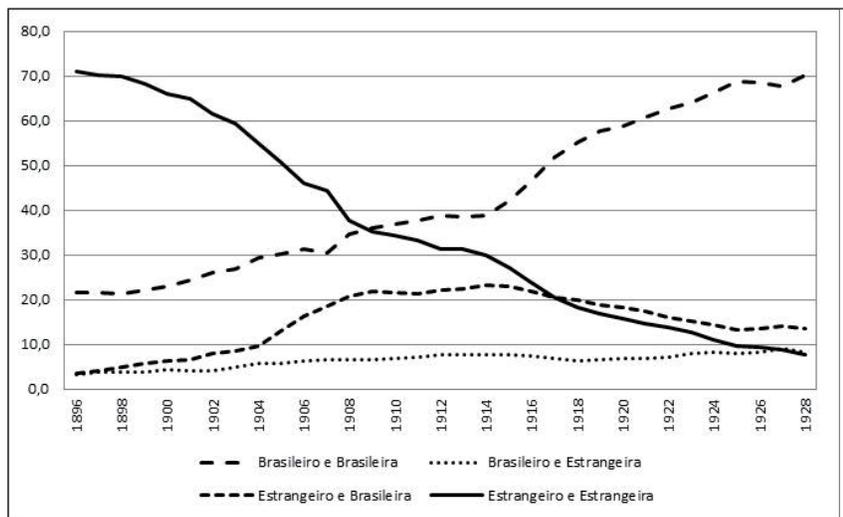
Fontes: São Paulo. Repartição de Estatística e Archivo do Estado de São Paulo. Relatório 1896-1900. São Paulo. Diretoria do Serviço Sanitário. Anuário Demográfico: secção de estatística demographo-sanitária. 1901-1934.

GRÁFICO 6 – Casamentos segundo nacionalidade brasileira e estrangeira. Santos, 1895-1928 (%)



Fontes: São Paulo. Repartição de Estatística e Archivo do Estado de São Paulo. Relatório 1896-1900. São Paulo. Diretoria do Serviço Sanitário. Anuário Demográfico: secção de estatística demographo-sanitária. 1901-1934.

GRÁFICO 7 – Casamentos segundo nacionalidade brasileira e estrangeira. Ribeirão Preto, 1896-1928 (%)



Fontes: São Paulo. Repartição de Estatística e Archivo do Estado de São Paulo. Relatório 1896-1900. São Paulo. Diretoria do Serviço Sanitário. Anuário Demográfico: secção de estatística demographo-sanitária. 1901-1934.

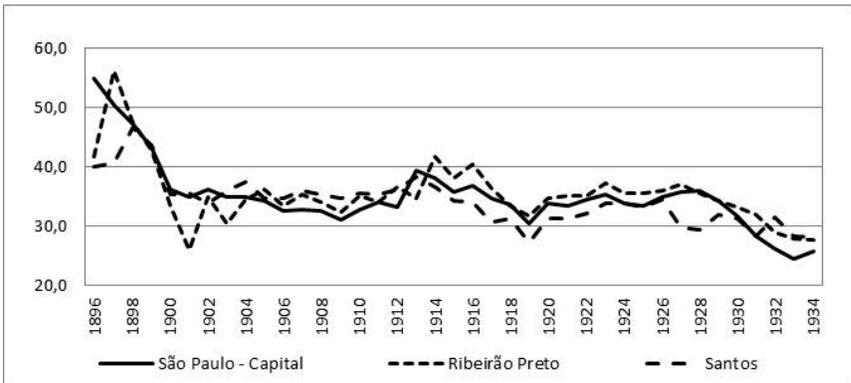
As taxas de natalidade também foram mais altas nos anos 1890. Seguindo a mesma tendência da nupcialidade, a natalidade apresentou uma ligeira alta nos anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial, para, em seguida, declinar e alcançar sua menor taxa durante a epidemia de gripe espanhola, em 1918. Com o final da epidemia e a recuperação da cafeicultura nos anos 1920, voltou a aumentar.

Na virada do século XIX para o XX, Ribeirão Preto revelou as menores taxas de natalidade. Na primeira década do século XX, essas taxas, nos três municípios, encontravam-se bem próximas, com uma ligeira vantagem para Santos, o que não permaneceu por muito tempo, pois, a partir de meados da década de 1910, esse município passou a apresentar as menores taxas entre os três municípios. No conjunto do período analisado, as taxas de natalidade médias alcançaram os seguintes valores: 35,7‰ em São Paulo, 36,2 ‰ em Ribeirão Preto e 34,2‰ em Santos (Gráfico 8), valores muito próximos dos encontrados para o conjunto do estado no período (por volta de 35‰), mas bem aquém da verificada para o Brasil como um todo.

Essas passaram de 46 ‰ para 44‰ no período que vai de 1891 a 1940 (IBGE, 1960).

Da mesma forma que na nupcialidade (e conseqüentemente), os imigrantes estrangeiros tiveram um impacto muito forte sobre a natalidade no estado de São Paulo. Infelizmente, só a partir de 1916 que as estatísticas existentes separam os filhos nascidos vivos de mães estrangeiras dos filhos nascidos vivos de mães brasileiras. O que elas mostram é que, em 1916, os filhos nascidos de mães estrangeiras chegavam a mais de 60% dos nascimentos nos municípios de São Paulo e Ribeirão Preto e um pouco menos em Santos. Embora essa proporção declinasse no decorrer do tempo, em ritmo e intensidade diferentes entre esses municípios, o que se observa é que ainda, em 1928, os filhos nascidos de estrangeiras representavam cerca de um terço dos nascimentos (Gráficos 9-11). Certamente, essa proporção foi muito maior nos anos anteriores, cujas estatísticas desagregam somente os nascimentos em “filho de pai estrangeiro” e “filho de pai brasileiro”.

GRÁFICO 8 - Taxa de natalidade. São Paulo (capital), Ribeirão Preto e Santos, 1895-1934

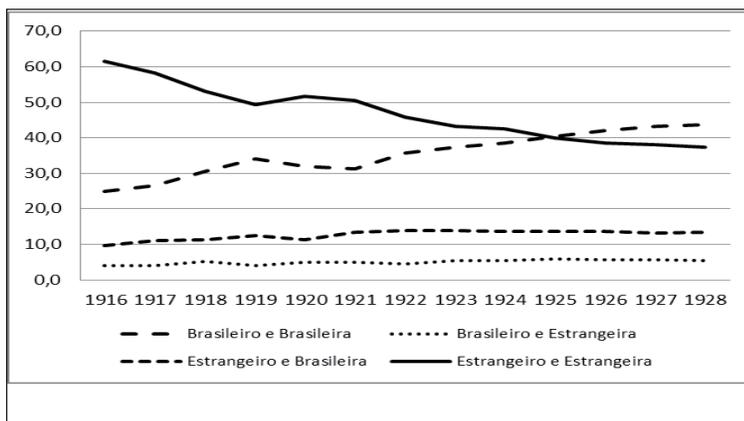


Fontes: São Paulo. Repartição de Estatística e Archivo do Estado de São Paulo. Relatório 1896-1900. São Paulo. Diretoria do Serviço Sanitário. Anuário Demográfico:secção de estatística demographo-sanitária. 1901-1934.

Reforçando essas constatações, sobre o papel da mulher estrangeira nas taxas de natalidade, estudos realizados por Levy (1991) - que comparam as informações do censo de 1920 e 1940 sobre a estrutura etária de mulheres estrangeiras e nativas de 20 anos e mais com o número de filhos nascidos vivos - mostraram que, ao redor de 1910, as imigrantes estariam vivendo

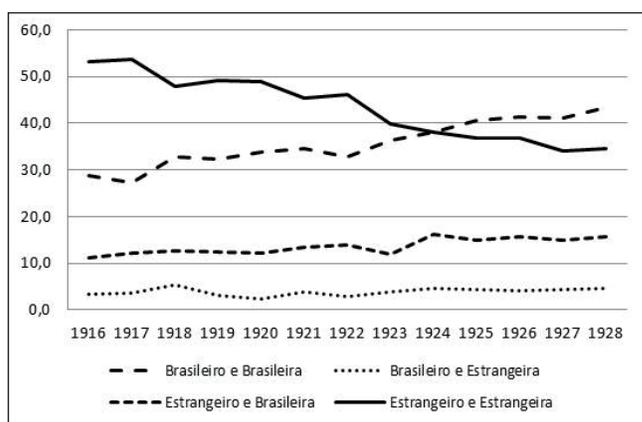
suas idades mais férteis dos 20 aos 34 anos, quando a razão de sexo era altamente favorável, entre outros fatores, ao casamento (LEVY, 1991).

GRÁFICO 9 – Nascimentos segundo a nacionalidade dos pais. São Paulo (capital), 1916 -1928 (%)



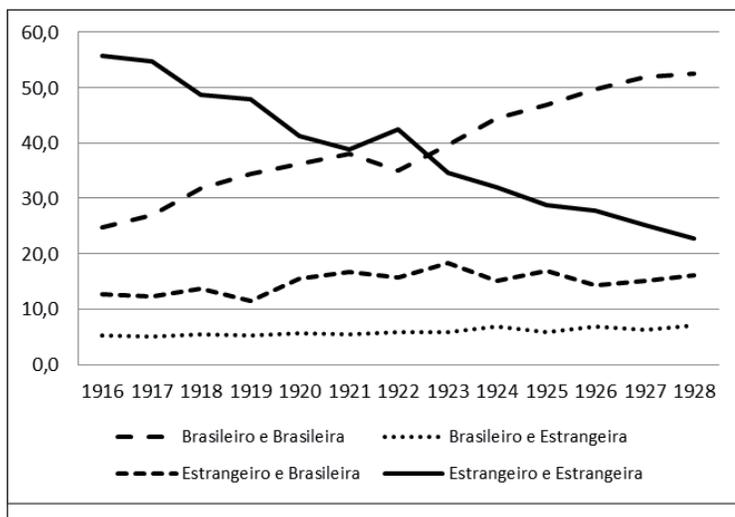
Fonte: São Paulo. Diretoria do Serviço Sanitário. Anuário Demográfico: secção de estatística demographo-sanitária - 1916-1928.

GRÁFICO 10 – Nascimentos segundo a nacionalidade dos pais. Santos, 1916-1928 (%)



Fonte: São Paulo. Diretoria do Serviço Sanitário. Anuário Demográfico: secção de estatística demographo-sanitária - 1916-1928.

GRÁFICO 11 – Nascimentos segundo a nacionalidade dos pais. Ribeirão Preto, 1916-1928 (%)



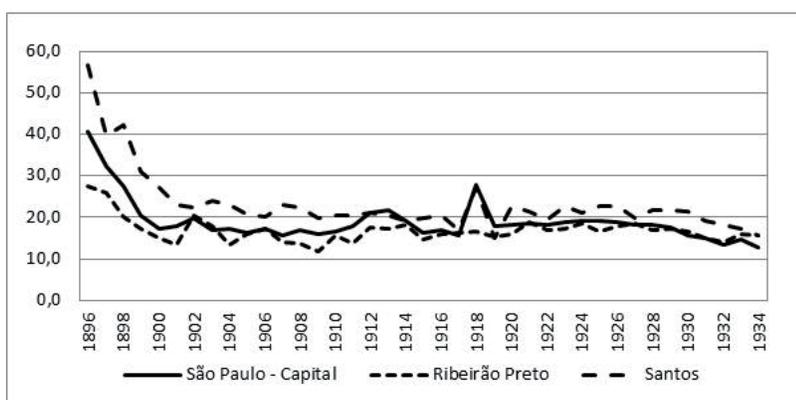
Fonte: São Paulo. Diretoria do Serviço Sanitário. Anuário Demográfico: secção de estatística demographo-sanitária - 1916-1928.

A chegada de um grande número de imigrantes, em curto espaço de tempo, também afetou as taxas de morbidade e mortalidade não só do grupo, mas da população paulista como um todo. As precárias condições de uma longa viagem, as aglomerações no porto de chegada e na Hospedaria de Imigrantes constituíam-se em “momentos propícios ao desenvolvimento de epidemias como a febre amarela, a varíola” (TERALOLLI JR., 1996, p.1-2). Nas fazendas, as características físicas das colônias, e, nas cidades, o incremento populacional, juntamente com a intensa mobilidade geográfica dos imigrantes, favoreciam a ocorrência e proliferação de epidemias e outras doenças. Entre 1889 e 1904, uma série de epidemias de febre amarela ocorreu no porto de Santos e nos municípios do oeste paulista, onde se localizava Ribeirão Preto e se encontrava a grande maioria dos imigrantes. A cidade de São Paulo, devido às suas condições climáticas, foi poupada pela febre amarela, mas a aglomeração de imigrantes em cortiços facilitou a ocorrência de epidemias de varíola, a proliferação da tuberculose e do sarampo. Nas áreas cafeeiras, a lepra, a malária, a ancilostomose, o tracoma, assim como picadas de ofídios, o bicho-do-pé e o alcoolismo contribuíam para ampliar

a morbimortalidade entre os trabalhadores estrangeiros e seus descendentes (SCARANO, 1974; RIBEIRO, 1991; TELAROLLI JR., 1997).

Nesse contexto, a política de saúde no estado de São Paulo procurou concentrar suas ações no controle de epidemias de febre amarela, varíola, febre tifoide (primeiramente) e na diminuição das endemias debilitantes (como malária, ancilostomose, entre outras) que ameaçavam a política de migração e a expansão cafeeira. Programas de saneamento, imunização, controle de vetores e melhorias na alimentação levaram a um declínio significativo das taxas de mortalidade no estado, já no início do século XX, que alcançaram valores abaixo dos observados em outras unidades da federação nesse período e também durante o período colonial-escravocrata (SAWYER, 1983; TELAROLLI JR., 1997). Estimativas existentes mostram que a taxa de mortalidade no Brasil por mil habitantes, entre 1901 a 1920, alcançava 26,4‰ e entre 1920 a 1940 25,3‰ (IBGE, 1960). No estado de São Paulo, chegava a valores mais baixos: 19,5‰ e 17,6‰ em média naqueles respectivos períodos.

GRÁFICO 12 -Taxa de mortalidade. São Paulo (capital), Ribeirão Preto e Santos, 1896-1934



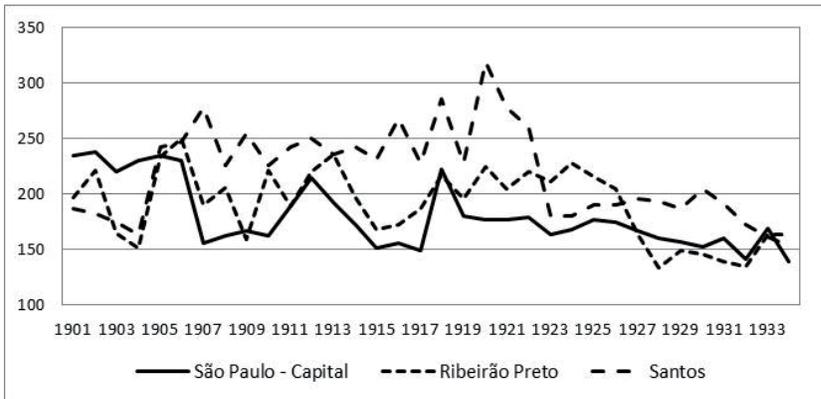
Fontes: São Paulo. Repartição de Estatística e Archivo do Estado de São Paulo. Relatório 1896-1900. São Paulo. Diretoria do Serviço Sanitário. Anuário Demográfico: secção de estatística demographo-sanitária - 1901-1934.

Retornando aos municípios objeto de análise, verifica-se que a evolução da mortalidade, refletida nos traços das curvas do gráfico 12, revela que, em Santos, a mortalidade foi sempre maior que nos dois outros

locais, em todo o período analisado (25‰). Na capital, essa taxa ficou por volta de 20‰ e, em Ribeirão, 17‰. Na segunda década do século, diminuíram as diferenças entre esses municípios, que experimentaram um declínio ainda mais acentuado da mortalidade no final dos anos 1920, principalmente, a partir de 1930.

No que tange à mortalidade infantil, os dados disponíveis abrangem os anos de 1901 a 1934. Nesse período, com oscilações, ela manteve-se ainda alta nas duas primeiras décadas do século XX, alcançando, em muitos momentos, a cifra de mais de 200 óbitos por mil nascidos vivos. Nos anos seguintes, como aconteceu com a mortalidade geral, começou a declinar. O município de Santos liderou com as mais altas taxas de mortalidade infantil no período, enquanto Ribeirão Preto assumiu uma posição intermediária entre Santos e São Paulo (SCARANO, 1974; RIBEIRO, 1991; TERALOLLI JR., 1997) (Gráfico 13).

GRÁFICO 13 – Taxa de mortalidade infantil. São Paulo (capital), Ribeirão Preto e Santos, 1901 - 1934



Fonte: São Paulo. Diretoria do Serviço Sanitário. Anuário Demográfico: secção de estatística demographo-sanitária - 1901-1934.

As mães, em geral, analfabetas, ignoravam os princípios de profilaxia e não conseguiam impedir a alta mortalidade entre seus filhos. Muitos dos que conseguiam sobreviver ao primeiro ano não chegavam a completar cinco anos. As doenças infecciosas e parasitárias eram responsáveis pela maioria dos óbitos tanto entre os filhos de mães

estrangeiras como entre brasileiras. As crianças também foram as maiores vítimas das epidemias que assolaram o estado na época.

Em consequência ao comportamento da natalidade *versus* o da mortalidade, as taxas de crescimento vegetativo, ou taxa de crescimento natural, foram mais altas em Ribeirão Preto que nos dois outros municípios analisados. Os imigrantes que se dirigiram para a cafeicultura, em sua grande maioria, compunham unidades familiares relativamente jovens e com filhos pequenos, com potencial para continuarem se reproduzindo¹⁰. Por sua vez, as taxas de mortalidade em Ribeirão Preto foram relativamente mais baixas. É possível que, nas áreas rurais, as condições de salubridade, ainda que ruins, tenham sido melhores que nos centros urbanos e a alimentação também mais saudável, uma vez que aos colonos do café era permitido manter lavoura de subsistência e criar pequenos animais no interior da fazenda. Com já observado, a queda do crescimento vegetativo em Ribeirão Preto, nos primeiros anos do século XX, estaria associada às epidemias de febre amarela que assolaram a região em 1903-1904 e à crise cafeeira que também afetaram a nupcialidade e a natalidade.

Em Santos, as taxas de crescimento vegetativo foram menores. Na década de 1890, chegaram a ser negativas em função das epidemias de febre amarela que dominaram a cidade nos anos 1895, 1896 e 1897 e da proliferação de outras doenças infectocontagiosas. Construída sobre terrenos de antigos mangues, rodeada por áreas pantanosas, de clima quente e úmido e de verões prolongados, essa cidade portuária apresentava condições de insalubridade muito propícias ao desenvolvimento de doenças que levavam a uma alta mortalidade. Some-se a isso o fato da maioria da população ser muito pobre e viver aglomerada em habitações extremamente precárias (RIBEIRO, 1991).

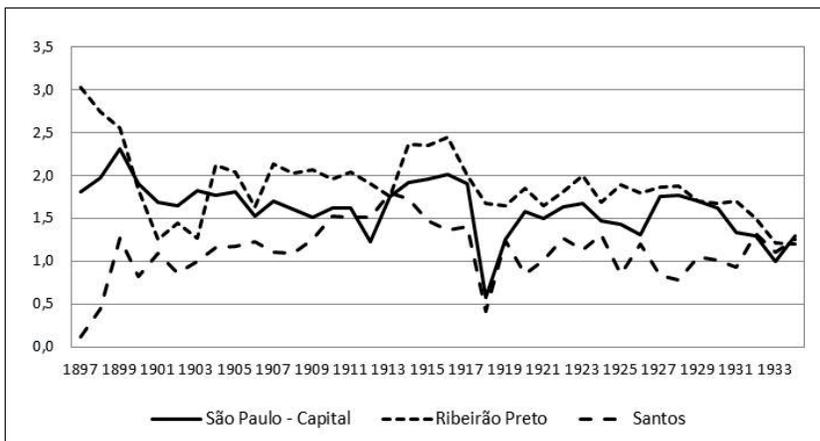
A taxa de crescimento vegetativo na cidade de São Paulo ocupou uma posição intermediária entre as apresentadas por Ribeirão Preto e por Santos. No que diz respeito à mortalidade, como já salientado, as frágeis condições sanitárias e as aglomerações de pessoas em cortiços propiciavam a proliferação de doenças infectocontagiosas, ampliando o número de

¹⁰ Estudo realizado sobre estrangeiros que saíram da Hospedaria de Imigrantes em direção a uma grande fazenda de café apontou que as idades médias dos homens que compunham essas unidades não ultrapassavam os 40 anos, as das mulheres os 35 anos e dos filhos os 7 anos. Nessas áreas cafeeiras, imigrantes e não imigrantes casavam-se também em idades mais precoces que nas cidades, aumentando nas mulheres o período de gerar mais filhos (BASSANEZI, 2003).

óbitos. É possível também que uma maior imigração familiar em São Paulo que em Santos refletisse em taxa de natalidade mais elevada na capital.

Os efeitos da Primeira Guerra Mundial e da Gripe Espanhola de 1918 sobre o crescimento vegetativo foram muito mais fortes em São Paulo e Santos do que em Ribeirão Preto, que ficava em um interior distante. Naqueles municípios, em virtude da gripe, o número de óbitos quase que dobrou em relação ao ano anterior, impactando também na natalidade. Na cidade de São Paulo, por exemplo, 43% das mulheres que faleceram em virtude da gripe se encontravam em plena idade reprodutiva (entre 15 a 49 anos). Nos anos finais da década de 1920, as taxas de crescimento vegetativo decresceram nos municípios de Ribeirão Preto e São Paulo alcançando a de Santos (Gráfico 14), porque neles a natalidade declinou em um ritmo mais rápido que a mortalidade, o que não ocorreu em Santos, onde as taxas de natalidade e de mortalidade, além de estarem mais próximas, decresceram mais lentamente e quase ao mesmo tempo.

GRÁFICO 14 - Taxa crescimento vegetativo. São Paulo (capital), Ribeirão Preto e Santos, 1897-1934



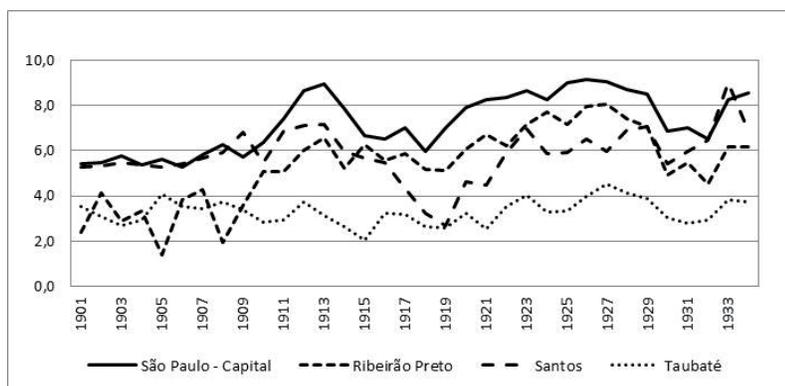
Fontes: São Paulo. Repartição de Estatísticae Archivo do Estado de São Paulo. Relatório 1897-1900. São Paulo. Diretoria do Serviço Sanitário. Anuário Demográfico: secção de estatística demographo-sanitária. 1901-1934.

O impacto da imigração internacional nas trajetórias desses municípios fica ainda mais evidente quando se comparam as taxas de nupcialidade, natalidade e mortalidade com as obtidas para municípios

onde a imigração internacional não foi significativa como, por exemplo, o município de Taubaté. Antigo município cafeeiro escravista do Vale do Paraíba, Taubaté sofreu a decadência da cafeicultura na região, iniciada por volta de 1870 e, em consequência, recebeu pouquíssimos imigrantes internacionais. Esse município contava, em 1886, com 19.509 habitantes, que passaram para 36.564 em 1934, resultando em uma taxa de crescimento de 1,3%a.a. no período; taxa bem menor que a verificada para os municípios receptores de imigrantes.

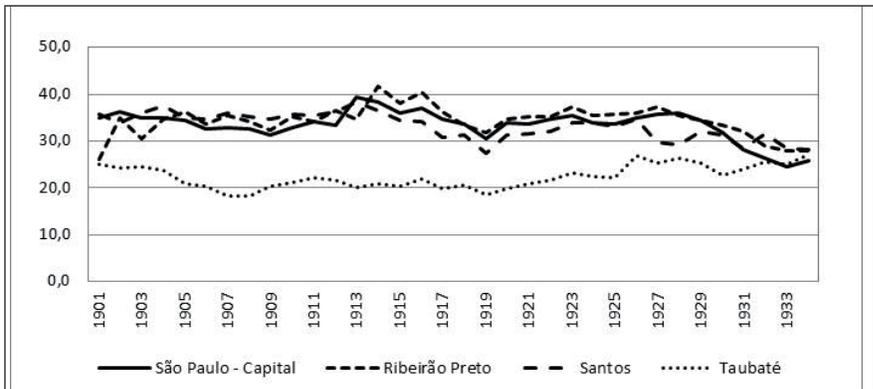
A taxas médias de nupcialidade e natalidade em Taubaté, no período de 1901 a 1934, também estiveram aquém das observadas para os outros três municípios analisados, como demonstram as curvas que representam essas taxas nos gráficos 15 e 16. A partir de 1925, Taubaté começou a dar sinais de mudanças; a nupcialidade e a natalidade aumentaram, dessa maneira, diminuindo as diferenças em relação aos demais municípios analisados. Nesse momento, começaram a chegar a Taubaté migrantes nacionais em função da instalação de industriais importantes na região. Os padrões e níveis de reprodução desses imigrantes, como mostraram Baeninger e Bassanezi (2010), teriam contribuído para o aumento da natalidade no município.

GRÁFICO 15 – Taxa de nupcialidade. São Paulo (capital), Ribeirão Preto, Santos e Taubaté, 1901-1934



Fonte: São Paulo. Diretoria do Serviço Sanitário. Anuário Demográfico: seção de estatística demographo-sanitária - 1901-1934.

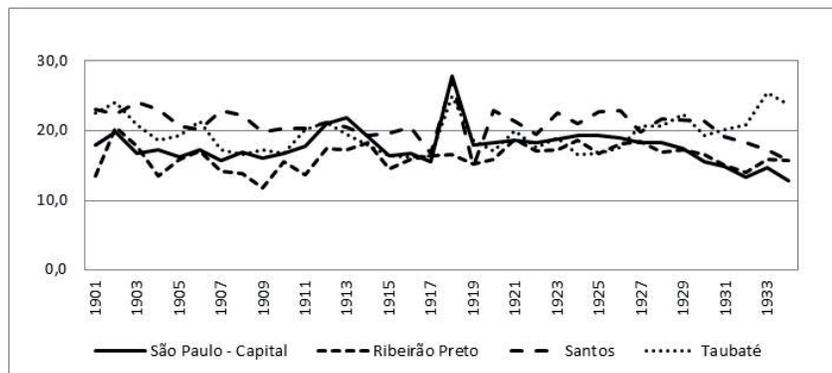
GRÁFICO 16 – Taxa de natalidade. São Paulo (capital), Ribeirão Preto, Santos e Taubaté, 1901-1934



Fonte: São Paulo. Diretoria do Serviço Sanitário. Anuário Demográfico: secção de estatística demographo-sanitária - 1901-1934.

Com relação à mortalidade, há uma maior proximidade nos traços das respectivas curvas, principalmente, entre São Paulo, Santos e Taubaté, o que é indicativo de que imigrantes e nativos estavam sujeitos às mesmas mazelas. No final do período, as taxas de mortalidade de Taubaté aumentaram e começaram a distanciar-se das mostradas por aqueles municípios (Gráfico 17). Os migrantes nacionais, geralmente emigrantes das secas que assolavam as regiões de origem, vinham em condições de saúde bastante precárias, o que provavelmente contribuiu para o aumento da morbimortalidade nos primeiros momentos.

GRÁFICO 17 – Taxa de mortalidade. São Paulo (capital), Ribeirão Preto, Santos e Taubaté, 1901-1934



Fonte: São Paulo. Diretoria do Serviço Sanitário. Anuário Demográfico: secção de estatística demographo-sanitária - 1901-1934.

Os distintos níveis de nupcialidade, natalidade e mortalidade observados nos municípios analisados deixaram entrever claramente os efeitos diretos e indiretos, qualitativos e quantitativos da imigração internacional, bem como, posteriormente, da migração interna, em suas trajetórias demográficas.

CONCLUSÃO

A imigração internacional foi um componente muito importante da dinâmica demográfica do estado de São Paulo, principalmente entre os anos de 1880 e primeiras décadas do século XX. O volume e as características da corrente imigratória provocaram um grande crescimento da população paulista e profundas alterações na estrutura e na dinâmica dessa população. Esse processo, resultado de dinâmicas demográficas específicas, ocorreu em ritmos diferenciados no tempo, não foi homogêneo em todo território paulista e esteve articulado aos processos socioeconômicos vigentes e a eventos de caráter mais conjuntural, como crise econômica, epidemias e guerra.

A partir do final dos anos de 1920, a imigração internacional diminuiu sua importância no cenário paulista e deu lugar a um volumoso movimento migratório interestadual, delineando uma nova etapa na

trajetória demográfica do estado, nas trajetórias demográficas municipais. Nessa fase, nas áreas de forte imigração internacional, observavam-se mudanças no comportamento reprodutivo da população, um decréscimo mais acentuado nas taxas de natalidade, em parte, resultado do aumento da idade ao primeiro casamento e do declínio da mortalidade. Provavelmente, os padrões de natalidade e mortalidade continuariam diminuindo no estado de São Paulo, caso não tivessem chegado, a partir de então, os migrantes nacionais, cujo volume e características contribuíram para imprimir um ritmo mais lento ao processo de transição, principalmente nas localidades de grande afluxo desses imigrantes.

Esses movimentos migratórios, que acompanharam etapas econômicas específicas deixaram suas marcas na transição demográfica paulista, que ocorreu em um tempo mais longo e também precocemente em relação ao restante do país. Desde o início do século XX, o estado de São Paulo apresentou taxas de natalidade e mortalidade bem mais baixas que as outras unidades da federação. Somente a partir de meados dos anos 1960, é que o declínio da fecundidade no Brasil, de forma generalizada, tornou-se mais evidente.

Este trabalho, ao incorporar a desagregação dos dados para um espaço menor de análise, evidencia a grande diversidade existente em termos de indicadores demográficos, os momentos e etapas do processo rumo à transição demográfica, suas oscilações e seus retrocessos no estado de São Paulo, do final do século XIX a meados do século XX. Processo que só pode ser melhor compreendido se na sua análise for incorporada a dinâmica migratória, ainda, pouco explorada e contemplada nos estudos e debates atinentes à transição demográfica.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R.; BASSANEZI, M. S. C. B. São Paulo: transição demográfica e migrações. In: ODALIA, N. (in memoriam); CALDEIRA, J. R. C. (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da Unidade Paulista*. São Paulo: UNESP, v.2, 2010. p.153-158.

BASSANEZI, M. S. C. B.; SCOTT, A. S. V. Criança e jovem *oriundi* na terra do café, no final do século XIX e início do século XX. In: RADIN, J. C. (Org.). *Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens*. Joaçaba: UNOESC, 2005. p.141-162.

- _____. Family and immigration. In: BAILY, S. L.; MÍGUEZ, E. J. (Ed.). *Mass migration to modern Latin America*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003. p.263-277.
- _____. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995. p.1-38.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. v.21.
- HOLLOWAY, T. *Imigrantes para o café*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- KLEIN, H. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.6, n.2, jul./dez.1989a.
- _____. A integração social e econômica dos imigrantes espanhóis no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.19, n.3, 1989b.
- LEVY, M. S. F. A imigração internacional e a fecundidade. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.8, n.1/2, jan./dez.1991.
- _____. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.8 (Supl.), 1974.
- MERRICK, T. W.; GRAHAM, D. H. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Zahar, 1981.
- NOGUEIRA, O. *O desenvolvimento de São Paulo: imigração estrangeira e nacional e índices demográficos: demografo-sanitários e educacionais*. São Paulo: CIBPU, 1964.
- OLIVEIRA, M. C. F. A. *A urbanização do interior: condições gerais e a experiência de Amparo, Rio Claro e Ribeirão Preto*. Relatório final de pesquisa. 1988. (Mimeo.).
- RIBEIRO, M. A. R. *História sem fim... um inventário da saúde pública, São Paulo, 1880-1930*. 1991. 407fs. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- RIO DE JANEIRO. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1930.
- _____. Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas. Directoria Geral de Estatística. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1905.
- _____. Directoria Geral de Estatística. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898.
- SÃO PAULO. Directoria de Estatística, Industria e Commercio. *Recenseamento Demográfico, Escolar e Agrícola-Zootécnico do Estado de São Paulo (20 de setembro de 1934)*. São Paulo: Directoria de Estatística, Industria e Commercio, 1936.
- _____. Directoria do Serviço Sanitario do Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brasil). *Anuario demographico: secção de estatística demographo-sanitaria*. São Paulo: Diário Oficial, 1901-1934.
- _____. Repartição de Estatística e Archivo do Estado de São Paulo. *Relatório*. São Paulo: Diário Oficial. 1896-1900.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Relatório apresentado ao Dr. Washington Luiz, Presidente do Estado pelo Dr. Heitor Teixeira Penteado, Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas - Anno 1923*. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo, 1924.

_____. Secretario dos Negocios do Interior do Estado de São Paulo pelo Director da Repartição da Estatística e Archivo. Dr. Antonio de Toledo Piza em 31 de julho de 1894. *Relatorio apresentado ao cidadão Dr. Cezario Motta Junior*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1894.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística*. São Paulo: Leroy King, 1888.

SAYWER, D. Relações entre mortalidade e fecundidade: o caso de São Paulo. In: PATARRA, N. L. (Comp.). *Reproduccion de la población y desarrollo*. São Paulo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, v.4, 1983. p.91-172.

SCARANO, J. M. L. *O imigrante: trabalho, saúde e morte*. 1974. 164fls. Tese (Livre Docência em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1974.

TELAROLLI JR., R. Assistência sanitária e condições de saúde na zona rural paulista na Primeira República. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.14, n.1/2, jan./dez.1997.

_____. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: EDUNESP, 1996.

POLÍTICA IMIGRATÓRIA E IMIGRAÇÃO ITALIANA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: PERFIL DAS ENTRADAS E TRAJETÓRIAS

Maria do Rosário Rolfsen Salles¹

Sênia Regina Bastos²

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa a focalizar as mudanças na política imigratória brasileira e internacional que se consubstanciaram, num primeiro momento, na retomada da imigração no Pós-Segunda Guerra Mundial, com o Decreto-Lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945, ainda sob o Estado Novo, segundo o qual, o Brasil reabria a imigração, embora mantendo o sistema de quotas que havia imprimido o caráter restritivo à imigração que caracterizou a era Vargas desde 1934, quando se instituiu esse sistema. Nesse ano, como se sabe, o fluxo de imigrantes ficara limitado em 2% do total de entradas de cada nacionalidade entre 1884 e 1934. Os acordos entre o Brasil e os organismos internacionais que, então,

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e docente da Universidade Anhembi Morumbi. Email: mrrsalles@anhembimorumbi.edu.br

² Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e docente da Universidade Anhembi Morumbi, Diretoria de Pesquisa e Extensão, Mestrado em Hospitalidade. Email: bseniab@terra.com.br

instituíram-se, no contexto da criação da própria Organização das Nações Unidas e sob a hegemonia dos países vencedores, especialmente, dos Estados Unidos, constituem a ênfase desse período e são problematizados para a compreensão desse contexto migratório. Realmente, a grande novidade, em matéria de migração no Pós-Segunda Guerra Mundial, foi a criação dos organismos internacionais que se ocuparam do repatriamento, colocação ou acordos de migração entre países europeus, recém-saídos da guerra, e países cujos processos de desenvolvimento exigiam mão de obra técnica e qualificada, como era o caso do Brasil.

A discussão, nesse sentido, centra-se no tratamento dos dados sobre a entrada dos imigrantes italianos no Brasil, entre 1950 e 1980, a partir de um banco de dados resultante de um Projeto Temático FAPESP/Memorial do Imigrante sediado no Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO/Unicamp), desenvolvido entre 2003 e 2008, intitulado: “Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial 1947-80”. O banco de dados foi construído a partir da documentação presente no Memorial do Imigrante/SP, com apoio da FAPESP, numa parceria institucional. A proposta, então, era analisar a dinâmica dos “novos” fluxos migratórios para São Paulo no período Pós-Segunda Guerra Mundial, particularmente, a inserção de trabalhadores considerados como mão de obra qualificada oriundos da Europa e do Japão, em resposta ao crescimento da demanda por esse tipo de operário para a indústria e agricultura que se mecanizavam, especialmente, no estado e na cidade de São Paulo.

Esse banco de dados compreende as seguintes séries documentais, cujas informações foram inseridas no banco de dados: fichas de identificação (40.035), avisos de colocação e embarque/chegada (6.892), fichas do candidato (3.433), fichas de entrevista para colocação (3.606), *curricula vitae* (1.148), processos administrativos (3.296), pedidos de mão de obra qualificada estrangeira (155) e cancelamentos de mão de obra pré-colocada (76).

Para o tratamento da documentação foram criados 45 campos para inserção das informações provenientes das séries documentais. No presente artigo, foram trabalhados os dados relativos à nacionalidade, naturalidade, origem, sexo, idade, estado civil, procedência, destino, meio

de transporte, posição familiar, profissão, empresa empregadora, residência e data da chegada.

Do ponto de vista cronológico, este conjunto documental divide-se em duas fases: 1947-1951, quando as entradas são majoritariamente de refugiados de guerra que se encontravam em campos de refugiados na Alemanha e na Áustria e que constituem um grupo formado por imigrantes provenientes do leste europeu. Entram basicamente pelos organismos internacionais encarregados do repatriamento e colocação em países europeus e não europeus, no caso, a *International Refugee Organization* (IRO)³ e *Hebrew International Assistance* (HIAS).

A partir de 1952, após a extinção da IRO e criação do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), as entradas ficam organizadas pelo CIME e pelos acordos bilaterais entre os países, até o final dos anos 1970. Nesse período, modifica-se o perfil dos imigrantes, com entradas de diversas nacionalidades (italianos, espanhóis, alemães, suíços, japoneses, etc.), cuja característica básica é sua inserção urbana e industrial, sobretudo em São Paulo (SAKURAI; SALLES; PAIVA, 2008).

Do ponto de vista imigratório, como apontado, esse período caracteriza-se pela retomada da política imigratória, com o Decreto Lei n. 7.967, de 18/09/1945. Segundo o Artigo 38 desse decreto, a imigração dirigida ocorre quando o Poder Público, empresa ou particular promove a introdução de imigrantes, hospedando-os e localizando-os. E, no primeiro parágrafo, aponta a preferência por famílias que contenham pelo menos oito pessoas aptas para o trabalho, entre 15 e 50 anos (Boletim do Departamento de Imigração e Colonização, 1952). Revogado esse decreto com a Resolução do Conselho de Imigração e Colonização n. 1.676, de 18/10/1950, suprimiu-se o regime das quotas para imigrantes das nacionalidades portuguesa, espanhola, francesa e italiana. A partir de então, inúmeros acordos firmaram-se entre o Brasil e os países europeus e o Japão.

Desta forma, o período do Pós-Segunda Guerra é o quarto e último período na entrada de imigrantes, se considerarmos os períodos anteriores – primeiro período: da imigração subsidiada até 1906; segundo período: de 1906 às vésperas da Primeira Guerra Mundial; terceiro

³ No Brasil, também, ocorre a variação da denominação OIR - Organização Internacional dos Refugiados.

período: do final da Primeira Guerra Mundial até o fim do Estado Novo, em que se encerra a política subsidiada e se inicia a política restritiva à imigração (BASSANEZI, 1995). Assim, passam a vigorar, basicamente, os seguintes tipos de imigração: uma, espontânea, que se dá através das “cartas de chamada” de parentes e oferta de empregos; outra que se caracterizava por grupos e cooperativas com vistas, sobretudo, à colonização agrícola; e a imigração dirigida, orientada pelos convênios entre o governo brasileiro e os organismos internacionais. A partir dos anos 1960, viu-se declinar novamente o movimento imigratório que se limitou a técnicos e profissionais especializados.

A IMIGRAÇÃO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA, OS ITALIANOS E OS ACORDOS BILATERAIS

Do ponto de vista do quadro internacional vigente entre as duas guerras mundiais e aquele posterior à Segunda Guerra, há grandes diferenças que se referem às especificidades das relações internacionais. Por exemplo, o sistema internacional Pré-Segunda Guerra é multipolar, e aquele que passou a vigorar no Pós-Segunda Guerra, é bipolar (VIGEVANI, 2009). Entre as duas guerras mundiais havia o pressuposto de que poderia prevalecer o multilateralismo, mas que acabou não ocorrendo plenamente. Nesse contexto, cria-se a Liga das Nações e a possibilidade de desenvolver-se um sistema multilateral e cooperativo tendo em vista a necessidade de se controlar os conflitos entre as nações e o comércio internacional. Tal aspecto ajuda a entender a importância da criação dos organismos internacionais multilaterais e as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. No que se refere especificamente às migrações internacionais e à criação do CIME⁴, em 1951, os organismos respondiam às necessidades dos países vencedores, os quais se encontravam com uma população muito grande, desalojada e carente de novos locais para viver e trabalhar (AMBROSI, 2009).

Por isso, os EUA, assim como os países da Europa Ocidental e da América Latina - que na ocasião estava muito mais próxima da órbita dos EUA do que agora - estabeleceram as bases para criar uma organização internacional que pudesse se ocupar do problema. Em consequência, o nascimento da OIM foi decidido como resposta, não

⁴Hoje Organização Internacional para as Migrações (OIM).

da comunidade internacional, mas de uma parte específica dela - a que havia vencido a guerra (AMBROSI, 2009, p. 18).

A atuação do CIME, então, fica marcada pela existência dos dois blocos e as fronteiras entre os países deixam de ser um ponto de encontro para tornarem-se um ponto de divisão dentro de um mesmo espaço homogêneo, o Ocidente. A posição brasileira no contexto internacional e os interesses, por parte de significativa parcela dos intelectuais e diplomatas encarregados da discussão da política imigratória, em reativar a imigração dirigida determinaram a elaboração de acordos bilaterais com alguns desses organismos encarregados da imigração, como a IRO, para o repatriamento e colocação dos deslocados de guerra, assim como do CIME, que passou a atuar a partir de 1951, com a extinção da IRO.

Do ponto de vista da política imigratória brasileira do Pós-Segunda Guerra, esta caracterizou-se pela inserção de trabalhadores com perfil majoritariamente voltado para as atividades urbanas e industriais e, em São Paulo, pela modernização do parque industrial, tanto na capital como em diversas regiões do estado. Evidenciam esse processo o crescimento de novos ramos da indústria automobilística, eletroeletrônica, química, farmacêutica, etc., além de investimentos em projetos agrícolas.

Nesse contexto, o ano de 1947, que, sob diversos aspectos, caracteriza-se por ações internacionais visando a enfrentar os problemas decorrentes do final do conflito, é marcante, também, em função da proclamação da doutrina Truman, que anunciava a disposição norte-americana de combater a expansão comunista, e a aprovação do Plano Marshall. O Plano Marshall foi concebido para recuperar a economia européia do Pós-Segunda Guerra, dentro do espírito liberal e de multilateralismo de reconstrução, que animou o governo norte-americano desde 1941, e visava, ainda, a consolidação da hegemonia americana. Assim, “O Plano Marshall deu à Europa devastada pela guerra os meios econômicos necessários para estimular o arranque da sua reconstrução. Os meios humanos foram fornecidos numa primeira fase pelos deslocados, refugiados e emigrantes do leste e sul europeu” (BAGANHA, 1993, p. 820). Com essa perspectiva, criaram-se os organismos internacionais encarregados do direcionamento das populações deslocadas e dos assuntos

gerais e decisões sobre as migrações e recrutamento, seleção e colocação de mão de obra (AMBROSI, 2009).

Os países europeus, com exceção da Espanha, receberam empréstimos e donativos para sua recuperação, entre 1948 e 1952, através de acordos bilaterais que favoreciam os EUA e permitiam o controle da política econômica e industrial dos países em questão, além de interferir nas relações do leste com o oeste europeu, impondo restrições de exportações de produtos “estratégicos” ao leste e aprofundando a dependência econômica ocidental em relação aos EUA.

O Pós-Segunda Guerra, dessa forma, significou um período de extrema confiança na recuperação econômica e na intervenção do planejamento nessa recuperação. É neste contexto que aparece um fato novo com relação ao planejamento dos movimentos migratórios internacionais: a criação de órgãos técnico-administrativos destinados a intervir na prática, num amplo processo de cooperação internacional. Em atinência à questão das migrações, os mais importantes desses organismos são a IRO e o CIME, entre outras, como o Comitê Intergovernamental Católico para as Migrações (CICM).

Segundo La Cava (1988, p. 53): “[...] a intervenção pública na questão imigratória remonta aos inícios das republicas independentes [...] Tratava-se de um tipo de intervenção estatal que subvencionava, dirigia e até certo ponto selecionava os fluxos [...]”.

Ainda essa autora lembra que:

[...] a política imigratória era fruto de um projeto nacional e racial mais amplo do que o de uma geração ou elite regional. Para Skidmore, o projeto imigratório brasileiro se baseara entre 1889 e 1914, na tese do “branqueamento” ou da miscigenação da população de cor que, até o momento da grande imigração, dominava o quadro demográfico do país (SKIDMORE, 1976 apud LA CAVA, 1988, p. 54).

De certa forma, essa orientação continuará presente nos momentos posteriores e é, nesse contexto, que se deve discutir a inserção das nacionalidades entradas no Pós-Segunda Guerra. A mesma autora, referindo-se à imigração italiana nesse período, afirma que:

Na primeira fase, de 1945 a 1952, marcada pelo assim chamado sistema triangular, os Estados Unidos providenciaram os capitais privados na América Latina, a Europa, a mão de obra e a América Latina, os recursos naturais (terras, etc.). Nesse período, [...] teria sido resolvido tanto o problema do excesso populacional europeu, como o da ‘carência’ da mão de obra necessária para o desenvolvimento da América Latina.

[...] ao contrario do que sugeria a literatura pró-imigratória, o êxodo europeu para a América Latina no pós-guerra não foi determinado exclusivamente pelos mecanismos de demanda e oferta, característicos do mercado internacional de trabalho na era do liberalismo (1870-1920). A tensão entre o projeto de reconstrução da Europa e a realidade social e política, por um lado, e por outro, a impossibilidade de canalizar altos contingentes de imigrantes italianos para a América Latina através de simples mecanismos de livre mercado, configuraram uma tipologia única na história das migrações transoceânicas. [...] Assim como outros problemas sociais do pós-guerra, a questão imigratória foi abordada com estratégias dirigistas que transcendiam as iniciativas privadas e nacionais (LA CAVA, 1988, p. 57-58).

Além do Decreto Lei n. 7.967, os demais acordos firmados no período são: o Brasil é signatário do acordo relativo às disposições provisórias sobre os refugiados e deslocados da IRO (15/09/1946); Acordo de Migração entre o Brasil e a Itália (5/07/1950); legislação para criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC, 1945); Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (concluída em Genebra, em 1951, e assinada pelo Brasil, em 1952); Acordo de Migração entre o Brasil e a Espanha (1960); Acordo de Imigração e Colonização entre o Brasil e os Países Baixos (15/12/1950); e a constituição do CIME (19/10/1953).

OS ITALIANOS E OS ACORDOS BRASIL-ITÁLIA

Observe-se que, como enuncia Trento (1989), as comunidades estrangeiras, no Brasil e em São Paulo, em particular, eram, em grande parte, formadas por pessoas que residiam há muito tempo no Brasil. Nas décadas de 1910 e 1920, 60% dos estrangeiros e 80% dos italianos haviam chegado antes de 1905. No caso italiano, com a proibição da emigração subsidiada por parte do governo italiano, em 1902, pelo Decreto Prinetti,

e com o redirecionamento das correntes em direção a outros países como EUA e Argentina, caem drasticamente as entradas no entreguerras, além do fato de o país não exercer mais a atração que antes havia exercido, nem mesmo entre as regiões mais pobres que, tradicionalmente, forneciam os maiores contingentes de mão de obra. Assim, entre 1921 e 1937, entraram no Brasil 32.411 italianos provenientes das regiões setentrionais da Itália (38,1%); 11.106, da Itália central (13%) e 41.693 da Itália meridional e ilhas (48,9%). Segundo o autor, os dados sobre a presença italiana no Brasil são bastante díspares, o Censo de 1940 indica a presença de 285.029 italianos, dos quais 212.996 no estado de São Paulo, enquanto Mortara (apud TRENTO, 1989), aponta um número maior, de 325.000 para o Brasil, dos quais, 235.000, aproximadamente, em São Paulo.

Em 1945, o número havia caído para 277.000 em todo o Brasil. Os fatores para a diminuição dos fluxos italianos apontados por Trento (1989) são os seguintes: piora dos salários agrícolas, incremento do controle do trabalhador nas indústrias, dificuldade maior para as culturas intercalares, com a primazia ao cultivo do café, além da concorrência da imigração japonesa, amparada que foi pelas companhias japonesas e representantes diplomáticos.

No entreguerras, houve várias tentativas de acordo entre o Brasil e a Itália, como o de 1923, pela pressão do próprio Matarazzo, que empregaria grande parte da mão de obra entrada após 1950, como se verificará adiante. Em 1924, o Estado de São Paulo retoma as negociações com o Estado italiano, mas Mussolini nega-se a assinar o acordo, alegando más condições de trabalho e o horror à situação do tracoma que afetava, sobretudo, imigrantes italianos. De fato eram exigências comerciais que não se cumpriam de parte a parte (TRENTO, 1989). A partir de 1928-29, com a queda das cotações internacionais do café, reduziram-se ainda mais as possibilidades de atração de mão de obra italiana, além de provocar a diversificação da agricultura paulista, aprofundando uma tendência já observada anteriormente, de aumento das pequenas propriedades nas áreas de fronteira, como Araraquarense, Noroeste, Alta Paulista, Alta Sorocabana, favorecendo antigos colonos que haviam se dedicado à cultura alimentar e que resistiram melhor à crise do que os grandes produtores de café. Nesse sentido, infere Trento (1989), há a reestruturação parcial dos modos de

produção, em que o colonato, se não desaparece, perde sua exclusividade como forma de trabalho livre na lavoura cafeeira, explicando parcialmente a demanda posterior, nas discussões sobre a retomada da imigração, por mão de obra mais qualificada para a agricultura que se modernizava. Assim, a queda da imigração italiana devia-se a vários fatores.

Esse fenômeno não se devia decerto, às cotas de imigração que entraram em vigor com a Constituição de 1934 e foram confirmadas pela de 1937, pois ficou-se muito aquém delas. Sua causa estava ao contrário, na situação interna brasileira e na diminuição geral do fluxo imigratório, devido às dificuldades no mercado internacional do trabalho, depois da crise de 29. A isso correspondem, na Itália, restrições à liberdade de imigração, aplicadas pelo fascismo (TRENTO, 1989, p. 289).

É preciso considerar toda a conjuntura nacional e internacional e suas repercussões na economia brasileira nas décadas de 1920 e 1930, mormente, o impacto da “grande depressão” sobre a economia mundial e brasileira, em particular. Países que dependiam enormemente do seu setor externo, como o Brasil, e de suas exportações, do café, principalmente, no caso brasileiro, tiveram um encarecimento relativo muito alto das importações das quais dependiam, o que os fez se “voltarem para dentro”, como se sabe, com o crescimento da economia dependendo, então, de fatores internos. Esses fatores interferiram basicamente não apenas na política econômica dos períodos 1930 a 1934, 1934 a 1937, período de certo “*boom*” econômico, mas, posteriormente, no período do Estado Novo, de 1937 a 1945, quando da chamada “economia de guerra” e do fortalecimento do poder central, com uma política visando ao abastecimento do mercado de mão de obra, que passou a depender diretamente das diretrizes traçadas pelo poder central. Toda a retórica em torno da proteção ao trabalhador nacional e os apelos nacionalistas do período explicam-se pelas injunções da economia de “substituição de importações” e pelas necessidades de um mercado carente de mão de obra qualificada que caracterizaria o Pós-Segunda Guerra (ABREU, 1990).

É preciso considerar que, a partir de 1927, os subsídios à imigração são suspensos pelo Estado de São Paulo:

Depois de representar 56,9% entre 1886 e 1900, reduziu-se a 23,8% entre 1901 e 1920 e a 10,6% entre 1921 e 1940 [...], uma vez que

as correntes italianas continuaram a privilegiar os países que antes do conflito já haviam se destacado como os mais importantes receptores de mão-de-obra italiana (como EUA e Argentina). Ou seja, o Brasil deixa de exercer atração da mão-de-obra italiana a partir dos anos 20 (TRENTO, 1989, p.247).

Desta forma, o aumento das entradas de imigrantes italianos, que se observa a partir do Acordo Brasil-Itália de 1950, é bastante significativo, dado todo o quadro descrito anteriormente. Entre 1950 e 1972, entraram, no Brasil, 105.149 italianos, sendo o período de 1950 a 1959, o mais expressivo, com 91.931 ingressos. Na década anterior, havia-se registrado a entrada de 15.819 italianos (LEVY, 1974). A razão para esse crescimento, conforme já referido, foi o Acordo Brasil-Itália de 1950. A década seguinte, de 1960 a 1969, indica a queda das entradas, novamente, em razão do fim do Acordo de migração, em 1963.

La Cava (1999, p.159) aponta a suspensão da imigração de trabalhadores qualificados em virtude do grande número de “repatriações excessivas, pois sugeriam a falta de oportunidades e salário”. Para a Facchinetti (2004), o grande número de repatriados justifica-se, entre outros motivos, pelo crescimento da economia italiana a partir de 1955.

Do ponto de vista brasileiro, a demanda por mão de obra qualificada, após o final do Estado Novo e do conflito internacional, cresce com o desenvolvimento do parque industrial paulista. Da perspectiva dos países diretamente envolvidos com a guerra, especialmente a Itália e os EUA, criaram-se mecanismos para aliviar as tensões sociais causadas pelo desemprego e as catastróficas condições de vida das populações, com o conseqüente incentivo à emigração apoiado pela Igreja Católica. A criação de organismos dedicados a esse fim, assim como os acordos bilaterais entre países foram soluções utilizadas e que vieram ao encontro das necessidades de mão de obra qualificada por parte do Brasil.

Assim, o Acordo de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado no Rio de Janeiro, a 05/07/1950, previa a emigração de italianos para o Brasil, acompanhados ou não de suas famílias, quer sob a forma de migração espontânea baseada na carta de chamada familiar ou em oferta de trabalho, quer sob a forma de transferência de sociedades,

de cooperativas ou de grupos de trabalho, condicionada à aprovação pelas autoridades brasileiras e italianas. Previa-se, também, recrutamento e seleção para núcleos coloniais. As atividades profissionais eram agrupadas em três categorias: 1) regime de trabalho agropecuário; 2) regime de trabalho por conta própria (artesanato ou outro regime de trabalho); e 3) regime de trabalho assalariado, ou sob outras formas de remuneração, para trabalhadores agrícolas, industriais e operários sob a proteção e assistência da legislação trabalhista. Foram também aprovadas as remessas para a Itália, mas havia aspectos muito problemáticos na execução plena desse acordo. Segundo La Cava (1999), o acordo voltava-se para a imigração rural, numa época em que o setor agrícola brasileiro passava por forte competição dos produtos asiáticos e africanos.

Assim, os dois países assinam novo acordo, em 1960, que embora oferecesse maiores vantagens aos imigrantes do que o de 1950, não teve o efeito de assegurar um fluxo continuado de imigrantes italianos. Essas oscilações e a melhora da economia italiana explicam os índices de entrada que se verificaram acima, concentrados entre os anos de 1952 e 1962. Além disso, a atuação do CIME, depois de 1951, recrutando e selecionando emigrantes dentro da Itália, além de promover cursos profissionalizantes dentro e fora da Itália, concorreu em muito para as entradas durante esse período. A emigração para o Brasil podia ser dirigida ou espontânea, valendo-se ambas da colaboração e assistência do CIME ou de outros organismos previamente acordados.

A emigração dirigida compreendia, entre outras, as seguintes categorias: a) técnicos, artesãos, operários especializados e profissionais qualificados e semiquualificados; b) unidades de produção ou empresas de caráter industrial ou técnico de interesse do Brasil; c) agricultores, técnicos especializados em indústrias rurais e atividades acessórias, operários agropecuários, lavradores, criadores e camponeses em geral. Todos desejosos de estabelecerem-se como proprietários ou não; associações e cooperativas de agricultores; familiares que acompanhassem os emigrantes ou que fossem chamados pelos já aqui residentes. Além disso, o acordo previa a autorização de exportação de uma série de bens pertencentes aos imigrantes, como instrumentos de trabalho, bicicletas, máquinas

de malharia, equipamentos agrícolas, inclusive tratores e maquinas de beneficiamento, etc., além da isenção de impostos.

Apesar das diversas cláusulas do acordo prevendo as condições de recrutamento e seleção pelas autoridades italianas e brasileiras, embarque e transporte a cargo do governo italiano, com auxílio do CIME, recepção, encaminhamento e colocação pelo governo brasileiro, além da concessão de facilidades na organização de associações assistenciais, etc., as entradas de imigrantes italianos tendem a decrescer, em decorrência da retomada da economia italiana, por um lado; e, de outro, a aceleração das migrações internas no Brasil, com a tendência a proteger o trabalhador nacional.

PERFIL DOS IMIGRANTES ENTRADOS NO PÓS-SEGUNDA GUERRA

O presente artigo pauta-se pela análise de 99.659 registros de ingressos de imigrantes inseridos em um banco de dados *Access*, que consolida campos de diferentes tipos de documentos de um mesmo imigrante. Convém ressaltar as dificuldades no tratamento dessas informações, advindas de discrepâncias presentes na documentação original, tais como datas, gênero, idade, nomes de localidades, dados incompletos, ausência de identificação do ano de ingresso ou registros anteriores a 1947 ou posteriores a 1980 (o que foi considerado como erro de preenchimento do documento ou da digitação).

A abordagem do campo nacionalidade resultou na identificação de 74 diferentes nacionalidades, com precisão do ano de ingresso de 97.058 imigrantes (97,4%), dado que se reduz a 52.393 (52,57%) se não forem considerados os parentes e demais acompanhantes (como agregados, primos de parentes, etc.).

Ao considerar o movimento das principais nacionalidades, verifica-se o predomínio da nacionalidade italiana (44.148), em segundo lugar, a espanhola (15.348), números próximos para a japonesa (6.000) e a grega (5.732); e entrados como refugiados, no período de 1947 a 1949, notam-se a nacionalidade polonesa (4.811) e os apátridas (3.573), sendo que não foi possível precisar a nacionalidade de 4.779 imigrantes.

No caso dos italianos, objeto deste estudo, para o período 1946 a 1980, relacionam-se 43.502 ingressos (98,5%) e as maiores entradas registraram-se nos anos 1951 a 1960, com 39.889 italianos, o que corresponde a 90,3% do total. Trento (1989) afirma ser o ano de 1961 o de maior movimento, todavia isso não se verifica com relação aos ingressos na Hospedaria, visto que existem apenas 1.262 registros nesse ano. A redução dos ingressos acentua-se nos anos subseqüentes, 813 em 1962, 230 em 1963 e 36 em 1964, após esse período, o ano de maior registro ocorre em 1967, com 163 italianos.

Trento (1989) estima o ingresso de 112 mil imigrantes europeus no Brasil com recursos do CIME. De um universo de 71.711 apontamentos identificados na Hospedaria com recursos advindos do Comitê, durante o período 1952 a 1978, constatam-se 69.380 imigrantes, destes, 43.212 eram italianos, 14.897 espanhóis, 5.696 gregos, 1.148 alemães, entre outros.

Constatam-se 16.764 imigrantes que contaram com recursos do IRO durante o período 1947 a 1949⁵. Considerando-se o seu agrupamento por nacionalidade, tem-se: polonesa (28%), ucraniana (10%), apátrida (9%), húngara e iugoslava (7% cada), russa (6%), letã (4%), lituana (3%), checoslovena e romena (2% cada), estoniana e armênia (1% cada), ao que se ressalva que 20% dos registros encontram-se sem identificação da nacionalidade. Trata-se do reassentamento de famílias inteiras, cujos chefes de família foram selecionados para trabalhar no Brasil.

Andrade (2005) estima o ingresso de 29 mil refugiados ou deslocados de guerra de 1947 a 1952 (ano do fechamento do escritório da IRO no Rio de Janeiro), considerando o total de registros (17.066) presentes no banco de dados, tem-se que a Hospedaria recebeu 59% dos que se dirigiram ao Brasil. Paiva (2000), por sua vez, aponta um total de 19.685 entradas de refugiados no Brasil, até 1949.

⁵ Andrade (2005) destaca que o governo do estado de São Paulo tentou estabelecer um acordo com a IRO, em 1947, para receber cerca de 5 mil famílias, o que corresponderia a 25 mil pessoas, todavia tal cifra não foi alcançada.

PERFIL E COMPOSIÇÃO DO GRUPO ITALIANO

Como foi observado, a partir da seleção dos 44.148 imigrantes que declararam nacionalidade italiana, foi criada uma planilha em *Excell* para a contabilização das ocorrências dos campos já mencionados.

Verifica-se que se dirigiram ao Brasil, predominantemente por transporte marítimo, 25.428 homens e 18.564 mulheres, cujo ano de maior ingresso corresponde a 1954, totalizando 8.787 entradas (20,2%).

Segundo Facchinetti (2004, p. 108), nessa época, as embarcações possuíam “compartimentos separados com camas, banheiros, chuveiros, para garantir a higiene e evitar epidemias”. A viagem demorava cerca de 20 a 30 dias e os “navios traziam imigrantes de diversas nacionalidades” (FACCHINETTI, 2004, p.109).

Das 10.756 mulheres que acompanharam o viajante principal, 2.714 eram esposas, 6.411 filhas, 598 irmãs, 208 cunhadas, 187 mães, 139 noras, 116 sobrinhas, 95, netas, 45 primas, 23 sogras, 17 agregadas, 9 enteadas, 8 tias, 3 madrastras, 1 filha adotiva, 1 avó, 1 afilhada e 241 que não identificaram o vínculo. Das 7.680 registradas como imigrante principal, 3.722 mulheres declararam-se chefe de família, 2 filhas, 1 esposa e as demais 4.014 nada identificaram. Para Facchinetti (2004, p.110), “os homens vinham sozinhos, mas as mulheres não viajavam desacompanhadas”.

Destaque-se que muitas famílias se recompuseram, posteriormente, segundo Trento (1989), em virtude da ausência de vagas nas embarcações para os acompanhantes. Mesmo mulheres e filhos viriam se reunir com o restante da família à medida que conseguiam a autorização de suas solicitações junto ao CIME. Nesse sentido, identificaram-se 1.169 casos: 250 esposas chamadas por seus maridos, 8 maridos demandados pelas esposas, 81 pais chamados pelos filhos, 9 filhos requeridos pelas mães, 151 por seus cunhados, 20 por parte dos sogros, 8 por parte dos genros, 247 pelos irmãos, 154 por primos, 8 por sobrinhos, 145 pelos tios, 1 pelo avô, 6 por parentes e 81 filhos chamados pelos pais.

Ressalta-se, no entanto, que nem todos os acompanhantes se dirigiram à Hospedaria, pois o familiar ou amigo que demandara aquele que vinha por ato de chamada, custeava a passagem e se encaminhava ao porto para buscá-lo. O ato de chamada era realizado por parente ou amigo

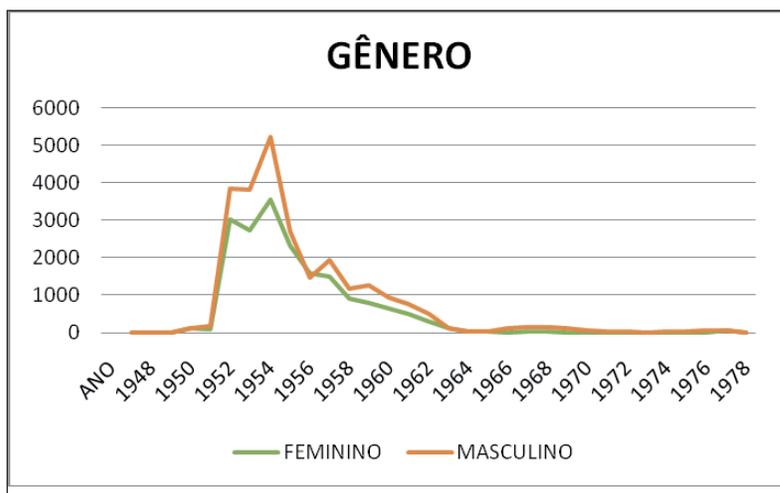
que se responsabilizava pelo imigrante, e consistia da oferta de emprego e/ou de endereço de moradia. Quando vinham por conta do CIME, “este se encarregava de arranjar-lhe um emprego e os abrigava nas hospedarias de imigrantes (FACCHINETTI, 2004, p.112).

Trento (1989, p. 416) aponta o incentivo à emigração de homens desacompanhados, com idade variando entre 25 a 40 anos.

Para evitar previsíveis decepções e conseqüentes problemas *in loco*, o CIME estabeleceu só admitir trabalhadores com uma qualificação para a qual era prevista, no Brasil, uma remuneração mensal de 2.500 cruzeiros, nos centros urbanos maiores, e de 2.300 nas cidades menores. Em todo caso, os que pertencessem a categorias profissionais cujo salário variava dos 2.300 aos 4.000 cruzeiros só podiam partir se fossem solteiros; só os emigrantes para os quais eram previstas remunerações superiores a 4.000 cruzeiros eram aceitos, se casados e com filhos.

O gráfico de ingresso anual revela esse predomínio masculino (25.005 – 57,6%), e, apenas em 1956, o número de mulheres (1.582) é superior ao de homens (1.483).

GRÁFICO 1 – Composição da nacionalidade italiana por gênero: ingresso anual



Fonte: Banco de dados (MEMORIAL, 2008) ⁶

⁶Desenvolvido entre 2003 e 2008 no âmbito do projeto “Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial 1947-80”, o banco de dados foi construído a partir da

Destaque-se o equilíbrio no número de homens e mulheres, se considerados no conjunto, de 0 a 14 anos e a partir dos 40 anos. A faixa etária 20 a 24 anos é a mais numerosa no gênero masculino (4.088), enquanto, para as mulheres, corresponde dos 10 aos 14 anos (2.432).

Os dados relativos à idade declarada no documento contemplam erros e omissões, pois foram transcritos e contabilizados tal como se apresentavam. Segundo Facchinetti (2004, p.115), “eram, em sua maioria, jovens de ambos os sexos, solteiros, visto que a grande demanda era pelo imigrante jovem, com habilidades técnicas”, mas os dados revelam certo equilíbrio do estado conjugal.

Ingressaram 43.212 italianos com o apoio do CIME, durante o período 1952 a 1978; e com os recursos do IRO foram introduzidos 20 italianos durante os anos 1947 a 1949. Com recursos do *Hebrew Immigration Aid Service* (HIAS), quantificam-se 10, oriundos predominantemente do Egito (7).

A tabela 1 revela o número de mulheres (5.147) e homens casados (6.914), o que permite inferir que as mulheres ou estavam acompanhadas pelos maridos ou vinham encontrá-los, dessa maneira, recompondo os laços familiares. Nota-se a preponderância de homens solteiros (38,28%) e, ao que se refere aos viúvos, o número de mulheres (472) supera o de homens (98).

TABELA 1 – Estado conjugal

Estado conjugal	Masculino	%	Feminino	%
Casado	6.914	28%	5.147	21%
Desquitado	14		1	
Divorciado	3		1	
Sem identificação	563	2%	58	
Solteiro	9.522	38%	2.080	8%
Viúvo	98		472	2%
Total	17.114	69%	7.759	31%

Fonte: Banco de dados (MEMORIAL, 2008)

documentação presente no Memorial do Imigrante/SP, com apoio da FAPESP, numa parceria institucional entre o Memorial e o Núcleo de Estudos de População (NEPO, UNICAMP).

A maioria dos italianos (57%) embarcou acompanhada por uma (21%), duas (15%), três (9%), quatro (5%), cinco (3%) e seis (2%) pessoas, com incidência de 1% para aquelas compostas por sete e oito integrantes. A título de exemplificação, destaca-se a família do agricultor Giovanni Boaretto (60 anos), de Rovigo, que veio acompanhado por sua esposa, Erminia Masiero (60 anos), os três filhos casados Giuseppe (32 anos), Pietro (29 anos), Umberto (26 anos) e respectivas esposas, Ginetta (28 anos), Gugliemina (24 anos) e Elsa (30 anos), e nove netos, todos com idades inferiores a 9 anos, e duas filhas: Maria (22 anos) e Teresa (20 anos). Desembarcados em Santos, o destino dessa família foi a Fazenda Santo Antonio, de Custodio Caldeira, localizada em Pirajuí, no interior de São Paulo.

A análise do campo posição na família do imigrante ficou comprometida em virtude da grande incidência de não identificados (41% dos italianos). Observam-se 30% registrados como filhos, 6% como esposas, 4% como irmãos e 17% como chefes de família.

PROCEDÊNCIA

Os campos província e região de origem indicaram 18.712 imigrantes, 25% dos quais não tinham registro. Tais informações foram sistematizadas revelando a seguinte concentração por região: Campania (4.480), Calabria (2.632), Sicilia (1.680), Lazio (1.451), Abruzzo (1.280), Puglia (1.150), Veneto (1.133), Molise (1.046), Basilicata (793), Lombardia (670), Toscana (648), Emilia-Romagna (532), Friuli-Venezia Giulia (247), Umbria (205), Marche (198), Piemonte (192), Liguria (165), Sardegna (132), Trentino Alto Adige (72) e Valle D'aosta (6).

MAPA 1 – Emigrantes italianos por região (1940 a 1980)



Fonte: ESRI (2004); Itália: VDS Technologies (2009).

Seguiu-se a elaboração do mapa com o programa *ArcGIS 9.0* e cada conjunto de 5 indivíduos foi convertido em um ponto. Os pontos foram inseridos sobre uma base cartográfica digital da Itália e revelam que a principal origem desses emigrantes é, sobretudo, das regiões meridionais da Itália.

Por sua vez, a trajetória no Brasil foi revelada pela declaração da localização do destino de 6.746 imigrantes (27%) por meio da localização da empresa contratante. Nesse sentido, o estado de São Paulo concentrou 6.618 ocorrências, o Rio Grande do Sul - 61, Paraná - 35, Minas Gerais - 17, Goiás - 11, Santa Catarina - 2 e Bahia uma única referência.

A título de exemplificação, a tabela 2 reúne a localização das empresas contratadoras paulistas por região e se observa que 99% das empresas desse estado foram identificadas. A Região Metropolitana de São Paulo constitui a maior ocorrência, com 5.688 repetições.

TABELA 2 – Municípios paulistas das empresas contratadoras

Região	Total
Metropolitana de São Paulo	5.688
Administrativa de Marília	294
Administrativa de Campinas	198
Administrativa de Bauru	119
Administrativa de Sorocaba	116
Administrativa de São José Do Rio Preto	44
Administrativa de São José Dos Campos	37
Administrativa Central	28
Administrativa de Ribeirão Preto	28
Administrativa de Registro	6
Metropolitana da Baixada Santista	5
Administrativa de Araçatuba	3
Administrativa de Franca	2
Administrativa de Presidente Prudente	2
Total	6.570

Fonte: Banco de dados (MEMORIAL, 2008)

Dos 2.880 italianos que se declararam agricultores, não foram identificados os destinos de 1.476 pessoas, os demais dirigiram-se para 89 destinos, concentrando-se, sobretudo, na Região Sudeste (São Paulo – 1.364 e Minas Gerais – 12) embora encontrem-se, ainda, referências ao Sul (Paraná – 14 e Rio Grande do Sul – 10) e ao Centro-Oeste (Goiás – 4) do país. Dos 1.364 imigrantes reunidos no estado de São Paulo, constam os destinos de 1.338 pessoas, concentradas, mormente, na Região Metropolitana de São Paulo (772), como ilustra a tabela 3.

TABELA 3 - Municípios paulistas dos contratadores de agricultores

Região	Total
Metropolitana de São Paulo	772
Administrativa de Marília	243
Administrativa de Bauru	111
Administrativa de Campinas	77
Administrativa de Sorocaba	59
Administrativa de São José Do Rio Preto	36
Administrativa Central	22
Administrativa de Ribeirão Preto	13
Administrativa de Araçatuba	3
Administrativa de São José Dos Campos	2
Total	1.338

Fonte: Banco de dados (MEMORIAL, 2008)

Ressalta-se a Região Administrativa de Marília (Tabela 3), onde se localiza o empreendimento da Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana, em Pedrinhas, com 111 imigrantes que para lá se dirigiram (essa quantificação exclui os acompanhantes). Pereira (2002) aponta que esse núcleo colonial, formado por imigrantes italianos do Pós-Segunda Guerra, teve, no seu primeiro ano de funcionamento, a instalação de 41 famílias em uma área de 3.565ha. Planejado por especialistas em colonização agrícola, sua implantação foi precedida por análises do clima, das condições econômicas e agrárias, civis e sociais. Durante o período 1963 a 1977, Pedrinhas recebeu 236 grupos familiares, desses, 129 ali permaneceram e 109 deixaram a colônia.

A NATUREZA DA MÃO DE OBRA

Observa-se que, das 318 diferentes ocupações declaradas, acrescentam-se estudantes (375), aposentados (117), prendas domésticas (6.448) e 909 pessoas que não identificaram a modalidade de sua ocupação. A tabela 4 comporta as profissões declaradas e revela as dificuldades de tratamento desse campo, dada a diversidade de especializações que

cada tipologia aglutina: operário – 32 especialidades, mecânico – 50 especialidades, ajustador – 20 especialidades, torneiro – 7 especialidades, carpinteiro – 10 especialidades, eletricitista – 14 especialidades, aprendiz – 39 especialidades, soldador – 4 especialidades, desenhista – 24 especialidades e técnico – 77 especialidades.

TABELA 4 – Principais profissões

Profissão	Total	Profissão	Total
Operário	3.663	Eletricista	349
Agricultor	2.880	Sapateiro	347
Mecânico	1.117	Aprendiz	302
Pedreiro	827	Soldador	277
Engenheiro	612	Alfaiate	262
Ajustador	610	Desenhista	252
Marceneiro	587	Técnico	243
Torneiro	475	Costureiro	235
Carpinteiro	364		

Fonte: Banco de dados (MEMORIAL, 2008)

Estima-se que 16 profissões exigiram a realização de curso superior, ao que se sobressai o número de engenheiros (612) e químicos (24); em menor número, físicos (8), agrônomos (5), geólogos (3) e médicos (2); e, com apenas um registro, biólogo, ciências agrárias, ciências biológicas, hidrólogo-geólogo, jornalista, letras, ortopedista, repórter e veterinário. Acrescentam-se 10 italianos que apresentaram titulação como doutor em Química (5), Física (2), Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Letras Clássicas.

A atuação dos engenheiros revela 40 diferentes especialidades: agrônomo (2), civil (4), fabricação (1), de minas e metalurgia (1), eletricitista (12), eletromecânico (1), eletrônico (12), eletrônico nuclear (1), eletrotécnico (16), especialista em cálculos de grandes estruturas (1), hidráulico (6), industrial (1), industrial mecânico (2), mecânico (48), mecânico hidráulico (1), nuclear (1), químico (10), têxtil (1) e técnicos (479).

Tais dados revelam a diversificação do parque industrial brasileiro, com 929 indústrias declaradas e indicam a contratação tanto de trabalhadores com curso superior quanto daqueles para a linha de produção. Há que se destacar também a área de construção civil (191

diferentes contratadores), que empregou grande número de trabalhadores para o setor. Ressalte-se que as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo S/A contratou 1.017 italianos, constituindo a maior contratadora desse contexto, além de empresas de origem italianas aqui instaladas, tal como Pirelli S.A., responsável pela vinda de 37 italianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou caracterizar as especificidades da política imigratória brasileira e internacional no período de retomada do processo por parte do Brasil, que, no plano internacional, evidenciou a relação estreita com a política multilateral que caracterizou o período, sob a hegemonia das Nações Unidas e dos países vencedores da guerra. A instituição de organismos internacionais, no pós-guerra, significou o direcionamento da política imigratória por parte dos países ocidentais, segundo os interesses dos países ocidentais em desafogar o excesso de população, no quadro da reconstrução que se seguiu. A imigração italiana é emblemática desse direcionamento, evidenciando um perfil mais qualificado de imigrantes, em relação ao período da grande imigração, que se dirigem à agricultura que se modernizava e à indústria paulista.

Procurou-se valorizar a documentação disponível junto ao Memorial do Imigrante, cujas possibilidades de análise vão muito além dos limites deste artigo. O artigo, assim, consistiu num esforço inicial de análise dos dados que compõem o banco organizado por Salles, Sakurai e Paiva (2008), entre 2003 e 2008, e que se encontra disponível aos pesquisadores junto ao Memorial do Imigrante/SP. Focalizou-se as entradas de imigrantes italianos no Pós-Segunda Guerra Mundial, a partir dos Acordos Brasil-Itália, de 1950 e 1960, este último, cancelado em 1963, a partir do que as entradas tendem a cair sensivelmente. A imigração italiana passa por diferentes fases no Brasil, mas evidencia uma tendência de queda, já a partir de 1902, quando a Itália proíbe a imigração subsidiada para o Brasil além de ter sofrido um redirecionamento no sentido dos EUA. A restrição imposta no período Vargas, sobretudo a política de cotas instituída em 1934, não chega a afetar a tendência de queda da imigração italiana, uma vez que os números são descendentes já há bastante tempo, como evidenciam os dados

apresentados por Trento (1989). Assim, a imigração italiana, no Pós-Segunda Guerra Mundial, representa realmente uma retomada do fluxo, conquanto em números bem menores considerando-se o período da grande imigração, ao lado dos portugueses e espanhóis. Os japoneses também aparecem como um grupo bastante significativo no pós-guerra. É notória a ausência dos portugueses nesse banco de dados, uma vez que, embora representem o maior grupo de imigrantes desse período, não se utilizaram dos serviços do CIME. A hipótese é de que como imigração antiga, os portugueses dispõem de redes, dentro da comunidade, que viabilizam o processo imigratório sem a necessidade de organismos internacionais de apoio.

A análise do banco de dados, assim, permitiu a visualização de um perfil do grupo, composto por 44.148 imigrantes de nacionalidade italiana, além de evidenciar algumas características próprias à imigração do período, que recebeu uma mão de obra mais qualificada em resposta às demandas do mercado de trabalho paulista (capital e interior). Uma análise mais detalhada das profissões e das empresas empregadoras da mão de obra no período pode revelar uma face pouco estudada da industrialização paulista. Evidentemente, a análise poderá ser enriquecida à medida que outros grupos forem focalizados, permitindo, dessa forma, abordagens comparativas, principalmente com as outras nacionalidades mais representativas do período. Ressalte-se, ademais, a importância em se destacar alguns subperíodos mais longos, constituído pelos anos de 1947-1980. O curto período, por exemplo, de 1947 a 1949, que marca a maior concentração de entradas de refugiados de guerra, provenientes dos campos da Alemanha e da Áustria, é extremamente rico para a história da imigração e da história urbana da cidade de São Paulo, além dos períodos posteriores cujas entradas se deveram ao CIME e aos acordos entre o Brasil e países europeus e o Japão.

No caso dos italianos, os dados apontaram numa clara direção à cidade de São Paulo, além de uma concentração em determinadas profissões que indicam especialidades técnicas. Outro dado importante é revelado pela origem, quanto às regiões meridionais da Itália, em virtude, sobretudo, das condições da economia italiana no Pós-Segunda Guerra. Há, também, quanto ao destino no Brasil, além da concentração na Região Metropolitana, uma concentração significativa em algumas regiões no

interior do estado, em função das demandas das empresas empregadoras. Observou-se que as grandes empresas recrutavam trabalhadores diretamente na Itália, e que um dos maiores empregadores de imigrantes italianos foi a IRFM, da família Matarazzo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo P. (Org.). *A ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*. 10.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ANDRADE, J. H. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). *Política Internacional*, Ano 48, n.1, p. 60-96, 2005.
- AMBROSI, Eugenio. Geopolítica e economia mundial no Pós-Segunda Guerra Mundial. In: SAKURAI, Celia; SALLES, Maria do Rosario; PAIVA, Odair (Org.). *Migrações Pós-Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Memorial do Imigrante/Fapesp/DL D' Livros, 2009. p. 1-128. (Série Reflexões).
- BAGANHA, Maria I. B. Principais características e tendências da emigração portuguesa. In: *ESTRUTURAS Sociais e Desenvolvimento*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, Fragmentos, 1993. p.819-835.
- BASSANEZI, M. Sílvia B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. 2.ed. In: PATARRA, Neide (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995. v.1. p.1-35.
- CICM. *Fourth International Catholic Migration Congress*. Genève, Suisse/Otawa, Canada: Information Center of the International Catholic Migration Comission, 1960.
- DIC. Legislação Imigratória. *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, n. 7, dez. 1952.
- FACCHINETTI, L. *O imigrante italiano o Segundo pós-guerra e seus relatos*. São Paulo: Angellara, 2004.
- HOBSBAWN, E. *A era dos extremos: o breve século XX- 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LACAVA, Glória. As origens da emigração italiana para a América Latina após a Segunda Guerra Mundial. *Novos Cadernos II*, São Paulo: Instituto Italiano de Cultura, p. 49-77, 1988.
- LEVY, Maria Stela. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira 1872-1972. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, n.8, 1974.
- MEMORIAL do Imigrante. Banco de dados. *Projeto: Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial- 1947-1980*. São Paulo: FAPESP, 2008. CD
- PEREIRA, João Baptista Borges. *Italianos no mundo rural paulista*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

- PAIVA, Odair. Refugiados de guerra e imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950. Apontamentos. *Revista Travessia*, Ano XIII, n. 37, maio-ago. 2000.
- SAKURAI, Celia; SALLES, Maria do Rosário R.; PAIVA, Odair. *Guia do Banco de Dados. Relatório Científico*. São Paulo: FAPESP, 2008.
- SILVA, Celso A de Souza. O Brasil e os organismos internacionais para as migrações. *Revista Brasileira de Política internacional RBPI*, n. 2, 1997.
- TRENTO, A. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- VIGEVANI, Tullo. Política e diplomacia. In: SAKURAI, Célia; SALLES, M. Rosário R.; PAIVA, Odair da C. *Migrações no Pós Segunda guerra Mundial*. São Paulo: Memorial do Imigrante/FAPESP/D'Livros, 2009. p. 89-103. (Série Reflexões).

ACORDOS

- ACORDO de Imigração entre a Itália e o Brasil. *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*. n. 5, 1950.
- ACORDO de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália. Assinado no Rio de Janeiro a 05/07/1950. Aprovado pelo Decreto Legislativo n. 28, de 22/08/1951. *Diário Oficial* de 08/09/1951. Ratificações a 28/04/1952. Promulgado pelo Decreto n. 30.824, de 07/05/1952, publicado no Diário Oficial de 16/05/1952. Ministério das Relações Exteriores. Coleção de Atos Internacionais n. 299. Serviço de Publicação.
- ACORDO Brasil Itália. *Coleção de Atos Internacionais*, n. 499, Roma, 09/12/1960.
- ACORDO Brasil Espanha. *Coleção de Atos Internacionais*, n. 511, Madri, 27/02/1960. Ministério das Relações Exteriores. Seção de Publicações, 1967.
- BRASIL. *Decreto Lei n. 7.967 de 18/09/1945*. Coleção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil. Atos do Poder Executivo v. 7, outubro/dezembro de 1945, p.378-390. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Boletim do Departamento de Imigração e Colonização n. 7. Brasil. São Paulo: DIC, 1952.
- BRASIL. Senado Federal. *Lei n. 2.163, de 05/01/1954*. Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providencias. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br>>. Acesso em: 04/09/03.
- CONVENÇÃO relativa ao estatuto dos refugiados. *Coleção de Atos Internacionais*, n. 472, Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

MULHERES QUE MIGRAM SOLTEIRAS: ASPECTOS DA MIGRAÇÃO INTERNA FEMININA NO BRASIL, 1981/1991¹

Maria de Fátima Guedes Chaves²

INTRODUÇÃO

Muito se sabe sobre migração no Brasil, entretanto pouco é conhecido quanto ao aspecto feminino dos deslocamentos populacionais internos. Mesmo hoje, o país reconfigurado econômica e socialmente, ainda não é muito destacada a relação mulher e migração, embora a presença feminina nos fluxos migratórios seja intensa. Analisando as razões de sexo para os fluxos migratórios realizados no país, no período 1981/1991, este trabalho confirma a importância quantitativa das mulheres nos deslocamentos internos e avança na tentativa de desvendar um perfil dessas

¹ Este texto é uma versão parcial e simplificada da tese de doutorado da própria autora “Mulheres Migrantes: Senhoras de seu destino? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981/1991”.

² Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da FACAMP e pesquisadora do NEPO/UNICAMP no Projeto Temático Fapesp: Observatório das Migrações em São Paulo. Email: fachaves@uol.com.br

mulheres para além da visão tradicional de migração associativa realizada com fins de agregação familiar.

Num período de intensas mudanças estruturais como experimentava o país na década de 1980, suas consequências não poderiam deixar de se refletir nos processos migratórios. A queda nos níveis de fecundidade, a intensa urbanização, o aumento nos níveis de escolaridade e a incorporação de novos papéis sociais por parte das mulheres (BRUSCHINI, 1998) deram margem a inferências sobre a participação da mulher nos processos migratórios em busca de trabalho, de aprimoramento da escolaridade e de aperfeiçoamento profissional.

Com esse pano de fundo, procurou-se desvendar um perfil dessas mulheres ainda não analisado nos estudos migratórios no país, buscando avaliar características que dessem maior visibilidade e concretude à migração feminina.

Uma combinação de variáveis do censo de 1991 permitiu uma visão particular da migração ao possibilitar a descrição desses deslocamentos a partir do estado civil do migrante. É sob essa ótica específica, só passível de análise nesse censo demográfico, que trata este trabalho: uma análise dos migrantes que se deslocaram solteiros, abrangendo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

METODOLOGIA

Incorporando as transformações da sociedade refletidas nas estatísticas que mostram números crescentes sobre divórcios e separações, as perguntas sobre as idades ao “contrair a primeira união” (Var 3311) e do início da “situação conjugal atual” (Var 3312) foram introduzidas no questionário da amostra, no Censo de 1991, para pessoas de 10 anos e mais que responderam viver ou ter vivido em companhia de cônjuge, esposo ou companheiro (Var 0330).

Este trabalho usa essas informações coletadas sobre nupcialidade, combinadas com outras informações do tema migração presentes no questionário. Essa combinação possibilitou maior aprofundamento no estudo das migrações ao permitir estruturar a base de dados para essa

análise por meio da criação de variáveis, as quais possibilitaram identificar o estado conjugal dos migrantes no período da migração.

De posse das informações sobre “situação conjugal atual”, “idades ao contrair a primeira união e ao atingir a situação conjugal atual” (isto é, a vigente na época do censo) e combinando-as com a “idade ao migrar”, esta última criada a partir das informações sobre o “tempo de residência no município” e “idade do indivíduo à época do censo”, foi possível construir a variável “estado conjugal ao migrar”³. Essa abordagem possibilitou relacionar a migração com os diferentes estágios do ciclo vital que, de acordo Bruschini (1998), interferem com maior peso na vida das mulheres, em função dos múltiplos papéis assumidos por elas em certas etapas, e se mostrou importante para elucidar aspectos da dimensão familiar e individual da migração feminina.

Com tal estratégia, foi possível verificar, segundo o estado conjugal ao migrar, como se inseriam as migrantes, ou seja, se eram filhas, cônjuges, parentes e outras possibilidades de relações domiciliares contempladas no censo demográfico. Assim, se compôs um panorama demográfico que permitiu, às vezes com maiores, à vezes com menores limitações, inferir indícios de migração individual ou autônoma e de migração familiar.

As análises seguintes, nas quais se verifica a inserção dos migrantes no domicílio a partir do estado conjugal ao migrar, referem-se às categorias nas quais o estado conjugal pôde ser perfeitamente definido, resultando em 77% dos migrantes com mais de 15 anos de idade no Rio de Janeiro, 81,2% em São Paulo e 76,2% em Pernambuco.

Sendo os solteiros o maior contingente migratório e, principalmente, sendo essa a única dentre as categorias criadas que possibilita a verificação de alteração do estado conjugal depois da migração, é esse grupo o foco desse trabalho, uma vez que possibilita maior riqueza e profundidade de análise.

³ Para maiores detalhes, ver Chaves (2009).

PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NA MIGRAÇÃO

A razão de sexo⁴ para o total da população brasileira não apresenta diferença significativa por condição migratória, pois os valores inferiores a 100 indicam, para as populações migrante e não migrante, um predomínio feminino (Tabela 1). Entretanto a seletividade por sexo, à primeira vista encoberta, apresenta-se na desagregação dessas informações por grandes grupos etários. Como se pode perceber, o comportamento diferenciado da razão de sexo dá-se especialmente quando se tomam as faixas etárias centrais como referência: na população não migrante, ela reflete o comportamento da mortalidade diferencial por sexo, onde a sobremortalidade masculina se manifesta através da redução de seu valor à medida que a população envelhece; na população migrante, a intensa presença feminina nos fluxos migratórios realizados pela população mais jovem (15-24 anos) não só se atenua como dá lugar ao predomínio masculino a partir dos 35 anos. Além disso, como a participação das idades adultas jovens (15-34 anos) é maior na população migrante do que não migrante (colunas 4 e 5 da Tabela 1), tem-se assim confirmada a presença mais forte da mulher nas faixas etárias em que a migração é mais intensa.

TABELA 1 - Razão de sexo e distribuição etária por condição migratória. Brasil, 1991

Faixas etárias**	Razão de sexo		Distribuição etária	
	Não Migrante	Migrante*	Não Migrante	Migrante*
0-14	102,4	100,6	34,7	29,0
15-24	98,4	85,4	19,5	24,1
25-34	95,6	94,2	16,1	22,2
35-49	95,7	108,5	16,0	16,0
50 ou mais	88,9	100,2	13,7	8,7
TOTAL	97,5	96,4	146.825.475	26.854.068

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

*tempo de residência no município menor que 10 anos. ** idade à época do levantamento censitário.

A especificidade da migração feminina do ponto de vista de sua intensidade nas idades mais jovens pode, *grosso modo*, ser pensada como decorrente de dois aspectos ou da combinação entre eles. Primeiramente e sob a ótica dos arranjos familiares, além de migrarem na condição de filhas,

⁴ Relação entre o total de migrantes do sexo masculino e o total do sexo feminino (x 100).

há também, engrossando esse contingente, as esposas de migrantes em estágios iniciais do ciclo de vida conjugal. Dado o padrão de nupcialidade no Brasil, seriam mais jovens que seus maridos, parte destes classificados no grupo etário subsequente (BERQUÓ et al., 1990).

Em segundo lugar e conforme a perspectiva do mercado de trabalho, um dos principais aspectos a favorecer tal migração é a possibilidade de conseguir emprego nos serviços domésticos nos centros urbanos⁵ (BAENINGER, 1998; MELO, 1998). A classificação aqui considerada implica que a empregada doméstica reside no local de trabalho. Será visto mais adiante que este tipo de inserção domiciliar tem peso importante nas sedes das Regiões Metropolitanas, locais onde reside grande número de famílias de maior poder aquisitivo e com maior demanda por esse tipo de serviço. Há, porém, que se levar em consideração que as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho têm-se ampliado bastante (BRUSCHINI, 1998). Embora as informações de Baeninger (1998) pareçam sustentar a hipótese da importância do emprego doméstico como fator de atração, vale lembrar que seus dados referem-se a uma faixa etária específica e que, eventualmente, as melhores oportunidades de trabalho para uma população mais qualificada correspondem a idades um pouco mais elevadas.

Apesar da tabela 1 não fazer distinção entre os vários movimentos migratórios, sua principal referência são os deslocamentos entre áreas urbanas, responsáveis por 61% dos movimentos realizados no Brasil, nos anos 80 (PATARRA et al., 2000). O predomínio das migrações tipo urbano-urbano, uma das tendências no processo de redistribuição da população brasileira apontadas pelo Censo Demográfico de 1991⁶, constitui o pano de fundo da análise da migração feminina no Brasil. Outras características desse processo, como a consolidação da migração intrametropolitana, o aumento dos movimentos migratórios intrarregionais e de curta distância e mesmo a concentração das migrações interestaduais de longa distância

⁵ Baeninger (1998), em estudo sobre a participação dos jovens nos movimentos migratórios, além de ressaltar a maior presença feminina (56% do total da migração jovem) para todas as regiões brasileiras, considera outro diferencial importante por condição migratória, dado pela inserção das migrantes no domicílio na condição de empregada doméstica, de 7% contra pouco mais de 1% para as não migrantes.

⁶ Para análises mais detalhadas sobre as tendências recentes da migração brasileira, ver Pacheco e Patarra (1997), Baeninger (2000), Patarra et al. (2000), Cunha e Baeninger (2000).

no eixo nordeste-sudeste, também, dão suporte à facilitação da migração feminina.

As dimensões do país, seus contrastes e seu volume populacional geram uma mobilidade espacial da população que, além de intensa, é diversificada em sua tipologia. Deste ponto de vista, a razão de sexo geral para a migração, como toda medida agregada, encobre uma série de variações. Os dados da tabela 2 retratam o comportamento diferenciado da razão de sexo por tipo de movimento, numa primeira aproximação das distâncias percorridas pelos migrantes (Tabela 2).

TABELA 2 - Razão de sexo por modalidade migratória. Brasil, 1991

<i>Faixas Etárias</i>	<i>Migração</i>	
	Interestadual	Intraestadual
0 – 14	100,6	97,8
15 – 24	92,6	81,1
25 – 34	100,9	89,2
35 – 49	112,1	105,2
50 e mais	103,6	97,9
Total	100,4	92,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

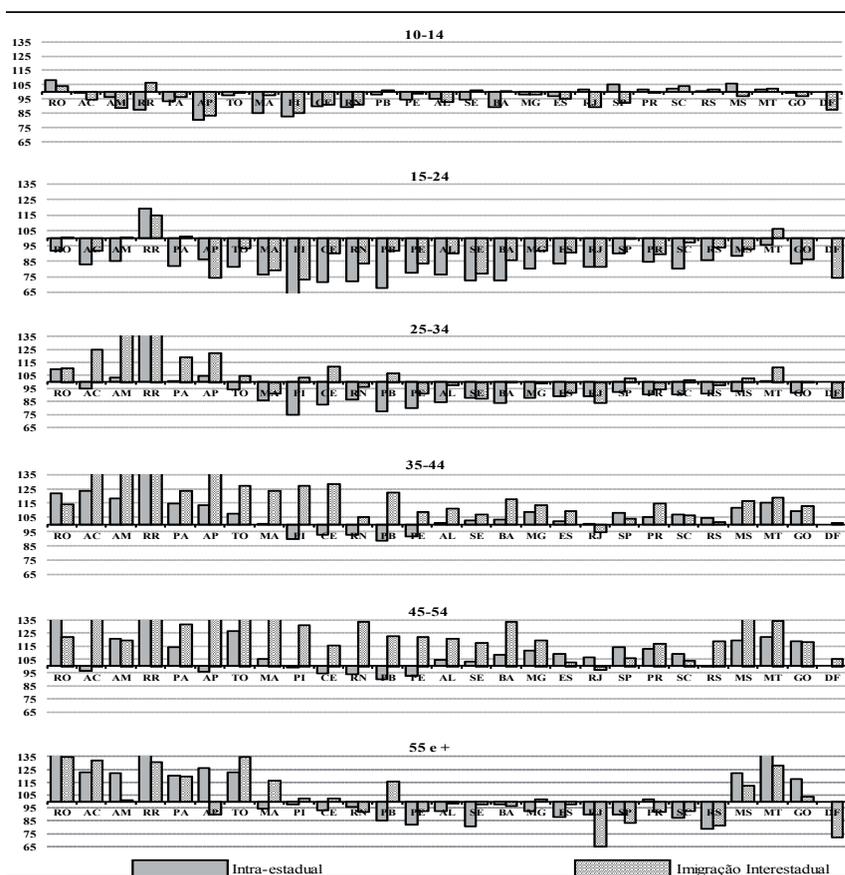
“As mulheres migram mais que os homens”: uma das famosas leis de Ravenstein mostra-se aqui reforçada, ao menos para a população jovem, uma vez que, nas idades de 15 a 24 anos, o número de mulheres supera o de homens, independentemente do movimento considerado. Outra evidência empírica que pode ser constatada na tabela 2 é a redução relativa da presença masculina, para todas as faixas etárias, quando se passa da migração interestadual para a intraestadual.

Essas características podem ser observadas com maiores detalhes no gráfico seguinte, onde se percebem alguns comportamentos específicos no diferencial por sexo dos migrantes em relação às faixas etárias, Unidades da Federação e tipo de migração realizada (Gráfico 1). Fica patente a participação feminina, intensa e generalizada nas idades adultas jovens, além de predominar também nas idades entre 24-35 anos, nos movimentos

intraestaduais e na imigração para os estados do nordeste e sudeste. Chama atenção o estado do Rio de Janeiro para onde predominam as mulheres na migração oriunda de outras Unidades da Federação, independentemente da faixa etária considerada.

Além de chamar a atenção para os diferenciais da razão de sexo no comportamento migratório, as observações supramencionadas remetem à reflexão sobre a importância do estudo da migração vinculado às perspectivas de ciclo vital e diferentes contextos de origem e destino.

GRÁFICO 1 - Razão de sexo para migração intraestadual e imigração interestadual por faixa etária e Unidades da Federação, 1991

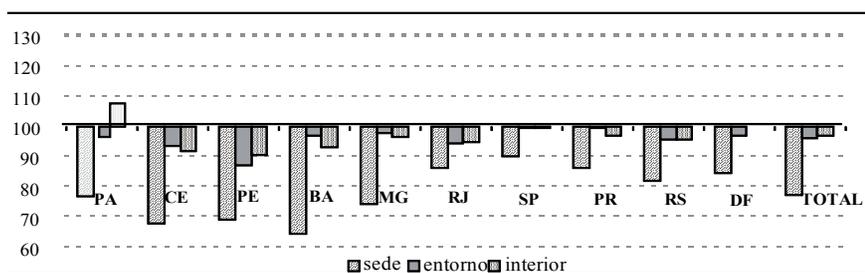


Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Mais uma vez se evidencia que os constrangimentos que envolvem a decisão de migração a longa distância tendem a ser distintos daqueles que envolvem a migração de curta distância. Estes últimos são supostamente mais fáceis de serem superados pelas mulheres, particularmente aquelas que migram de forma autônoma em estágios iniciais de seu ciclo vital. Desse ponto de vista, a migração estaria mais vinculada à busca de maiores oportunidades no mercado de trabalho, melhor qualificação e aumento da escolaridade. Tal hipótese ratifica-se na migração intraestadual, nas idades entre 15 e 34, que é composta, em sua maioria, por mulheres⁷ (Tabela 2). Parte dessa seletividade pode ser explicada pela migração para as áreas metropolitanas, especialmente para suas sedes, onde esse fenômeno é bastante acentuado⁸ (BAENINGER, 1998; MELO, 1998).

A decomposição das razões de sexo na migração intraestadual, retratada no gráfico 2, para os estados que, na década de 1980, possuíam Regiões Metropolitanas, confirma que a predominância feminina, presente em quase todos os fluxos, varia em intensidade segundo o destino, sendo nos movimentos com destino a suas capitais aqueles nos quais ela atinge seu grau maior. Assim também acontece, como se verá mais à frente, com os movimentos interestaduais com destino às Regiões Metropolitanas: as menores razões de sexo dizem respeito aos deslocamentos que se dirigem às suas sedes.

GRÁFICO 2 - Razão de sexo para a migração intraestadual por área de destino – Estados Seleccionados, 1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

⁷ Segundo Bilsborrow (1993, p.3), encontra-se uma proporção maior de mulheres nos deslocamentos menores: "A prática de definir migração interna somente entre mudanças de residência entre unidades geográficas relativamente grandes (estados ou províncias) pode gerar uma sub-representação da migração feminina, pois a proporção de mulheres migrantes entre unidades geográficas menores (municípios ou distritos) tende a ser maior que as de migrantes entre áreas geográficas maiores".

⁸ De acordo com Baeninger (1998), a presença da migração feminina nos núcleos das Regiões Metropolitanas corresponde a mais da metade da migração jovem.

Todas essas razões justificam um conhecimento mais aprofundado a respeito da migração feminina. Com esse intuito, para que esses movimentos possam ser dimensionados com mais clareza, na análise a seguir, utilizou-se a variável “estado conjugal ao migrar”.

CARACTERÍSTICAS DA MIGRAÇÃO FEMININA

Para as três áreas consideradas, a maior parcela da população migrante de 15 anos e mais⁹ compõe-se de indivíduos que se deslocaram solteiros (Tabela 3). Para eles, a juventude, um dos aspectos mais característicos da seletividade migratória, explica, na lógica do ciclo vital, o fato de serem, sobretudo, filhos (Gráfico 3).

TABELA 3 - Situação conjugal ao migrar¹⁰, por sexo e área de destino. Estados Seleccionados, 1991

Unidades da Federação	Sexo	Estado Conjugal				
		Solteiro	Casado	Separado	Viúvo	
Rio de Janeiro	Homens	56,9	42,1	0,9	0,1	351.616
	Mulheres	52,3	44,0	2,7	1,0	375.022
	Total	54,5	43,1	1,8	0,6	726.637
São Paulo	Homens	53,5	45,2	0,8	0,5	1.818.131
	Mulheres	47,0	48,2	2,0	2,7	1.762.894
	Total	50,3	46,7	1,4	1,6	3.581.025
Pernambuco	Homens	50,0	48,7	0,8	0,4	290.552
	Mulheres	49,1	44,9	2,6	3,4	316.929
	Total	49,6	46,7	1,7	2,0	607.481

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial.

Por questões metodológicas, esta é a única categoria em que é possível verificar as mudanças no estado conjugal durante o tempo decorrido, entre as datas da migração e do censo. Como a inserção

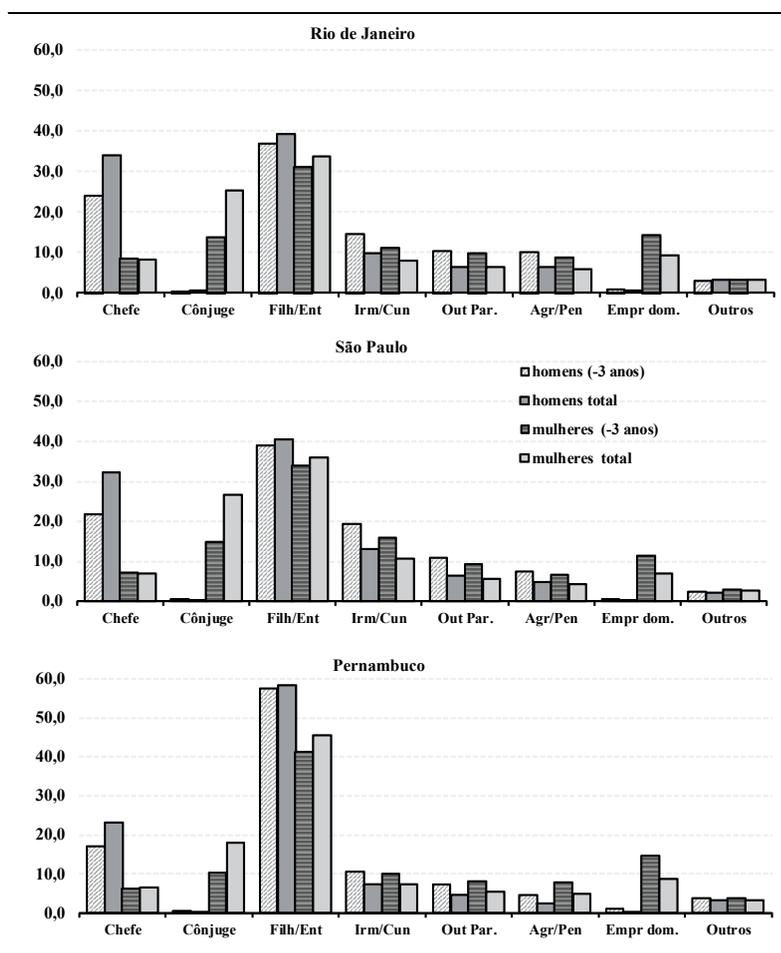
⁹ Como a população das faixas etárias precedentes se constitui majoritariamente de indivíduos solteiros, optou-se por trabalhar com a população de 15 anos e mais. A participação da faixa etária 10-15 anos dentre os migrantes de 10 anos e mais foi de 20,5% no Rio de Janeiro, 13% em São Paulo e 16% em Pernambuco. Como a idade registrada é a da ocasião do censo, esses migrantes seriam ainda mais jovens no momento da migração, colaborando para inflar a quantidade de migrantes solteiros.

¹⁰ Levando-se em conta que as questões referentes às restrições ou às oportunidades para migrar estão relacionadas ao mercado de trabalho, estudo e acompanhamento familiar, serão utilizadas daqui para frente apenas as idades entre 15 e 54 anos, que incorporam as idades produtivas e reprodutivas.

no domicílio refere-se à posição atual e não à da época da migração, encontramos cônjuges nessa categoria, mulheres em sua maioria: seriam aquelas que, tendo migrado solteiras, casaram-se após o deslocamento.

Com o intuito de minimizar a influência do tempo na condição domiciliar no local de destino, a mesma análise foi realizada tomando apenas os migrantes solteiros com menos de três anos de residência no município (em torno de 40% dos solteiros da década).

GRÁFICO 3 - Solteiros ao migrar (totais e recentes) por sexo e condição no domicílio*. Estados Seleccionados



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial. * No momento do recenseamento.

Como se observa no Gráfico 3, esse corte temporal mostra que parentes, agregados e empregados residentes no domicílio reduzem sua participação à medida que aumenta seu tempo de residência no local de destino. São inserções que revelam dependência relativa e temporária, pressupondo alterações nas condições de vida com o passar do tempo e têm o domicílio como apoio inicial na condição de migrante. O fato é que o crescimento da permanência no novo local de residência traz mais possibilidades de conhecimentos, de trabalho e também maiores chances de eventuais uniões. Com isso, os atores mencionados alterariam sua posição no domicílio, eventualmente passando a cônjuges e explicando, ao se centrar a análise apenas nas mulheres, a elevação dessa condição de patamares entre 10 e 15% dentre as migrantes solteiras recentes para 18 e 27% no total das migrantes solteiras (Gráfico 3).

Do mesmo modo, o emprego doméstico com residência no domicílio mostra-se uma forma possível de sobrevivência – ao menos inicialmente – para as mulheres que migraram solteiras: na migração mais recente, isto é, com menos de três anos de residência no município, a proporção daquelas que se inserem como empregadas domésticas é pelo menos cinco pontos percentuais mais elevada do que a registrada para todo o período (Gráfico 3). A redução que se observa com o passar do tempo indica alteração, ou do estado conjugal - quando essas mulheres passam a cônjuges -, ou na inserção no domicílio, no que elas passariam, por exemplo, a chefes. Neste caso, estariam aquelas que, embora ainda ocupadas no serviço doméstico - e este pode inclusive ser o mesmo local de quando chegaram -, passam a residir em outro domicílio que não o que trabalham e, portanto, têm alterada sua relação com o chefe.

Uma observação bastante interessante é a constância na proporção de mulheres que migram solteiras, no total e recentes, e se reportam na condição de chefia (Gráfico 3). O comportamento similar dessa inserção nos três estados indica que, ao menos aparentemente, as mulheres declaradas chefes de domicílio já se deslocam nessa condição, pois seu peso na migração mais recente é praticamente o mesmo de quando se considera a migração durante toda a década. Em outras palavras, esta condição de inserção no domicílio independe do tempo de residência, o que pode refletir um alto grau de autonomia desse tipo de migração feminina. Esta

característica manifesta-se como uma particularidade apenas das mulheres chefes, pois a participação dos homens chefes se comporta conforme o esperado, crescendo com o passar do tempo.

Por meio de tais características, infere-se que tanto a condição de empregada doméstica como a de parentes/agregados variam com o passar do tempo, mostrando ser o tempo de residência uma variável importante para a análise dessas categorias. Para as mulheres chefes, entretanto, o tempo de residência não altera essa possibilidade de inserção: como já referido, aquelas que se inserem como chefes, aparentemente, já migraram nessa condição.

Esse conjunto de informações sugere que uma maior autonomia - pensada como a realização do deslocamento individual -, passa a ser mais factível dentre as mulheres que migraram ainda solteiras e que se colocam como chefes, acrescidas das que se inserem como empregadas domésticas e, eventualmente, parentes e agregadas.

Para discriminar melhor essas considerações agregou-se à análise outra variável, a modalidade da migração realizada por essas mulheres (Tabela 4).

TABELA 4 - Mulheres migrantes recentes, solteiras ao migrar, por modalidade migratória, destino e inserção no domicílio. Estados Selecionados, 1991

Rio de Janeiro											
migração	destino	Condição no domicílio							Total		
		Chefe	Cônjuge	Filh/Ent	Irm/Cun	OutPar.	Agr/Pen.	Emp.dom.	abs	%	
interestadual	inter-regional	RM-Entorno	3,7	12,6	26,6	19,3	17,8	11,8	8,2	5.456	22,3
		RM-Sede	5,1	12,7	15,0	12,4	16,4	10,4	27,9	17.501	71,4
		UF-RMRJ	8,4	15,9	26,4	14,1	8,6	16,1	10,6	1.551	6,3
	total	5,0	12,9	18,3	14,1	16,2	11,1	22,4	24.508	31,3	
	intra-regional	RM-Entorno	6,7	14,0	28,3	19,1	11,9	9,0	11,0	2.469	20,0
		RM-Sede	7,2	10,3	18,4	11,0	12,4	11,7	29,1	6.386	51,7
UF-RMRJ		7,7	12,3	37,4	10,2	12,4	8,2	11,7	3.488	28,3	
total	7,3	11,6	25,7	12,4	12,3	10,2	20,6	12.343	15,8		
intraestadual	RM-Entorno	11,7	15,9	43,0	9,1	10,5	5,9	3,8	21.623	52,2	
	RM-Sede	10,1	10,4	27,3	8,4	14,6	9,9	19,3	6.575	15,9	
	UF-RMRJ	9,3	15,4	41,4	9,2	11,6	6,2	6,9	13.201	31,9	
	total	10,7	14,9	40,0	9,0	11,5	6,6	7,3	41.399	52,9	
total	8,4	13,7	31,0	11,1	13,1	8,6	14,1	78.250			

São Paulo											
migração	destino	Condição no domicílio							Total		
		Chefe	Cônjuge	Filh/Ent	Irm/Cun	OutPar.	Agr/Pen.	Emp.dom.	abs	%	
interestadual	inter-regional	RM-Entorno	4,4	17,3	21,4	28,0	15,5	7,1	6,3	31.259	23,1
		RM-Sede	5,4	14,3	13,0	21,5	14,5	8,0	23,4	68.689	50,8
		UF-RMSP	3,4	14,4	39,8	16,3	12,8	6,6	6,9	35.215	26,1
	total	4,6	15,0	21,9	21,6	14,3	7,4	15,2	135.163	39,7	
	intra-regional	RM-Entorno	5,1	17,0	18,0	27,4	17,8	7,1	7,5	6.468	17,5
		RM-Sede	7,0	11,9	10,6	15,6	14,2	7,6	33,1	16.118	43,7
UF-RMSP		6,5	16,4	31,7	16,9	11,2	7,5	9,7	14.321	38,8	
total	6,5	14,5	20,1	18,2	13,7	7,5	19,5	36.907	10,8		
intraestadual	RM-Entorno	9,8	17,1	43,8	12,8	8,1	4,1	4,3	44.943	26,7	
	RM-Sede	13,2	11,8	18,1	12,5	13,6	11,1	19,6	19.339	11,5	
	UF-RMSP	7,2	13,7	52,4	8,7	8,6	5,0	4,4	104.336	61,9	
	total	8,6	14,4	46,2	10,2	9,1	5,4	6,1	168.618	49,5	
total	6,8	14,6	33,7	15,6	11,6	6,4	11,2	340.689			

Pernambuco											
migração	destino	Condição no domicílio							Total		
		Chefe	Cônjuge	Filh/Ent	Irm/Cun	OutPar.	Agr/Pen.	Emp.dom.	abs	%	
interestadual	inter-regional	RM-Entorno	13,6	5,1	48,2	8,3	12,4	9,5	2,9	1.121	17,2
		RM-Sede	11,7	10,3	49,4	10,6	8,8	3,1	6,1	1.465	22,5
		UF-RMREC	4,1	8,9	64,6	7,1	9,7	3,1	2,4	3.923	60,3
	total	7,5	8,5	58,3	8,1	10,0	4,2	3,3	6.509	10,2	
	intra-regional	RM-Entorno	4,7	7,5	29,2	15,0	15,6	13,1	14,8	1.842	18,6
		RM-Sede	6,2	5,8	22,2	9,9	16,2	13,7	26,1	2.853	28,8
UF-RMREC		3,4	11,2	45,5	7,9	12,2	8,1	11,7	5.199	52,5	
total	4,5	8,9	35,7	9,8	14,0	10,6	16,4	9.894	15,5		
intraestadual	RM-Entorno	7,5	11,1	41,2	10,7	11,8	5,8	11,9	17.986	37,9	
	RM-Sede	7,3	6,9	14,2	12,0	11,9	12,4	35,4	7.823	16,5	
	UF-RMREC	4,6	11,3	48,2	8,4	9,5	6,8	11,2	21.643	45,6	
	total	6,2	10,5	39,9	9,9	10,8	7,3	15,4	47.452	74,3	
total	6,0	10,1	41,2	9,7	11,2	7,5	14,4	63.855			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial.

A intensidade dos movimentos de mais curta distância, importante característica da migração interna na década de 80, distingue também a migração das mulheres que migraram ainda solteiras nos últimos três anos antes do censo: 74% das migrantes solteiras recentes em PE, e cerca de 50% em São Paulo e Rio de Janeiro, realizaram o último deslocamento dentro dos respectivos estados.

Essa característica, quando observada segundo a posição no domicílio, mostra-se regionalmente distinta. As constatações de Cunha (1994) e Bilac (1997) no sentido de ocorrência de migração familiar mais acentuada nos deslocamentos de curta distância são corroboradas pelas elevadas proporções de filhas nos deslocamentos intraestaduais - acima da média das mulheres que migraram solteiras nos três anos antes do censo quer para o Rio de Janeiro, quer para São Paulo (Tabela 4).

Também as chefes estão mais representadas - ainda que em patamares mais reduzidos - nos movimentos intraestaduais nos estados do Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro. Entretanto, é interessante verificar que, em Pernambuco, as chefes apresentam maior peso relativo nas migrações inter-regionais, o que aponta os estados do Sudeste como prováveis origens de maior movimentação de mulheres declaradas chefes de domicílio numa possível migração de retorno.

A combinação de emprego doméstico e moradia num mesmo domicílio também assinala diferenças regionais no que diz respeito à modalidade migratória (Tabela 4). É por meio da migração inter-regional que essa força de trabalho chega ao Rio de Janeiro (22%) e São Paulo (15%), num quadro que configura existência de maior disponibilidade dessa mão de obra no Nordeste apesar de, nesse último estado, a maior incidência relativa se originar da própria região Sudeste. Já para Pernambuco, a maior participação relativa das mulheres que migram solteiras e são empregadas domésticas residentes no emprego tem origens na própria região ou em municípios do próprio estado (16% e 15%, respectivamente).

Assim como a participação das diversas posições no domicílio por parte das mulheres que migraram solteiras difere por tipo de movimento realizado, também as áreas de destino -se a região metropolitana, sua sede ou entorno, ou o interior do estado- relacionam-se com a intensidade dessa participação. Como abordado anteriormente, a sede da área metropolitana é a direção preferencial dos deslocamentos com forte presença feminina. Para lá se deslocariam de forma mais autônoma as mulheres em busca de melhores condições de trabalho e/ou estudo: por serem espaços onde vive a população com maior poder aquisitivo ou que mais demanda o serviço doméstico (até porque estariam nas sedes as maiores proporções de famílias onde as mulheres trabalham fora e, portanto, precisam de alguém

para suprir a necessidade dessas tarefas), é também nas sedes que se espera encontrar os maiores percentuais de empregadas domésticas (JACQUET, 2000; BAENINGER, 1998).

Para os três estados, a sede foge ao padrão no que diz respeito à incidência das diversas posições na família. De forma geral, a sede apresenta menor percentual de filhas, quase a metade em relação às outras duas áreas, e maior peso de parentes e agregados. É mais reduzida a presença de cônjuges e bastante elevada a de empregadas domésticas. Efetivamente, a tabela 4 confirma essa afluência porque, à exceção da migração interestadual em Pernambuco, praticamente, todas as outras situações discriminadas têm valores entre 25 e 35% das mulheres que migraram solteiras para a sede, assim, inserindo-se como empregadas no domicílio em que residem. Os dados sugerem, portanto, que a sede é o polo de atração da migração feminina com maior grau de autonomia familiar.

Entretanto, a posição de chefia, supondo correta a hipótese aventada anteriormente de migração mais independente, questiona a sede como destino prioritário das mulheres que fazem sua migração de forma mais individual: como explicar a menor proporção de chefes nessa área?

Referenciar a chefia mais reduzida na sede da região metropolitana à questão econômica pode elucidar pelo menos parte dessa questão. Sendo o custo da moradia nas áreas centrais maior que nas periferias das grandes cidades, é razoável supor que parte das mulheres chefes resida nos municípios em torno das sedes das regiões metropolitanas, mesmo que isso implique em deslocamentos diários para o local de trabalho.

CONCLUSÕES

Na expectativa de contribuir para esclarecer aspectos sobre a migração feminina, este trabalho, longe de esgotar as possibilidades de estudo atinentes ao tema, espera suscitar maior interesse quanto a essa questão.

Os resultados apontados mostram a existência de migração feminina dentre as migrantes solteiras mais desvinculada da ideia de movimento familiar. Apesar de, nos deslocamentos das mulheres, a migração familiar ser mais expressiva, a migração independente não é

irrelevante e pode ser tratada como fato social. Efetivamente, os dados ratificam várias suposições a respeito da migração familiar sem, entretanto, findar as indagações acerca do conhecimento da movimentação interna das mulheres brasileiras.

Nas várias dimensões da análise possibilitada pelos dados, pode-se constatar indícios de migração mais independentes em função do recorte utilizado. Assim, sob o ponto de vista da inserção no domicílio, essa característica pode ser percebida especialmente nos grupos das empregadas domésticas e das chefes. Em relação às modalidades migratórias, as indicações de movimentos mais independentes nos movimentos inter-regionais são encontradas por parte das empregadas domésticas em direção ao Sudeste, além das chefes e das filhas de chefes não migrantes em Pernambuco, bem como os deslocamentos interestaduais, para as chefes nos estados do Sudeste e para as empregadas domésticas em Pernambuco.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. *Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores na migração recente-Brasil, 1980-1996*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000. (Textos NEPO 35).
- _____. Juventude e movimentos migratórios no Brasil. In: CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. v.1. p.21-70.
- BERQUÓ, E.; OLIVEIRA, M. C.; CAVENAGHI, S. Arranjos familiares não canônicos no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7, 1990, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1990. v.1. p.99-135.
- BILAC, E. D. Arranjos domésticos e condição migratória. In: PATARRA, N. et al. (Org.). *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*. Campinas: IE/UNICAMP, 1997. p.177-260.
- BILSBORROW, R. E. Issues in the measurement of female migration in developing countries. In: INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES, 1991, Aguascalientes, México. *Proceedings of the United Nations expert meeting on the feminization of internal migration*. New York: United Nations, 1993.
- BRUSCHINI, M. C. Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985 a 1995). In: ROCHA, M. I. B. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP/NEPO/ UNICAMP, 1998.
- CHAVES, M.F.G. *Mulheres migrantes: senhoras de seu destino? Uma análise da migração feminina no Brasil: 1981/1991*. 2009. Tese (Doutorado em Demografia)

– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CUNHA, J. M. P. *Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. 1994. 300f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

CUNHA, J. M. P. ; BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, 1999, Ouro Preto. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2000. p.117-167.

JACQUET, C. Projetos matrimoniais e escolhas migratórias: o caso das empregadas domésticas de Fortaleza. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2000. v.1. Disponível em www.abep.org.br, 2000.

MELO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.15, n.1, p.125-132, jan./jun.1998.

PATARRA, N.; BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P. Dinâmica demográfica recente e a configuração de novas questões populacionais. In: PACHECO, C. A.; PATARRA, N. (Org.). *Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil*. Campinas: IE/UNICAMP, 2000. p.1-43.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. et al. *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo, 1980-1993*. Campinas: IE/UNICAMP, 1997. p.25-52.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração (1885). In: MOURA, H. A. *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. Tomo 1. p.19-88.

PARTE III

MIGRAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS INTERNAS

TERRITÓRIOS DA MIGRAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO: AFIRMAÇÃO, NEGAÇÃO E OCULTAMENTOS

Odair da Cruz Paiva¹

INTRODUÇÃO

A alteração de espaços urbanos por grupos de migrantes é uma das características mais comuns da dinâmica dos deslocamentos populacionais. A análise das transformações no espaço promovidas pelos processos migratórios coloca em discussão as implicações econômicas, culturais, históricas e, também, as contradições da presença dos migrantes, especialmente em cidades como São Paulo. Dentre os vários trabalhos que analisaram processos de ocupação territorial, o estudo de Renato Cymbalista e Iara Xavier (1997) apresenta um esforço em caracterizar quatro padrões de ocupação territorial (territórios étnicos), são eles: os guetos norte-americanos, os *banlieues* das grandes cidades francesas, os enclaves étnicos

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Pesquisador do Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e do Museu da Imigração – São Paulo. E-mail: ocpaiva@unifesp.br

e os loteamentos ilegais formados por comunidades perseguidas por motivações religiosas ou políticas. Estes territórios expressam a capacidade de determinadas comunidades em produzir ambientes que manifestam as marcas de sua presença.

A percepção de que determinadas porções da cidade guardam características arquitetônicas, culturais, humanas e econômicas singulares é abertura para um olhar mais atento a seus elementos históricos estruturantes e sua transformação no tempo. O bairro da Liberdade, em São Paulo, é um bom exemplo. No contexto paulistano, ele é rememorado como um bairro japonês, muito embora, atualmente, a presença de chineses e coreanos seja cada vez mais intensa. O adensamento de fluxos migratórios alterou a dinâmica do vivido naquele espaço e tornou mais complexa sua dinâmica social, econômica e cultural.

Bairros como o Bom Retiro, Brás, Mooca ou Pari são, também, exemplos de territórios migrantes que sofreram transformações significativas na sua paisagem no transcurso do século XX. A sobreposição de correntes migratórias num mesmo espaço transformou o Bom Retiro, assim, de bairro judeu, a partir da primeira metade do século XX, a presença de coreanos e bolivianos é predominante nos dias de hoje. Processo semelhante ocorreu com o Brás e a Mooca, redutos de italianos, espanhóis e portugueses, estes foram paulatinamente transformados pela presença de migrantes nacionais oriundos do nordeste.

As metamorfoses de muitos bairros de São Paulo, durante o século XX e início deste, é um tema importante nos estudos sobre a urbanização e migração.² A proposição deste artigo é discutir alguns elementos da relação entre os processos migratórios e a constituição de territórios da migração, dessa maneira, decodificando suas aproximações e diferenças. A análise dessa relação abre caminho para inserir na pauta dos estudos de migração o fato da constituição destes territórios como uma expressão ambígua da afirmação e da negação da condição migrante. Este artigo está estruturado

² Dentre muitos trabalhos, ver: MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no Pedço: cultura popular e lazer na cidade de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1998; SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1998b; SINGER, Paul. Economia Política da urbanização. São Paulo: Contexto, 1998 e VERAS, Maura. Territorialidade e Cidadania em Tempos Globais: imigrantes em São Paulo. Cadernos Metrópole, v.2, p. 73-119, 1999; Idem. Diver(cidade): territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo. São Paulo, Educ, 2003.

em quatro momentos. No primeiro, uma breve análise sobre o ocultamento da presença da população brasileira pobre a partir da migração de italianos para a cidade. No segundo, uma apreensão mais geral sobre a constituição dos territórios da migração, sua variedade e complexidade; no terceiro, alguns exemplos desses territórios na cidade de São Paulo e a decodificação de suas singularidades e semelhanças; no quarto momento, os territórios enquanto expressão ambígua da afirmação e negação da condição migrante.

IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA SÃO PAULO: MODERNIDADE E OCULTAMENTO

Entre o final do século XIX e início do século XX, a cidade de São Paulo recebeu um contingente expressivo de migrantes provenientes da Europa. A população residente passou de 30 mil habitantes, em 1876, para 880.000, em 1930, ocasionando uma transformação radical na paisagem urbana. Um detalhamento exaustivo quanto a condicionantes econômicas e sociais destas transformações não faz parte do escopo deste texto, entretanto é preciso apontar, mesmo que brevemente, alguns processos que contribuíram para essa aceleração do tempo social na cidade de São Paulo.

A grande imigração ocorre num contexto de mudanças estruturais no Brasil. No campo da política, o fim do regime monárquico (1822-1889) e o advento da República promoveram a entrada de novos grupos sociais na governança do país, particularmente àqueles ligados à cafeicultura. A transição política abriu caminho para a dinamização de vários setores da economia, em sua maior parte, ligados às atividades cafeeiras. Por sua vez, a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, colocou o desafio da substituição da mão de obra nas grandes propriedades, especialmente as voltadas para a produção de exportação. Ainda neste período, estrutura-se uma política imigratória cujo objetivo central era a inserção de trabalhadores europeus.

Em linhas gerais, as décadas finais do século XIX consolidaram o desejo das elites políticas e econômicas em superar o passado monárquico, escravista e colonial do país. As transformações em curso materializavam a construção de uma nova fase de nossa história, pautada pela ideia de modernidade. A migração italiana adentra no panorama social paulista como substrato e símbolo da modernização. Entre 1885 e 1909, chegam ao estado de São Paulo 742.244 (Cf. SÃO PAULO, 1962. p.

44.) italianos, tornando-se o grupo migrante hegemônico, seguido dos portugueses, espanhóis e japoneses. Aproximadamente, 2,2 milhões de italianos migraram para o estado de São Paulo entre 1885 e 1934 e parcela significativa destes estabeleceu-se na cidade de São Paulo.

As influências da migração italiana na cidade de São Paulo, naquele período, foram extremamente fortes e há uma vasta literatura a respeito. Da presença no movimento operário (particularmente os anarquistas) às influências na arquitetura urbana; das associações culturais à presença dominante em determinados bairros da cidade; das sociabilidades erigidas a partir das festas religiosas aos novos cheiros, gostos e sabores da culinária; da incorporação de novas palavras e da criação de um sotaque particular que caracteriza até hoje o português falado na cidade à criação de uma elite industrial e econômica, a presença italiana marcou a paisagem paulistana e lhe conferiu uma identidade particular no contexto nacional.

Nas décadas seguintes, mesmo com o refluxo da entrada de italianos em São Paulo, sua presença ganhou perenidade. Italianos e seus descendentes mantiveram ou ressignificaram muitos dos hábitos e costumes criando, possivelmente, uma das mais longevas influências que a cidade já conheceu. A partir dos anos 1950-1960, a migração italiana perde sua vitalidade. Na realidade, isto já vinha ocorrendo desde os anos 1920, mas foi nas décadas seguintes à II Guerra Mundial que ocorreu uma mudança de perspectiva sobre a presença italiana em São Paulo.

Em outros termos, as representações que temos atualmente sobre a presença italiana – algumas delas expressas nos parágrafos anteriores – são resultado dos estudos que proliferaram a partir dos anos 1950 até a atualidade. Paradoxalmente, as pesquisas sobre a migração italiana ganham dinamismo num momento em que ela dava mostras de seu arrefecimento. A partir dos anos 1970 e mais intensamente nas décadas de 1980 e 1990, uma outra perspectiva sobre a migração para São Paulo emergiu, colocando outro olhar para a sua relação com o processo de modernização. Estes estudos incorporaram as abordagens provenientes da sociologia que, em décadas anteriores, analisaram as bases do pensamento social brasileiro na passagem do século XIX para o século XX e, ao mesmo tempo, buscavam operar as contribuições advindas da Nova História. Uma das bases destes trabalhos foi a crítica à ideia de modernização como algo capaz de subsumir

outros tempos históricos e outras realidades. Produz-se, assim, outro olhar sobre os processos ocorridos na entrada para a *modernidade*, de maneira a percebê-la como um campo de disputas, contradições e ocultamentos.

O espectro de análises que se abriu foi muito alargado. Particularmente, interessa uma de suas vertentes: a recuperação da presença dos trabalhadores nacionais naquele contexto de modernização e de incentivo à entrada de trabalhadores estrangeiros. Nesta vertente, os estudos de Marcia Regina Naxara e Carlos José Ferreira dos Santos apontam para questões que elucidam algumas das razões do ocultamento da presença do trabalhador nacional no contexto paulistano do final do século XIX e início do século XX.

Segundo Naxara (1998, p. 18;49):

O povo brasileiro, visto por suas elites, aproximava-se do atraso e da barbárie, enquanto o que se tinha em vista era alcançar o progresso e a civilização. Tal questionamento acabou levando a uma identificação do brasileiro pela ausência do que se esperava ele pudesse ser, ou seja, por aquilo que lhe faltava. [...] A desqualificação do brasileiro pobre serviu, portanto para a valorização do imigrante e para a justificação de uma determinada política de imigração impregnada de preconceitos, definida ou resultante de uma tensão permanente, provocada não só pelo processo que levou à escolha do branco europeu, mas também pela preocupação de como controlar e submeter a um trabalho árduo, contínuo e disciplinado, amplas parcelas da população, fosse ela imigrante, nacional, branca, mestiça ou negra.

A valorização do trabalhador estrangeiro no mercado de trabalho foi apontada por Santos. Retomando trabalhos publicados nas décadas anteriores, o autor demonstra que eles compunham 79,54% da mão de obra urbana em São Paulo, no ano de 1893. Incluem-se as atividades consideradas, à época, como “artísticas, comerciais, manufatureiras, transporte e conexos” (SANTOS, 1998, p.48).

[...] Cabe ressaltar que os grupos paulistanos dominantes preferiram os trabalhadores estrangeiros, entre outras explicações e apesar de o “desconhecido assustar”[...] visando não só uma qualificação no sentido de uma motivação que conduzisse ao trabalho intenso, mas produzindo um comportamento regrado, moralizado, disciplinado e civilizado, para a manutenção das diferenças sociais e a criação de uma

metrópole com uma população branca, seguindo o modelo europeu.
(SANTOS, 1998, p.62-63)

De ambos os estudos, ressalta-se que a desvalorização do trabalhador nacional naquele contexto derivou do ocultamento deste sujeito na paisagem urbana, induzindo um sentido de *território vazio*, que foi ocupado por levas de estrangeiros e particularmente pelos migrantes italianos. Numa cidade como São Paulo, cuja história recente constituiu-se por migrações sucessivas e muito variadas, é possível afirmar que houve sucessivos ocultamentos da presença tanto dos trabalhadores pobres nacionais como também de muitos grupos de estrangeiros.

A compreensão deste processo de produção de ocultamentos pode ser revelada por uma análise que leva em consideração o território urbano e suas sucessivas transformações. Assim, reorienta-se, neste momento, esta análise sobre as migrações na cidade de São Paulo para o campo das mutações do território urbano.

TERRITÓRIOS DA MIGRAÇÃO: APONTAMENTOS

A relação entre os deslocamentos populacionais e a constituição de territórios leva a uma breve digressão sobre dois elementos. Trata o primeiro da noção de território que embasa essa reflexão; este representa um complexo de relações econômicas, sociais, históricas, culturais, ambientais e políticas erigidas num dado espaço (geográfico), cuja constituição guarda conexões amplas e variadas com outros territórios. Ele adensa camadas de tempo; supõe características que lhe são singulares ao passo em que se constitui, enquanto totalidade aberta, a transformações no transcurso da história. Resulta de necessidades e motivações múltiplas de seus sujeitos; estas podem ser de ordem material e concreta (relações econômicas) ou de natureza por vezes intangível, como as necessidades da cultura, das sociabilidades, elos de pertencimento, etc.

Segundo Abdelmalek Sayad (1998, p.15):

[...] O espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente,

economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião), etc.

Trata o segundo elemento do fato das migrações serem, de um lado, um fenômeno social complexo e, de outro, constituírem-se em um processo sempre coletivo e eivado por redes sociais que lhe dão suporte. Nesta perspectiva, as migrações são portadoras de uma multiplicidade de sentidos que transcendem as expectativas da sociedade receptora. Assim, ao passo em que há uma tendência da sociedade de destino em aceitar os migrantes apenas enquanto força-trabalho, as migrações subvertem esse sentido redutor de suas potencialidades imposto pela sociedade de recepção. As migrações criam um descompasso de expectativas que se explicitam cada vez que os migrantes demonstram sua capacidade de modificar – por vezes em grande magnitude – a sociedade de acolhida. Dessa forma, a produção dos territórios pelas migrações guarda múltiplos sentidos e contradições.

Nos núcleos coloniais, pequenas vilas e cidades como Holambra (SP), Blumenau (SC) ou São Leopoldo (RS), a arquitetura das edificações explicita de maneira contundente a presença dos migrantes. Por sua vez, os territórios também se constituem de cultura imaterial - festas, culinária ou religiosidade - que se hibrida e se funde com as manifestações materiais. Ambos os sentidos (materiais e imateriais) constituem uma paisagem cultural que se distingue de outras, ao passo que dão singularidade ao território.

No contexto urbano, o bairro São Miguel Paulista, por exemplo, - território nordestino na cidade de São Paulo - possui uma *fixidez* maior se comparado a territórios que se constituem de maneira mais efêmera e podem ser erigidos em diferentes lugares na cidade. Exemplos destas manifestações mais fluidas ou móveis são as festas que se realizam em determinadas épocas do ano ou mesmo em certos dias da semana, como a feira organizada por migrantes bolivianos na Praça Kantuta, no bairro do Pari. *Fixidez* e *fluides* são termos pouco apropriados para a qualificação destes territórios, mas respondem aos sentidos materiais e intangíveis que permeiam os territórios migrantes.

Construídos paulatinamente, os territórios materializam necessidades múltiplas que vão deste a tentativa de recriação de paisagens assemelhadas às das sociedades de origem até a manutenção de vínculos e elos de pertencimento entre os migrantes – elementos de suporte fundamental para sobreviver enquanto se considera estar no território de outrem. Dessas necessidades (materiais e afetivas, concretas e identitárias), a produção do espaço-território obedece às singularidades e tempos de inserção dos migrantes.

Os territórios da migração não são espaços idílicos ou folclóricos – embora também possam assim parecer. Eles constituem-se enquanto ação-reação na constante disputa por inserção, pertencimento e visibilidade nos contextos urbanos ou rurais. São totalidades complexas que se constroem sobrepondo-se e ocultando outros sujeitos, outras sociabilidades, outros territórios. Como se observará adiante, transformam-se alguns a ponto de negar parte de suas origens. Por vezes, são compreendidos como *intrusos* pela sociedade de recepção dado que adensam e materializam a presença do outro, do estrangeiro, do invasor, daqueles que portam costumes, hábitos e culturas singulares, incômodas ou *perigosas*.³

Não há que se buscar uma homogeneidade nos territórios da migração. O território *tipicamente* ou *exclusivamente* nordestino, coreano, italiano, chinês ou árabe a rigor não existe. Os territórios da migração são híbridos, apesar de singularidades que lhes conferem certa identidade. Por este caminho, não se ousa propor uma tipologia de territórios da migração, mas sim uma descrição preliminar de suas composições. São Miguel Paulista: o território cuja paisagem é marcada por elementos materiais e imateriais que denotam a presença e persistência de uma identidade migrante singular; Liberdade: o território no qual, apesar de uma singularidade aparente, há um vivido híbrido que convive com diferentes tempos históricos e a feira da Praça Kantuta, território móvel, visível e *invisível*.

TERRITÓRIOS DA MIGRAÇÃO: SÃO MIGUEL PAULISTA

³ Este tema é recorrente e importante nos estudos de migração no Brasil e está presente em vários trabalhos. Ver: LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001.

A transformação do bairro de São Miguel Paulista (localizado na zona leste da cidade) em território nordestino remonta aos anos 1930. Até as primeiras décadas do século XX, o bairro abastecia a região central da capital com hortaliças, legumes e frutas. Sua população constituía-se de pequenos produtores rurais, notadamente portugueses e posteriormente japoneses; as plantações, naquela área, como em muitas outras da cidade, formavam uma espécie de *cinturão-verde*. São Miguel também concentrava algumas olarias que produziam para a construção civil na cidade. Segundo Sylvio Bomtempo (1970):

Após 1935 o padrão de ocupação do bairro se altera. As chácaras paulatinamente dão lugar aos arruamentos e loteamentos, dando lugar aos trabalhadores da indústria (Nitro-Química) ou de trabalhadores dos estabelecimentos de outras partes da cidade. Estes loteamentos têm sua fase áurea no período da II Guerra Mundial quando chegam ao bairro levadas de trabalhadores rurais e de outras partes do Brasil.

A instalação da Companhia Nitro Química Brasileira⁴ no bairro, em 1935, foi fator decisivo para o afluxo e fixação de migrantes nordestinos. A inserção destes novos sujeitos transformou antigos territórios e sociabilidades ao passo que implantou novos elementos na paisagem. Como toda migração, a chegada de nordestinos em São Paulo constituiu-se por redes sociais que a retroalimentaram.

Em várias entrevistas com migrantes que se fixaram no bairro durante os anos 1930 e 1940, encontram-se elementos como os expressos abaixo.

Eu vim de Senhor do Bonfim, estado da Bahia. Ali em 1938, 1940 ia algumas pessoas daqui pra lá e chegava lá e dizia que aqui era uma beleza [...] que aqui era bonito, tinha muito dinheiro [...] e aquilo acabou me atraindo. [...] São Paulo a gente chegava aqui, todo mundo conhecia a estação Roosevelt, naquela época era a estação do Norte, que todo mundo que era do Norte vinha ali [...] e dali para a estação de São Miguel. Quem tinha familiares aqui, procurava a Nitroquímica. Às vezes [...] ela chegava na portaria e dizia para o chefe da guarda. “eu sou parente de fulano de tal” [...] se ele tava trabalhando quando ele saía, ele pegava a pessoa, se não quando saísse um conhecido daquela pessoa a gente pegava e levava

⁴ Sobre a constituição do Bairro de São Miguel Paulista e da Companhia Nitro Química ver: PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos Cruzados*. Bauru: Edusc, 2004; FONTES, Paulo. *Trabalhadores e Cidadãos*: Nitro-Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Annablume, 1997.

*até a cada dele [...] Cheguei numa quinta-feira, [...] na segunda-feira já comecei a trabalhar [...].*⁵

São Miguel Paulista foi reincorporado à cidade num processo que possuía, de um lado, os reflexos da *periferização* crescente da malha urbana a partir dos anos 1930 e, de outro, pela inserção de atividades industriais – como foi o caso da Nitro Química. Lugar de terrenos baratos, São Miguel (que incluía também os atuais bairros de Itaquera e Guaianazes) recebeu, entre as décadas de 1940 a 1970, milhares de migrantes provenientes da região nordeste do Brasil, nominados como *baianos*.⁶ O território, com características rurais e povoado por migrantes portugueses e japoneses, foi transformado em território nordestino.

Nas palavras de um migrante, “tudo isso dava ao bairro um clima de festa [...] de retorno [...] a gente se sentia no próprio sertão”.⁷ *Tudo isso* é uma referência a um conjunto de elementos concretos e simbólicos erigidos na paisagem do bairro. Das Casas do Norte e dos forrós aos encontros nas praças; das conversas sobre as viagens mais ou menos constantes, nas quais se trocam informações sobre os parentes de lá aos presentes e lembranças que vão e vêm; da liberdade da fala com sotaque sem temer o olhar alheio a um sentido de pertencimento à cidade. Operou-se, em São Miguel, o adensamento de uma nova dinâmica do vivido que ocultou, desagregou e transformou sociabilidades pretéritas.

Todavia, São Miguel, enquanto um território da migração, não é um espaço exclusivo da festa. Tensões e preconceitos também marcaram sua constituição. Talvez um dos casos mais emblemáticos tenha sido a querela que circundou a mudança do nome do bairro em 1944. Até então, seu nome era São Miguel de Ururá, lembrança do antigo aldeamento de

⁵ Excerto de entrevista realizada pelo autor com o Sr. Carlos (nome fictício) em 30/4/1999, na subseção do Sindicato dos Químicos em São Miguel Paulista.

⁶ Henri Arraes Gervaiseau dirigiu, em 1994, um documentário intitulado *Tem Que ser Baiano*; nele, percebe-se com clareza – nos depoimentos de vários migrantes nordestinos – o sentido redutor da identidade, subjacente à aplicação do termo *baiano*.

⁷ Excerto de entrevista realizada pelo autor com o Sr. Antônio (nome fictício) em 30/4/1999 na subseção do Sindicato dos Químicos, em São Miguel Paulista.

índios Guaianazes organizado por padres jesuítas em 1590.⁸ Naquele ano, por iniciativa do poder público, o bairro perdeu seu antigo nome para Baquirivú. A mudança desagradou os moradores, que organizaram um processo de coleta de assinaturas para uma nova mudança no nome do bairro.

De acordo com Sylvio Bomtempo, a escolha foi feita a partir de três opções: São Miguel Baquirivú, São Miguel Paulista e São Miguel Bahia. O maior número de assinaturas deu vitória à denominação São Miguel Paulista. Segundo o depoimento de um antigo morador do bairro que participou da coleta de assinaturas para a mudança do nome do bairro, registrado por Antonia Rocha (1992, p. 24):

Naquela época, havia grande rejeição em relação aos primeiros moradores do bairro, ou seja, os índios. Os índios [...] eram vistos como povo bem-atrasado, pobre e sem tradição. Muitos moradores que para cá vieram tinham vergonha de mencionar que São Miguel tinha sido aldeia indígena. Quanto ao nome São Miguel Bahia, nem gosto de falar! Na época houve muito desprezo por este nome. Era um certo preconceito, uma rejeição ... sei lá! O preconceito sempre existiu aqui. Os baianos eram chamados de “cabeça chata”, “pau-de-arara” e outros. Sabei muita briga por isto e até morte. Acredito que tudo isto ajudou para que a escolha do nome fosse São Miguel Paulista. Nome de Santo o povo sempre aceita... e santo paulista ... tanto melhor.

A escolha do novo nome para o bairro é emblemática. A partir do momento em que os nordestinos se fixavam na cidade, reconstruíam suas vidas e interagiam com o novo lugar, a mudança do nome do bairro mascarava transformações que estavam em curso. São Paulo silenciava sua porção nordestina; os territórios são, por vezes, indesejáveis.

Os territórios da migração nordestina em São Paulo – presentes também em bairros da zona sul, como Santo Amaro – talvez sejam os que absorveram levadas sucessivas de migrantes durante mais tempo. Ao contrário da migração italiana, espanhola, portuguesa e japonesa, cuja intensidade circunscreve-se num espaço de tempo mais restrito, a entrada de nordestinos em São Paulo foi intensa durante mais de quatro décadas.

⁸ São Miguel de Ururá era a junção do nome do santo padroeiro da capela construída em 1580, São Miguel Arcanjo, com o nome da aldeia indígena, Ururá.

Tal fato conferiu a esses territórios certa perenidade no ambiente urbano, dado que foram retroalimentados por sujeitos oriundos de uma mesma região. Esse aspecto é importante porque permite pensar a constituição de outro território da migração: o bairro da Liberdade.

LIBERDADE

O bairro da Liberdade localiza-se na área central da cidade e se estende sentido sul a partir da Praça da Sé, considerada como porção mais central da cidade. Seus limites estão mais ou menos definidos num semicírculo a partir do qual encontram-se os bairros do Cambuci, Bela Vista (Bexiga) e partes da Consolação. Até fins do século XIX, esta área não fazia parte do perímetro central da cidade, algo que ocorreu, com rapidez, no princípio do século XX, em virtude da expansão das redes de bonde, esgoto, água encanada e iluminação pública. Entre as décadas finais do século XIX e inícios do século XX, a abolição da escravidão, a instauração da República e a chegada de trabalhadores estrangeiros promoveram alterações significativas nesta porção da cidade. Segundo Raquel Rolnik (1997, p.75):

Com a redefinição do espaço urbano que ocorreu com a abolição da escravidão, a imigração maciça de europeus e a dinâmica da economia do café, novos territórios negros foram estabelecidos: nos porões e nos cortiços do centro velho, sobretudo no sul da Sé, na área que não foi objeto de muitas remodelações, na região do Lavapés (contígua ao sul da Sé) e nos campos do Bexiga.

Ocorre que a redefinição de porções daquele espaço urbano - promovida pela migração da população negra expulsa das áreas mais centrais no processo de *higienização* da cidade - foi seguida da sua apropriação pelos migrantes italianos e seus descendentes, além de acolher a migração japonesa. Num espaço de quatro décadas entre o final do século XIX e início do XX, este adensamento de populações de origens variadas fez da Liberdade um lugar singular no contexto dos territórios da migração na cidade.

Atualmente, encontra-se, no bairro da Liberdade, uma das associações italianas mais antigas de São Paulo, a *Lega Italica* (1897), a Casa de Portugal e uma das mais tradicionais casas de artigos religiosos

voltados para cultos africanos; esta se localiza na Praça da Liberdade, ícone e epicentro da presença japonesa na cidade. Este adensamento híbrido distingue Liberdade de São Miguel Paulista.

A fixação de japoneses no bairro da Liberdade remonta ao início do século XX⁹. Em 1912, um pequeno grupo fixa-se na Rua Conde de Sarzedas atraídos por aluguéis baratos e pela proximidade com o centro da cidade. Em pouco tempo, emergem, na paisagem do bairro, empórios, hospedaria e pequenos estabelecimentos de produção e comércio de gêneros alimentícios direcionados para os migrantes japoneses. A escola primária data de 1915 (Escola Primária Taisho); um ano antes, foi fundado o Hotel Ueji.

Para além da Rua Conde de Sarzedas, a comunidade passa a ocupar ruas próximas: Conde do Pinhal, Conselheiro Furtado, Irmã Simpliciana e Tomás de Lima. Nos anos de 1960, o bairro da Liberdade já contava com quatro cinemas (Cine Niterói, Nippon, Jóia e Tóquio) frequentados pela comunidade ávida pelos filmes produzidos no Japão. Uma associação cultural (o Bunkyô, que abriga hoje o Museu da Imigração Japonesa) e associações de classe compunham a paisagem desse território da migração.

Se o bairro da Liberdade tornou-se, na primeira metade do século XX, um território japonês, ocultando outros sujeitos e territórios (negros e italianos), a partir dos anos 1970, o bairro recebe a migração coreana e, no decurso de 1980/1990, chegam os chineses. A mobilidade dos sujeitos neste território é tema importante para compreender a dinâmica das migrações em São Paulo, entretanto dada a complexidade da questão e os limites deste artigo, serão traçadas apenas algumas observações.

Em primeiro lugar, os territórios da migração – como todos os outros – *envelhecem*. A sucessão das gerações e os processos de inserção dos descendentes de migrantes na *comunidade nacional* supõem outras mobilidades. A morte dos pais, a ascensão econômica e cultural e a mudança de expectativas com relação à manutenção ou não dos negócios familiares são fatores que fazem com que todo o conjunto de construções (materiais

⁹ Informações disponíveis em: <<http://www.culturajaponesa.com.br/htm/historiadaliberdade.html>>. Acesso em: 10 ago. 2004.

e simbólicas) realizado pelas primeiras gerações seja ressignificado pelas gerações seguintes.

Em segundo lugar, os territórios da migração possuem *mobilidade*. E isso é evidente quando se percebe que parte da comunidade judaica migra - a partir dos anos 1970/80 – do Bom Retiro para Higienópolis, abrindo espaço para que seus negócios fossem geridos pelos coreanos. Estes, a partir dos anos 1990/2000, migram para bairros como a Aclimação e abrem espaços para os migrantes bolivianos. Neste processo, o bairro, paulatinamente, perde sua singularidade, no contexto urbano, enquanto um território judeu que agrega marcas dos novos migrantes. Só com um olhar bastante atento pode-se encontrar, hoje, as marcas da presença da comunidade judaica na profusão e no burburinho das ruas de comércio de confecção do Bom Retiro.

Entretanto as transformações ocorridas no Bom Retiro – ao menos no âmbito de sua paisagem concreta – não foram reeditadas no bairro da Liberdade. Em que pese o fato de parte significativa das suas lojas ser gerida por migrantes chineses e coreanos, estes continuam dedicando-se também ao comércio de produtos japoneses. Caminhando por suas ruas, encontra-se, seja na iluminação pública, na profusão de restaurantes de comida japonesa ou na publicidade com ideogramas japoneses, uma paisagem japonesa, embora o vivido e seu conteúdo estejam já algo longe das suas origens.

A PRAÇA KANTUTA

A Praça Kantuta, no bairro do Pari (zona norte da cidade), entra no rol de territórios da migração por suas singularidades - se comparado com São Miguel Paulista e Liberdade – e por ser expressão da continuidade das migrações que, década após década, continuam moldando o espaço da cidade. A presença boliviana na cidade remonta aos anos 1950, entretanto, foi, nas décadas de 1980/1990 – com a inserção destes como trabalhadores nas oficinas de costura do Bom Retiro –, que a migração boliviana ganha visibilidade no espaço da cidade.

A visibilidade, aliás, foi um dos temas que circundaram os estudos produzidos sobre essa migração ainda nos anos 1990.¹⁰ A partir do final dos anos de 1970, a ausência de uma política imigratória no país – cuja expressão mais emblemática foi o fechamento da Hospedaria de Imigrantes no Bairro do Brás¹¹ – criou um ambiente no qual as novas levas de migrantes chegados ao país (coreanos, chineses, latino-americanos e africanos) foram permeadas por um misto de ilegalidade e invisibilidade. Não documentados, em sua maioria, os bolivianos inseriram-se no circuito da produção que se beneficiou da fragilidade de seu *status* ilegal.

Durante os anos 1980/90, a mão de obra (barata e cativa) boliviana foi fundamental para a expansão de determinados ramos da produção têxtil que abasteciam e ainda abastecem o comércio popular das ruas do Bom Retiro e as grandes redes de lojas de vestuário. Na época, pesquisadores procuravam mapear as condições de vida e trabalho dessa população como forma de compreender a sua *invisibilidade* no contexto urbano. Grande parte destes migrantes residia no local de trabalho, tinha mobilidade limitada e era assolada pelo medo (muitas vezes, imposto pelos próprios donos das oficinas) da polícia, da prisão e da deportação.¹² A migração boliviana, em São Paulo, em seus primeiros tempos, foi exemplo da impossibilidade de constituição de um território migrante. Sua característica foi a de não deixar marcas na paisagem, daí sua *invisibilidade*.

Entretanto esse quadro foi alterado a partir do final da década de 1990, quando esses migrantes superaram sua mera condição de força-trabalho e emergem como sujeitos de direitos. Atualmente, matriculam seus filhos nas escolas públicas, demandam sua inserção nos serviços públicos de saúde, organizam seus times de futebol e usufruem dos espaços de lazer. É

¹⁰ Um dos estudos pioneiros sobre a imigração boliviana, sua inserção no mundo do trabalho e a problemática da invisibilidade foi realizado por Sidney Silva. Ver: SILVA, Sidney A. *Costurando Sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.

¹¹ Sobre a história da Hospedaria de Imigrantes e alguns dos desdobramentos de seu fechamento para a dinâmica das migrações em São Paulo, ver: PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

¹² Um excelente levantamento da produção bibliográfica sobre as migrações para o país e também sobre a migração brasileira está em: ASSIS, Glaucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. Novos Migrantes do e para o Brasil: Um balanço da produção bibliográfica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. *Anais...* Brasília: CNPD, 2000.

neste novo contexto de *visibilidade* que se tem a produção de um território migrante boliviano na cidade: a Praça Kantuta no bairro do Pari.

Por volta do ano 2000, era possível observar uma concentração de imigrantes bolivianos na Praça Padre Bento (também no Pari), aos finais de semana, particularmente aos domingos. Na época, a comunidade do entorno reagiu ao que chamaram de *feira clandestina* e aos transtornos causados pelo *mau comportamento* (alcooolismo, produção de lixo, etc.) de seus frequentadores. Em certa medida, esse incipiente ambiente de visibilidade dos bolivianos na cidade expressava o panorama de *ilegalidade* da comunidade no contexto urbano. A transferência da feira para um espaço próximo ocorre entre 2001 e 2002 e, em 2004, dá-se a oficialização da praça com o nome Kantuta.¹³

A feira da Praça Kantuta representa um novo momento da relação da comunidade boliviana com a cidade; da *ilegalidade* à legalidade; da invisibilidade à visibilidade; do ocultamento à transparência. Este território migrante possui identidades e singularidades importantes com seus congêneres que, aqui, serão resumidos em três breves notas. A primeira tem relação com o evento, a feira e suas características básicas de ocupação do espaço público, de lugar de trocas e sociabilidades diversas, de afirmação de identidades e integração. Nesta perspectiva, a feira da Praça Kantuta evoluiu enquanto um ícone da presença boliviana em São Paulo, como um território em seu sentido mais amplo e comparável a outras feiras congêneres como a da Praça da Liberdade.

A segunda nota é a dissociação permanente entre a feira e a praça, entre a densidade das atividades humanas e o espaço físico. A Praça Kantuta não é um território boliviano durante todo o tempo, ao contrário da Praça da Liberdade. A feira ocorre apenas aos domingos, o que implica numa sazonalidade constante do território ou, ainda, na permanência, em certa medida, da dualidade, visibilidade e invisibilidade.

Esta nota remete à terceira. Aos migrantes contemporâneos está dificultada a possibilidade em reproduzir, no espaço da cidade, territórios

¹³ Kantuta designa uma flor do altiplano andino. Com cores verde, amarela e vermelha (as mesmas da bandeira da Bolívia), esta flor – segundo os próprios bolivianos – representa a união de povos e culturas e simboliza sua conexão com o país. Em 2008, com direção de Rodrigo LEITE, a CTR-ECA-USP produziu o documentário *Kantuta*. Trata-se de um excelente registro das várias perspectivas sobre aquele território.

como aqueles criados por migrações mais pretéritas. Evidentemente, há uma escassez de espaços que faz com que a cidade atinja um grau de adensamento físico que beira a saturação. Mas também há que se considerar uma nova dinâmica para os deslocamentos populacionais no plano mundial marcado pela *pluridirecionalidade* dos fluxos e pelas possibilidades intensas de conexão e trocas (via *internet*, telefone, televisão) entre os que migram e os que permanecem nas regiões de origem.

É importante salientar que se está num momento de revisão da compreensão que se tem dos territórios da migração. O caso da migração de bolivianos - mas também da migração chinesa ou africana - apresenta novos desafios para compreenderem-se suas relações com a cidade e também suas estratégias de sociabilidade. Em outros termos, os territórios da migração podem estar ganhando contornos mais virtuais ao passo que a sociabilidade destes sujeitos adentra há um tempo onde as singularidades (culturais), onde as expectativas de integração (econômicas e políticas), onde os sonhos (e as utopias) sofrem interferências da homogeneização das formas do vivido na sociedade de consumo.¹⁴

Neste terreno, as singularidades são folclorizadas, as possibilidades de integração são formalizadas pelas regras já estabelecidas pela economia e política, os sonhos e utopias são comprados nos *shoppings centers*. Estas determinações do tempo presente não são perceptíveis apenas a partir do *território Kantuta*. Ocorre nos territórios migrantes o mesmo fenômeno que tende – no plano mundial – produzir ícones comuns a todos os povos e suprimir a importância do lugar na constituição das identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS. TERRITÓRIOS DA MIGRAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO: ENTRE A AFIRMAÇÃO E NEGAÇÃO DA CONDIÇÃO MIGRANTE

Abdelmalek Sayad, quando de sua análise sobre a imigração de argelinos na França, apontou, entre outras questões, as várias ambiguidades que cercam a condição do migrante. Uma delas tem interesse particular na reflexão sobre os territórios migrantes. Os migrantes são desejados e aceitos pela sociedade de destino apenas como força de trabalho despossuída

¹⁴ Sobre esta questão, ver: BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo. A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

de outros interesses e expectativas. É nesta condição que a migração faz sentido, inclusive para os próprios migrantes no momento de sua decisão por trocar sua identidade de *nacional* para *estrangeiro*. Ocorre que, realizada a migração, opera-se uma transformação – ou superação – dessa condição; o migrante passa a perceber-se enquanto sujeito portador de direitos e luta pelo reconhecimento de suas singularidades.

Realiza-se, neste momento, uma radical mudança no sentido de sua condição migrante. Como uma Caixa de Pandora aberta, eclodem outras potencialidades para o vivido migrante, inclusive o princípio de uma possível negação desta condição. Em outros termos, os territórios migrantes portam paradoxos. Se, por um lado, eles expressam a reafirmação de necessidades e singularidades do *outro*, do *não nacional*; por outro lado, expressam a necessidade de enraizamento na sociedade de destino; esta ambiguidade realiza-se de maneira particular, à medida que só pode ser erigida numa materialização de referências que, ao mesmo tempo em que estão sendo recordadas, precisam ser perdidas.

As referências que o migrante erige em seus territórios são, em muitos casos, representações sobre a sociedade de origem que tendem, com o tempo, a entrar em descompasso e anacronismo com a dinâmica do vivido e das transformações operadas na sociedade de origem na sua ausência. Os territórios migrantes possuem uma função de manter unidos elementos de ligação do migrante com suas origens ao passo em que se distanciam e se transformam no âmbito da sociedade de recepção.

Os territórios são a materialização de um momento seminal da transformação do migrante em sujeito portador de direitos. A ambiguidade (ou paradoxo) está em que eles exprimem um momento final da condição migrante justamente pela afirmação dessa mesma condição. Os territórios exprimem, assim, o início de um longo processo de negação da condição migrante; longo processo porque ele geralmente transcende a primeira geração. São as gerações seguintes que compreendem melhor este momento *seminal* à medida que se sentem mais livres para transitar por outros territórios.

Entretanto esta liberdade de trânsito não dá muitas pistas para compreender qual o tempo necessário ou sob qual ambiente a condição

migrante deixa de ter uma influência significativa na constituição das identidades dos sujeitos. Ainda hoje, há descendentes de terceira ou mesmo quarta geração que recorrem com frequência ao passado migrante de suas famílias. Isto ocorre particularmente com os descendentes de italianos. Possivelmente, os territórios migrantes não possam superar seu momento *seminal* de constituição por mais paradoxos, ambiguidades e contradições que este momento possuía, dada a sua capacidade de ressignificação constante.

Isto implica que, no plano das identidades, sejam elas individuais ou coletivas, ele permaneça como lugar (intangível) no qual há um repertório inesgotável de representações que podem ser usadas para a constituição das alteridades. Nesta dinâmica, a cidade – totalidade dos territórios – transforma-se constantemente. As migrações são como um oxigênio novo a manter e recriar as imensas possibilidades da vida urbana.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. Novos Migrantes do e para o Brasil: Um balanço da produção bibliográfica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. *Anais*. Brasília: CNPD, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo. A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOMTEMPI, Sylvio. *O bairro de São Miguel Paulista: A Aldeia de São Miguel de Ururá na história de São Paulo*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico/ Departamento de Cultura/Secretaria de Educação e Cultura, 1970.
- CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. *Cadernos Metrôpole*, n. 17, p. 119-133, 1º. sem. 1997.
- FONTES, Paulo. *Trabalhadores e Cidadãos: Nitro-Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.
- LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra. Representações do brasileiro: 1870-1920*. São Paulo: Annablume, 1998.
- PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos Cruzados*. Bauru: Edusc, 2004.

- PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- ROCHA, Antonia Sarah Aziz. *O bairro à sombra da chaminé: um estudo sobre a formação da classe trabalhadora da Companhia Nitro Química de São Miguel Paulista (1935-1960)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.
- ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem Tudo Era Italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998b.
- SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Agricultura. Departamento de Imigração e Colonização. *Estatística dos trabalhos executados pelo Departamento de Imigração e Colonização durante o ano de 1961*. São Paulo, 1962.
- SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: USP, 1998.
- SILVA, Sidney A. *Costurando Sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- SINGER, Paul. *Economia Política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 1998. VERAS, Maura. Territorialidade e Cidadania em Tempos Globais: imigrantes em São Paulo. *Cadernos Metrópole*, v.2, p. 73-119, 1999.
- VERAS, Maura. Territorialidade e Cidadania em Tempos Globais: imigrantes em São Paulo. *Cadernos Metrópole*, v.2, p. 73-119, 1999.
- VERAS, Maura. *Diver (cidade): territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*. São Paulo, Educ, 2003.

SAIR PARA O CAFÉ: UMA ETNOGRAFIA DO PROCESSO MIGRATÓRIO EM FAMÍLIAS CAMPONESAS

Verena Sevá Nogueira¹

INTRODUÇÃO

Reginaldo é como tantos outros rapazes de vinte anos que mora na zona rural de Aracatú, um município de 15.000 habitantes situado no sertão² da Bahia. Vive com os pais e três irmãos mais novos, na *fazenda*³

¹ Professora da Unidade Acadêmica de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, PB Brasil. E-mail: verena_seva@yahoo.fr.

² Sertão é a denominação dada à região onde se situa Aracatú e outros municípios e estados do nordeste brasileiro, que pactuam da baixa incidência de chuvas. Trata-se da área mais seca da região Nordeste, definida, pela eografia, como região semiárida ou mesmo sertão, em oposição a outras três paisagens naturais nordestinas: o meio-norte, prolongamento da Amazônia na região, o agreste, zona de transição entre o sertão e a Zona da Mata, a área mais úmida, já próxima ao litoral. Desde o início do século passado, o termo sertão ocupa um lugar importante dentro do imaginário nacional brasileiro. Uma forma de designar um território desconhecido, pobre e de clima seco, que se localiza no interior do país, numa oposição ao litoral, um lugar conhecido, que simboliza a riqueza.

³ Fazenda é a forma local como são chamadas as propriedades de terra em Aracatú, BA, indistintamente utilizada, não importando o tamanho da propriedade. O argumento é no sentido de ser esse nome um resquício de uma

da família, de nome Baixa Escura, onde, também, em outras casas, vivem alguns tios paternos com seus filhos.

Todos os anos, durante os meses de maio a setembro, Reginaldo *sai*⁴ de casa e segue para a colheita do café em fazenda localizada em Campinas, SP. Esse trajeto percorre há muitos anos; ainda quando criança, acompanhando os pais que se dirigiam para o trabalho no café, e, mais tarde, por volta dos 14 anos, também como trabalhador do café.

Em 2006, depois de finalizado o trabalho da colheita do café em Campinas, Reginaldo não voltou com seus conterrâneos para Aracatú. Foi primeiro morar na casa dos avós em Artur Nogueira, SP. Pouco tempo depois, tendo arrumado emprego num supermercado na vizinha cidade de Campinas, mudou-se para o alojamento da empresa, onde passou a residir durante a semana, retornando para a casa dos avós nos finais de semana. Essa fase de sua vida durou apenas alguns meses, até ter sido vítima de um roubo no alojamento onde vivia com outros colegas de trabalho, todos migrantes como ele. Depois disso, voltou a viver com os pais na *fazenda* de Aracatú e ter vida itinerante entre sua casa no sertão e a fazenda de café de Campinas.

Até 2007, era Jaime, pai de Reginaldo, quem *levava pessoas* de Aracatú para trabalhar na fazenda Monte D'Este, em Campinas. No ano seguinte, por causa de seu envolvimento com a política, Jaime afastou-se da lida do café, sendo eleito, em 2009, vereador em Aracatú. Durante o mandato político do pai, foi Reginaldo quem tomou frente no negócio de arrematar migrantes, ofício este que, em sua família, vem sendo transmitido de pai para filho.

época em que na região havia somente grandes propriedades, ou ainda, de uma época em que eram intensas as criações de animais, caprinos e bovinos, em áreas compartilhadas por várias famílias, no caso, nas fazendas. Utiliza-se a forma itálica de grafia toda vez que houver referência a essas fazendas de famílias camponesas em Aracatú, no intuito de diferenciá-las das fazendas de café do Sudeste brasileiro, onde membros dessas famílias trabalham temporariamente como empregados.

⁴ Sair, no contexto pesquisado, significa deslocar-se fisicamente para viver e/ou trabalhar em outro lugar fora da *fazenda* em Aracatú. Entre camponeses de Sergipe, outro estado da região Nordeste brasileira, Klaas Woortmann encontrou também a expressão “sair” como esse mesmo significado de deslocamento migratório, e ainda outra expressão verbal, o “viajar”; enquanto “sair” faz referência a uma “emigração definitiva”, “viajar” revela um caráter temporário ou circular da migração, mais especificamente o que o autor classifica como “migração pré-matrimonial” (do filho) e “migração do pai” (WOORTMANN, 2009). Assim como outras palavras e expressões apreendidas durante pesquisa de campo, adotou-se grafar verbo sair em itálico toda vez que significar deslocamento migratório.

A trajetória de vida de Reinaldo, um rapaz ainda jovem, remete a processos migratórios históricos envolvendo famílias camponesas⁵ em contextos rurais nordestinos (ANDRADE, 1980; GARCIA JÚNIOR, 1989; WOORTMANN, E., 1995; MENEZES, 1998; SILVA; MAM, 1999; SCOTT, 2009; WOORTMANN, K, 2009). Famílias camponesas e pobres do sertão nordestino, região brasileira de clima semiárido, com índices pluviométricos insuficientes para uma agricultura ou produção agropecuária viáveis. Um lugar carente de investimento público, ou mesmo privado, no sentido de implantação de projetos de contenção de águas de chuva e de irrigação para as lavouras. Um lugar onde os camponeses não conseguem o sustento para suas famílias e de onde precisam *sair* para comer e para viver.

Como muitos lugares do sertão brasileiro, Aracatú pode ser definido como um lugar de migrantes. Ter alguma vez *saido* ou ter algum parente, vizinho ou conhecido vivendo fora de casa é uma situação recorrente nas famílias do lugar. Tomando-se por base o ano de 2006, deixou o município, a cidade, em direção às fazendas de café da região Sudeste brasileira um contingente avaliado em 1.600 pessoas⁶, o que corresponde a 10% do total da população de um município de 15 mil habitantes (IBGE, 2000)⁷.

Trata-se de deslocamentos migratórios como práticas antigas, remontando três ou quatro gerações nas famílias de Aracatú. Não obstante práticas que se atualizam no tempo e no espaço, havendo mudanças quando à forma de migrar, aos lugares para onde se deslocam, e mesmo em relação aos membros da família que saem do sertão para trabalhar.

Nos dias atuais, o processo migratório em Aracatú vem se configurando dentro de um padrão. Há pessoas que *saem* para tentar a vida no estado de São Paulo, em especial nos municípios de Campinas

⁵ Por “famílias camponesas”, entendem-se famílias que detêm pouca extensão de terra e uma produção agrícola quase que exclusivamente voltada ao consumo próprio, sendo poucos itens ou pouca quantidade o excedente produzido e eventualmente comercializado. Famílias que compõem o que Mendras (1978) denominou de uma sociedade camponesa, marcada por relações de proximidade e interconhecimento, por certa autonomia em relação ao mercado e com suas relações mediadas por poderosos locais.

⁶ Trata-se de uma quantidade de migrantes auferido empiricamente durante pesquisa de campo. No ano de 2006, partiram de Aracatú 40 ônibus fretados. Considerando uma média de 40 passageiros em cada ônibus, chega-se à soma de 1600 trabalhadores migrantes neste ano.

⁷ Cf. IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso 14 de jan 2010.

e Artur Nogueira, locais onde, há mais de uma década, vivem parentes e conterrâneos (os migrantes mais antigos), e outras que se deslocam temporariamente para trabalhar em fazendas de café no sul do estado de Minas Gerais e em Campinas. Portanto, um processo migratório pautado, básica e analiticamente, por duas formas de movimentação de pessoas no espaço: os deslocamentos de caráter temporário para o trabalho na colheita do café e os deslocamentos para os médios e grandes centros urbanos, com o intuito de nestes permanecer por um período de tempo maior que o de uma colheita, muitas vezes, por um período de tempo não determinado.

Porém, diversamente dos “camponeses-trabalhadores-migrantes” estudados por Marilda Menezes (2002), que, num momento inicial, deslocam-se do agreste paraibano para o corte da cana-de-açúcar na zona da mata pernambucana, e somente numa etapa posterior seguem para a região Sudeste do Brasil; em Aracatú, as duas formas de deslocamento migratório anteriormente mencionadas aparecem mescladas e justapostas nas trajetórias das famílias camponesas. Não existe uma sequência linear no sentido de um primeiro deslocamento servir como trampolim ou passagem necessária para se alcançar uma segunda etapa migratória. Há pessoas que *saem* de Aracatú para viver e trabalhar em Campinas ou em Artur Nogueira sem nunca ter trabalhado no café, assim como outras que, antes de fixarem residência nestas cidades, já estiveram na lida temporária em fazendas de café do Sudeste. Há também aquelas que, depois de anos de moradia no Sudeste, voltaram a morar na *fazenda* de Aracatú e continuaram a trabalhar no café do Sudeste durante alguns meses do ano.

Mas há um elemento permanente e constitutivo das diferentes modalidades migratórias, que são as redes familiares. Trata-se de redes tecidas e atualizadas no ir e vir dos migrantes entre os diferentes e distantes espaços geográficos percorridos. Redes que definem a forma, a direção ou mesmo a decisão de *sair para o mundo*. Pois não se *sai* para qualquer lugar, mas para onde há um conhecido, normalmente um parente, que, antes, ali chegou. Dentro de um ordenamento familiar (e camponês), os parentes que primeiro chegam a um “novo” lugar têm como obrigação, por exemplo, fornecer hospedagem aos parentes que vêm depois, bem como lhes facilitar a arregimentação de trabalho e, principalmente lhes oferecer um conforto afetivo para superarem as saudades de casa.

Por causa das redes preexistentes, o fora de casa não aparece aos migrantes como um lugar totalmente novo, como o *meio do mundo* verificado por Parry Scott (2009), em outro contexto nordestino, mas como um lugar noticiado através das redes e conhecido por intermédio dos parentes que, antes, ali chegaram.

Nesse sentido, refere-se às práticas migratórias configuradas como mais do que meros deslocamentos humanos no espaço, mas como “trânsito inserido numa rede de relações sociais” (DURHAM, 2004, p. 185). A literatura nacional e internacional que aborda o tema dos processos migratórios há algum tempo vem mostrando a ocorrência e importância das redes de relacionamento nesses processos (DURHAM, 1978; 2004; GARCIA JÚNIOR, 1989; SAHLINS, 1997a; SAYAD, 1997; 1998; MENEZES, 2002). São estudos, ademais, que se consagraram por se contraporem ao argumento anterior de que os deslocamentos migratórios levariam a uma ruptura do migrante com sua família e seu lugar de origem.

Dentro do processo migratório ora analisado, as redes atuam como condição de possibilidade para outros deslocamentos. Também, por meio das redes tecidas nesse ir e vir, que as pessoas que estão morando fora das *fazendas* do sertão continuam ligadas a seus parentes e a sua terra natal. Nesse sentido, a identificação dos migrantes com o seu grupo de origem (ou com a região ou país de origem) mostra-se fundamental para a constituição das redes de relações entre os migrantes no novo espaço social, chamado corriqueiramente de local de destino (SAHLINS, 1997a; 1997b; SAYAD, 1998; MENEZES, 2002; MANDANI, 1998).

Por fim, pode-se pensar numa lógica camponesa que estaria presente na constituição e na organização das práticas migratórias em famílias camponesas. Isso correspondendo a uma estratégia histórica camponesa de buscar fora de casa recursos para a reprodução da família (GARCIA JÚNIOR, 1989; WANDERLEY, 2001), ou mesmo no sentido de uma prática que ultrapassa a seara das estratégias econômicas ou materiais, conformando-se enquanto práticas rituais constitutivas de um modo de vida camponês, como é o caso da “migração do pai” ou da “migração para casar”, que refere Klass Wortmann (2009).

Neste texto, que é parte da pesquisa de doutoramento intitulada “*Sair pelo mundo: a conformação de uma territorialidade camponesa*” (NOGUEIRA, 2010), o foco na “migração para o café”, ou seja, no ir e vir de camponeses entre suas *fazendas* de Aracatú e os cafezais do Sudeste do Brasil, consiste em homens e mulheres, rapazes e moças, e até mesmo crianças, que deixam suas terras (*fazendas*) em Aracatú, viajam cerca de mil quilômetros de ônibus fretados até o sul de Minas Gerais e Campinas, ambas na região Sudeste do Brasil, e, nestes lugares, passam cerca de quatro meses (de maio a agosto) morando em alojamentos no interior das fazendas de café ou, em menor proporção, em casas da periferia urbana dos municípios próximos aos cafezais. No sul do estado de Minas Gerais, as fazendas de café estão concentradas na região de Poços de Caldas, basicamente nos municípios de Ibiraci, Alfenas, Paraguaçu e Machado. Em Campinas, há somente uma fazenda cafeeira que recebe todos os anos *turma* de trabalhadores migrantes provenientes de Aracatú, que é a Monte D’Este.

“MIGRAÇÃO PARA O CAFÉ”: OS QUE VÃO E OS QUE FICAM

*Sair para o café*⁸ é uma prática a que recorre grande parte dos moradores de Aracatú para *ganhar a vida*⁹. No campo, as *saídas* para o café são onipresentes, ficando para trás um lugar vazio, lugar que é *só solidão*. Durante o tempo da colheita do café, uma grande parte das casas do sertão é fechada e nas, poucas que permanecem abertas, ficam apenas um ou dois moradores. Em relação aos que partem, há sempre um familiar ou vizinho que fica para tomar conta das crianças pequenas e dos idosos, do rebanho, da criação e da *roça*, bem como de outros afazeres que não podem ser interrompidos durante a colheita do café.

O tempo de *sair para o café* é definido pelo período das colheitas do café na região Sudeste, que é um tempo do outro, do fazendeiro do café. A organização do trabalho nas *fazendas* de Aracatú obedece ao compasso das *saídas* e retornos para o café. Dentro do permitido pelas leis da natureza e dos recursos disponíveis, as famílias planejam o plantio e a colheita das culturas agrícolas em suas *fazendas* fora do período em que a maior

⁸ Sair para o café é uma forma específica de sair (expressão já mencionada) que tem como destino as fazendas de café do Sudeste brasileiro.

⁹ Forma coloquial, e muito utilizada em Aracatú, que significa ganhar dinheiro para viver.

parte de seus membros está na colheita do café (entre setembro-outubro e março-abril); há famílias que optam inclusive por não *botar roça* num ou noutro ano, e viver somente do salário recebido na colheita do café. Por contraparte, é frequente a utilização de parte deste “dinheiro do café” para a compra de sementes, adubos, agrotóxicos, ferramentas de trabalho e outros bens a serem utilizados na própria *fazenda* do sertão, nas roças, na criação e no pequeno rebanho.

Portanto, se de um lado, o processo migratório obedece a um “tempo biológico”, do ciclo vegetativo do café; de outro, existe outro tempo, o “tempo do café”¹⁰, que, embora relacionado ao primeiro, é também articulado e redimensionado por outros tempos da vida social. Um tempo que não é somente cronológico e biológico, definido pelo calendário das colheitas de café, mas um tempo de espera, de solidão, de saudades e de coragem. Um tempo que parece parar a vida no sertão, que somente revive com o regresso dos migrantes, das festas, das aulas, das plantações, da construção das casas, do movimento no comércio, enfim, da vida social em sua plenitude.

¹⁰ Trata-se aqui de uma noção de tempo que dialoga com outros tempos analisados pela literatura antropológica desde o clássico “Os Nuer” onde Evans- Pritchard ([1940]2002) remetendo a duas temporalidades nativas determinadas: o “tempo ecológico” e o “tempo estrutural”. O primeiro decorre das relações do grupo com o meio ambiente e o segundo das próprias relações dos indivíduos entre si. Um tempo que Marcel Mauss define como marcador da vida social. Em seu ensaio “Sur les variations saisonnières des sociétés Eskimós ([1904] 2003), identifica formas de sociabilidade relacionadas basicamente com duas estações do ano: “verão” e “inverno”, duas estações que se relacionam e marcam distinções em aspectos fundamentais da vida social, como na vida moral, jurídica, religiosa e na doméstica. Também um tempo social que Norbert Elias (1998) tem como desvinculado de um dado da natureza independente do ser humano, o significando como um quadro de referência que organiza os acontecimentos, as fases e os fluxos nos grupos humanos. Já numa literatura nacional mais recente, há o “tempo da política”, categoria que Moacir Palmeira (2002) identificou como nativa entre populações camponesas do Nordeste brasileiro, e que nomeia um período de subversão no cotidiano dessas populações, onde se observa um rearranjo nas posições sociais. Por fim, mas sem a pretensão de esgotar as aparições da categoria tempo na literatura, tem-se o “tempo de acampamento”, categoria encontrada entre os sem-terra identificados e a analisados por Nashieli Loera (2009), que funciona como um código social que organiza e ordena as relações no “mundo das ocupações de terra”, no Brasil.

Nessa “migração para o café” embrenham-se tanto homens como mulheres, casadas ou solteiras¹¹, e até crianças¹². O casamento não corresponde, como antes, a um passaporte para que moças e mulheres casadas deixem as *fazendas* do sertão, sendo as mesmas aceitas quase que indistintamente nas *turmas* de migrantes. Não obstante, há famílias que continuam a exigir que as moças¹³ sejam acompanhadas do pai ou de um irmão, e as mulheres casadas de seus maridos. Do lado de quem emprega, poucos são os fazendeiros do café que fazem algum tipo de objeção ao trabalho feminino, considerando-o, inclusive, mais diligente que aquele realizado pelos homens.

No que se refere ao trabalho dos rapazes e moças no café, considera-se que com dezesseis anos - quando se tornam capacitados legalmente perante a lei brasileira -, estão *formados* para a lida no café¹⁴. Nesse caso, a maioria trabalhista, uma prescrição legal ditada pelo Poder Público, é incorporada e reelaborada pelas famílias, que, a partir disso, definem os seus membros que já podem *sair* para trabalhar fora de casa e aqueles que não devem ainda partir. O fato de haver jovens em idade escolar, e no meio do período letivo, não tem muito peso na decisão de sua ida para o café. No contexto analisado, o calendário escolar é modificado para que os alunos que *saem para o café* possam continuar a estudar.

¹¹ Maria Aparecida Moraes Silva (1989) distingue a migração de mulheres para a colheita do café daquela para os canaviais. Assinala que somente nos cafezais aparece a “ajuda” dos filhos pequenos, que com suas mães “*dividem o pano*”, bem como o costume das mulheres de carregar consigo bebês de colo, muitos ainda mamando no peito, e de deixá-los embaixo dos pés do café enquanto trabalham. Observa a autora, que a situação muda quando os deslocamentos são dirigidos aos canaviais, para onde as mulheres somente podem ir sem filhos, sem crianças, o que também nos mostra Silva Mam (1989) e Pereira (2007).

¹² Nota-se nos últimos anos uma sensível diminuição do número de crianças que acompanham seus pais, em especial as mães, nos cafezais do Sudeste. Por um lado, a cada ano diminui o número de fazendas de café que admitem a presença de crianças em seus alojamentos, como decorrência da crescente formalização dos contratos de trabalho e da maior fiscalização do trabalho. Por outro lado, e provavelmente o motivo central da diminuição da ida de crianças para os cafezais, foi a implantação do programa Bolsa-família pelo Governo Federal, que prevê o pagamento de um benefício financeiro mensal a famílias carentes. Pois, como requisitos para o recebimento desse benefício, além da comprovação da situação de carência econômica da família, é exigido dos pais que levem seus filhos regularmente aos Postos de Saúde e que assegurem a eles uma frequência mínima à escola. No caso da “migração para o café”, o período da colheita, que pode chegar a três meses, ultrapassa o número máximo de dias que os estudantes podem ficar fora da escola, segundo os requisitos do citado programa.

¹³ Moças é a forma local como se denominam mulheres solteiras.

¹⁴ Nesse caso, a maioria trabalhista, uma prescrição legal ditada pelo Poder Público, é incorporada por essas famílias e por elas reelaborada, passando a fazer sentido para a própria dinâmica da família, que, a partir disso, definem os que já podem migrar e aqueles que não devem ainda partir.

Mas há os que não *saem* para o café, os que ficam nas *fazendas*: as crianças, os idosos, os inválidos, os que *têm mérito* e os que *não têm coragem*. Não vão para o café por causa da pouca ou avançada idade, porque não têm condições físicas ou mentais, os deficientes e os doentes; também, não saem os que *têm mérito*, ou seja, uma pequena elite local formada por filhos de famílias abastadas ou por funcionários públicos.

E para *sair* é preciso também ter coragem. Coragem de *sair pelo mundo*¹⁵ e deixar a casa e os filhos para trás, de trocar um cotidiano conhecido no sertão onde se é “senhor” de sua vida, e principalmente de seu tempo de trabalho, pelo de um trabalhador rural temporário, que passa a laborar infindáveis horas que se transforma o tempo nos cafezais e que sofre em alojamentos frios e improvisados, onde vivem precariamente durante dois ou três meses. Trata-se de uma ideia de coragem associada com a de sofrimento; somente os que têm coragem para sofrer partem, os que não a têm *ficam parados*. Não *saem* para o café, ficam parados no tempo e no espaço, no compasso de espera dos que *sairam*, ficam *tristes* como o sertão.

Porém sofrimento existe também para os que ficam, que precisam enfrentar a solidão das *fazendas vazias*, lugares *tristes*, onde *o tempo não passa nunca*. Para os jovens ficar representar separar-se dos amigos e dos namorados que *sairam* não somente para trabalhar, mas também, como dizem, para *dar um passeio pros lado do café*, e ficar, na Bahia, só com os velhos e com as crianças, quase sempre é um aborrecimento nessa fase da vida.

De forma análoga ao que acontece com a produção agrícola e com a criação nas *fazendas sertanejas*, as *saídas para o café* pautam a organização das famílias camponesas de Aracatú, sendo várias as “combinações de estratégias de uso diversificado da mão de obra familiar” (SCOTT, 2009, p. 245). Um exemplo disso é o acionamento das redes familiares e de vizinhança visando a encontrar alguém para cuidar das pessoas e das coisas que ficam, uma prática presente em contextos camponeses regidos por relações de proximidade e interconhecimento (MENDRAS, 1978).

¹⁵ Outra expressão local que denomina deslocamento migratório.

OS ARREGIMENTADORES DO CAFÉ

A “migração para o café” não se faz individualmente ou em pequenos grupos de parentes e vizinhos, como acontecia nos anos 1970, quando os migrantes se aventuravam pelo “meio do mundo” (SCOTT, 2009). Trata-se mais propriamente de um negócio organizado, que tem o arregimentador de migrantes¹⁶ como figura central. É este quem segue na frente e faz o contato com os fazendeiros do café do Sudeste que demandam mão de obra temporária para seus cafezais; na sequência, ele volta à Aracatú, reúne sua turma de migrantes e organiza a viagem até os cafezais.

O arregimentador de migrantes é sempre um conterrâneo dos migrantes, um parente, um vizinho ou conhecido que age como um intermediário entre eles e os fazendeiros do café. Sua função é reunir os trabalhadores e levá-los para os cafezais, com os quais permanece durante o tempo da colheita, como o responsável pela *turma*. Ele não costuma trabalhar diretamente na colheita, embora, eventualmente, possa realizar também esta função quando necessário.

O pagamento dos trabalhadores da *turma* não é feito pelo arregimentador, função que cabe ao fazendeiro ou a um encarregado deste, mediante a apresentação dos vales¹⁷. Suas atribuições diferem, ainda, das do fiscal, um funcionário da própria fazenda e responsável pela escolha da área do cafezal a ser trabalhada, pela pesagem da colheita e pelo preenchimento diário dos vales para o pagamento dos trabalhadores.

Por isso, diferentemente dos fiscais, do gerente ou de qualquer outro funcionário da fazenda de café, o arregimentador é também migrante, embora ocupando um lugar hierárquico mais elevado. Assim como os demais integrantes da *turma* de migrantes o arregimentador é remunerado diretamente pelo dono da fazenda de café (ou por seus encarregados). Contudo, enquanto os primeiros têm o valor de sua remuneração calculada sobre a quantidade de café colhida, o arregimentador recebe um percentual

¹⁶ Embora muitas sejam as denominações que recebem as pessoas que arregimentam pessoas para o trabalho migrante temporário como, por exemplo, “gato” ou “turmeiro”, no contexto analisado, não havia uma única ou principal denominação que justificasse sua utilização neste texto. A opção, diante disso, foi utilizar uma denominação para este ofício, que é a de “arregimentador de migrantes”.

¹⁷ Os migrantes recebem diariamente do fiscal da fazenda um vale atestando a quantidade de café colhida.

sobre a quantidade total do café colhido, valor sempre mais elevado que o recebido pelos primeiros.

Analogamente ao referenciado pela literatura, em outros contextos migratórios (MACHADO, 1992; SILVA, 1999; SILVA, 2005), os arregimentadores de migrantes de Aracatú, normalmente, têm suas trajetórias de vida relacionadas ao trabalho rural. São de famílias camponesas que trabalham, ou já trabalharam, parte da vida com atividades agrícolas.

Ademais, como já mencionado na parte introdutória, o trabalho de arregimentar migrantes é um ofício que se transmite de pai para filho. Assim acontece há três gerações na família de Reinaldo. Primeiro, seu avô, depois, seu pai e tios, e, agora, ele que começa a *levar gente para o café*.

O avô de Reinaldo, seu Zé Mascate, começou a ser arregimentador de migrantes nos anos 1950, tornando-se, nos anos 1970, um dos mais prestigiados e ativos do ramo, em Aracatú. Uma notoriedade que guarda relação com o grande número de migrantes que agenciou para trabalhar fora de Aracatú, com o longo período que exerceu esse ofício e por ter sido um pioneiro em *localizar*¹⁸ aracatuenses na região de Artur Nogueira, SP, lugar fora da Bahia onde mora um grande número de famílias de Aracatú. Nos anos 1970, seu Zé Mascate começou a levar aracatuenses para o trabalho na colheita de laranja e algodão, na região de Artur Nogueira. Findas as colheitas nesta região, *uma grande parte retornou*, mas *uma pequena parte* ficou em Artur Nogueira, e *deu continuidade, foi trabalhando, foi desenvolvendo*. Foram esses que não retornaram, os primeiros aracatuenses que habitaram Artur Nogueira, e, depois, Campinas e outros municípios da região.

Atualmente, seu Zé Mascate está “aposentado”¹⁹ do ofício de arregimentar migrantes, conquanto continue atuante nos bastidores, cultivando suas relações com alguns fazendeiros do café, que continuam a demandar-lhe trabalhadores temporários, e transmitindo tais referências para os novos arregimentadores de sua família. Durante o “tempo do café”,

¹⁸ *Localizar* é uma expressão verbal utilizada por alguns arregimentadores que quer dizer alocar “sua” *turma* para trabalhar num dado local: numa região, numa fazenda, ou, ainda, num tipo de atividade, como, por exemplo, a colheita de laranja, café ou algodão.

¹⁹ Estar aposentado significa, no dizer local, estar afastado, depois de muitos anos, do trabalho de chefe de *turma*, e não necessariamente estar recebendo o benefício da aposentadoria.

seu Zé Mascate não (mais) segue para os cafezais do Sudeste para tomar conta das *turmas* de migrantes, mas muda-se, com a esposa, de sua casa de Artur Nogueira, para sua casa na *fazenda* de Aracatú. Assim procede para cuidar da *fazenda* da família em substituição aos dois filhos que todos os anos *saem* para o café. Filhos para os quais ensinou e passou seu ofício. Um deles é Jaime, pai de Reinaldo.

Zé Mascate: O Jaime tem 11 anos que eu coloquei ele na fazenda Monte D'Este, em Campinas, chegando em Campinas; e ele traz, ele trazia 100 pessoas, depois a passagem ficou cara, que é a fazenda que paga, aí ele diminuiu trazer 60, 50 e aí intera aqui 80 pessoas.

Entrevistadora: E como é que se organiza, os fazendeiros já conhecem as pessoas e aí eles...?

Z: Os fazendeiros conhecem a nós, principalmente, né. Então, através de nós manda nós trazer tantas pessoas, e aí a gente pega as pessoas e já traz. Lá classifica as pessoas melhor de serviço e já traz pra eles. Aí essas fazendas, que nem essa fazenda que Jaime trabalha aqui [Monte D'Este, em Campinas], o fazendeiro dá passagem pra buscar e dá pra levar. Porque eles ganha só paga mesmo as despesas de fora.

(Entrevista com Zé Mascate, Artur Nogueira, março de 2007).

Depois de seu Zé Mascate e de seu filho Jaime, o ofício de arregimentar migrantes chega à terceira geração na família, com o ingresso de Reinaldo, o primogênito de Jaime, no “negócio” familiar. Isso aconteceu em 2008, quando Jaime foi eleito vereador em Aracatú. Em seu lugar, colocou Reinaldo, então, com 20 anos, que, sob sua supervisão, passou a chefiar o *peçoal do café*. Porém, mesmo antes de Reinaldo ter-se tornado o chefe da *turma*, já havia trabalhado durante alguns anos na mesma fazenda de Campinas, tendo o pai como seu chefe e professor.

Os arregimentadores de migrantes começam trabalhando para outras pessoas e, depois, mudam de categoria, passando de trabalhadores de *turma* a uma posição hierarquicamente superior, dotada de maior prestígio e poder, que é a de chefe da *turma* (ou de arregimentador de migrantes). Porém essa passagem não é fácil para todos, ou, ao menos, é mais difícil para uns que para outros. Para os “novatos” no ofício, ou seja, para aqueles que não possuem pai ou parente próximo que lhes transmita o ofício, essa passagem mostra-se mais difícil e demorada.

Para ser um arregimentador de migrantes é necessário ter uma relação direta com os proprietários das fazendas de café (ou com seu gerente) para onde se pretende levar os migrantes. Relações que chegam a durar vários anos e são responsáveis pelos sucessivos retornos de “sua” *turma* às mesmas fazendas, criando-se uma espécie de exclusividade de mercado para os que já são chefes de *turma* em relação aos “novatos”. Por isso, para o ingresso dos “novatos” no ofício é exigida sua inserção nas redes tecidas entre as famílias “veteranas” no ofício e os fazendeiros do café, ou, ao menos, que eles próprios tenham novas redes, caminho bem mais difícil que o trilhado pelos que herdaram o ofício de um parente mais velho. Transcreve-se, a seguir, o relato do ingresso de um “novato” no ofício de arregimentar migrantes.

Primeiro eu fui dois anos em Ibiraci [Minas Gerais] trabalhar com um turmeiro com nome de Joel Fernandes. Aí trabalhei, fiz duas safras com ele, dois anos seguintes. Aí no outro ano, eu resolvi mudar de local, assim, de cidade. Fui pra Patrocínio, eu e meu padrinho Ildefonso. A gente foi sem rumo, não conhecia ninguém, falou assim “A gente vai lá ver se arruma um serviço lá”. A gente foi! Chegando lá, como a gente não tinha conhecimento, ficava difícil. Se informava de um, mas o pessoal desconfiava da gente porque já tinha passado muitas pessoas lá que já tinha, vamos dizer assim, colocado o patrão – com mais concreto – no pau. Trabalhava uma semana, depois queria direito de serviço. Então os patrão ficava com medo de pegar pessoas que não conhecia. Foi o que aconteceu com a gente. Aí, nós ficamos lá sete dias [...] Nesse ano a gente não conseguiu nada! A gente voltou pra trás sem arrumar serviço nenhum.

Depois que eu cheguei aqui de volta [em Aracatú], foi que eu tinha um tio meu, Lausino, que tava trabalhando lá, depois de Patrocínio, foi que me ligou que tinha uma fazenda lá que tava precisando de gente, se eu não queria levar.

Como eu já tinha feito essa despesa toda, Ildefonso disse assim “vamos levar”, aí nós pegamos um bocado de gente aqui, quarenta e cinco pessoas, e levamos. Chegando lá, foi uma negação. A gente pensou que a gente ia pra uma fazenda, morar na fazenda. Chegando lá, esse tio nosso tinha mentido pra nós que era pra fazenda. E nem era pra trabalhar pra um fazendeiro, era pra um gato²⁰. Era o gato que tava precisando, não era o fazendeiro. Aí, nós chegamos nessa cidade, não tinha casa pra morar! Nós pensamos até voltar no mesmo ônibus pra aqui, porque o ônibus a gente tinha arrumado aqui em Aracatú. Nós ainda pediu ao rapaz do ônibus,

²⁰ Note-se que “gato” nessa descrição é alguém externo às redes de relacionamento dos aracatuenses, uma terceira pessoa que se coloca como intermediário entre o arregimentador e o fazendeiro que emprega os migrantes.

que era conhecido da gente, pra segurar um pouco pra ver porque se não desse, se não arrumasse casa, no meio da rua a gente não ira ficar, né?! Com quarenta e tantas pessoas, tinha até criança no meio!

Aí, esse gato saiu na cidade junto com esse Lausino, que é tio meu, que tava trabalhando com ele, foi que conseguiu duas casinhas. Nós ficamos em quarenta e cinco pessoas em duas casas! Assim, você não podia nem mexer. Inclusive no bairro que a gente morou, nem água tinha [...]. Todo dia passava o caminhão, pegava a gente, ia pra fazenda. A gente trabalhava com mais de mil pessoas. A fazenda era enorme! Só que não era desse gato. O gato trabalhava nessa fazenda, sabe? A gente pensou que a gente ia direto com o fazendeiro, porque a gente não... Se a gente soubesse daqui que a gente ia trabalhar com gato, nós não ia. Mas esse tio nosso falou que nós ia trabalhar direto na fazenda, morar na fazenda.

Ma até que deu pra gente ganhar um dinheirinho que deu pra ir embora.

Aí no outro ano eu voltei de novo, lá pra Patrocínio. Ai eu fui só. Ai eu cheguei lá, deu certo que eu conheci esse... Aliás, eu daqui de Aracatú, eu já fui com o telefone desse tal de Vitalino, que é esse que eu trabalhei sete anos. Ai, cheguei lá, liguei pra ele, deu certo que ele tava precisando de gente. Ai, a gente foi na fazenda, começamos a trabalhar. Ai fiquei com ele sete anos (Entrevista com Régis, motorista de ônibus escolar e agricultor, 37 anos, Aracatú, abril de 2008).

Dialeticamente relacionado à posição social dos arregimentadores de migrantes, há o prestígio daquele que neste ofício é investido. De um lado, é preciso ter prestígio perante um grupo de migrantes (uma *turma*) para se tornar seu chefe; de outro, uma vez investido e atuante no ofício, tem-se seu prestígio perpetuado.

Os trabalhadores migrantes dependem dos arregimentadores para arrumar trabalho nas fazendas de café. Procurar lugar numa *turma* de migrantes é, portanto, a primeira providência necessária para *sair para o café*. Essa ação pode ser uma iniciativa dos próprios migrantes, que literalmente saem à procura de um arregimentador, como deste próprio que faz saber aos seus conhecidos, que procura pessoas para compor sua *turma*. De qualquer modo, o que importa é o fato da decisão final recair sempre no arregimentador, que tem o poder para decidir quem vai e quem fica.

Ter uma boa relação familiar, de vizinhança ou de proximidade com um arregimentador é a condição primeira para poder entrar numa

turma. Além disso, já ter trabalhado antes com um dado chefe, tendo cumprido diligentemente as obrigações de um bom trabalhador, aparece como condição para a renovação da sua vaga na *turma* do ano seguinte. A regra é a permanência, em anos seguidos, em *turmas* de um mesmo chefe, configurando-se uma espécie de fidelidade recíproca.

Inspirando-se nas análises de Lygia Sigaud (2004) acerca das relações entre os “moradores” dos engenhos e seus patrões, sugere-se existir, entre os arregimentadores e os trabalhadores migrantes que levam para a colheita do café, uma forma análoga de “dominação tradicional”²¹ weberiana. Uma modalidade de dominação exercida em virtude da dignidade do arregimentador e reiterada pela tradição e fidelidade dos migrantes em relação a ele. Um tipo de dominação pautada por valores morais e éticos²² característicos de sociedades camponesas, nas quais predominam as relações de interconhecimento e de proximidade.

Nesse sentido, há uma relação de dominação que nem sempre é percebida pelos migrantes, seja porque o arregimentador é alguém que lhes é próximo, a quem chamam pelo nome²³, alguém da família ou da vizinhança, seja por ser alguém que lhes proporciona uma vida melhor à medida que lhes arruma trabalho remunerado. Pode-se falar mesmo num sentimento de dívida dos migrantes em relação aos “generosos” arregimentadores, em razão da ajuda que deles recebem. Ajudas não encaradas como obrigações, mas como dons e que balizam e perpetuam o prestígio e o poder dos arregimentadores perante os migrantes, seus familiares e toda uma população que deles depende para *ganhar a vida* fora do sertão.

Ademais, o prestígio e o poder dos arregimentadores permeiam praticamente todas as esferas sociais de Aracatú. Ele não é somente aquele que *leva gente para o café*, mas é também um parente ou vizinho que tem ascensão sobre os demais. Não é raro, por exemplo, situações como a de

²¹ Cf. Max Weber (1964), a respeito dos três tipos de dominação: legal, tradicional e carismática.

²² Sobre o tema da autoridade moral dos arregimentadores de migrantes, ver também Menezes (1998).

²³ Embora escolhida a opção pelo termo arregimentador para referir-se, no texto, àquelas pessoas que reúnem os migrantes e os conduzem para o trabalho nos cafezais, observa-se que este termo não é o corrente dentre as famílias de Aracatú (o mesmo não ocorrendo com o termo “gato”, tão presente em outros contextos e situações migratórias brasileiras). O mais comum em Aracatú é chamar essa pessoa (o arregimentador de migrantes) pelo seu próprio nome, que, como mencionado anteriormente, é uma expressão da relação de proximidade que existe entre esses e os trabalhadores de sua turma.

Jaime, pai de Reinaldo, que de arregimentador ascende a cargos políticos no local de origem.

Portanto ser arregimentador ou chefe de *turma* de migrantes é tornar-se “chefe de turma”, é deixar a categoria de trabalhador agenciado por outrem para se tornar aquele que leva “sua” própria *turma* para o café. Um ofício aprendido na prática e que, não raro, é um “negócio de família”. Um ofício rodeado de prestígio, poder, obrigações e dons.

A LIDA E A VIDA NO CAFÉ

Depois de acertado com um arregimentador a vaga na *turma* que em breve irá para o café, o próximo passo é ajeitar a bagagem. O embarque acontece na sede urbana de Aracatú, onde, no dia marcado para a viagem, pode-se ver, desde bem cedo, migrantes e suas muitas malas, sacolas, caixas, latões²⁴ e colchões. Levam roupas, apetrechos para cozinha e para alimentação nos cafezais, como garrafas e marmitas térmicas, mantimentos para a viagem e primeiros dias no alojamento e, por fim, mas não menos importante, os presentes para os parentes que moram em *São Paulo*²⁵.

São muitas as fazendas de café onde trabalham aracatuenses, a maioria delas localizada no sul de Minas Gerais, nos municípios de Machado, Paraguaçu e Ibiraci. Outros aracatuenses, nunca mais de oitenta ou cem pessoas nos *anos bons*²⁶, integram a *turma* que segue para a fazenda Monte D’Este em Campinas, SP. Jaime, pai de Reinaldo, é o chefe da *turma*, que, há mais de uma década, leva moradores de Aracatú para os cafezais de Campinas, mais especificamente para a fazenda Monte D’Este. Há uma relação de confiança entre o gerente desta fazenda e Jaime, que

²⁴ Nesses latões, os aracatuenses transportam carnes de porco ou de bode salgadas para serem consumidas nos alojamentos e, principalmente, para serem dadas aos parentes que moram fora.

²⁵ Ao mencionarem São Paulo, os interlocutores estão se referindo a cidades do interior do estado, especialmente Campinas e Artur Nogueira, esta alcunhada também de ‘Artur Baiana’, e não exatamente (ou somente) a capital, esta, aliás, destino atualmente pouco procurado pelos aracatuenses. Nesse sentido, utiliza-se a denominação neste texto. Utilizado neste sentido, o termo São Paulo tem um significado análogo ao termo Sul, trazido por Afrânio Garcia Júnior (1989), em sua pesquisa realizada com migrantes paraibanos, ou seja, refere-se a um local na região Sudeste brasileira, para onde se costuma migrar em busca de melhores condições de vida, em especial, de um trabalho remunerado, e, ainda, um local interligado com o de sua região de origem por redes de relações formadas entre os migrantes e os que ficaram.

²⁶ Ano bom é aquele em que a produção de café foi boa, e quando há mais trabalho disponível aos trabalhadores migrantes.

garante ao segundo exclusividade como arregimentador de migrantes para o local, relação existente também entre Jaime e os conterrâneos que compõem sua turma, que pouco se alternam de um ano ao outro.

As *turmas* de migrantes que rumam para uma determinada fazenda de café são constituídas comumente por grupos familiares ou de vizinhança. Na *turma* que *sai* todos os anos para fazenda de Campinas, esses pequenos grupos transparecem, por exemplo, na forma como ficam alojados na fazenda.

A disposição no alojamento dos migrantes obedece, sempre que possível, ao critério familiar. Em cada habitação, ou em cada quarto localizado em seu interior, dormem e comem juntas pessoas de uma mesma família extensa. Outrossim, pertencer a uma *fazenda* específica de Aracatú é outro critério que pode definir os companheiros de alojamento, mesmo porque é comum a coincidência entre um mesmo grupo familiar e uma mesma *fazenda* de origem. Há ainda, contextos em que as pessoas, embora de uma mesma família, sejam provenientes de diferentes *fazendas*²⁷, no entanto ficam alojadas numa mesma casa ou mesmo quarto, prevalecendo nestes casos o fator parentesco.

Quando há rapazes que se deslocam sem seus pais, ou homens casados sem as respectivas esposas²⁸, o mais comum é se agruparem em quartos separados ou, em havendo muitos migrantes nessa condição, em uma mesma habitação, distinta das outras onde ficam alojados grupos familiares.

A lida nos cafezais acontece de segunda a sábado. Salvo situações excepcionais como, por exemplo, quando há atraso na colheita e os dias de folga ficam prejudicados, os migrantes têm o descanso semanal aos sábados à tarde e aos domingos. Dias de descanso que para as mulheres significam

²⁷ O fato de haver pessoas de uma mesma família provenientes de diferentes *fazendas* é uma decorrência das transações fundiárias que as famílias sempre realizaram em Aracatú (local de origem), práticas estas que fazem parte de suas estratégias de vida, que são muito comuns quando há filhos em vias de casar que precisam de novas terras para morar e trabalhar, no sentido mesmo do adágio popular “quem casa, quer casa”.

²⁸ Os casos encontrados de homens casados que *sairam* sozinhos são aqueles em que as esposas ficaram na Bahia, inexistindo situações em que o marido e mulher viajam separadamente, em diferentes *turmas*, para diferentes fazendas de café. Portanto, se a mulher migra, o que é comum dentre as famílias de Aracatú, é sempre acompanhada do marido ou de outros parentes quando é este quem não *sai*.

dias de trabalho mais intenso nos alojamentos, pois é quando se dedicam aos afazeres domésticos que não tiveram tempo de realizar durante a semana.

No primeiro sábado após o recebimento do salário, os migrantes costumam *fazer feira* em Campinas, ou seja, comprar alimentos e artigos de limpeza indispensáveis à manutenção nos alojamentos.

O domingo é também o dia reservado para receber, nas fazendas de café²⁹, a visita de parentes e conterrâneos de *São Paulo*. Os alojamentos de migrantes aparecem como os lugares onde preferencialmente ocorrem esses encontros. Isso se explica, de um lado, porque são lugares no interior das fazendas de café onde os trabalhadores migrantes têm permissão para receber visitas, mas, de outro, porque os alojamentos acabam se estruturando, mesmo que temporariamente, como um lugar da família e, sendo assim, o lugar de receber visitas. Desta feita, de um lugar de trabalho nos dias de semana, a fazenda de café (ou ao menos os alojamentos de migrantes no interior destas) transforma-se num lugar de encontro de parentes.

Durante as visitas, há sempre trocas de presentes e, principalmente, de notícias, de cá e de lá. Para os parentes de *São Paulo* os “migrantes do café” trazem presentes da Bahia, constituídos basicamente por gêneros alimentícios produzidos na própria *fazenda* da família, ou comprados nos mercados e feiras de Aracatú. Presentes dotados de um significado mais amplo que o de bens materiais, pois são capazes de transportarem consigo um pouco do sertão para aqueles que de lá, há mais tempo, *sairam* (os parentes de *São Paulo*). Num sentido contrário, os “migrantes do café” são presenteados pelos visitantes com artigos adquiridos em casas comerciais de Campinas e região, normalmente itens de vestuário e artigos para casa.

Finalizado o período de trabalho nos cafezais, a última semana antes de retornar às *fazendas* da Bahia fica reservada para as visitas às casas dos parentes de *São Paulo*, em Campinas e em Artur Nogueira. Uma semana que é também dedicada às compras. Adquirem no comércio local produtos para si e para presentear familiares e vizinhos que ficaram em Aracatú. Roupas, sapatos, lençóis e toalhas são alguns dos itens comuns

²⁹ No caso das fazendas do sul de Minas Gerais, por serem mais distantes de Campinas e Artur Nogueira, onde vivem os parentes de *São Paulo*, as visitas costumam chegar no sábado e pernoitar nos alojamentos junto com os migrantes do café.

em suas sacolas de compras, ao lado dos aparelhos de som, televisores, aparelhos de DVD e telefones celulares. Presentes estes que devem ser compreendidos como dádivas, dadas, recebidas e retribuídas dentro de um sistema familiar – e camponês – de trocas obrigatórias (MAUSS, 1988). Trocas que se apresentam como centrais à tessitura e atualização das redes familiares pelas quais circulam os presentes, e, principalmente, por onde circulam as pessoas em seus trajetos migratórios.

CONCLUSÃO

As famílias camponesas de Aracatú convivem há mais de meio século com práticas migratórias. Nos movimentos de ir e vir pelo espaço, alguns de seus membros *saem* em direção a Campinas, Artur Nogueira e outras cidades do interior paulista, enquanto outros permaneceram nas *fazendas* da Bahia, como guardiões da terra familiar.

Desde a década de 1990, a “migração para o café” tem se tornado a principal modalidade migratória para as famílias camponesas, representando uma alternativa importante na manutenção da vida nas *fazendas* familiares do sertão. Com o dinheiro que auferem no trabalho temporário no café, *fazem a feira do ano*, que é como dizem que conseguem dinheiro para passar o ano todo no sertão.

Para os mais jovens, em especial, a “migração para o café” tem se configurado uma estratégia importante de ascensão à vida adulta. Um caminho migratório temporário que não exige o abandono indefinido da vida do sertão, pois, neste trabalho, ausentam-se de casa somente de três a quatro meses durante o ano – o “tempo do café”. Com o dinheiro que ganham no café, os jovens vêm conseguindo adquirir parcelas de terra, construir casa, *botar roça* e, a partir desses elementos, ser capazes, dentro de uma lógica camponesa na qual estão imersos, de constituir um novo núcleo familiar fora da casa dos pais.

Mas, para além de representar uma alternativa de trabalho e renda para as famílias camponesas de Aracatú, observa-se que suas práticas migratórias estão organizadas dentro de uma lógica própria a grupos e a sociedades camponesas, caracterizadas por relações de proximidade e

confiança, mediadas, muitas vezes, por poderosos locais, como é o caso do papel desempenhado pelo arregimentador de migrantes.

Por fim, e fechando uma espécie de ciclo analítico, a sugestão é que se comece a pensar as práticas migratórias camponesas como estratégias de reprodução de uma campesinidade, entendida como uma subjetividade e uma cosmologia presente em famílias camponesas (WOORTMANN, 1990; 2009). Uma “subjetividade” configurada para além de um modo de vida camponês, objetivado classicamente no trabalho da família camponesa e numa terra familiar, mas como uma lógica própria que rege não importa qual forma de trabalho e de vida camponesa. Isso aparece no contexto empírico ora analisado, onde famílias camponesas e migrantes deixam de trabalhar suas próprias terras, optando pelo trabalho assalariado e temporário em fazendas de café do Sudeste sem, contudo, deixarem de ser regidas por uma lógica camponesa, esta mesma que argumenta-se ser reproduzida no processo migratório vivenciado historicamente por essas mesmas famílias.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correia de Andrade. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- DURHAM, Eunice. Migrantes rurais In: THOMAZ, O. R. *A dinâmica da cultura – ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2004. p. 181-201.
- _____. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- ELIAS, Nobert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- EVANS- PRITCHARD, E.Edward. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, [1940]2002.
- GARCIA JUNIOR., Afrânio. *O sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Universidade de Brasília/MCT/CNPq, 1989.
- LOERA, Nashieli Rangel. *Tempo de Acampamento*. 2009. Tese (Doutorado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP, 2009.
- MACHADO, Eduardo. *Trajetórias da migração rural da Bahia*. 1992. Tese (Doutorado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP, 1992.
- MANDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito. África contemporânea y el legado del colonialismo tardío*. México: Siglo XXI, 1998.

- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, [1923-1924]1988.
- _____. Essai sur les variations saisonnières des sociétés Eskimos. Étude de morphologie sociale In *SOCIOLOGIE e Anthropologie*. Paris: Quadrige, Presses Universitaires de France, [1904-05] 2003.
- MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MENEZES, Marilda Aparecida. *Redes e enredos nas trilhas dos imigrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro/João Pessoa: Relume-Dumara/EDUEPB, 2002.
- _____. Interações sociais em alojamentos de trabalhadores migrantes (o caso dos 'corumbas' na plantation canavieira de Pernambuco). In: *XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, de 27 a 30 de outubro de 1998, Caxambu, MG, mimeo.
- NOGUEIRA, Verena Sevá. *Sair pelo mundo*. A conformação de uma territorialidade camponesa. 2010. Tese (Doutorado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP, 2010.
- PEREIRA, José Carlos Alves. *À procura de viver bem: jovens rurais entre campo e cidade / dissertação de mestrado*. Campinas, SP: [s.n.], 2007.
- SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (Parte II). *Mana*, v.2, n.3, p. 103-150, 1997a.
- _____. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (Parte I). *Mana*, v. 1, n. 3, p. 41-73, 1997b.
- SAYAD, Abdelmalek. Elghorba: o mecanismo de reprodução da imigração In: SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. p. 25-44.
- _____. Uma família deslocada In: BOURDIEU, P. (Dir.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 35-51.
- SCOTT, Russel Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o "cativo" e o "meio do mundo" In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. São Paulo/Brasília, DF: Unesp/Nead, 2009. v.2. p. 245-267.
- SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. *Mana*, v. 1, n. 10, p. 131-163, 2004.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação editora UNESP, 1999.
- SILVA, Vanda Aparecida da. *Menina carregando menino...: sexualidade e família entre jovens de origem rural num município do Vale do Jequitinhonha (MG)*. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP, 2005.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo- RS: UPE, 2001.

WEBER, Max. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo/Brasília: Hucitec-Edunb, 1995.

WOORTMANN, Klas. Migração, família e campesinato In: WELCH, Clifford Andrew *et al.* (Orgs.) *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, São Paulo/Brasília: Unesp/Nead, 2009. v.1. p. 217-238.

_____. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. In: *ANUÁRIO Antropológico 87*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p. 11-73.

AS IMPLICAÇÕES DA MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA PARA AS COMUNIDADES DE ORIGEM DOS CORTADORES DE CANA¹

Juliana Biondi Guanais²

O presente trabalho tem por objetivo principal demonstrar a relação existente entre o dinheiro obtido a partir da migração temporária e a melhoria material das comunidades de origem de trabalhadores rurais. Para consecução de tal propósito a análise aqui empreendida tomará como base a pesquisa realizada junto aos trabalhadores do corte da cana ligados à Usina Açucareira Ester S.A. (localizada em Cosmópolis, interior de São Paulo), no período de 2008 e 2010³.

¹ O título original do texto apresentado no I Seminário Migrações e Cultura é: As implicações da migração temporária para as comunidades de origem dos cortadores de cana: A relação entre o salário recebido e a melhoria das condições materiais de vida. (Nota dos organizadores)

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: jupitt16@yahoo.com.br

³ A referida pesquisa deu origem à dissertação de mestrado da autora: GUANAIS, Juliana Biondi. *No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis-SP*. 2010. 232fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010. Vale mencionar que a pesquisa contou com financiamento da FAPESP, entre os anos de 2008 e 2010.

Antes de dar início à análise, faz-se importante abordar – ainda que de uma maneira breve e sintética – sobre quem são essas pessoas que buscam trabalho nas usinas de cana-de-açúcar, de onde partem, para aonde vão e os motivos que impulsionam estes deslocamentos.

Em geral, os cortadores de cana são migrantes de outras regiões do país – principalmente do Nordeste e do norte de Minas Gerais – que vão trabalhar para as usinas de açúcar e álcool localizadas, sobretudo, no interior do estado de São Paulo⁴. Na grande maioria dos casos, esses trabalhadores são do sexo masculino e jovens e acabam por se deslocar quase todos os anos a partir do mês de março (ou abril, dependendo da data do início da safra) para as cidades em que irão trabalhar. Os migrantes permanecem, em média, de oito a dez meses nestas localidades, residindo nos alojamentos coletivos das usinas, nas pensões das “cidades-dormitórios”, ou em casas alugadas; então, retornando para sua terra natal somente no final de novembro ou dezembro, após o término da safra.⁵

Geralmente, essa força de trabalho é recrutada pelos “gatos”, os responsáveis pela contratação dos trabalhadores em suas próprias regiões de origem. Encontrando-se destituídos de meios reais de sobrevivência em sua terra natal e, muitas vezes, sem qualquer tipo de alternativa, os trabalhadores veem-se obrigados a aceitar o trabalho no corte da cana nas diferentes usinas do país por ser essa uma atividade que acaba por assegurar uma renda e, conseqüentemente, a sobrevivência pessoal e de suas famílias.

Em seus estudos sobre as migrações do campo para a cidade, Eunice Durham (1884; 2004) pondera que tais deslocamentos não decorrem, em geral, de uma situação anormal de fome ou miséria, ao contrário, para a autora, a migração aparece como uma resposta às condições normais de existência. “O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que ‘não pode melhorar de vida’, isto é, que a sua miséria é uma condição permanente. Isto não quer dizer que calamidades naturais ou acidentes não sejam fatores que precipitem a emigração” (DURHAM, 2004, p.170). Ou

⁴ É importante assinalar que, com a atual expansão dessas usinas, as mesmas vêm se alocando em outras regiões, que não aquelas tradicionalmente utilizadas, como Mato Grosso, Rio de Janeiro, Goiás e sul de Minas Gerais, o que acaba por alterar a cartografia dos movimentos migratórios.

⁵ A temática da migração foi bastante trabalhada em SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Unesp, 1999; e MENEZES, Marilda Aparecida de. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: Um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro/João Pessoa, PB: Relume Dumará/EDUF, 2002.

seja, na opinião da autora, na maioria das vezes, a migração é impulsionada por uma situação desfavorável que é vista como permanente pelos próprios trabalhadores. Nas palavras da autora:

Os migrantes explicam sempre a migração como uma tentativa de “melhorar de vida” [...] Limitam-se em geral a dizer que migraram porque “a vida lá era difícil”, “não tinha emprego”, “pagavam pouco” [...] a emigração é provocada por tensões que se manifestam no campo econômico e se traduzem em salários baixos, rendimento insuficiente da produção agrícola e falta de emprego remunerado como alternativa [...] O trabalhador abandona a zona rural ou os pequenos centros urbanos quando percebe que “não pode melhorar de vida”, isto é, que sua miséria é uma condição permanente [...] A esses aspectos negativos se opõe a expectativa positiva das possibilidades que a vida urbana na agricultura “do sul” poderão propiciar (DURHAM, 2004, p. 188).

A realidade específica dos trabalhadores rurais que buscam o assalariamento nas usinas de açúcar e álcool, também, pode ser lida à luz das reflexões de Durham. Da mesma forma que os trabalhadores entrevistados pela autora nas décadas de 1960 e 1970, a maior parte dos cortadores de cana dos dias de hoje, também, deixou sua região de origem em busca de emprego, emprego esse que dificilmente é encontrado em sua terra natal. Sem trabalho, remuneração, muitos trabalhadores buscam serviço em outras regiões do país, e o trabalho no corte de cana aparece como uma das alternativas. Assim, diante da necessidade de viver da venda de sua força de trabalho, os trabalhadores rurais buscam o “mundo do emprego”, universo esse que não está em seu universo local, mas em outra região. A alternativa para tais pessoas é migrar, é “ir para o Sul” (GARCIA JR., 1989, p. 202)⁶.

⁶ É importante dizer que há todo um debate em torno dos sentidos e dos significados da migração, o qual infelizmente não poderá ser aqui reproduzido em função dos limites do presente artigo. Entretanto, faz-se necessário, pelo menos, delinear alguns aspectos deste debate. Para alguns pesquisadores (LOPES, 1971; SINGER, 1973; DURHAM, 1984), as migrações resumem-se à transferência de força de trabalho entre as regiões menos desenvolvidas – expulsoras – e as mais desenvolvidas, onde atuam fatores de atração; ou entre setores arcaicos e modernos, de forma que os agentes sociais aparecem como seres passivos de um processo determinado exteriormente pela estrutura social, ou pelo processo de acumulação capitalista. Já para outros pesquisadores (GARCIA, 1989; MENEZES, 1985; 2002), as migrações não podem ser vistas somente como resultado da inviabilidade das condições de existência dos camponeses, pois são partes integrantes de suas próprias práticas de reprodução. De acordo com essa segunda interpretação, os migrantes não são agentes passivos dos fatores de “expulsão” ou “atração”, mas participam ativamente de um processo, que não é exatamente o processo migratório, mas sim o de reprodução de suas condições de vida. “Os migrantes rurais nordestinos não foram apenas reflexo de forças econômicas determinadas externamente, embora estivessem imersos nelas. Eles

Em seu estudo, Garcia Jr. (1989) demonstrou que o assalariamento temporário nos centros urbanos (em geral, no sudeste do país) é visto, pelos próprios trabalhadores rurais, como uma estratégia de reprodução de sua condição camponesa. “*Tr para o Sul*”, como dizem os trabalhadores, tornou-se uma possibilidade para os mesmos desde o final dos anos de 1940, uma vez que o deslocamento dos homens da unidade doméstica permitia reequilibrar o orçamento familiar em ano de “inverno ruim” (variações adversas no clima e na produtividade do ciclo agrícola) ou quando houvesse necessidade maior de dinheiro. “O trabalho remunerado, no *Sul*, dos homens da unidade doméstica permitia obter a renda necessária para fornecer a *feira*⁷ dos membros da unidade doméstica que permaneciam no Norte” (GARCIA JR., 1989, p. 151) (sem grifo no original).

Além de significar uma remuneração regular que não depende das flutuações do ciclo agrícola, para esses homens, o emprego no “Sul” representa também uma renda monetária superior aos rendimentos obtidos na agricultura do “Norte”, e, por isso, é muito valorizado. Assim, tanto para quem pensa em ficar no “Norte” como para quem pensa em mudar-se de forma definitiva para o “Sul”, o assalariamento temporário no sudeste apresenta-se como uma fase necessária do ciclo de vida (GARCIA JR., 1989).

Mas, a despeito da migração ser considerada, pelos trabalhadores, como uma das únicas alternativas de sobrevivência, a mesma não deixa de estar associada a uma expectativa positiva relacionada com a possibilidade de mudança de vida. A migração traz para os agentes sociais envolvidos a chance de “melhorar de vida”, de “viver com mais conforto” e de “ganhar mais”. Nas palavras de Silva e Menezes (2006, p.5-6).

A migração, enquanto processo, responde às necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também às necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida). A compreensão dessa dialética afasta os dualismos e as excludências, no sentido de que o real, o palpável, é verdadeiro;

também foram agentes do seu próprio movimento e dessa forma, através de estratégias diversas, contribuíram na moldagem do processo migratório” (SILVA; MENEZES, 2006, p. 5).

⁷ De acordo com o autor, as *feiras* são o espaço em que os indivíduos negociam e onde adquirem produtos para o consumo da unidade doméstica a que pertencem. O consumo doméstico semanal está, portanto, materializado nas feiras. Sobre a importância das feiras para a reprodução dos trabalhadores rurais nordestinos, ver GARCIA, Marie France Claudine. *Feira dos trabalhadores rurais: as feiras do Brejo e do Agreste paraibano*. 1984. 237fls. Tese (Doutorado em Antropologia Social) UFRJ – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1984.

e o irreal, o invisível, é falso. As representações sociais (símbolos, imaginário) são elementos do real, portanto necessários. A ilusão é necessária e ela se apóia sobre uma base social.

Assim, premidos pela necessidade de sobreviver, mas sempre acompanhados de sonhos e expectativas, todos os anos, milhares de homens migram com destino às cidades em que irão trabalhar como cortadores de cana. É importante ressaltar que raramente esses trabalhadores abandonam suas terras com intenção inicial de nunca mais regressar⁸. Na maioria das vezes, esses homens migram com o objetivo de formar um pecúlio, isto é, uma reserva a ser aplicada em seu local de origem quando voltarem. O envio de dinheiro à família que não migrou também é outra importante motivação da migração temporária⁹.

Isso faz sentido ao lembrar que, em geral, não é a família inteira que migra, mas somente parte dela. Como mencionado anteriormente, normalmente, os homens que se deslocam, ficando as mulheres, as crianças e os idosos nas comunidades de origem. A opção pela migração de poucos membros do grupo familiar dá-se pelas dificuldades e custos de transporte, moradia e manutenção nas regiões de destino, que implicam em altíssimos gastos para os trabalhadores. O mais comum é que o marido migre primeiro, deixando a família com os demais parentes. Em alguns casos, só depois de conseguir obter uma colocação relativamente estável e minimamente rendosa, é que aquele que migrou tem a oportunidade de ir buscar o restante da família para residir consigo (DURHAM, 1984; 2004; GARCIA JR. 1989)¹⁰.

Todavia quer que se trate da movimentação de indivíduos ou de famílias, a direção do deslocamento depende, em grande medida, da tradição migratória do grupo de relações primárias original (DURHAM,

⁸ “O migrante não abandona a origem para se integrar no destino, ao contrário, a migração representa um ponto de contato permanente entre um e outro local” (SILVA; MENEZES, 2006, p. 6).

⁹ “A migração e o projeto de ascensão social que a motiva são, portanto, empreendimentos familiares [...] A possibilidade de ascensão de um membro da família representa uma melhoria no nível de vida de todos, na medida em que se conserva a unidade do grupo doméstico” (DURHAM, 1984, p. 210-211).

¹⁰ Neste ponto, é importante mencionar que, no caso específico dos cortadores de cana, a migração da família inteira é muito difícil de ocorrer. Isso porque aqueles homens que vão trabalhar como cortadores de cana para as usinas e que levam suas esposas para residir consigo durante o período da safra são obrigados a alugar casas nas cidades de destino, já que são impossibilitados de residir nos alojamentos cedidos pelas usinas pelo fato de estarem acompanhados. Isso faz com que fique ainda mais caro se manter nas cidades de destino, uma vez que não somente o aluguel, mas todos os custos se multiplicam pelo número de familiares que residem juntos.

1984; 2004; MENEZES, 2002). Em geral, as pessoas migram para as localidades onde têm conterrâneos, amigos ou parentes, ou para locais que lhes foram indicados por outros. De acordo com Durham (1984), mesmo as migrações que implicam em mudanças radicais de estilos de vida “[...] são efetuadas dentro de um universo de referência organizado nos moldes da comunidade rural. Vai-se para onde está a família do irmão do pai, os antigos vizinhos, os amigos de infância” (DURHAM, 1984, p. 135).

E a migração para o trabalho no corte da cana não é diferente. Em muitos casos, aqueles que já atuaram alguma vez como cortadores de cana indicam aos amigos as usinas em que trabalharam¹¹, os turmeiros que os recrutaram, os locais de saída dos ônibus¹², etc. Formam-se redes de informações e de solidariedade entre os migrantes, redes essas que permitem não só a comunicação e a troca de informações entre eles, mas também o auxílio mútuo (MENEZES, 2002; NOGUEIRA, 2010). Em seu estudo sobre os camponeses-trabalhadores migrantes, Marilda Menezes (2002) analisou as várias formas de redes estabelecidas entre os mesmos. Para a autora:

O grupo analisado está envolvido não apenas com migração sazonal para a plantation canavieira, mas também com migrações de longa distância e duração, em geral para cidades no Sudeste do Brasil. Aqueles que se deslocam mantêm-se em contato com a família, através de uma variedade de formas de comunicação. Uma destas é a circulação de pessoas, através das quais se enviam dinheiro ou outras mercadorias. Os que migram pela primeira vez são acompanhados por amigos ou parentes e aqueles que retornam gastam a maior parte do tempo visitando colegas e familiares. Todas essas interações sociais atuam como canais difusos para a comunicação das experiências dos migrantes (MENEZES, 2002, p. 109).

¹¹ A esse respeito, escreveu Durham: “É frequente o fato de possuir parentes no local que determina a escolha do destino. O migrante que abandona a zona rural [...] é levado a escolher baseado mais na proximidade das relações sociais do que na proximidade física ou compatibilidade das atividades econômicas que espera exercer. Quando o trabalhador rural se desloca à procura de emprego, segue as rotas que foram seguidas por parentes e amigos antes dele” (DURHAM, 1984, p. 137).

¹² Os “locais de saída dos ônibus” são os lugares nas comunidades de origem em que os trabalhadores que irão migrar para o corte da cana se reúnem para partir em direção as cidades em que vão trabalhar.

NAS CIDADES DE DESTINO: O TRABALHO NAS USINAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

Após viajarem durante dias de ônibus¹³, os trabalhadores chegam às cidades em que vão atuar como cortadores de cana. Os que vão pela primeira vez ficam assustados com as altas exigências do trabalho, com os altos níveis de produtividade a serem atingidos e com as péssimas condições de trabalho. O trabalho nas usinas não “é moleza”, nem “um jeito fácil de ganhar dinheiro”, como muitas vezes dizem os “gatos”, na tentativa de convencer centenas de homens a migrar para trabalhar como cortadores de cana.

O ritmo frenético da produção, as várias formas de exploração às quais estão submetidos os trabalhadores (tais como os roubos na pesagem da cana), as enormes e variadas cobranças sobre a qualidade do serviço a ser executado, os baixos salários (que são mínimos quando comparados ao tipo de atividade que desempenham), as condições precárias de moradia e de alimentação, o tratamento ríspido que recebem de seus superiores e também a imposição de metas de produtividade, todos esses fatores somados compõem o cenário encontrado pelos trabalhadores rurais e farão parte de seu cotidiano durante todos os meses da safra.

Para que os leitores possam ter uma real dimensão das condições precárias a que estão submetidos os trabalhadores do corte da cana, a seguir, estão transcritos, na íntegra, dois depoimentos dados por Maria¹⁴, uma das poucas mulheres¹⁵ entrevistadas ao longo da pesquisa de campo.

A Usina Ester não dá nada[...]e se ela puder arrancar seu pelo e moer e fazer álcool ela faz. Ela não é justa de jeito nenhum, aquilo lá não é dinheiro para a gente receber numa semana[...]oitenta, setenta reais[...] Eu acho que eles deviam dar mais valor para a gente porque o serviço que

¹³ Vale mencionar que muitas dessas viagens são feitas em condições precárias. Muitas vezes, os ônibus que vão fazer os traslados dos trabalhadores se encontram em péssimo estado e não seguem nenhum padrão de segurança. Também não são raros os casos em que os ônibus – para fugir das fiscalizações da Polícia Rodoviária – transitam por estradas vicinais, não oficiais, as quais, por serem altamente perigosas, põem em risco a vida dos trabalhadores que estão sendo transportados.

¹⁴ Em função do compromisso de que nenhuma informação passível de identificar os sujeitos fosse divulgada, os nomes dos participantes referidos neste estudo foram alterados e substituídos por nomes fictícios, assim como os de todas as pessoas às quais eles se referiram nas entrevistas.

¹⁵ É importante ressaltar que a Usina Ester é uma das únicas usinas (se não a única) que ainda contrata mulheres para o trabalho no corte de cana. Isso deu-se após uma negociação com o sindicato que representa os trabalhadores rurais da referida usina – o Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis – que exigiu da empresa a contratação de pelo menos 10 mulheres para cada turma de 40 homens. A não contratação de mulheres para o corte da cana é justificada pelas usinas em geral pelo fato das mesmas não serem tão produtivas e resistentes como os homens, visto que não possuem tanta força física.

a gente faz[...]eles têm que reparar o tanto que eles ganham a mais do que nós[...]porque tira o que eles pagam para nós e não passa nem perto do que eles ganham, né, porque eles fabricam álcool e açúcar, né!! E eles vêm falando pra gente que a coisa tá ruim porque a crise já chegou no Brasil. Mas o que a gente tem a ver com essa crise, meu Deus?! Porque quando sobe o álcool eles ganham mais, mas mesmo assim o preço da cana não sobe! Eles não têm consciência do que nós tá fazendo na roça[...]a gente não tá brincando. Um dia de trabalho não dá nem para pagar a comida! O mais impressionante é que tem cana que você corta o dia inteirinho batido e quando você chega em casa e que você vai somar não dá nem dez reais. Aquela cana embolada lá, nossa, eu acho que é a que devia valer mais, devia valer uns cinco reais a tonelada¹⁶ porque é pesada, viu. Essa cana faz tipo um “c”, onde ela nasceu ela termina, ela enrola toda, e aí quando você vai puxar você tem que fazer uma força que repuxa todos os nervos[...]E com o dinheiro que a gente ganha, principalmente as mulher¹⁷, esse dinheiro é tão pouco que se você quiser ir para Minas não dá para pagar nem a passagem! Agora com o seguro¹⁸ já ajudava, né. (Maria) (GUANAIS, 2010, p. 144) (sem grifos no original).

[...]porque para mim aquilo não é serviço de gente não, nem burro aguenta um serviço daquele ali igual na cana[...]você queima no sol, fica todo dolorido, cheirando, assado[...]chega de noite o que eu queria é cair na cama[...] se eu pudesse deitar suja eu chegava e deitava, mas eu chego em casa, tomo banho, tenho que fazer janta, cuidado dos cinco meninos, dou banho neles[...]toda hora um deles tá perguntando alguma coisa, eu fico atordoada! Eu deito já é quase meia-noite, enquanto eu não coloco as coisas tudo no lugar para amanhecer o dia para eu só precisar esquentar a comida e pronto, eu não deito. Eu caio na cama, apago e quando eu vejo o relógio já tá tocando de novo as quatro horas da manhã[...]eu nem vi eu dormir. (Maria) (GUANAIS, 2010, p. 149) (sem grifos no original).

A partir desse relato, percebe-se que a rotina desses homens e mulheres não é nada fácil. Por isso, não são raros os casos de trabalhadores que abandonam o serviço nas usinas antes mesmo do final da safra, então,

¹⁶ A cana a que se refere Maria é a cana bisada, um tipo de cana mais velha, isto é, que está há mais tempo nos canaviais e que, por isso, é muito mais difícil de ser cortada. No caso específico da Usina Ester, em 2009, a tonelada desta cana estava avaliada em aproximadamente R\$3,85.

¹⁷ Neste ponto específico, Maria está fazendo uma comparação entre os índices de produtividade dos homens e das mulheres. De acordo com a trabalhadora, em geral, as mulheres cortam menos cana do que os homens, fato que pôde ser comprovado também por intermédio da pesquisa de campo.

¹⁸ O seguro a que Maria se refere é o Seguro Desemprego. É importante dizer que os trabalhadores que são contratados por tempo determinado de serviço (os chamados “safristas”) não têm direito a esse benefício, que atualmente só é assegurado aos cortadores de cana que são contratados por tempo indeterminado de serviço, os “efetivos” da usina.

retornando para sua terra natal sem conseguir atingir os objetivos que pretendiam. Essa volta, no meio da safra, não significa apenas o abandono do trabalho, visto que também possui uma dimensão simbólica muito importante para todos os envolvidos, especialmente para os familiares: muitas vezes, aquele que regressa antes dos demais se sente envergonhado, inferior, já que “não teve disposição”¹⁹, “não foi tão forte como poderia”, “não foi um vencedor”.

Em função dos limites do presente artigo, infelizmente, não poderão ser abordados todos os aspectos das condições de trabalho enfrentados pelos cortadores de cana: os roubos na pesagem, a relação que desenvolvem com seus superiores, a má qualidade da alimentação recebida, as péssimas condições dos alojamentos cedidos pelas usinas, etc. Como o objetivo do presente texto é deixar clara a relação entre o dinheiro obtido a partir do assalariamento temporário nas usinas e a melhoria material das comunidades de origem dos trabalhadores migrantes, enfatizar-se-á somente um dos aspectos das condições de trabalho: o pagamento por produção.

Mas o que é o pagamento por produção? Em que se diferencia das demais formas de pagamento? O pagamento por produção é uma forma específica de remuneração que está presente não só no mundo rural²⁰ como também no urbano, e tem ampla base legal, sendo prevista no artigo 457, §1º da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), bem como incontroversa aceitação doutrinária e jurisprudencial. De acordo com sua lógica, a remuneração de um trabalhador é equivalente à quantidade de mercadorias produzida pelo mesmo. Isto é, o salário a ser recebido não terá como base as horas por ele trabalhadas, mas sim a quantidade de mercadorias que serão produzidas no decorrer de sua jornada de trabalho. No caso específico dos cortadores de cana, o ganho por produção pode ser resumido e explicado pela seguinte lógica “quanto mais se corta, mais se ganha”.

¹⁹ O termo *disposição* foi utilizado, por Lygia Sigaud (1979), para referir-se ao esforço e à força de vontade que cada trabalhador tem e que aciona no momento em que aspira receber um pouco mais. De acordo com a autora, “Disposição é o termo empregado pelos trabalhadores para se referirem ao esforço e à força de vontade que cada um tem e que aciona no interesse de ganhar mais, ‘dar mais conforto à família, ter crédito garantido e não passar vergonha’. A disposição depende de um ato de vontade do trabalhador, desde que ele não se encontre doente. Assim, gozando de saúde qualquer trabalhador pode lançar mão de sua disposição para ‘se sair melhor’. Trabalhar segundo a sua disposição se opõe a trabalhar tendo um limite aquém da disposição, tendo uma média, significando, portanto, superar a média[...]” (SIGAUD, 1979, p. 132).

²⁰ Além do setor sucroalcooleiro, muitas outras culturas também fazem uso do pagamento por produção, tais como as lavouras de tomate e de laranja.

Evidente que a opção por remunerar os trabalhadores do corte da cana por meio do pagamento por produção não é aleatória (ADISSI; SPAGNUL, 1989; PAIXÃO, 1994; ALVES, 2008). Como cada trabalhador recebe um salário condizente com o que produz, a quantidade produzida por ele tem de ser auferida para que se possa saber quanto será sua remuneração. Entretanto, no caso específico dos cortadores de cana, não são eles próprios que calculam a quantidade de cana que cortaram em um dia de trabalho, já que tal cálculo será feito por um funcionário da usina²¹. Assim, pelo fato de desconhecerem e/ou não poderem acompanhar os métodos e os critérios utilizados para auferir a quantidade de cana cortada, muitos trabalhadores sempre se queixaram de receber menos do que de fato deveriam²². Por conseguinte, a utilização de tal forma de remuneração é extremamente importante para as usinas, pois, a um só tempo, impede que os cortadores de cana adquiram o controle de seu processo de trabalho e, conseqüentemente, de seu pagamento²³, bem como permite que as usinas tenham a noção exata da produtividade e da intensidade de trabalho cada um de seus empregados.

Como enunciado, cada trabalhador recebe pelo que produz, assim, ao comparar os salários de todos os empregados, torna-se fácil para as empresas descobrirem quais são aqueles que cortam mais cana e quais são os que menos cortam. Esta seleção por produtividade também é bastante importante para as usinas, que, dessa maneira, podem manter em seu quadro de funcionários somente aqueles cortadores de cana que lhe interessam – aqueles mais produtivos – e demitir todos aqueles que não conseguem atingir os índices de produtividade previamente estipulados.

²¹ Não são os próprios trabalhadores rurais que medem a quantidade de cana que cortaram em um dia de trabalho. São alguns funcionários das usinas, em geral, os fiscais de turma, que, no final do dia, medem com um compasso (de dois metros de extensão) a quantidade de metros que cada trabalhador cortou. Tal medição é realizada em geral quando os trabalhadores não estão mais nos canaviais, e, por isso, estes não podem acompanhá-la. Em função disto, muitas vezes, os cortadores de cana reclamam da medição realizada pelo fiscal, pois avaliam que os funcionários da usina submensuraram a quantidade de cana que eles cortaram. Como recebem por produção, a diferença de metros faz muita diferença, pois irá interferir diretamente no salário a ser recebido por eles.

²² Quanto aos roubos que recaem sobre os trabalhadores rurais, Paixão escreveu: “Existem várias maneiras do patronato burlar os trabalhadores. De um lado encontramos roubos que dizem respeito ao conteúdo do processo de trabalho. Destas, a primeira forma de burla, ou roubo, talvez a mais conhecida, é a submensuração das medições do trabalho despendido pelo trabalhador. Neste caso, o fiscal de campo manipula o instrumento de medição (dando a pulo do gato com a vara, usando uma balança fraudada, calculando de má-fé o preço do serviço, etc.) prejudicando o trabalhador que recebe um valor abaixo do que legalmente deveria receber” (PAIXÃO, 1994, p. 263) (sem grifos no original).

²³ Como referido adiante, caso isso acontecesse, as empresas perderiam seu principal meio de pressão para aumentar a produtividade do trabalho.

A questão fica mais clara ao recordar que a lógica empresarial do setor sucroalcooleiro não se restringe à utilização do pagamento por produção. Juntamente com tal forma de remuneração, passaram a ser utilizadas outras estratégias desenvolvidas pelos representantes deste setor, que permitem que as usinas obtenham um controle extremamente rígido dos cortadores de cana e dos resultados de sua produção. Um exemplo de tal estratégia é a imposição da *média*²⁴, isto é, de uma produtividade diária mínima que deve ser atingida pelos trabalhadores caso desejem manter-se em seus postos de trabalho. Ao não conseguirem atingir a média diária estipulada pela usina para qual trabalham, os cortadores de cana são demitidos. É importante assinalar que, com o passar dos anos, a média teve um aumento considerável: em 1980, a média era de 5 a 8 toneladas/dia; em 2004, passou a ser 12 a 15 toneladas (SILVA, 2006a).

Logicamente que esse crescimento exorbitante da média teve de ser acompanhado pelo aumento da produtividade dos cortadores de cana, os quais se sentiram obrigados a aumentar a intensidade de seu trabalho e a quantidade de cana cortada por dia para que pudessem permanecer na usina para qual trabalhavam. Esse fato fez com que alguns pesquisadores, tais como Francisco Alves (2006; 2008) e José Roberto Pereira Novaes (2007a), defendessem a ideia de que o pagamento por produção deve ser visto como uma das formas de controle do trabalho no corte da cana em um contexto de modernização e intensificação da produção. Isso porque tal forma específica de remuneração, ao mesmo tempo em que incentiva a intensificação do trabalho e a extensão da jornada de trabalho (MARX, [1867] 1980) – servindo, assim, como um acicate ao trabalho excessivo dos cortadores de cana – funciona também como um engenhoso método de interiorização da disciplina e do autocontrole do trabalhador.

Ao ter sua remuneração atrelada à quantidade de “peças” (de produtos, de mercadorias) que é capaz de produzir em um determinado espaço de tempo, nada mais compreensível que os trabalhadores invistam o máximo possível de suas forças, de suas energias e de sua disposição no sentido de produzirem cada vez mais, aumentando crescentemente sua produtividade. Contudo, ao analisar melhor este conjunto de ações, percebe-

²⁴ Medida em toneladas de cana. Trata-se da quantidade mínima de toneladas de cana que deve ser cortada diariamente por cada trabalhador e que serve de referencial para a produtividade dos mesmos. Para mais informações sobre a *média* ver: Silva (1999 e 2006a), Alves (2006) e Novaes (2007a).

se que ele também acaba sendo extremamente interessante para os donos dos meios de produção, que veem a produtividade de seus trabalhadores aumentando sem que haja necessidade de fazer grandes investimentos em máquinas e equipamentos ou em melhorias das condições de trabalho. Em decorrência disto, os primeiros sentem-se à vontade para impor um aumento na intensidade do trabalho sem serem obrigados a entrar em discórdia com os trabalhadores, os quais, como enunciado, também estão interessados no aumento de sua produtividade (MARX, [1867]1980).

E os trabalhadores também têm outro interesse: desejam o prolongamento de sua jornada de trabalho para que, assim, possam trabalhar por mais tempo, objetivando com isso o aumento de sua produção. E isso porque, como já foi apontado, de acordo com a lógica do pagamento por produção, ao produzirem mais, recebem mais.

É importante ressaltar ainda que, com o salário por produção, o pagamento recebido varia de acordo com as diferenças individuais de cada trabalhador. Neste sentido, as grandes diferenças de salário variam de acordo com critérios, tais como a força, habilidade, energia e a persistência de cada agente em particular. Assim, a utilização desta forma de remuneração traz outra consequência: a individualização dos salários²⁵. Os salários dos trabalhadores passam a ser individualizados, personalizados, da mesma forma que sua produção.

Não é difícil perceber que, por suas próprias características, o pagamento por produção acaba por reforçar as diferenças dos trabalhadores individualmente, provocando, assim, não só diferenciações entre os rendimentos, mas também o estabelecimento da competição entre eles.

²⁵ Claudio Salvadori Dedecca (1996) também analisou a individualização dos salários. Para ele, as alterações no processo de determinação dos salários compõem o último aspecto das mudanças nas relações de trabalho. “Uma remuneração mais vinculada à performance imediata individual tende a ser a regra para os trabalhadores menos estáveis e com contratos de tempo determinado ou parcial. Para aqueles trabalhadores mais estáveis e para aquela parcela de trabalhadores com pouca estabilidade mas com contrato de trabalho por tempo indeterminado arma-se um processo de formação dos salários que leva em conta múltiplos aspectos da performance do trabalhador – produtividade individual, resultados obtidos pela empresa, nível de absenteísmo individual [...] Estas novas maneiras de formação dos salários estão sendo, na maioria das vezes, denominadas de individualização dos salários, em razão de privilegiarem a esfera da negociação direta empresa-trabalhadores e o rendimento específico do trabalhador. Pode-se dizer que as empresas, ao internalizarem a determinação dos salários, completam o movimento de autonomização das relações de trabalho. Em geral, a internalização busca, por meio de formas diferenciadas, obter um uso flexível da força de trabalho que relaciona a remuneração de cada trabalhador ao seu rendimento específico (também denominado de salário eficiência)[...]” (DEDECCA, 1996, p. 62-63) (sem grifos no original).

Em outras palavras: se alguém quiser ganhar um pouco mais, precisará trabalhar mais e melhor do que seus companheiros de trabalho, terá de investir mais em sua atividade e ser mais resistente e perseverante do que aqueles à sua volta²⁶. Em um ambiente como esse, a competitividade e a rivalidade acabam surgindo quase como consequência natural.

Além de ser considerado como uma das formas que permitem às usinas obterem um controle sobre os cortadores de cana e sobre os resultados de sua produção, o pagamento por produção também tem sido identificado, por alguns pesquisadores, como uma das principais causas das doenças ocupacionais, das mutilações, dos acidentes de trabalho e até mesmo das mortes de trabalhadores rurais (ALVES, 2006).

Pelo fato de receberem de acordo com sua produtividade individual e desconhecerem ao certo a quantidade de cana que cortam por dia²⁷, os trabalhadores rurais convivem diariamente com a insegurança de não saber previamente o valor que irão receber por um dia de trabalho. Neste contexto, não são raras as ocasiões em que muitos trabalhadores se

²⁶ É importante referir, ainda, que, no caso dos cortadores de cana, o clima de competição, proporcionado e estimulado pelo pagamento por produção, também, traz outra consequência: a criação de estereótipos, de representações nascidas entre os próprios trabalhadores e os responsáveis pelo controle do processo de trabalho (fiscais de turma, turmeiros, etc.). Gradativamente vão sendo produzidas algumas imagens, tais como as do “bom cortador de cana”, a do “vagabundo”, do “preguiçoso que faz corpo mole”. Tais figuras são gestadas no seio dessas diferenças individuais (SILVA, 1999), e passam a ser reproduzidas pelas práticas sociais. Sobre a criação de estereótipos entre os cortadores de cana escreveu John Cowart Dawsey: “Ao final de cada dia, depois das medições feitas pelo ‘gato’ com sua ‘vara voadora’ trabalhadores comparavam a quantidade de metros que cada um cortou. Tomavam como referência os ‘melhores’ trabalhadores. Zombavam dos ‘piores’. Rituais cotidianos. Ocorriam dentro de uma sequência de relações, em rodas de conversa formadas por trabalhadores que se preparavam para a viagem de volta à cidade. Destacavam o valor do trabalho do cortador de cana. Nesses momentos o ‘boia-fria’ aparece como um verdadeiro trabalhador, como aquele que, apesar de ‘marginalizado’, ‘fazia a riqueza da região’. Era quem tinha ‘coragem’ para trabalhar, ‘disposição’. Não tinha medo de criar calos, de formar ‘murundú’. Aqui, o trabalho dos ‘melhores’ cortadores de cana [...] contrapunha-se ao ‘preço da cana’, quase sempre considerado ‘baixíssimo’, oferecido ao trabalhador” (DAWSEY, 1997, p. 210-211) (sem grifos no original).

²⁷ Este desconhecimento da quantidade de cana que cortam por dia está diretamente ligado ao fato de os cortadores de cana estarem sujeitos a sistemas de medição e pesagem da cana que foram desenvolvidos pelos departamentos agrícolas das usinas com o intuito de confundir-lhes e os ludibriar: os trabalhadores rurais cortam cana durante toda sua jornada de trabalho. Após terminarem, esta é medida em metros. Entretanto o salário que receberão terá como base o peso da cana cortada (medido em toneladas). Essa remuneração dos trabalhadores tendo como base o peso (toneladas), e não o metro, é extremamente importante para as usinas. Isso porque se remunerassem seus empregados pelo metro, os usineiros estariam assegurando-lhes uma maior autonomia, já que os trabalhadores teriam condições de controlarem o resultado do seu trabalho (ALVES, 1991). Isso faz sentido ao pensar que para os trabalhadores somente o metro lhes assegura ter o controle de sua produção, e isto porque os mesmos não dispõem de balanças nos canaviais para irem pesando aquilo que já cortaram. Ao remunerar os cortadores de cana tendo como base a tonelada, as usinas buscam impedir que os trabalhadores saibam a exata quantidade de cana que cortaram, e assim, fica mais fácil para as empresas roubar seus empregados, pagando um salário que não condiz com a quantidade de cana que de fato os mesmos cortaram.

empenham mais do que o suportável para cortar uma quantidade cada vez maior de cana (para que seja possível ter sua remuneração aumentada), podendo, assim, vir a se machucar e a se lesionar seriamente. Segundo o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), entre as safras de 2003/2004 e 2007/2008, vinte e um cortadores de cana morreram em decorrência de excesso de trabalho nos canaviais paulistas²⁸. “Todas as evidências colhidas a partir de relatos de trabalhadores e a partir da verificação das condições de trabalho apontam que as mortes são decorrentes do esforço exigido durante o corte de cana” (ALVES, 2008, p. 34).

Entretanto a despeito de todas as implicações negativas para os cortadores de cana, a maioria deles é favorável à continuidade desta forma de remuneração. Muitos estudiosos que têm se debruçado há décadas sobre o estudo da agroindústria canavieira viram-se diante deste dilema. Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) e José Roberto Pereira Novaes (2007b) são alguns dos exemplos de pesquisadores que apontaram essa preferência por parte dos trabalhadores rurais. Nas palavras de Novaes (2007b, p. 64-65):

No local de origem, são diversas as situações vivenciadas pelos trabalhadores migrantes que se dispõem a viajar para o trabalho nos canaviais paulistas. Mas há um denominador comum entre eles: todos valorizam o trabalho no corte da cana, onde o ganho é pela produção. Quanto mais se corta, mais se ganha. Assim, os trabalhadores nordestinos chegam à região com a disposição de acionar toda sua força física, toda habilidade e resistência para alcançar boa produtividade. (sem grifos no original).

Mas por que os cortadores de cana em geral preferem receber por produção ao invés de receber um salário fixo mensal? E os cortadores de cana da Usina Ester, o que pensam desta modalidade salarial?

Ao longo da pesquisa de campo e das entrevistas com os cortadores de cana, o salário sempre foi um dos temas mais recorrentes e que eles mais

²⁸ De acordo com Alves (2008), tanto o pagamento por produção dos cortadores de cana, como o crescimento da intensidade do trabalho dos mesmos “[...]ganham espaço de discussão a partir do momento em que a equipe da Pastoral dos Migrantes de Guariba passou a divulgar a importante, porém funesta, contagem sobre as mortes de trabalhadores cortadores de cana. A divulgação da contagem dessas mortes gerou um amplo debate, além da realização de várias audiências públicas, nas quais as entidades sindicais dos trabalhadores, as ONGs e alguns pesquisadores da temática do trabalho rural atribuíam essas mortes ao excesso de trabalho realizado pelos cortadores de cana. Do lado dos empresários, essa conclusão era contestada sob a alegação de que faltava o estabelecimento do nexo causal entre as mortes dos cortadores de cana e o trabalho por eles realizado” (ALVES, 2008, p. 22).

gostavam de falar: se era suficiente para arcar com os gastos que tinham de pagar, se era maior do que a quantia que recebiam em sua terra natal, se era justo ou não quando comparado à atividade que desempenhavam, etc. De uma forma ou de outra, todas as conversas desenvolvidas com os cortadores de cana da Usina Ester sempre acabavam tocando nestes temas.

É preciso mencionar que, dos dez trabalhadores entrevistados, oito afirmaram que gostavam de ganhar por produção e que estavam satisfeitos com esta forma de remuneração.

P: O que você acha do pagamento por produção?

J: Eu gosto, eu acho bom. (Joana)

P: O que você acha de receber um salário que esteja de acordo com a quantidade de cana que você corta?

L: Eu prefiro, né, porque quando você trabalha por produção eles não têm o direito, não, o fiscal não tem o direito de falar nada. Produção é o seguinte: se o cara não quer trabalhar, é ruim para quem não quer trabalhar, e o fiscal não tem nada a ver com isso. (Lorival) (sem grifos no original).

P: E hoje os trabalhadores ganham por produção, não é, seu Osvaldo?

O: Ganham por produção.

P: E o que o senhor acha disso?

O: É melhor, viu, é melhor, é melhor.

P: Por quê?

O: Porque quando você trabalha na diária você não ganha nada, né? (Osvaldo) (sem grifos no original).

Os três depoimentos são exemplos das respostas obtidas com os cortadores de cana. Joana, Lorival e Osvaldo afirmaram que gostam de receber por produção. Lorival justificou sua resposta alegando que prefere o pagamento por produção porque, assim, é possível trabalhar mais à vontade. No entender de Lorival, quando os cortadores de cana recebem de acordo com sua produtividade, os fiscais de turma não têm o direito de exigir nem de falar nada para os trabalhadores, porque são estes os responsáveis por suas atitudes: se não querem trabalhar, o prejuízo será dos próprios trabalhadores e os fiscais “não têm nada que ver com isso”.

Ao melhor analisar a fala de Lorival, percebe-se que ela se parece muito com a opinião dos representantes da Usina Ester, que afirmaram que os

cortadores de cana gostam mais de trabalhar quando recebem de acordo com sua produtividade, pois, nessas ocasiões, sentem-se mais livres e à vontade para ditarem seu próprio ritmo. Assim, não há necessidade de ninguém “ficar no pé” dos mesmos, fiscalizando para conferir se os empregados trabalham de fato. A partir de sua resposta, foi possível individualizar que o que faz Lorival preferir o pagamento por produção é a possibilidade que o mesmo dá aos cortadores de cana de trabalharem mais à vontade e por conta própria, isto é, sem tanta necessidade de cobranças externas. Assim, cabe ao próprio trabalhador a responsabilidade por seu trabalho.

Já Osvaldo justificou de outra forma sua preferência pelo pagamento por produção. Conforme seu relato, quando se trabalha por diária –, ou seja, quando se recebe um valor fixo por dia – os trabalhadores acabam não recebendo tanto como recebem quando trabalham sob o regime do pagamento por produção. Este, na opinião do entrevistado, permite que os cortadores de cana tenham um ganho maior e, por isso, acaba sendo preferido.

Valmir, um cortador de cana de cinquenta e quatro anos e que deixou Sergipe, sua terra natal, aos dezenove anos para trabalhar em São Paulo como cortador de cana, afirmou em sua entrevista que:

Olha, moça, eu vou falar que eu gosto de receber por produção, viu, eu gosto. Isso porque, dá para ganhar alguma coisa com o pagamento por produção. Com o dinheiro que eu consegui juntar com o corte da cana, eu consegui comprar ao longo dessa minha vida três casas, dois terrenos, e ainda construí três bares em Engenheiro Coelho. Teve uma época que com o dinheiro que juntei, eu voltei para Sergipe, mas não deu[...]eu não consegui me manter na minha terra de novo porque lá não tinha ganho, e aí fui obrigado a voltar para cá para trabalhar como cortador de cana de novo. Mas eu gosto. E hoje não, porque eu já tô velho, mas eu era bom, viu. Fui o ‘podão de ouro’ muitas safras, e consegui dinheiro. Tudo o que tenho, foi a cana que me deu (Valmir) (sem grifos no original).

A partir desta fala, pôde-se conhecer um pouco da trajetória de Valmir, que, ainda jovem, deixou sua terra natal em busca de serviço e passou a trabalhar como cortador de cana para várias usinas do estado de São Paulo. Em sua entrevista, o trabalhador relatou que, no passado, era um “bom cortador de cana” e seus altos índices de produtividade acabaram

por lhe render durante muitas safras o tão almejado título de “Podão de Ouro”. Da mesma forma que Osvaldo, Joana e Lorival – que declararam que preferem ganhar por produção – Valmir também afirmou que gosta desta forma específica de pagamento, porque a mesma lhe permitiu ganhar algum dinheiro na vida. Com o dinheiro recebido, o trabalhador rural conseguiu adquirir vários imóveis que não poderiam ser comprados se não fosse o dinheiro ganho com o corte da cana.

Além de ter comprado imóveis com o dinheiro recebido, Valmir relatou ainda que as economias acumuladas permitiram-lhe retornar para Sergipe depois de ter trabalhado um tempo nos canaviais paulistas. Entretanto, o trabalhador afirmou que não teve condições para se manter em seu estado porque lá não havia trabalho. Assim, os mesmos motivos que o levaram a migrar aos dezenove anos, fizeram com que Valmir fosse obrigado a deixar novamente sua terra natal em busca de serviço.

A resposta de Anderson, também, foi na mesma direção da dada por Valmir. De acordo com o primeiro:

Eu prefiro por produção, porque, as vezes você quer ganhar alguma coisinha a mais na vida, né, e se a gente recebesse só o salário fixo não daria. Pra ganhar essa grana que a gente ganha aqui, se a gente fosse trabalhar lá na nossa região não daria (Anderson) (sem grifos no original).

Da mesma forma que Valmir, Anderson declarou que prefere o pagamento por produção porque o mesmo permite que os cortadores de cana ganhem um pouco mais. Em sua opinião, a substituição do pagamento por produção por um salário mensal fixo não é interessante porque o último não seria capaz de proporcionar-lhe tudo o que o primeiro proporciona. Isso porque, de acordo com o raciocínio de Anderson, se recebessem um salário fixo, o valor a ser recebido todos os meses seria o mesmo e não aumentaria mesmo se os trabalhadores tivessem interesse em receber mais, diferentemente do que ocorre quando recebem por produção, forma de remuneração que dá a possibilidade para todos os trabalhadores aumentarem seu salário quando quiserem ou quando têm algum interesse.

Ao analisar melhor a fala de Anderson, distingue-se outro aspecto interessante: o jovem vê o dinheiro que recebe trabalhando como cortador

de cana como um dinheiro impossível de ser conseguido em sua região de origem. E conclui: *“Nem se eu trabalhasse muito lá eu conseguiria ganhar o que eu ganho aqui, nem perto[...]”*. Esta diferença entre o “dinheiro ganho no corte da cana” e o dinheiro conseguido por alguma atividade na terra natal foi bastante utilizada como justificativa para a migração por muitos cortadores de cana entrevistados, ao longo da pesquisa de campo realizada pela autora.

Os resultados da pesquisa de José Roberto Pereira Novaes (2007b), com trabalhadores migrantes nordestinos que deixaram seus locais de origem para trabalhar como cortadores de cana nas usinas de São Paulo, também, seguiram essa mesma direção. De acordo com o autor:

Em sua maioria, os jovens partem para o desafiante trabalho na cana com a convicção de que – com esforço e empenho – podem se tornar ‘campeões de produtividade’. Quem sabe, ser conhecido e reconhecido como tal [...] Tal como outros grupos de jovens rurais, a vinda para trabalhar na cana significa oferta de trabalho garantida; o ganho de um dinheiro que não se vê por lá; a possibilidade de fazer economias para casar, para terminar uma casa iniciada, para comprar uma moto, para ajudar os pais, para ter acesso a um lote de terra etc. Esses argumentos são acionados para a primeira vinda e, também, alimentam esperanças para vindas sucessivas” (NOVAES, 2007b, p. 64-65) (sem grifos no original).

Depois de tudo o que foi exposto, cabe inferir que, em geral, aqueles cortadores de cana que afirmaram preferir o pagamento por produção justificam tal preferência da seguinte forma: esta forma específica de remuneração é vista como uma estratégia que acaba por permitir que eles, os cortadores de cana, recebam uma quantia superior em dinheiro em um espaço de tempo menor. Nesse sentido, a continuidade do pagamento por produção é defendida por grande parte dos trabalhadores rurais entrevistados - sobretudo pelos jovens que estão em pleno vigor físico - porque é uma forma encontrada, por eles, para conseguirem o que desejam de forma mais rápida, isto é, em muito menos tempo do que conseguiriam se recebessem um mesmo salário durante todos os meses da safra²⁹.

²⁹ Mas, a despeito de perceber, na pesquisa em foco, que a grande maioria dos cortadores de cana é favorável à manutenção do pagamento por produção – e, neste ponto específico se encontram do mesmo lado que os representantes do setor sucroalcooleiro – não se pode esquecer que os primeiros não detêm o mesmo poder para controlar esta forma específica de remuneração. Isso faz sentido ao lembrar das mais variadas fraudes e roubos a que estão sujeitos os trabalhadores rurais e que são características de qualquer sistema de pagamento por produção. Como enunciado, a utilização desta forma de remuneração é extremamente importante para

A reforma de uma casa, a compra de um pedaço de terra e a aquisição de bens de consumo, por exemplo, deixam de ser tão inacessíveis e passam a fazer parte dos planos de muitos cortadores de cana, os quais, muitas vezes, acabam se empenhando cada vez mais para cortar uma quantidade cada vez maior de cana com o objetivo de aumentar sua remuneração. O pagamento por produção, portanto, permite-lhes realizar seus sonhos mais rapidamente. Como disse Valmir: “*Tudo o que tenho, foi a cana que me deu*”. A concretização destes sonhos sempre foi, e ainda é, um dos motivos que levam milhares de trabalhadores a deixar sua região de origem em busca do trabalho na cana, onde o ganho é por produção.

Em sua análise, Garcia Jr. (1989) já havia atentado para o fato de que o assalariamento no “Sul” é entendido, pelos próprios trabalhadores, como “[...] uma estratégia de grande destaque quando se trata de acumular recursos monetários necessários à compra e/ou construção de *casa, sítio* ou dinheiro para o *negócio* [...] é mesmo considerada estratégia prioritária” (GARCIA JR., 1989, p. 152).

Diante deste contexto, fica claro que o salário recebido como pagamento pelo trabalho nas usinas passa a permitir o acesso desses trabalhadores rurais ao estatuto de consumidor. Os cortadores de cana deixam de ser somente produtores e passam também a ser consumidores, conforme Robert Castel (1998). Assim, o salário dos cortadores de cana permite que esses homens tenham acesso a um novo registro da existência social: o do consumo e não mais exclusivamente o da produção. Como enuncia Castel (1998, p.432), os trabalhadores deixam a zona de vulnerabilidade que os obrigava a viver “cada dia com o que nele ganhou”, e que somente permitia a satisfação das necessidades mais prementes, e passam a ter acesso ao desejo, cuja condição social de realização está além da urgência da necessidade. Nas palavras do autor:

Ou seja, essa forma de liberdade que passa pelo domínio da temporalidade e se satisfaz no consumo de objetos duráveis, não estritamente necessários. O “desejo de bem-estar”, que incide sobre o carro, a moradia, o eletro-doméstico etc., permite – gostem ou não

as usinas, que assim conseguem impedir que os cortadores de cana obtenham o controle do seu processo de trabalho e, portanto, de seu salário. Ao se valerem do pagamento por produção, as usinas conseguem assegurar que os trabalhadores continuem sendo roubados, recebendo menos do que deveriam.

os moralistas – o acesso do mundo operário a um novo registro de existência (CASTEL, 1998, p 432) (sem grifos no original).

A análise de Durham (1984; 2004) também segue uma direção similar a de Castel (1998). De acordo com a autora,

[...] o sucesso da migração não parece ser avaliado, em última análise, em termos da natureza da ocupação, mas do nível de consumo. Os trabalhadores acham que a migração foi um sucesso quando passam a “viver melhor”, “ter mais conforto”. A posse de utilidades domésticas [...] é sempre motivo de orgulho, mas a prova mais palpável de haverem vencido na vida consiste na aquisição da casa própria (DURHAM, 2004, p. 197) (sem grifos no original).

Nesse sentido, o consumo não se reduz mais somente à satisfação das necessidades básicas para a sobrevivência, visto que a classe trabalhadora passa a ter acesso a um “consumo de massa”. O “salário advindo da cana” passa a permitir a compra dos mais variados itens: roupas, eletrodomésticos, telefones celular e até mesmo motocicletas. O que antes, muitas vezes, ficava circunscrito na imaginação desses homens e mulheres, hoje se tornou possível.

Ao retornarem para suas regiões de origem, os cortadores de cana levam inúmeros produtos adquiridos nas cidades onde trabalharam. Ao chegarem a suas comunidades trazendo artefatos que, às vezes, nunca foram vistos por aqueles que jamais saíram de lá, os ex-cortadores de cana são vistos como heróis, como vencedores, como poderosos. Nas representações sociais locais, os homens que se aventuraram no corte de cana são corajosos, destemidos e os grandes responsáveis por trazerem benfeitoras para suas terras natais. Os produtos que trazem são dados como presente para seus familiares e amigos, que se sentem mais valorizados do que nunca.

O fruto do trabalho dos cortadores de cana, quando materializado em objetos, está envolto de simbolismo, o qual proporciona um *status* diferenciador àqueles que adquiriram tais bens. No caso desta pesquisa em específico, pôde-se verificar que os jovens ex-cortadores de cana eram vistos como homens diferentes daqueles que “não tiveram coragem” de ir trabalhar nas usinas. Por sua coragem e disposição, puderam comprar

produtos que não poderiam ser adquiridos sem o salário recebido, produtos esses que servem como verdadeiros marcadores sociais. A fala de João explicita muito bem o aspecto simbólico que está por trás de todo esse contexto.

As moças daqui da comunidade não querem saber de homem que não foi cortador de cana, que não tem óculos escuro, que não tem roupa nova ajeitada, celular, moto. Elas só se interessam se o cara tiver essas coisas, se não, elas nem olham na sua cara. Aquele que não tem essas coisas não consegue namorada aqui, não (João, ex-cortador de cana).

Ao analisar o depoimento citado à luz das reflexões de Castel (1998), individua-se que o consumo comanda um sistema de relações entre as categorias sociais, segundo o qual os objetos possuídos são os marcadores das posições sociais, os indicadores de uma classificação. Os homens são bem-vistos (sobretudo pelas mulheres) se tiverem sido cortadores de cana, se forem portadores de objetos de consumo desejáveis. Tais objetos trazem-lhes prestígio, um *status* diferenciador. Neste contexto, poder-se-ia até mesmo pensar que os indivíduos são vistos e reconhecidos por aquilo que têm, por aquilo que puderam comprar. O celular novo, as roupas da moda, o tênis, a moto, tudo isso marca uma nova posição social para aquele que o possui. Em outras palavras:

Compreende-se, a partir disso, que seu valor seja sobredeterminado: o que os sujeitos põem em jogo aí não é sua aparência, mas sua identidade. Manifestam, através do que consomem, seu lugar no conjunto social. Analogia do sagrado numa sociedade de agora em diante sem transcendência, o consumo de objetos significa, no sentido forte do termo, o valor intrínseco de um indivíduo em função do lugar que ocupa na divisão do trabalho. O consumo é a base de um ‘comércio’ [...] de uma troca civilizada através da qual os sujeitos sociais se comunicam (CASTEL, 1998, p. 475) (sem grifos no original).

Mas, além de todos os aspectos mencionados, não se pode esquecer de outra importante questão: muitas vezes, o “salário advindo da cana” é a única fonte de renda que os trabalhadores rurais e suas famílias possuem. Por isso, o salário recebido ao longo da safra (oito ou nove meses) precisa conseguir assegurar a sobrevivência dos cortadores de cana em suas regiões de destino e a de suas famílias nas comunidades de origem, além

de, na maioria das vezes, ter de durar no período da entressafra. Isso faz sentido ao lembrar que, em geral, os cortadores de cana regressam no final do ano para suas terras natais e permanecem alguns poucos meses até a safra agrícola da cana se reiniciar novamente. Durante esse intervalo, é muito importante, para os trabalhadores, poderem contar com uma quantia (por menor que seja) de dinheiro guardado. Esse pecúlio possibilitará aos trabalhadores fazerem seus roçados, comprarem os insumos agrícolas necessários (sementes e outros), etc.

Olha eu vou dizer para você que é difícil a gente guardar alguma coisa ao longo da safra, isso porque a gente tem que viver lá mas também não pode deixar de mandar pra família da gente. A gente passa apertado, mas tem que pensar no futuro, né? Como a gente que é temporário não recebe o Seguro Desemprego³⁰, a gente tem que ter uma reservinha para não passar apertado quando a gente voltar, para poder comprar as coisas. A gente não pode gastar tudo o que ganha, senão fica difícil[...] (Francisco)³¹

Isso exposto, espera-se ter deixado clara a íntima relação entre o salário obtido a partir do assalariamento temporário nas usinas de açúcar e álcool e a melhoria das condições de vida nas regiões de origem dos trabalhadores rurais migrantes.

REFERÊNCIAS

ADISSI, P.; SPAGNUL, W. Convenções coletivas: quantificando o roubo dos patrões. *Proposta*, Rio de Janeiro, Ano XIV, n.42, out. 1989.

ADISSI, Paulo. *A medição do trabalho na lavoura canavieira*. 1990. 106fls. Monografia (Graduação em Ergonomia) - UFRJ/COPPE, Rio de Janeiro, 1990.

ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto*. 1991. 362fls. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1991.

³⁰ Como referido anteriormente, somente os trabalhadores contratados por tempo indeterminado de serviço recebem o Seguro Desemprego quando são demitidos, benefício que ainda não é assegurado aos trabalhadores rurais temporários, safristas.

³¹ A esse respeito, é importante dizer que para Garcia Jr. , “[...] essa acumulação não se dá porque os salários no Sul são altos, ou mesmo considerados suficientes para que se viva bem por lá [...] Acumula-se dinheiro porque se aceitam condições de trabalho e de residência muito precárias, mas que permitem economizar dinheiro ou para mandar para o Norte ou para arrumar um local de moradia no Sul, se possível uma casa própria que permita trazer a família” (1989, p. 151).

- _____. Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde e Sociedade*, v.15, n.3, p.90-98, set./dez. 2006.
- _____. Trabalho e trabalhadores no corte de cana: ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho. In: BISON, Nelson; PEREIRA, José Carlos Alves (Orgs.). *Agrocombustíveis, solução? A vida por um fio no eito dos canaviais*. São Paulo: CCJ, 2008. p. 22- 48.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DAWSEY, John Cowart. “Caindo na cana” com Marilyn Monroe: tempo, espaço e “bóias-frias”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.40, n.1, p. 183-226, 1997.
- DEDECCA, C.S. Racionalização Econômica e Heterogeneidade nas Relações e nos Mercados de Trabalho no Capitalismo Avançado. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J.E.L. (Orgs.). *Crise e Trabalho no Brasil - Modernidade ou Volta ao Passado?* São Paulo: SCRITTA, 1996.
- DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- _____. As comunidades rurais tradicionais e a migração. In: THOMAZ, Omar Ribeiro (Org.). *A dinâmica da cultura*. São Paulo: CosacNaify, 2004. p.133-180.
- _____. Migrantes rurais. In: THOMAZ, Omar Ribeiro (Org.). *A dinâmica da cultura*. São Paulo: CosacNaify, 2004. p. 183-201.
- GARCIA, Marie France Claudine. *Feira dos trabalhadores rurais: as feiras do Brejo e do Agreste paraibano*. 1984. 237fls. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - UFRJ – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1984.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo/Brasília, DF: Marco Zero/Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.
- GUANAIS, Juliana Biondi. *No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis-SP*. 2010. 232fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2010.
- LOPES, J.R.B. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1971.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1867] 1980. (Livro Primeiro) v.II.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. *Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba: migração, família e reprodução da força-de-trabalho*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.
- _____. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: Um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro/João Pessoa, PB: Relume Dumará/EDUE, 2002.
- NOGUEIRA, Verena Sevá. *“Sair pelo mundo”: a conformação de uma territorialidade camponesa*. 2010. 279fls. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, Campinas, 2010.

NOVAES, José Roberto Pereira. Dores e febres nos canaviais paulistas. *Revista Estudos Avançados*, v.21, n.59, p.167-177, 2007a.

_____. Heróis anônimos. *Democracia viva*, n. 36, p.58-67, set. 2007b.

NOVAES, José Roberto Pereira; ALVES, Francisco José da Costa (Orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *No coração do canavial: estudo crítico da evolução do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro a das relações de trabalho na lavoura canvieira (estudo comparativo em 12 estados do Brasil)*. 1994. 339fls. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v.33, n.2, p. 111-114, ago./dez. 2006a.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida de. *Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões*. [S.l.: s.n.], 2006. mimeo.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

O QUE SE LEVA, O QUE SE TRAZ: FLUXOS MIGRATÓRIOS E FLUXOS DE MERCADORIAS ENTRE O INTERIOR DO PIAUÍ E A CIDADE DE SÃO PAULO

Antonio Mendes da Costa Braga¹

Estudando fluxos migratórios entre o interior do Piauí e a cidade de São Paulo, SP², percebe-se que tanto vem se operando um intenso “ir e vir” de pessoas quanto um intenso deslocamento de mercadorias, de coisas “levadas e trazidas” entre os lugares de origem dos migrantes pesquisados e o lugar para onde se dá a migração, que é São Paulo.

¹ Antropólogo e docente do Departamento de Sociologia e Antropologia do curso de Ciências Sociais da UNESP, campus Marília e do Programa de Pós-Graduação do mesmo curso. Email: tonibraga@uol.com.br

² De caráter etnográfico e voltada para como se dão os fluxos e contrafluxos migratórios entre a microrregião de São Raimundo Nonato, no sudoeste do Piauí, e a cidade de São Paulo, esta pesquisa ainda está em andamento e vem sendo realizada em torno/a partir de três lugares específicos: (1) No bairro de São Miguel Paulista (São Paulo-SP), a partir da Empresa Elias Turismo e Transporte Ltda., que realiza transporte de mercadoria, venda de passagens e fretamento de ônibus que se deslocam entre a capital paulista e a microrregião de São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí; (2) Em ônibus que vão e vêm para São Paulo através dos serviços prestados pela agência de Seu Elias, proprietário da referida empresa; (3) Na microrregião piauiense de São Raimundo Nonato, na sua área urbana, mas sobretudo nas áreas rurais, onde residem a maior parte dos migrantes que se utilizam dos serviços da empresa Elias Turismo e Transporte Ltda.

Entrando em contato com outros estudos, percebe-se que esse deslocamento intenso de pessoas e de coisas, de mercadorias, não era uma exclusividade do contexto da pesquisa em foco. Outros estudos também apontam para a presença de fenômenos semelhantes em contextos migratórios distintos, como, por exemplo, os estudos de Cristina Rigamonte (2001). Como nesta pesquisa, ali também se constata o quanto se mantêm sólidos e ativos os vínculos entre aqueles que migravam e os que permaneciam no local de origem da migração.

Outro aspecto relevante observado nesses estudos é que apontam para o fato de que, no caso brasileiro, notadamente nos processos de migrações, a partir do universo rural (como é este caso), tais vínculos são intensos e mantêm certa solidez. Eles apontam tanto para a presença desses vínculos quanto para o fato de que redes de relações sociais e familiares são fundamentais para o estabelecimento e manutenção dos mesmos. Estudos como os de Afrânio Garcia Jr. (1989), Klaas Woortman ([1990] 2009), Perry Scott (1995), Marilda Menezes (2002) e Sevá Nogueira (2010) são exemplos de literatura que corroboram esta afirmação.

Em sintonia com esta pesquisa, tais estudos mostram que nem sempre se rompem as relações entre aqueles que emigram e aqueles que ficam. Mas, ao contrário, o que se observa são processos migratórios quase sempre acompanhados da manutenção e/ou desenvolvimento de vínculos e de redes de relações sociais que permitem – de certa maneira – fortalecer os laços daqueles que emigraram com seus grupos sociais de origem. Estes laços são mantidos e alimentados de diferentes formas. Uma delas é justamente o fluxo e contrafluxo de coisas, mercadorias.

Neste artigo, buscou-se colocar em evidência e analisar o fluxo de pessoas que se deslocam “de cá para lá, de lá para cá” em conexão com o movimento das coisas, o movimento e troca de mercadorias, coisas que “vão e voltam” entre os diferentes locais, extremidades e espaços que fazem parte dos contextos onde migrantes, parentes, familiares e demais membros de suas redes sociais estão envolvidos.

De forma particular, interessa pensar o deslocamento de mercadorias, mesmo o ir e vir de coisas que, ao serem deslocadas de um lugar a outro pelos migrantes, assumem a forma de mercadorias. Mercadorias

num sentido próximo àquele proposto por Arjun Appaduria (2008). Mercadorias que são partes fundamentais dos processos e mecanismos através dos quais os migrantes e os seus - “de lá e cá” - vinculam-se, constroem e operam suas redes de relações sociais.

SOBRE COISAS, MERCADORIAS E ANTROPOLOGIA

Quando se fala sobre o que se leva e o que se traz, volta-se o interesse para uma temática que vem ganhando cada vez mais força dentro da antropologia social ao longo dos últimos anos: as coisas, os objetos. Temática esta que ao mesmo tempo em que é clássica dentro desta disciplina é também um tema emergente. Emergente no sentido de que vem despertando novo interesse.

Julga-se que esta temática tem muito a contribuir para os estudos dos fluxos migratórios, principalmente porque, em contextos migratórios como os pesquisados deste estudo, são fortes os vínculos entre “os que se foram e os que ficaram”, os “de cá e de lá”. Vínculos que, em boa medida, se dão, são operados e alimentados através de um de um ir e vir, de um fluxo contínuo de coisas. Coisas essas que podem ser dos mais diferentes tipos, sob a forma de encomendas, de presentes, de lembranças e uma infinidade de tipos de objetos, de mercadorias.

Dentre essas diferentes coisas, o interesse, aqui, consiste justamente naquelas que podem ser tomadas como mercadorias. E esse interesse pelas mercadorias tem uma primeira motivação: entende-se que mercadorias são coisas concretas que promovem vínculos. Ou seja, considera-se mercadoria as coisas que são objeto de uma relação de troca: onde há mercadoria há uma relação de dar algo e receber algo em troca (seja de imediato, ou posteriormente, e de forma nem sempre preestabelecida. Logo, uma das capacidades intrínsecas de uma mercadoria é estabelecer algum tipo de vínculo entre duas ou mais pessoas. O que implica dizer que uma mercadoria é um objeto concreto em torno do qual se estabelece uma relação social, um vínculo social.

Esta afirmação é central dentro do argumento que se busca desenvolver, pois, como já sinalizado, ela tem proximidade com o que propõe Arjun Appadurai em “A vida social das coisas” (2008). Notadamente,

quanto à sua sugestão de que as coisas circulam, de que elas têm uma trajetória social própria, na qual podem assumir condições e significados diferentes ao longo dessa sua trajetória. Algo que vai depender do contexto, dos agentes envolvidos, dos significados e práticas sociais em questão em determinados momentos. Um dos pontos centrais do argumento de Arjun Appaduria é justamente este: se as coisas podem assumir diferentes condições, elas podem, em determinado momento e contexto, existirem como mercadorias.

Logo, para os significados e as identidades sociais das coisas, são fundamentais os momentos e contextos das trajetórias destas mesmas coisas, conforme as apreensões, os significados, formas e usos sociais dados por indivíduos e grupos em interação. O que implica, por sua vez, considerar que a condição mercantil de uma coisa é algo que se relaciona a momentos, contextos, relações sociais nos quais uma dada coisa está inserida e nos quais se operam certos tipos de relações de troca entre sujeitos/agentes.

É preciso estar atento para o fato de que o uso dos termos mercadoria e mercantil trazem certo risco. Um risco que é inerente às sociedades capitalistas como a atual: o risco de julgar que toda mercadoria está diretamente relacionada a uma necessidade material, utilitarista, ou de subsistência. Tende-se, por exemplo, a pensar as mercadorias em termos de valor de uso e valor de troca. Mas isto é apenas uma parte do que pode vir a ser uma mercadoria, considerando o sentido antropológico mais amplo assumido aqui.

Dentro desta pesquisa, pode-se citar um exemplo que ilustra as limitações deste tipo de perspectiva excessivamente econômica: o que se leva de São Paulo para o Piauí não raro é algo cujo valor de uso (utilidade) e de troca (pecuniário, financeiro) tende a ser maior do que o que se manda do Piauí para São Paulo. Uma TV, por exemplo (que faz parte da lista de objetos passíveis de serem enviados de São Paulo para o Piauí), em termos pecuniários, custa muito mais que alguns quilos de carne de bode. Mas, no jogo de trocas, de amplos valores que ligam “os de lá com os de cá”, uma carne de bode que é mandada do Piauí como uma lembrança ou presente, não raro, tende a ter um valor simbólico incomensurável para aquele que dá e para aquele que recebe. E na condição de presente, tanto pode ter um valor simbólico de peso não tão distante ao da TV (quando está em jogo o ato de troca que alimenta vínculos), quanto pode, por exemplo, conter

algo que uma TV não tem (pode remeter àquele que recebe a carne de bode certas lembranças e a certos vínculos e dimensões de pertencimento dele para com sua terra de origem, no Piauí).

Ao referir “o que se leva e do que se traz” do Piauí e São Paulo, considera-se, portanto, que muitas coisas que são levadas e que são trazidas nestes fluxos e contrafluxos migratórios são parte fundamental do que alimenta e mantém vivas e articuladas essas redes sociais que vinculam “os de lá com os de cá”. Considerando que isso ocorre porque essas coisas podem assumir uma condição, uma situação mercantil. Situação mercantil que envolve a noção de que “[...] a vida social de qualquer “coisa” pode ser definida como a situação em que sua trocabilidade (passada, presente ou futura) por alguma outra coisa constitui seu traço social relevante” (APPADURAI, 2008, p. 27).

Neste sentido, possivelmente muito do que se leva e do que se traz, entre o Piauí e São Paulo e São Paulo e o Piauí, é parte de um grande movimento de coisas que vem e que vai, dessa maneira, constituindo uma contínua relação de troca, onde o que está em jogo não são só as coisas em si. As coisas que vêm e que vão. Ou as coisas trocadas. Mas a própria dinâmica da troca das coisas como parte fundamental do que vincula os “daqui com os de lá”, a alimentar as redes de relações sociais que os mantêm unidos. Ou seja, em boa parte daquilo que “se leva e se traz”, estão sendo depositadas e acionadas relações de trocas, dinâmicas de troca. Trocas essas que são fundamentais para as redes que são constitutivas e constituintes desses fluxos migratórios.

É preciso, contudo, que se pontue que nem tudo aquilo que faz parte desses fluxos e contrafluxos e suas redes sociais são concretamente tangíveis, mensuráveis. As notícias, os afetos, vínculos de consanguinidade ou aliança, valores, são alguns exemplos daquilo que também é mobilizado. Mas que não são coisas materiais, concretas.

Porém, fato é que, muitas vezes, vinculado a essas coisas não tangíveis existe todo um conjunto de coisas concretas, efetivamente materiais. Coisas que são movimentadas e que igualmente podem mover aquilo que não é imediatamente tangível. Coisas que movem afetos, vínculos, valores. Coisas que tanto podem vir a suprir uma necessidade material (ter um valor de uso),

servir para a troca (valor de troca), quanto podem envolver outras dimensões da vida social que não aquelas que dizem respeito apenas a uma perspectiva utilitarista ou exclusivamente econômica. E isso desperta interesse porque as coisas são potencialmente capazes de carregar uma densidade de revelações sobre o que e quem está pesquisando.

Um dos motivos pelos quais isso pode ocorrer é porque as coisas em si, como bem sabe-se, são e não são seres inanimados. Se, por um lado, podem ser apenas objetos (uma concha é uma concha, uma pedra uma pedra); por outro, quando abordados da perspectiva humana, esses objetos são potencialmente aptos a receberem algo a mais que os anima. Através de uma ação humana – de uma atribuição de sentido da parte dos seres humanos – um objeto, uma coisa, pode ganhar novas dimensões, novos significados. Daí uma concha deixa de ser simplesmente uma concha, uma pedra deixa de ser simplesmente uma pedra. Para tanto, basta que indivíduos, pessoas ou grupos atribuam a um dado objeto um algo a mais que vai além de sua condição física efetiva, que tanto incorpore quanto ultrapasse sua pressuposta utilidade (que, muitas vezes – no caso de nossa sociedade – tem seu significado sendo dado por uma *razão prática* (SAHLINS, 2003)).

As coisas, os objetos são, portanto, parte fundamental da vida social, tal qual reconhece a antropologia social. Como coloca José Reginaldo Gonçalves (2007, p. 16):

Não será exagero afirmar que o entendimento de quaisquer formas de vida social e cultural implica necessariamente na consideração de objetos materiais. Estes, na verdade, sempre estiveram presentes na história da antropologia social e/ou cultural e particularmente na literatura etnográfica. Alguns se tornaram célebres: os **churinga** nos ritos australianos (DURKHEIM, 2000); os colares e braceletes do circuito do **Kula** trobriandês (MALINOWSKI, [1922] 1976); as máscaras **dogon** (GRIAULE, 1938). Mas ao longo da história da disciplina nem sempre os antropólogos estiveram voltados para o estudo dos objetos materiais enquanto tema específico de descrição e análise. Acompanhar as interpretações antropológicas produzidas sobre os objetos materiais é até certo ponto acompanhar as mudanças nos paradigmas teóricos ao longo da história dessa disciplina.

Um aspecto que chama a atenção neste enunciado de Gonçalves é o de ele apontar para o fato de que a questão das coisas, dos objetos, e

mesmo da circulação de objetos, sempre esteve presente na antropologia e nos campos de estudos dos antropólogos. Basta observar que uma das obras seminais da antropologia – “Argonautas do Pacífico Ocidental”, de Bronislaw Malinowski – é, em boa medida, uma obra que se desenvolve em torno da troca de dois tipos de objetos de grande valor para os trobriandeses, por ele, pesquisados: pequenas conchas e ostras esponjosas.

Como é de amplo conhecimento, em “Os Argonautas”, Malinowski apresenta e analisa o ritual trobriandês do Kula, que vem a ser um sistema de trocas recíprocas que se desenvolveu num conjunto de mais de 12 ilhas do Pacífico Sul. A título de recordação, pode-se dizer que, segundo Malinowski, essas ilhas formavam o “Círculo do **KULA**”, onde dois tipos de coisas, objetos, dois artigos ornamentais, e altamente valiosos para aqueles nativos, eram trocados em sentidos contrários: de um lado pulseiras, feitas a partir de pequenas conchas (denominadas *mwalî*), eram ofertadas sucessivamente no sentido anti-horário, ao longo do círculo num ritual em que se usava a mão direita para ofertar as mesmas; de outros colares feitos à base de ostras esponjosas (denominadas *soulava*) circulavam no sentido horário e eram dados através da mão esquerda. Nesta perspectiva malinowskiana, o **Kula** funcionava como um sistema de reciprocidade e de coesão social, que se movia e estabelecia, em torno e através da troca, ritual desses dois objetos. Um sistema que, segundo malinowski, sustentava-se numa regra fundamental: “uma vez no Kula, sempre no Kula” (ou seja, através da troca ritual desses objetos (mercadorias) entre essas ilhas, aldeias, os trobriandeses estabeleciam fortes e duradouros vínculos entre si).

Fato é que Malinowski, em “Os Argonautas”, ensina não só a fazer pesquisa de campo com observação participante, como também que os objetos, as coisas, podem promover a reciprocidade e a coesão social. Aprende-se como certas coisas - ao serem mobilizadas - movem um conjunto de relações e interações entre membros de grupos ou sociedades. Toma-se conhecimento de que certas coisas, em certos contextos, podem incorporar sentidos e valores que lhes tornam profundamente significativas para aqueles que delas se apropriam, que as mobilizam e as incorporam em suas vidas e dinâmicas socioculturais.

Essa apropriação e uso investigativo que Malinowski fez de coisas materiais foi tão significativa que influenciou muitos estudos. Como é o caso

de uma grande tradição antropológica em particular, a Escola Sociológica Francesa. Quando se faz referência a esta escola, pensa-se principalmente em Marcel Mauss e em seu *Ensaio sobre a dádiva* (2003), onde ele tanto explicitou a influência de Malinowski sobre esse seu estudo quanto o fato de que determinados objetos, determinadas coisas, em dadas sociedades, são parte relevantes daquilo que se dá, daquilo que se recebe e daquilo que é retribuído nos rituais de prestações totais ou agonísticos. Logo, essa coisa dentro dessas dinâmicas sociais torna-se mais que objetos. Passa a ser dotada de um poder intrínseco. Essas coisas trazem em si, como coloca Mauss, tanto um *mana* quanto um *hau*, uma força mágica que as faz circular, ir e voltar. Força esta que emana do próprio social e que, em certa medida, é o próprio social presente nas coisas sob a forma do *hau*, do seu *mana*. *Hau* e *mana* têm a força de vincular, ligar as pessoas, umas às outras.

Aqui vale mais uma vez evidenciar o principal argumento: as coisas materiais são, muitas vezes, parte fundamental da vida social, da constituição da vida social. Principalmente, quando estão em movimento, quando estão sendo trocadas, em circulação.

Através das coisas, dos usos e trocas que os seres humanos fazem delas, entre si, o social realiza-se. E se elas, as coisas sob a forma de mercadorias, são tão importantes, é porque, como colocam Mary Douglas e Baron Isherwood em **O Mundo dos Bens**: “Os bens são neutros, seus usos são sociais; podem ser usados como cercas ou como pontes” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 36).

É essa capacidade de unir, de vincular que interessa nas coisas materiais, nas mercadorias. O ponto de vista antropológico, aqui, é, portanto, semelhante ao que Mary Douglas coloca noutra assertiva sua: “O ponto de vista do antropólogo é de que as coisas cuja posse significa riqueza não são necessárias por elas mesmas, mas pelas relações sociais que elas sustentam” (DOUGLAS, 2007, p. 19). Em suma, julga-se que as coisas são interessantes em virtude das relações sociais que elas sustentam.

FLUXOS MIGRATÓRIOS E FLUXOS DE MERCADORIAS

Como indicado inicialmente, a relevância das mercadorias dentro dos fluxos e contextos migratórios evidenciou-se como uma decorrência

do desenvolvimento desta pesquisa, do que era observado no campo e com o que foi sendo encontrado em determinados textos sobre migrações.

No que se refere ao contexto desta pesquisa que desenvolve-se ao longo dos últimos dois anos, ela tem como um dos locais fundamentais de seu desenvolvimento uma agência familiar – Elias Turismo e Transporte Ltda. – que oferece transporte de passageiros e mercadorias entre a microrregião de São Raimundo Nonato, no Piauí, e o bairro de São Miguel Paulista, na cidade de São Paulo (BRAGA, 2011). Foi ali que se começou a constatar que não só os migrantes estão em fluxo, mas uma infinidade de coisas materiais também.

Interessados em estudar os migrantes³ e as redes de relações sociais que mantêm e alimentam determinados fluxos migratórios entre a microrregião de São Raimundo Nonato e a cidade de São Paulo, percebe-se que uma grande movimentação de coisas e as mais diversas mercadorias são mobilizados nesses fluxos migratórios, no ir e vir dos migrantes. E igualmente detecta-se que essas coisas são uma parte muito importante dos processos que alimentam as relações sociais e que ajudam a sustentar, alimentar e mover as redes de relações sociais migrantes.

Nesses fluxos migratórios, tanto as pessoas quanto coisas se movem. E se as coisas são importantes, são porque estão em movimento. E principalmente porque, ao serem trocadas dentro dos fluxos migratórios, revelam muito sobre quem são aqueles que estão dentro desses processos e redes de fluxos migratórios, sobre o que eles valorizam, sobre como compreendem, definem e alimentam suas redes de relações sociais, como são os vínculos que eles mantêm uns com os outros.

Trata-se, portanto, de perceber que as coisas são partes fundamentais daquilo que mantém unidos os “daqui com os de lá”, que estão presentes em diferentes posições e localidades que compreendem os

³ Os migrantes que estão sendo pesquisados são principalmente aqueles que se utilizam dos serviços prestados pela empresa de Seu Elias e que estão inseridos dentro das redes de relações sociais que se entrecruzam na agência de turismo e que – de alguma forma – têm seu Elias como parte da mesma. Interessa, aqui, primordialmente, o migrante do “interior” (este é um termo *emic* utilizado pelos migrantes da região de São Raimundo e que indica que se trata de alguém que mora na zona rural, ou em um povoado ou numa pequena propriedade rural), principalmente aqueles que se deslocam continuamente entre o interior do Piauí e São Paulo. Aqueles que estão dentro dos fluxos migratórios, ora no Piauí, ora em São Paulo. Migrantes estes que, nesta perspectiva, são parte importante para os processos de mobilização e movimentação das redes de relações sociais que ligam aqueles que estão no Piauí com os seus que estão em São Paulo.

espaços sociais e geográficos dentro do quais estão inseridos esses migrantes e aqueles com os quais mantêm vínculos sociais significativos. O que se manda, o que se leva, o que se traz é muito importante para estabelecer vínculos entre os “daqui e os de lá”. Encomendas, presentes, não raro, geram expectativas entre aqueles que esperam e aqueles que vão de um lugar para outro nos fluxos migratórios.

Mas esse fluxo de coisas é bem mais do que algo que gera expectativa. Como coloca a antropóloga Andréa Lobo, em seu estudo sobre migrantes cabo-verdianos (e que é perfeitamente válido para o caso aqui analisado), os fluxos de objetos e informações entre migrantes “daqui e de lá” são importantes justamente por movimentarem as relações entre esses migrantes, seus parentes e amigos, pois desse fluxo de objetos

[...] emanam valores importantes, como a reciprocidade, a solidariedade e a responsabilidade. Além destes, são igualmente importantes os campos de tensões, de negociações e de tomadas de decisões construídos por intermédio das trocas, campos estes que alimentam nos envolvidos um sentimento de pertencimento (LOBO, 2010, p. 31).

O QUE SE LEVA, O QUE SE TRAZ

Como já referido, ao pensar neste texto sobre o que se leva e o que se trás, a primeira referência é a Agência Elias Turismo e Transporte Ltda. E isto ocorre porque, todas as semanas, partem da sede da agência de Seu Elias, em São Paulo, dois ou mais ônibus com destino ao Piauí, repletos de pessoas e de mercadorias. E do Piauí voltam dois ou mais ônibus com destino a São Paulo. E igualmente saem de dois a três caminhões com mercadorias, encomendas com destino ao Piauí. Em suma, um grande ir e vir de pessoas e mercadorias.

A origem da empresa ajuda a compreender o contexto pesquisado: ela começou há cerca de dez anos, quando Seu Elias foi convidado, por um dono de uma empresa de ônibus de turismo, a vender passagens para São Raimundo e região. Desde então, o negócio prosperou, tornando-se um dos importantes meios de transporte alternativo e meio de deslocamento de mercadorias para aqueles que se deslocam ou têm vínculos com a microrregião de São Raimundo e São Paulo. Seja indo ou voltando, levando ou trazendo.

E trata-se de um ir e vir, levar ou trazer, onde as relações interpessoais são fundamentais. No caso de Seu Elias, por exemplo, antes de ele ter essa empresa, já havia se tornado uma importante referência para algumas pessoas que, morando na região dos municípios de Fartura do Piauí, Dirceu Arcoverde e São Raimundo Nonato, desejavam tentar a sorte em São Paulo.

Como o próprio Seu Elias diz, desde os anos oitenta, ele vem ajudando seus “conterrâneos a se ajeitar em São Paulo”. Arrumando um lugar para o “conterrâneo” ficar, ajudando a encontrar um emprego. Em torno dele, desenvolveu-se toda uma rede de solidariedade e ajuda mútua entre os migrantes da microrregião de São Raimundo Nonato. E a partir dele, desenvolveu-se a empresa de transporte de mercadorias e passageiros. Uma empresa cujo sucesso deve-se muito às redes de relações sociais que se desenvolveram a partir e em torno dela. Redes marcadas por relações de solidariedade e ajuda mutua, onde Seu Elias é um dos agentes sociais dos mais importantes, como já referido.

Tanto que, em torno da sede de sua Agência de Turismo, no bairro de São Miguel Paulista, é muito fácil encontrar alguém que, ao chegar a São Paulo, pela primeira, vez contou com alguma ajuda de Seu Elias. O que possibilita afirmar que foi em virtude dessa prática de “ajudar o conterrâneo” e a partir dela, que ele, Seu Elias, terminou por construir seu negócio, a Agência de Turismo.

Pode-se pensar que ajuda mútua, família, parentesco, solidariedade e compadrio são realidades e valores muito em alta e que estão presentes em torno da Agência de Turismo de Seu Elias. E quanto mais aproxima-se de forma empírica e interpretativa desses aspectos mais parece ficar evidente que o que emerge daquilo que inicialmente parece ser um negócio em torno do transporte de pessoas e mercadorias entre o interior do Piauí e a cidade de São Paulo, revela-se, cada vez mais, como uma complexa rede de solidariedade e fluxo de pessoas e mercadorias, na qual, o que vincula uns aos outros são, principalmente, relações familiares, de parentesco e alianças. Relações que estão mobilizando bem mais do que passageiros e diferentes tipos de mercadorias: mobilizam-se afetos, valores, vínculos de parentesco, alianças, sentimentos de pertencimentos, sinais diacríticos referentes às identidades locais e regionais, princípios morais, dinâmicas econômicas

específicas, pertencimentos e vínculos religiosos. Sendo que, muito disso que é mobilizado, é mobilizado através de mercadorias que vêm e que vão.

Mas essas relações entre valores, afetos, vínculos, sentimentos de pertencimento e identidade mobilizados por pessoas e mercadorias não são sempre as mesmas a obedecerem às mesmas direções. Daí o interesse pelo que se leva e o que se traz. Pois o que se leva e o que se traz têm muita relação com os sentidos, as direções nas quais as coisas, as mercadorias, os presentes, as encomendas são movimentadas pelos migrantes.

Se, por exemplo, algo é levado de São Paulo para o Piauí ele tende a ter determinados significados, intenções e apropriações. Mas, quando essa mesma mercadoria, esse presente ou encomenda chega ao Piauí (e já não é mais aquilo que se leva, mas já é aquilo que se traz de São Paulo), ela tende a ganhar novos significados, uma nova condição, novas intencionalidades e apropriações. Ou seja, as interpretações, os significados e valores vão ter certa variação conforme a posição que cada pessoa ocupa na relação de troca, se ela é quem dá a partir de São Paulo, ou quem recebe no Piauí.

O mesmo é válido para o que se leva do Piauí para São Paulo. Quando algo está sendo levado do Piauí para São Paulo, possui determinados significados. Mas, quando chega a São Paulo, já é aquilo que se traz do Piauí e que será recebido por aquele que vive em São Paulo. E novas apropriações, intenções e significados entram em ação.

Com isso, quer-se chamar a atenção para o fato de que as coisas, as mercadorias, mudam os seus significados dependendo de quem as leva, de quem manda, de quem recebe, de onde se manda, de onde se recebe, por onde e como se move. Isto sempre considerando que quem atribui os significados, os sentidos e estabelece as apropriações mais relevantes são os sujeitos, os agentes envolvidos nesses fluxos de dar, levar, receber, retribuir. O que implica dizer que, ao mobilizar coisas, mercadorias, presentes e encomendas nos fluxos migratórios, os migrantes e os seus de “lá e cá” movimentam não só as coisas em si, mas uma variedade de significados. Movimentam vínculos, alianças, compromissos, negociações, afetos, definições de papéis, relevâncias de uns para com os outros, o papel dos migrantes, daqueles que estão “lá e cá”.

O fluxo de mercadoria é, portanto, parte fundamental dos fluxos migratórios. Pois se, por um lado, é fato que o que possibilita a muitos migrantes ir e voltar de São Paulo e Piauí e vice-versa são as redes de relações sociais que se estendem entre o interior piauiense e a capital paulista; por outro, são justamente esses intensos fluxos de mercadorias, coisas e objetos que alimentam e solidificam os vínculos migrantes, os vínculos dos “de lá e dos de cá”.

Mas o que é e como se dá esse fluxo de mercadoria entre “os de lá e de cá”? Que coisas são essas e como e por que elas são deslocadas “de lá para cá”?

É isso que se abordará no tópico seguinte, tentando compreender um pouco mais o que é proposto aqui, tendo em vista o contexto específico pesquisado.

MOVIMENTO DE MERCADORIAS ENTRE SÃO PAULO-PIAUI E PIAUI-SÃO PAULO

Pensando no que se leva de São Paulo para o Piauí, constata-se que as encomendas e bagagens transportadas, a partir da agência de Seu Elias, envolvem um volume, uma quantidade maior de coisas, ao comparar com outras direções de deslocamento de mercadorias. O que implica dizer que o que se leva de São Paulo vai numa quantidade muito maior do que aquilo que se traz do Piauí.

Segundo informou o proprietário dos caminhões que prestam serviços para a Agência Elias Turismo e Transporte Ltda., um dos grandes desafios que eles têm é com o retorno dos caminhões: quando eles levam mercadorias e encomendas para a microrregião de São Raimundo, os mesmos vão cheios, quase não há espaço. Porém, não é incomum os caminhões voltarem para São Paulo, muitas vezes, praticamente, vazios.

Já quanto aos tipos de mercadoria que os caminhões levam de São Paulo para o Piauí, esses tendem a ser os mais variados bens de consumo, principalmente bens duráveis: eletrodomésticos da linha branca, TVs,

aparelhos eletrônicos, motos, móveis, material de construção, instrumentos de trabalho, “mudanças definitivas”⁴.

Alguns motivos justificam este maior volume de coisas que vão de São Paulo para o Piauí. E um deles é que São Paulo ainda é vista como o “lugar onde está o dinheiro, onde se pode ganhar dinheiro”. Nesta perspectiva, os objetos que são levados para o Piauí devem apontar para o sucesso do empreendimento migratório. O que faz com que, muitas vezes, ocorra uma valorização de objetos que tragam em si a possibilidade de denotarem este “sucesso”: roupa de “marca”, aparelhos eletrônicos, motos, eletrodomésticos.

Isto implica dizer que o retorno ao Piauí deve ser – a princípio – um retorno de alguém que foi “bem-sucedido”. E os objetos pessoais que o migrante leva ou manda para o Piauí devem indicar isto. Espera-se que o retorno deva ser um retorno de sucesso. E isso deve ser demonstrado. Muitos, inclusive, procuram demonstrar isso através daquilo que usa em seus corpos, com uma roupa de “marca”, com adornos e adereços que indiquem sucesso.

Demonstrar que o empreendimento migratório foi bem-sucedido é também uma forma de retribuir, pois se torna uma forma de demonstrar àqueles que ficaram e que apoiaram ou criticaram o empreendimento migratório que este valeu a pena. Que aquilo que teve custo para quem foi e quem ficou compensou.

Igualmente, os presentes tendem a ter relação com esta formulação de sucesso. É, por exemplo, uma forma de levar àquele que ficou a compartilhar do empreendimento migratório. O presente, nesta perspectiva, reifica a relação, os vínculos que ligam uns aos outros dentro das estruturas de relações sociais e afetivas. Pode-se dizer que os presentes são dádivas por excelência, dado os valores que carregam e a aura de desprendimento projetada sobre eles.

Em síntese, crê-se que muito daquilo que se leva de São Paulo para o Piauí são coisas que tendem a por em evidência e a maximizar o sucesso

⁴ Coloca-se o “definitiva” entre aspas porque foram relatados casos de famílias que realizavam o que seria uma viagem de retorno em definitiva para o Piauí, mas que, depois de um tempo, retornaram. Segundo Seu Elias, o dono da agência citada, há casos em que famílias voltam para o Piauí com muitos bens e retornam para São Paulo com praticamente nada.

do empreendimento migratório, quando não mesmo minimizar algum tipo de insucesso. Daí porque, muitas vezes, a questão mais relevante não é se aquilo pode ou não pode ser comprado no Piauí. A questão é muito mais poder mostrar quão positivo, bom, proveitoso e vitorioso foi o tempo gasto em São Paulo, trabalhando em São Paulo. E se todos os envolvidos puderem compartilhar isso, melhor. Eis aí um importante significado daquilo que se leva de São Paulo para o Piauí. Daquilo que é trazido de São Paulo.

Se o que foi colocado anteriormente está em jogo, em parte, isso deve-se ao fato de que um empreendimento migratório – mesmo um de curta duração, onde a volta já está definida – tende a implicar em sacrifícios. Tanto para o migrante quanto para seus familiares: muitos deles têm de deixar filhos e esposa, ou os pais, cuidando sozinhos da roça; ele e os seus que ficaram no Piauí devem lidar com os distanciamentos afetivos e intervalos de ausência de notícias de seus entes queridos; eles têm de depender de ajuda de parentes em São Paulo; as condições de moradia em São Paulo nem sempre são as ideais; eles têm de estar atentos ao dinheiro ganho a fim de que seus gastos permitam levar um bom dinheiro para o Piauí.

Logo, o empreendimento migratório deve ser algo que valha a pena tanto para o migrante quanto para seus familiares. E esse valer a pena depende muito do quanto ele ganhou em São Paulo, do quanto ele conseguiu para melhorar suas condições de vida no Piauí, do quanto de tempo o dinheiro ganho em São Paulo permitirá que ele fique no Piauí, sem precisar voltar para São Paulo. Eis porque muitas das mercadorias que são trazidas de São Paulo devem conter em si a ideia de que o empreendimento valeu a pena. Tornam-se, desta maneira, uma forma de fazer com que aqueles que ficaram (e que também se sacrificaram) compartilhem do sucesso do empreendimento migratório.

As mercadorias levadas de São Paulo para o Piauí tendem a contrastar muito com o que é levado do Piauí para São Paulo. O que se leva do Piauí, principalmente, são bens alimentícios (principalmente carne de bode, farinha de mandioca ou polvilho, mel, manteiga de garrafa), pequenas lembranças. Geralmente, manufaturados produzidos no local de origem e feitos pelos próprios parentes, pessoas da região, dificilmente, sendo produtos industrializados. Porém, estas coisas tendem a ter um alto valor simbólico, sendo agregado pelos migrantes e os seus. Para

esses migrantes, o Piauí é o lugar de referência. Eles, antes de tudo, são “piauienses” (nas suas falas, dificilmente, acionam o “ser nordestino” como categoria identitária).

Como o contexto de origem desses migrantes é o rural, uma boa afirmação é que ali eles têm suas “raízes”. O que implica considerar que a organização e percepção que os migrantes apresentam acerca de “quem eles são” têm o local de origem como ponto de referência. As comunidades, povoados e locais de residência rural no Piauí são um ponto de referência para estabelecer seu “lugar no mundo”. E mesmo para aqueles piauienses que estão estabelecidos em São Paulo, mas que mantêm vínculos com o Piauí, e que estão inseridos dentro das redes de relações sociais que se entendem entre o Piauí e São Paulo, o Piauí tende a ser um ponto de referência identitário e de vínculos de pertencimento. E, nesta perspectiva, o que se leva do Piauí para São Paulo tende a ser, muitas vezes, algo que se remete a uma busca de solidificação dos laços sociais e sentimentos de vínculos e pertencimentos.

Um exemplo já citado, mas extremamente simbólico e relevante do que se leva do Piauí para São Paulo, é a carne de bode. Principalmente, aquela que é ou da criação do próprio migrante, ou de seus pais. Cabe frisar que quase todo migrante, ou membros de suas famílias, tem uma criação de bode. Logo, a carne de bode – dentro dessas características – termina sendo um elemento importante de constituição de vínculos, pertencimentos, quando levada para aqueles que estão em São Paulo.

Logo, seja a carne de bode ou outra lembrança, o que vai do Piauí para São Paulo é usualmente simples quando comparado com aquilo que vem de São Paulo. Mas mesmo significativamente muito simples (do ponto de vista econômico), quando comparado com o que vai de São Paulo para o Piauí – tem um significado extremamente forte, pois ele não só simboliza a aliança, o parentesco, o vínculo social e afetivo, como tem uma profunda capacidade de fazer os envolvidos nessa relação de troca a reconhecerem-se como parte de uma mesma coisa, uma mesma “alma”.

Pode-se inferir que aquilo que se traz do Piauí para São Paulo é, em grande parte, algo que se remete a essas constituições de laços sociais, vínculos, sentimentos de pertencimento. É, nesta perspectiva, algo que

pode até mesmo ter mais valor do ponto de vista da alimentação dos laços sociais que ligam, vinculam uns aos outros, posto que são carregados de forte valor simbólico e afetivo. Em suma, os objetos, as coisas, mercadorias que vêm e que vão são parte fundamental desses fluxos migratórios, de tal ordem que, a partir daí, são mobilizados (através das pessoas e desses objetos e mercadorias e oferta de presentes) múltiplos significados (como os afetivos, morais, econômicos, religiosos, matrimoniais, de compadrio) que não só viabilizam esses fluxos migratórios, como também fortalecem os laços sociais que vinculam as pessoas neles envolvidas umas às outras.

É preciso considerar, portanto, que, esse ir e vir de mercadorias aproxima-se daquilo que Marcel Mauss (2009), em seu estudo *O Ensaio sobre a Dádiva*, denomina de “*fato social total*”. Julga-se que, nesse fluxo e contrafluxo de pessoas e mercadorias, está sendo acionado algo semelhante ao que Mauss aponta como sendo o princípio da *dádiva*, que caracteriza e identifica o que ele denomina de *sistemas de prestações totais e agonísticos*.

Deve-se, portanto, considerar a hipótese de que o que se opera ali, a partir da Agência de Turismo de Seu Elias, entre São Paulo e o interior do Piauí, é algo que vai além de um fluxo e contrafluxo de pessoas e mercadorias marcados exclusivamente por dinâmicas econômicas ou mesmo apenas por princípios de solidariedade e ajuda mútua.

Neste artigo, o que propõe-se é que, nesse ir e vir de pessoas, nesses deslocamentos e trocas de indivíduos e mercadorias, encontra-se algo não só de caráter econômico, mas que é “dotado de significação social e religiosa, mágica e econômica, utilitária e sentimental, jurídica e moral” (LEVI-STRAUSS, 2009, p. 91). Em suma, está-se diante daquilo que Marcel Mauss identifica como um *fato social total*.

Portanto acredita-se que o levar e trazer de mercadorias nesse contexto migratório pode ser tomado como um complexo ritual de trocas, onde o contínuo movimento do dar-receber-retribuir de mercadorias que os indivíduos estabelecem entre si são parte fundamental das suas alianças e como essas são constituídas. São parte relevante da forma como assumem compromissos mútuos e se comprometem uns com os outros, posto que dar-receber-retribuir se configura como obrigações mútuas entre as partes envolvidas. Uma troca que, como observa Lanna (2000, p 176), não é só

[...] material, mas também uma troca espiritual, uma comunicação entre almas[...]. **Pois** toda troca pressupõe, em maior ou menor grau, certa alienabilidade. Ao dar, dou sempre algo de mim mesmo. Ao aceitar, o receptor aceita algo do doador. Ele deixa, ainda que momentaneamente, de ser um outro; a dádiva aproxima-os, torna-os semelhantes. A etnografia da troca dá ainda um novo sentido às etiquetas sociais. Por mais que estas variem, elas sempre reiteram que, para dar algo adequadamente, devo colocar-me um pouco no lugar do outro (por exemplo, de meu hóspede), entender, em maior ou menor grau, como este, recebendo algo de mim, recebe a mim mesmo (como seu anfitrião).

Um princípio da *dádiva que* fica bem perceptível nos presentes que são dados por aqueles que vão de São Paulo para o Piauí e aqueles dados por quem vêm do Piauí para São Paulo. O que se constata no fato de que, quando o migrante vai para o Piauí, é quase compulsório levar um presente para os parentes, principalmente, para os do círculo familiar mais próximo⁵. Um dar presentes onde pode haver até mesmo um sentido agonístico nesse gesto de dar. Isto porque, em alguns casos, para a compra desses presentes, foi gasto uma parte significativa do dinheiro ganho em São Paulo. E quanto mais custa um presente, maior pode ser a possibilidade de ele ser tomado como um indicador de que a estadia em São Paulo foi um sucesso.

Igualmente, esses presentes tendem a obedecer a uma lógica: quanto mais próximo o parente, quanto maior o vínculo familiar, mais significativo ou vistoso costuma ser o presente. O que implica dizer que o ato de dar o presente é uma importante forma de aproximar e solidificar os laços familiares. É uma forma de mostrar a relevância que aquela pessoa que recebe tem para aquele que está dando e uma forma de mostrar a própria relevância da família como espaço central da vida social.

No entanto, se os presentes dados por aqueles que vão de São Paulo para o Piauí tendem a ser acompanhados de um caráter agonístico (onde os presentes costumam se superar em beleza e relevância), os presentes dados por aqueles que vão do Piauí para São Paulo tendem a ser mais simples, porém não menos significativos. São os casos já citados da carne de bode

⁵ Esta questão da obrigatoriedade de dar presentes é observada e analisada por Verena Sevá Nogueira, em artigo onde ela analisa processos migratórios de famílias camponesas que se deslocam entre o município baiano de Aracatú e a região de Campinas, SP. (NOGUEIRA, 2011).

curtida no sol, de mel, ou algum outro tipo de alimento típico do sudoeste do Piauí, da “terra natal”.

Desse aspecto, o fato de que, para um piauiense da microrregião de São Raimundo Nonato, poucas coisas têm, por exemplo, mais capacidade de remeter o migrante à sua origem do que a carne de bode. A carne de bode remete o piauiense do “interior” (isto é, da zona rural) a uma de suas principais dietas, a um pedaço de terra que foi seu ou de seus antepassados, às lembranças da infância, da família, da vida na roça, ao ritmo de um tempo próprio do sertanejo e, principalmente, simboliza um “local de encontro” com uma condição comum: ser piauiense, ser de São Raimundo, ser da Fartura, ser da Barrinha, ser do Porrotó, ser um Silva, ser um Dias, ser um Braga, ser um Neves, Januário, Santana, Campos, Passos ou Fernandes.

Neste sentido, o presente que chega do Piauí – mesmo significativamente muito simples (do ponto de vista econômico) quando comparado com o que vai de São Paulo para o Piauí – tem um significado extremamente forte, pois ele não só simboliza a aliança, o parentesco, o vínculo social e afetivo, como tem uma profunda capacidade de fazer os envolvidos nessa relação de troca reconhecerem-se como parte de uma mesma coisa, uma mesma “alma”.

Esse ir e vir de pessoas e mercadorias também está atravessado pela questão de “ser piauiense”, onde todos aqueles que fazem parte desse grande movimento de dar-receber-retribuir são envolvidos numa espécie de idealização com implicações concretas de uma “grande família”, onde os “parentes” estão sempre prontos a se ajudarem mutuamente. Uma ajuda cuja uma das formas de ser celebrada é justamente na troca de mercadorias, no movimento do “dar-receber-retribuir”.

É preciso estar atento, contudo, à percepção muito comum de que um ato não pode, ao mesmo tempo, ser espontâneo e obrigatório, altruísta e egoísta. Deve-se considerar que esta é uma percepção ideológica e moral relativa à própria sociedade (LANNA, 2000). Mauss (e outros que o sucederam), em contrapartida, mostra que a *dádiva*, os *sistemas de prestações totais* ou *agonísticos* que identificaram em diferentes sociedades vão numa direção contrária. Fato é que nas dinâmicas sociais onde se estabelecem alianças não existe o dar e o receber sem o princípio do retribuir. Como

exemplifica Mauss (2003), ao citar a noção Maori de *hau* (o espírito das coisas que sempre volta), a retribuição deve obrigatoriamente ocorrer, mesmo que seja sobre outra forma, de uma outra maneira, mas mantendo o *espírito* que mantém unidos uns aos outros. Ao trocar as coisas, enquanto *dádivas*, há algo que, em concomitância, está presente nessas coisas e as atravessa e, assim, vincula uns aos outros. São amálgamas da aliança que estão sendo instauradas.

Retomando a célebre frase de Malinowski sobre o Kula (“*uma vez no Kula, sempre no Kula*”), pode-se considerar que, para esses migrantes, uma vez na rede, sempre na rede de relações sociais nas quais eles estão inseridos e que os mantêm unidos, que os vincula à terra de origem, que os possibilita transitar e estar numa grande metrópole como São Paulo e ali realizar um empreendimento migratório.

E, para isso, é preciso “ser parente”, estar vinculado a algum tipo de relação e redes de parentesco. Fato que aponta para a importância da família e das redes familiares e de parentesco nos processos migratórios entre o Nordeste e São Paulo e São Paulo e o Nordeste.

Redes que precisam ser alimentadas, mantendo-se vivas e vitais. Nesse sentido, a relevância das coisas, das mercadorias: mercadorias são objetos promotores de relações entre indivíduos, pessoas. Mercadorias são mercadorias porque são trocadas. Para o que se dá é preciso que algo seja dado em troca. E certos processos de troca são, na realidade, um contínuo movimento de “dar-receber-retribuir”, onde tão ou mais relevante do que a coisa em si é a capacidade de manterem os indivíduos, as pessoas vinculadas, unidas entre si.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. *A Vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2008.
- BRAGA, Antonio M. C. Velhos e Novos Caminhos Para a Cidade: mobilidade e redes familiares entre interior do Piauí e São Paulo, SP. In.: MENEZES, Marilda; GODOI, Emilia Pietrafesa de. (Orgs.). *Mobilidades, redes sociais e trabalho*. São Paulo, SP, Brasília, DF: Annablume/CNPq, 2011.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O Mundo dos Bens – Para uma Antropologia do Consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

- DOUGLAS, Mary. O Mundo dos Bens, Vinte Anos Depois. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, RS, Ano 13, n. 28, p. 17-32, jul./dez. 2007.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio. *O sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Universidade de Brasília/MCT/CNPq, 1989.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, RJ: MiC, IPHAN/Garamond, 2007 (Coleção Museu, Memória e Cidadania).
- LANNA, Marcos P. D. Nota sobre Marcel Mauss e O Ensaio sobre a Dádiva. *Revista de Sociologia e Política*, n.14, p.173-194, junho de 2000.
- LOBO, Andréia de Souza. Mantendo Relações à Distância. O papel do fluxo de objetos e informações na configuração de relações familiares transnacionais em Cabo verde. In: Trajano FILHO, Wilson. *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: Athalaia, 2010.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As Estruturas Elementares de Parentesco*. Pretópolis: Vozes, 2009.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.
- MENEZES, Marilda Aparecida. *Redes e enredos nas trilhas dos imigrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro/João Pessoa: Relume-Dumara/EDUEPB, 2002.
- NOGUEIRA, Verena Sevá. Dádivas e redes: o processo migratório em famílias camponesas. In: MENEZES, Marilda; GODOI, Emília Pietrafesa de. (Orgs.). *Mobilidades, redes sociais e trabalho*. São Paulo, SP/Brasília, DF: Annablume/CNPq, 2011.
- _____. *Sair pelo mundo. A conformação de uma territorialidade camponesa*. Campinas, SP: PPGAS/IFICH/Unicamp, 2010.
- RIGAMONTE, Rosani Cristina. Sertanejos *Contemporâneos: entre a metrópole e o sertão*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/FAPESP, 2001.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SCOTT, Russel Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativo” e o “meio do mundo”. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias* São Paulo/Brasília, DF: Unesp/Nead, 2009. v.2
- WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato In: WELCH, Clifford Andrew et al. (Orgs.). *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas* São Paulo Brasília, DF: Unesp/Nead, 2009. v.1. p. 217-238.

PARTE IV
MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS
INTERNACIONAIS

A DIÁSPORA CHINESA NA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI: FLUXOS GLOBAIS E DINÂMICAS LOCAIS DE UM PROCESSO MIGRATÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO

Rosana Pinheiro-Machado¹

INTRODUÇÃO

Nem parecia inverno no sul do Brasil, quando os termômetros marcavam 35 graus em pleno julho de 2006. As cataratas de Foz do Iguaçu estavam secas e os turistas frustrados. A Ponte da Amizade, que divide o Brasil e o Paraguai, já não estava tão lotada de comerciantes como outrora. Se alguém que nunca tivesse visitado a fronteira antes, estivesse lá naquela época e visse a multidão que atravessava incessantemente de um país para outro, não conseguiria imaginar de que tal multidão é quase nada se comparada àquela de tempos atrás... O esvaziamento, entretanto, não era fruto do clima atípico, mas de um processo social mais amplo que vem ocorrendo nessa fronteira, nos últimos anos.

¹ Antropóloga, professora e coordenadora de pesquisa da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM Sul. E-mail: rmachado@espm.br ou rpinheiromachado@yahoo.com.br

Eu estava retornando de mais uma temporada de trabalho de campo, encontrava-me ansiosa para atravessar a Ponte e rever Lily, minha principal informante, uma chinesa de Guangdong, que mora no Paraguai e é proprietária de loja de bolsas, chapéus e miniaturas de perfumes *Dior*. Diante de todas as dificuldades que me deparei ao fazer o trabalho de campo entre a comunidade chinesa na fronteira, Lily era uma luz no fim do túnel, com sua disponibilidade para me receber. Atravessei a Ponte de *mototaxi* para chegar mais rápido a Ciudad del Este, no lado paraguaio. Já preparando o sorriso do reencontro, dirigi-me imediatamente à galeria onde era a sua loja, mas só encontrei o deprimente ambiente de luzes apagadas, pedaços de papelão espalhados e uma placa dizendo: aluga-se.

Lily tinha fechado a sua loja no Paraguai e aberto uma menor em Foz do Iguaçu, no lado brasileiro da fronteira. A readaptação é fruto de uma conjuntura brasileira, e também internacional, de combate ao contrabando e à pirataria que se estabeleceu nos últimos anos, e que produz implicações diretas num contexto macrossocial, que é a diáspora chinesa da contemporaneidade. Ciudad del Este, de aproximadamente 250 mil habitantes, recebe uma comunidade de cerca de 10 mil imigrantes chineses² – quase a metade do que existia no início dos anos de 1990, auge do comércio fronteiriço, dos sacoleiros brasileiros e dos imigrantes que chegavam para abrir lojas e importar mercadorias da China. Uma grande parte desses comerciantes trabalha em Ciudad del Este e mora no lado brasileiro de Foz do Iguaçu.

Ciudad del Este, assim, já foi um dos maiores centros comerciais do mundo no ramo de “pequenos bens *made in China*”. Em outras palavras, bugigangas: bolsas, tênis, perfumes, eletrônicos, informática, falsificações, acessórios para a casa. É, ainda, a segunda maior saída de contrabando do mundo (para o Brasil) e, conseqüentemente, uma das mais visadas por ser também considerada uma das quatro fronteiras internacionais mais perigosas devido às práticas ilegais que atravessam por ela. Comerciantes chineses e árabes, turistas e sacoleiros movimentam essa economia que, segundos dados da Receita Federal, chega a dois bilhões de dólares anuais. Apesar da decadência, ela ainda representa uma das maiores

² Esse número leva em consideração os chineses que moram tanto no lado brasileiro da fronteira, em Foz do Iguaçu, quanto em Ciudad del Este. Mas, praticamente, todo esse contingente trabalha no lado paraguaio.

fontes de subsistência do Paraguai. Todavia, com a pressão internacional e a fiscalização federal brasileira, esse comércio drasticamente anuncia seu fim, contabilizando uma queda de até 80% no lucro de muitos donos de lojas, fazendo com que muitos deles – a maioria composta por imigrantes – fechassem seus estabelecimentos.

Esses fatos acarretaram em um reordenamento da imigração chinesa na América Latina. Assim como Lily, muitos comerciantes estão fechando suas lojas e encontrando novas possibilidades de vida. Abrir um negócio em Foz do Iguaçu é a solução mais imediata e menos drástica. São Paulo, México, Estados Unidos, países da América Central, ou até mesmo o retorno à terra natal, também, aparecem como alternativas aos imigrantes que deixam o Paraguai. Assim, nos dias de hoje, pode-se observar um processo claro que incita novos fluxos migratórios de dimensões internacionais.

Neste artigo, explora-se uma faceta recente da diáspora chinesa, que foi impulsionada pela distribuição de mercadorias baratas *made in China* em escala internacional. Por meio desse processo, formaram-se diversas rotas comerciais chinesas. O estudo abordou a cadeia global no eixo China-Paraguai-Brasil. A pesquisa aqui apresentada diz respeito a uma parte desse mercado, a fronteira Brasil/Paraguai, que atua como um grande entreposto de mercadorias. Analisam-se, para tanto, algumas particularidades da migração chinesa que se estabeleceu em Ciudad del Este, para, então, argumentar que a especificidade dessa comunidade reside na forma como a mesma se constituiu ante um contexto que apontava a uma crescente fiscalização do comércio lá estabelecido.

A pesquisa etnográfica foi conduzida entre os anos de 2003 e 2006. Nos dois primeiros, foram realizadas algumas viagens pontuais para Ciudad del Este, com duração de 48 horas cada, acompanhando comerciantes brasileiros da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Já nos últimos dois anos de pesquisa, foram realizadas viagens mais longas para a fronteira, com estadia em Foz do Iguaçu e atravessando diariamente a Ponte da Amizade – a pé, de mototáxi, de ônibus, *van* ou carro – para chegar à Ciudad del Este. O objeto de estudo não era mais o comércio realizado por sacoleiros, mas aquele realizado por imigrantes chineses, proprietários de lojas na cidade paraguaia. Naquele período, também,

realizou-se pesquisa sobre a fiscalização propriamente dita, a partir do contato estabelecido com agentes da Receita e Polícia Federal, tanto na rotina de trabalho da Ponte da Amizade quanto nas sedes dessas instituições.

Por fim, este artigo divide-se em quatro partes. Na primeira, tecem-se algumas considerações sobre a diáspora chinesa e como a mesma chegou à fronteira Brasil-Paraguai, formando uma comunidade de características singulares. Posteriormente, analisa-se a ideia de autocentrimento, que ocorre entre os imigrantes e o papel da família no contexto migratório e de negócios. Na terceira parte, discutem-se os pequenos dramas cotidianos advindos das relações interétnicas entre chineses, brasileiros e paraguaios. Finalmente, apresentam-se as consequências do processo fiscalizador contra o contrabando e a pirataria que começou a se fortalecer nos anos 2000 e as consequências disso para o planejamento de novos movimentos migratórios.

A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE CHINESA NA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI

Após a abertura econômica, em 1978, a China começou a produzir mercadorias baratas em massa, as quais foram comercializadas em escala internacional. A maioria das fábricas está localizada na província de Guangdong, no sul da China, na região do Delta do Rio da Pérola, onde também se encontram as principais Zonas Econômicas Especiais do país, como Shenzhen. Trata-se de uma área voltada para o mar, cuja tradição de comércio marítimo ultrapassa os séculos. Devido a essas características, historicamente, um grande contingente de pessoas tem deixado essa província desde o século XVI (DYKE, 2005; PAN, 2006).

Embora a diáspora chinesa tenha se configurado desde longa data, a explosão da imigração chinesa, para todas as direções, deu-se no século XIX, especialmente, em virtude da Guerra do Ópio, obtendo, assim, uma dimensão internacional, e não apenas concentrada nos países do sudeste asiático, que representa 80% da diáspora. Na continuidade histórica desse processo, os imigrantes de Ciudad del Este podem ser classificados como um contingente representativo das ondas recentes da diáspora que se deu a partir da segunda metade do século XX, em direção aos chamados “países novos” e Europa. Esses grupos são, em geral, compostos por refugiados de

guerra ou pessoas atingidas pela crise econômica vivida na China, nos anos 70 (MAMUNG, 2000; TROLLIET, 2000).

A inauguração da Ponte da Amizade entre Brasil e Paraguai, em 1975, despontou como um horizonte propício à atividade comercial, pois havia um caminho aberto numa fronteira internacional em plena Tríplice Fronteira³. Alguns imigrantes que estavam em São Paulo dirigiram-se para Ciudad del Este, mas a maioria é fruto de um rumo direto vindo da China. Os taiwaneses são mais antigos na ocupação da fronteira (entre 1970 e 1980), graças às relações diplomáticas estabelecidas entre Taiwan e Paraguai. Com a abertura econômica da China e o incentivo à produção de mercadorias baratas e de cópias, nos anos 1980 e 1990, começaram a chegar pessoas da República Popular da China, especialmente os cantoneses (da província de Guangdong).

Assim, semelhante a muitas comunidades chinesas, caracterizadas por seguirem mais ou menos um padrão geográfico, dialetal ou étnico (CHAN, 1995), as manifestações culturais da fronteira Brasil/Paraguai - embora sejam heterogêneas, diversificando posições religiosas e políticas - caracterizam-se por abrigar taiwaneses e cantoneses, que saíram da China para comercializar produtos baratos *made in China*. A grande maioria dos imigrantes dedica-se ao comércio fronteiriço. Segundo Troillet (2000) e MaMung (2000), que produziram estudos de referência sobre a diáspora chinesa, uma das suas principais marcas na atualidade é o desenvolvimento do pequeno comércio, onde as esferas da casa, do lazer e da loja confundem-se. Na fronteira, praticamente, todos os chineses não só trabalham em lojas, mas também vendem o mesmo tipo de mercadoria: brinquedos, ferramentas, enfeites para a casa, perfumes e eletrônicos.

Conquanto a presença de elementos da cultura chinesa seja demasiadamente reconhecível em Ciudad del Este, a cidade não abriga um espaço denominado *chinatown* - o modelo convencional de ocupação urbana da imigração chinesa. Afinal, os chineses estão espalhados por toda a cidade, não apenas restritos em um único bairro. Ademais, ainda

³ Diversos pesquisadores têm pesquisado a Tríplice Fronteira nos últimos anos, sob múltiplas abordagens, cf. <http://www.observatoriof.com>. Alguns destes estudos encontram-se nas coletâneas organizadas por MACAGNO, Lorenzo; BÉLIVEAU, Verónica Giménez; MONTENEGRO, Silvia. *A Tríplice Fronteira Espaços Nacionais e Dinâmicas Locais*. Curitiba: UFPR, 2011; bem como na organizada por BÉLIVEAU, Verónica Giménez; MONTENEGRO, Silvia. *La Triple Frontera. Dinámicas culturales y procesos transnacionales*. Buenos Aires: Espacio, 2010.

têm de dividir o mesmo espaço com árabes e paraguaios. Existe uma vasta bibliografia sobre as *chinatowns*, visto que, estas, são essenciais para compreender a diáspora ao recriarem a sociedade e a cultura chinesa sob o ponto de vista dos grupos migrantes. Em geral, caracterizam-se por agregar várias gerações e uma população que trabalha em diversos ramos de negócios e comércio.

Nessa direção, pode-se apontar mais uma peculiaridade de Ciudad del Este: há um certo padrão no aspecto geracional. A maioria é composta por casais da primeira geração de imigrantes, que possuem entre 40 e 50 anos de idade, e os seus filhos são adolescentes ou jovens. Como já mencionado anteriormente, lá se encontra sempre o mesmo tipo de loja e mercadorias. Não há diversificação profissional, sequer lojas ou restaurantes de produtos chineses para turistas, como há nas *chinatowns* de metrópoles como Nova York, São Francisco ou Paris, por exemplo. Os poucos restaurantes que lá existem são para servir a comunidade, possuindo uma ambiência não acolhedora aos turistas. Toda a imigração, portanto, gira em torno do comércio *made in China*.

Esse tipo de comércio - que movimentou uma das mais novas ondas da diáspora - costuma estar presente em diversas *chinatowns*. As implicações - em âmbito político, econômico e social em escala internacional - provocadas por esse tipo de comércio são abrangentes. No que se refere ao aspecto nacional, impulsionou um processo interno de migração das áreas rurais para as urbanas, contingente calculado entre 170 a 200 milhões de pessoas, classificadas como “populações flutuantes” (SOLINGER, 1999; ZHANG, 2001; PUN, 2003, 2005; HARVEY, 2008). No aspecto concernente à diáspora internacional, esse novo mercado estimulou centenas de milhares de pessoas a emigrarem da China, direcionando-se a locais, muitas vezes, jamais ocupados anteriormente por chineses. Uma das consequências disso são as próprias mudanças das antigas *chinatowns*, que se confrontam com problemas identitários em face de um novo contingente que chega para comercializar, muitas vezes, produtos combatidos pelo mercado hegemônico mundial.

Nos últimos anos, desde 2003, o controle aduaneiro na fronteira tem causado transformações bruscas no quadro da imigração, fazendo com que grande parte dos chineses deixe a região. Entre os informantes,

escutava-se seguidamente a frase: “Ciudad del Este acabou!” – o que aponta para o esgotamento das possibilidades de mercado daquele espaço que, outrora, havia sido fonte de enriquecimento rápido para muitas famílias. Esse contingente que vai deixando a fronteira dirige-se a locais diversos, especialmente, onde possuem *guanxi* (redes de relacionamento social) e, assim, a diáspora chinesa – que é uma teia de pessoas interligadas e interdependentes – vai sofrendo reordenações em escala internacional.

Desse modo, os dados apresentados neste artigo devem ser pensados como registros de campo de uma comunidade situada em um tempo e um espaço particular. A imagem retratada dos imigrantes, aqui, constitui uma espécie de fotografia de uma comunidade que, talvez, deixará de existir em poucos anos – ao menos, na forma tal como ela se apresenta hoje. Trata-se, nesse sentido, de uma comunidade temporária e mutante, que foi inicialmente formada pelo estímulo da produção em massa de mercadorias *made in China*, mas que, hoje, apresenta seus limites ante o contexto de fiscalização ao contrabando e à pirataria da região fronteira brasileira.

A presença chinesa na fronteira faz parte de um todo mais amplo e interconectado. Quando mexe numa peça do sistema, o efeito é reverberante. Entender a dinâmica social de Ciudad del Este pode ser uma chave para compreender as mudanças que estão ocorrendo em muitas cidades e países que, pouco a pouco, recebem novos grupos de imigrantes que deixam a região. Um dos exemplos visíveis desse processo é o papel que São Paulo tem ocupado atualmente no mercado popular brasileiro, no momento em que, cada vez mais, passa a se constituir como centro de distribuição de mercadorias chinesas baratas no Brasil, tomando o lugar que Ciudad del Este ocupou nos anos de 1980 e 1990.

YI GE XIN, YI GE ZHONGGUO: A COMUNIDADE CHINESA E O PAPEL DA FAMÍLIA COMO LÓCUS DE PROTEÇÃO

A comunidade chinesa da fronteira reside entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. Muitos moram no lado brasileiro e trabalham no outro país; outros trabalham e moram no Paraguai, mas possuem atividades regulares em Foz do Iguaçu. Existe, portanto, um fluxo intenso de passagem pela Ponte da Amizade, bem como um contato contínuo com brasileiros,

paraguaios e demais grupos migrantes que estão na região - tal como a comunidade sírio-libanesa. Tal diversidade provoca uma negociação identitária ante o contexto relacional no qual os imigrantes se encontram.

Ao longo do trabalho de campo, algumas falas sobre o relacionamento interétnico eram recorrentes. Por um lado, os estrangeiros eram vistos como uma ameaça à paz, à ordem e à harmonia familiar – segundo categorias nativas. Em contrapartida, o mundo chinês era tratado como um *locus* seguro de proteção. No que se refere aos estrangeiros, havia uma classificação que dividia aqueles que ameaçavam (os brasileiros e os paraguaios) e aqueles que simplesmente eram diferentes (a comunidade muçulmana). É importante observar que, embora os libaneses fossem concorrentes diretos no mercado fronteiriço, a ameaça era percebida como vinda, não destes, mas dos grupos com quem se mantinha contato direto. Para designar os brasileiros e os paraguaios – com os quais os imigrantes negociavam face a face, a todo o momento – as categorias de *laowai* (em mandarim: “forasteiro”) e *kuailuo* (em cantonês: “fantasma do exterior”) eram seguidamente acionadas.

No entanto, as próprias negociações entre a comunidade não eram tranquilas. Embora seja possível afirmar que se trata de um núcleo bastante autocentrado nos propósitos da cultura chinesa ou numa espécie de reinvenção da “chinesidade”, muitos informantes mencionavam que a comunidade era desunida e competitiva, e que apenas a família e as redes sociais estendidas (*guanxi*) propiciavam confiança. Assim, havia uma ambivalência no discurso, fruto de identidades acionadas conforme o contexto relacional.

Sr. Kin (57 anos), por exemplo, um cantonês, proprietário de um dos mais importantes *shoppings* da cidade, referiu que fugia dos eventos sociais com os compatriotas, pois não suportava as *fofocas*, a *malícia* e a *inveja* dos chineses. Sr. Chuen (39 anos), um militante apaixonado pela causa taiwanesa separatista, mencionou que os continentais não eram pessoas confiáveis. Opinião compartilhada pelo Sr. Liu (58 anos), taiwanês, vendedor de brinquedos e professor de mandarim, quando afirma que a prática de pirataria só ocorre entre os “comunistas”, porque Mao Tse-tung afirmava que religião não era importante e “pessoa sem religião acha que pode tudo”. Chen (32 anos), cantonês, redator do jornal chinês da cidade,

em conversa, relata que, se um compatriota vê outro passando dificuldade, vai ficar parado, dando risada, esperando ele falir.

Além desses exemplos, há relatos de diversos casos de exploração entre compatriotas – fato este que, segundo Chan (2000), serve de alerta para que as comunidades chinesas não sejam retratadas sociologicamente como um todo harmônico, unido e homogêneo. Sem dúvida, conquanto se trate de uma comunidade autocentrada, existem diferenças significativas entre os imigrantes chineses, especialmente entre taiwaneses e continentais. Os primeiros foram pioneiros no processo migratório, em virtude das relações diplomáticas existentes entre Taiwan e Paraguai, estabelecidas em 1957. Isso faz com que, em função da cooperação bilateral, os taiwaneses tenham direito à cidadania paraguaia. Esse estatuto legal transforma-se em aparato moral, operando como elemento distintivo das relações hierárquicas entre taiwaneses e cantoneses e demais continentais. Os primeiros têm suas lojas regularizadas, bem como a condição de imigrante, os segundos têm de negociar, por vezes, nas brechas da lei, essa condição.

As escolas, as festas e os sindicatos são taiwaneses. Para que os imigrantes da República Popular da China participem da vida social da comunidade, deve-se passar, necessariamente, pelas esferas socializadoras taiwanesas. As crianças estudam o mandarim tradicional praticado em Taiwan, e não o simplificado, hoje, adotado no território chinês. As festas são promovidas pelo Consulado da ilha, e não é raro encontrar cantoneses em *eventos* como o de celebração da data da “independência” de Taiwan.

Muitos taiwaneses, por possuírem maior poder na configuração local, acreditam que são mais “legais” que os continentais. As mercadorias que comercializam são consideradas de melhor qualidade, embora tenham exatamente a mesma procedência – compradas de um mesmo distribuidor que importa produtos *made in China*. Para alguns imigrantes de Taiwan, os continentais são responsáveis pela pirataria, pois estes teriam chegado depois e trazido produtos de má qualidade. Religião, origem e regularização são algumas das categorias que, no universo êmico, definem a qualidade de um bem para além de suas propriedades materiais.

Todavia, estar numa posição mais confortável na hierarquia local, não significa endossar os princípios separatistas da ilha. Exceto alguns

militantes, a grande maioria dos informantes taiwaneses era extremamente contrária à independência, pontuando que existe apenas “um só coração em uma só China”, *yi ge xin, yi ge zhongguo*”. Entre os imigrantes da República Popular, a independência de Taiwan não era, simplesmente, uma questão significativa, frequentemente respondida com um gesto realizado com o braço que representava descaso ou “deixa para lá” (PINHEIRO-MACHADO, 2010).

De modo geral, embora a comunidade se considere fragmentada, competitiva e apresente essas relevantes divisões regionais, políticas e legais, não foi possível identificar nenhuma estratégia dos imigrantes para atuar socialmente fora desse circuito, mas, ao contrário, um esforço permanente para manter-se nele, pois a comunidade, ainda que imperfeita, representa uma possibilidade de exercer a terra natal idealizada pelos imigrantes (uma China milenar, tradicional, confucionista, taoísta e/ou budista), bem como uma forma de proteção e de conforto.

Nessa direção, a comunidade chinesa não é dividida em subgrupos: existem casamentos entre taiwaneses e cantoneses, eles frequentam os mesmos lugares (como restaurantes e escolas), leem os mesmos jornais e moram nos mesmos prédios, seja no lado paraguaio ou brasileiro. Em Ciudad del Este, há quatro escolas de ensino fundamental e médio, onde as crianças e jovens estudam, em língua chinesa, a história e a geografia da China. Numa delas, 250 alunos estão matriculados. Locadoras de DVD, lojas de iguarias típicas, salões de beleza e restaurantes chineses funcionam para atender a comunidade. Paraguios, brasileiros ou demais turistas não são bem-vistos nestes locais. A grande maioria dos informantes costuma ir ao templo budista, mesmo os advindos da República Popular. Todo esse universo propicia pouco contato ou trocas interculturais.

A grande maioria dos imigrantes não domina as línguas locais, português e espanhol, mesmo depois de aproximadamente duas décadas de imigração. Pelo que se pôde constatar no trabalho de campo, nem as professoras das escolas sabem falar espanhol. Elas são, em geral, mulheres dos comerciantes e não detêm formação profissional na área de educação e dão aula por considerarem que alguém deve desempenhar esse papel na comunidade. Os imigrantes sabem, entretanto, a linguagem do comércio, que os possibilita falar com seus empregados paraguaios e clientes brasileiros.

Tal autocentramento não se deve somente ao fato de que existe um sentimento de superioridade étnica contra os “fantasmas estrangeiros”, ou ao fato de tratar-se de “um povo fechado”, que quer preservar sua cultura acima de tudo - conforme os chineses são retratados pelo senso comum. Uma das questões centrais que está em jogo neste processo é a característica do ambiente para o qual se migrou, que se impõe como um local extremamente hostil e, conseqüentemente, a valorização dos iguais surge como uma forma de proteção e de resguardo. Afinal, a região fronteiriça é vista como um “lugar maldito” pelos meios de comunicação (RABOSSO, 2004), sendo alvo de numerosas políticas públicas de combate ao contrabando, pirataria, tráfico de drogas e de armas. Os imigrantes são alvos diretos de tais práticas e discursos. Eles também alegam que sofrem preconceito racial e que, por isso, são frequentemente assaltados nas ruas de Ciudad del Este. Diante desse contexto geral, lá atua um braço da máfia chinesa internacional, que cobra por proteção forçada. Devido a todos esses aspectos mencionados, o autocentramento é, portanto, um mecanismo de proteção em sentido amplo.

A família aparece, assim, como um *locus* de segurança e paz. No momento em que se tem consciência de que o lugar para o qual se migrou apresenta cada vez mais limitações econômicas, sociais e culturais, as redes familiares ultramar constituem uma esfera de trocas de dinheiro, de crédito e de afeto, sendo a comunidade um espaço provisório na qual se constroem as identidades. Como relatou o Sr. Chen:

[...] ninguém aqui empresta dinheiro para ninguém, mas deixa o outro se ferrar por conta própria, mas na família é diferente. Eu posso não ver o meu irmão mais velho há 20 anos [que está em Toronto], mas eu sei que a hora que eu precisar, eu vou contar com a ajuda dele, porque é um vínculo que não se desfaz.

Seguindo o modelo convencional da diáspora chinesa, os negócios dos migrantes de Ciudad del Este são familiares e a vida pública e privada confundem-se na esfera das pequenas, porém rentáveis, lojas, em que se passa a maior parte do tempo⁴. No escopo da família, é fundamental que haja

⁴ Os filhos costumam ajudar na loja até a idade de estudar. A segunda geração, segundo observado no trabalho de campo, tem se dedicado aos estudos.

estabilidade. O trabalho entre essas redes pessoais faz com que informações circulem com mais rapidez e lealdade, as desavenças sejam mais facilmente contornadas e o lucro concentre-se na mesma unidade. Este fato é, para alguns autores de um amplo campo de estudos de migração chinesa, o responsável pelo sucesso nos empreendimentos econômicos, como uma espécie de ética confucionista que opera nos negócios (ver FREEDMAM, 1967; OXFELD, 1992; REDDING, 1993; DELAUNE, 1998; CHAN, 2000; GIPOULOUX, 2000; MAMUNG, 2000; MACKIE, 2000; SCHAK, 2000; WU, 2000; TAN, 2004; PINHEIRO-MACHADO, 2007; entre outros).

Em suma, é possível falar em um autocentramento relativo, no qual conviver entre a comunidade é uma forma de manter uma espécie de elo com a China e cultivar uma idealização da terra natal, que pode também se constituir como uma terra perdida, já que alguns afirmam que não reconhecem a China pós-abertura econômica (“*a China do meu coração não é a mesma da televisão*”[...] - relatou um informante). Autocentramento, nesta análise, portanto, não se refere a um espaço harmônico, de iguais e de reciprocidade coletiva, mas, antes, a algo imperfeito e em constante equilíbrio. Diante do fato de que a própria existência da comunidade esteja sob risco ante a crescente fiscalização brasileira, é na família local ou internacional que os laços de confiança se fortalecem.

TENSÕES E NEGOCIAÇÕES DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS

No escopo familiar, é possível observar o que os imigrantes concebem como “harmonia”. Trata-se de um ordenamento do mundo estável, em que o amor filial e o cultivo dos cerimoniais - princípios confucionistas - não devem ser questionados. Ademais, a família, ao trabalhar unida, constitui-se num *locus* seguro de circulação do dinheiro. A vida, no exterior, contudo, é uma ameaça à manutenção dessa ordem.

Os jovens possuem consciência de que os pais dão o máximo de si para que não haja casamento interétnico, pois isso seria fonte de conflitos na família: princípios e práticas chinesas seriam questionados. Mas a segunda geração quer relacionar-se com o universo social onde cresceram. Pedro Li, um informante de 26 anos, relata que se sentia brasileiro, paraguaio e

chinês ao mesmo tempo. Mas o namoro com uma brasileira foi fortemente evitado pela família, que o mandou de volta para Taiwan.

Uma conversa com o Sr. Chen, entretanto, foi paradigmática nesse sentido. Ele tinha seus 32 anos, na época, uma faixa etária rara na comunidade, e vivenciava justamente todos os conflitos de valores geracionais entre a fase de transição da vida jovem à adulta. A conversa iniciou com o tema do caso de Paulo Li, e ele, nervoso, acendeu um cigarro, balançou a cabeça e disse:

São os calores da juventude, todos são assim, mas quando crescem descobrem o que é melhor para si. Casamento tem que ser com uma mulher chinesa, pois elas pensam como nós, nos dão suporte para crescer. Brasileiras e paraguaias são sanguessugas, imediatistas, levam qualquer homem à miséria.

Durante tal conversa, o telefone tocou. Ele resmungava, fumava ainda mais e suave frio. Desligou e começou a falar em tom de desabafo:

Era minha ex-mulher... Quer mais dinheiro...

Tê digo uma coisa: todo o chinês que casa com uma paraguaia fica pobre. Eu não conheço nenhum que não tenha ficado, porque mulher paraguaia tira nosso dinheiro. Vocês, latinos, só pensam no hoje, no hoje. Saí da China pobre e juntei 20 mil dólares em pouco tempo aqui, até casar com uma paraguaia, que tomou todo meu dinheiro. Eu dava tudo para ela: perfumes, casa, carro, cremes, tudo de primeira linha. Tinha 60 pares de sapato e 30 blusas. Eu nunca comprei nada para mim só para ela e meu filho. Mas ela sempre queria mais e mais e mais, nunca estava satisfeita com o que tinha. Eu tinha que dar o dinheiro que ela pedia, porque era minha mulher, responsabilidade minha, não podia ter a mãe dos meus filhos queixando-se de mim para meu filho. Hoje, eu não tenho nada e nenhum chinês que casou com mulher latina tem, porque vocês só pensam em ser feliz hoje, porque são jovens, não pensam no dia da amanhã. Sabe por que as famílias não gostam que a gente case com estrangeiras? Porque sabem que isso faz a gente se desviar. Mulher latina é boa para se divertir, são fáceis e tem corpinho bonito, são alegres. Mas para casar não dá. Hoje, eu quero uma mulher chinesa para casar e conseguir reestruturar minha vida e estar concentrado para juntar dinheiro para mim e para o estudo de meus filhos.

Esse depoimento expressa uma visão de mundo muito particular e masculina. Os latino-americanos são vistos como imediatistas e os chineses como persistentes. A mulher é fonte de uma tentação quase diabólica. Ela é fútil e “fácil”. Mas mesmo assim, ele continua alimentando a coleção de sapatos, celulares e cremes, pois acredita que possui um vínculo inquebrável de responsabilidade com a família, no qual não deve apenas pagar o estudo do filho, mas também deixar a mulher satisfeita para que não reclame dele para o filho. Nesse contexto, a mulher chinesa, com todas as suas virtudes, aparece como a fonte de segurança de uma vida estável.

Depois do casamento frustrado, o pai de Chen mandou dinheiro para que ele fosse se recuperar da tristeza em Taiwan. E novamente a comparação com os latino-americanos é acionada em contraste com a estabilidade da família chinesa:

Eu cheguei lá e não via meu pai há anos, mas eu sabia que podia contar, que lá eu teria ao acolhimento da burrada que fiz. Meu pai me olhou e não disse nada, me abraçou forte e eu sabia o que tudo aquilo significava. É diferente de vocês que ficam de conversinha, se abraçam a toda ora, são cínicos. Mas depois dão um tapa pelas costas. A gente não precisa disso, naquele abraço estava todo o amor.

Não é raro, entretanto, homens adultos manterem relacionamentos extraconjugais com funcionárias jovens, brasileiras ou paraguaias. O casamento é que deve ser evitado⁵. A mulher chinesa tem uma responsabilidade imensa no que concerne à transmissão cultural: é ela quem educa, cozinha e ajuda na loja. Algumas delas possuem um poder na relação conjugal e comercial. No cassino de Ciudad del Este, um dos únicos locais de sociabilidade para os chineses, elas dominam a ambiência, apostando centenas e até milhares de dólares na roleta. Mas essa não é a realidade vivida pela maioria, que costuma se calar ao ver seus maridos mantendo relações paralelas. Isso faz com que nasça uma solidariedade espontânea feminina, que evita e repudia a mulher estrangeira.

Dada todas essas situações, o contato interétnico acaba caracterizando-se pela tensão e hostilidade. O choque de visões de mundo,

⁵Yeni, a única mulher chinesa conhecida por meio desta pesquisa, que assumiu publicamente um relacionamento com um paraguaio, também compartilha o sentimento de não se sentir mais chinesa, ao afastar-se - e ser afastada - da comunidade.

baseado especialmente nas diferentes noções de tempo, torna tais relações dramáticas para todos os grupos envolvidos. Trata-se de um conflito velado, que, muitas vezes, pode-se observar nas situações mais ordinárias possíveis. Uma cena observada - microscópica, porém reveladora - na pequena loja do Sr. Wan, mostrava as tensões presentes no cotidiano: havia um humilde funcionário do governo paraguaio, que cobrava algumas taxas de regularização da loja. Enquanto o paraguaio segurava documentos e notas fiscais, Wan falava:

Latinos, paraguaios são burros: ganham um dinheirinho e já enchem o carro de gasolina no final de semana e vai pra praia, depois não tem dinheiro para comer, chinês pensa no futuro. Latinos são maus, safados e egoístas. Te dão sorrisinho, dizem que são teus amigos, mas depois...

Ao falar essas palavras (a ideia de cinismo latino era muito semelhante à apontada por Chen), Wan estava utilizando uma estratégia narrativa para dar uma mensagem ao paraguaio que desejava cobrar alguma conta. Enquanto pesquisadora, só cabia ouvir e concordar com tudo que ele dizia. De certa forma, essa concordância significava uma legitimação das suas ideias.

O paraguaio fingiu que não ouviu os insultos e, então, inesperadamente falou-me, com ar humilde: *Toma um dólar*. E eu, surpresa com a atitude, perguntei:

- *Mas por quê?*

- *Tu não és estudante?*

- *Sim, sou!*

- *Então! Estudantes são todos pobres! Toma esse dólar que tu vai precisar para tomar uma Coca-cola quando cansar deste calor da cidade. E assim tu sempre vai lembrar que um dia um paraguaio te ajudou.*

Ao negar a dádiva e agradecê-lo, salientando a gentileza e a solidariedade do gesto, estava, de forma indireta, respondendo às agressões que o informante fazia aos paraguaios. Nenhum dos dois falou diretamente o que pensava, ambos dirigiram-se a mim para expressar o que queriam dizer para o outro. Nesse episódio, fui mediadora de um conflito que

ocorre no cotidiano, de forma não explícita e que aponta um quadro de tensões frutos de uma relação de interdependência.

Diante da pobreza do país, a população nativa necessita de forma vital dos empregos diretos oferecidos pelos imigrantes, bem como da cadeia indireta promovida pelo comércio. Os chineses (e árabes também) possuem o capital econômico, detendo melhores condições de vida do que os altos funcionários do governo paraguaio. Assim, interação entre paraguaios e chineses é mais difícil do que entre chineses e brasileiros, pois envolve a relação patrão-empregado e uma correlação assimétrica de poder. Se chineses falam pouco espanhol, não é raro ver um paraguaio dominando o mandarim. A maioria dos comerciantes possui funcionárias que trabalham há uma ou duas décadas para eles, constituindo-se concomitantemente uma relação de confiança e distanciamento. Disse uma funcionária de loja: “ele [proprietário chinês] não vive sem mim. Eu falo tudo para ele, porém, há seis anos, eu tenho que abrir a minha bolsa e mostrar o que tem dentro antes de deixar a loja no fim do expediente”.

Esse quadro de autocentramento e desprezo pelos nativos por parte da primeira geração pode ser entendido simplesmente como uma forma de racismo e sentimento de superioridade. As árduas condições sociais vividas na fronteira sugerem que se trata de uma discriminação que visa a proteger contra um universo hostil de fiscalização, o qual pode impor a necessidade de tomar medidas abruptas, como a mais dramática delas, que é ter de deixar a fronteira. De fato, os chineses sempre tiveram consciência de que aquele comércio da fronteira, por ser extremamente visado e combatido internacionalmente, apresentava limites e sinais de esgotamento. Nesse contexto, fechar-se é, também, uma forma de minimizar o sofrimento advindo da decisão de migrar novamente.

A FISCALIZAÇÃO NA REGIÃO FRONTEIRIÇA E AS NOVAS POSSIBILIDADES DE DESLOCAMENTOS

A partir de 2002, o governo brasileiro iniciou uma série de operações de combate ao contrabando que entra no país via Paraguai. Essas ações obtiveram proporções jamais realizadas nas fronteiras nacionais. O trabalho tem sido feito através de ações conjuntas e simultâneas entre a

Receita Federal e as polícias federal, estadual e rodoviária. O monitoramento das fiscalizações conta com a ajuda de satélites, helicópteros, funcionários novos e um serviço de inteligência especializado. Porém a ação que teve maior impacto no comércio foi a construção de uma nova aduana, que entrou em funcionamento no lado brasileiro da Ponte da Amizade, em 2006.

Essa política que visa a acabar com o contrabando e também com a pirataria tem alcançado resultados, dessa maneira, diminuindo o fluxo de comerciantes brasileiros que vão ao Paraguai em busca de mercadorias. Nesse sentido, as metas governamentais têm sido positivas, porém uma das consequências disso é o aumento do desemprego e da violência na região fronteiriça. Segundo o discurso local, observado durante o trabalho de campo, a prostituição é o caminho para muitas mulheres que perderam seus empregos informais em atividades que desempenhavam na complexa cadeia de passagem de mercadorias de uma cidade para a outra. Os homens, por seu turno, passaram a integrar grupos organizados e especializados em assaltos⁶.

Esse quadro provocado pela fiscalização teve impacto direto nas atividades comerciais dos imigrantes. No ano de 2006, muitos deles começaram a vender suas propriedades e a planejar entrar noutra atividade ou migrar novamente. Em 2011, em uma rápida visita realizada a Foz do Iguaçu, muitos informantes já haviam abandonado a região. Assim, a primeira década dos anos 2000 foi, basicamente, um período de reestruturação da vida comercial e pessoal. Segundo informações do consulado taiwanês de Ciudad del Este, em 2005, antes mesmo da inauguração da nova aduana, cerca de 50% dos chineses já haviam abandonado a fronteira e migrado, principalmente, para São Paulo.

Cabe agora mencionar novamente Lily, a personagem apresentada na abertura deste artigo. Ela veio de uma família pobre que morava no interior da província de Guangdong. Enquanto mais de 90% da população chinesa provém da etnia Han, Lily pertence a uma minoria étnica da China e seu dialeto é incompreensível fora de sua aldeia. O surgimento das fábricas de cópias em sua região fez com que se abrissem oportunidades de trabalho para muitas pessoas. Para ela, significou a chance de mudar de vida radicalmente, atravessar o mundo e vender o que seu país começava

⁶ Eu mesma fui vítima de um desses assaltos organizados por ex-sacoleiros.

a produzir em abundância. A história de Lily é semelhante a de muitos chineses da fronteira, especialmente, daqueles vindos da República Popular da China: saiu clandestina do país, reuniu poucos trocados que tinha e com esse dinheiro pagou um grupo especializado em promover a imigração ilegal para o Paraguai. Desembarcou no Brasil e, de carro, chegou a Ciudad del Este. Lá foi fácil, aos poucos, pagar por sua “legalização”, com o oferecimento de propina a oficiais do Estado paraguaio, bem como reverenciando seus conterrâneos de Taiwan, de quem ela alugava seu apartamento.

Aos poucos, ela comprou uma *van* (o que é fácil e barato no Paraguai, por meio do mercado de roubo), um carro Toyota velho, alugou duas lojas e um depósito. Ela pagava o aluguel da casa e duas mensalidades escolares de seus filhos. Os tempos áureos dos sacoleiros fazia com que ela importasse um contêiner por mês. Em 2006, a mercadoria encalhada estava no depósito para ser revendida aos comerciantes que resistiram. A loja no Paraguai fechou e apenas a de Foz do Iguaçu manteve-se aberta. Durante as noites que eu costumava estar com ela, eram raros os fregueses que apareciam. E estes compravam no máximo cinco dólares. Ela montou uma banca de sorvetes também, mas sua pouca habilidade no ramo fez com que tivesse, também, prejuízo.

Em uma tarde de trabalho de campo, estávamos sentadas na rua e ela perguntou sobre a minha cidade natal. *Como é Porto Alegre?* Eu respondi, vagamente, que é uma cidade boa. Ela interessou-se e disse que, então, iria para lá. Um mês depois, reencontramo-nos e ela me disse, novamente, que iria a Porto Alegre. O discurso começou a ficar cada vez mais sério, perguntando-me preços de aluguéis e possibilidades de lucros. O que a estimulou a cogitar a mudança para aquela cidade que era o laço que possuía comigo.

Ao contrário da grande maioria dos chineses de Ciudad del Este, Lily só tinha parentes na China. Ela veio apenas com seu jovem marido e os dois filhos nasceram na fronteira. Eu era um dos seus contatos mais próximo. As famílias de maior poder aquisitivo, de proprietários de *shoppings*, distribuidoras ou mesmo fabricantes, possuem condições de ir para os Estados Unidos, Canadá ou México, onde possuem negócios ou demais parentes. Toronto, por exemplo, tem recebido muitos comerciantes abastados de Ciudad del Este, que, no Canadá, vão desenvolver o mesmo

tipo de atividade. As famílias com menor poder aquisitivo, em situação adversa e com menos condições de abrir-se para o mundo, têm apenas o Brasil como horizonte, pois é mais barato e a readaptação dos filhos (em termos de socialização e linguagem) é menos dramática.

Dentre os meus informantes, duas famílias destacavam-se em relação às demais em termos de renda. São casos de imigrantes que não precisaram deixar a fronteira, pois seus negócios não atendiam sacoleiros, mas turistas. Uma dessas famílias possuía lojas na fronteira, em São Paulo, no Canadá e fábricas na China. Eles viajavam de um país para outro com facilidade e possuíam, para tanto, uma rede extensa de parentesco. A Sra Yan, 56 anos, outra informante, de origem hongkonesa, tem um filho que cuida uma loja no Canadá, outro no Paraguai e o marido sempre viajando em busca das mercadorias. A vida dela é um trânsito constante entre esses países. Ela tem um sobrinho que também cuida da loja paraguaia e a família deste encontra-se em São Paulo.

A possibilidade de deslocamento constante, entretanto, é obtida por poucos imigrantes. Embora a maioria dos informantes possua redes internacionais, a condição financeira vivida por eles faz com que o contato presencial seja raro, inexistente por décadas, mas mantendo-se sempre viva a possibilidade de, caso piorarem, contar com essas pessoas em necessidade de mudança ou auxílio financeiro.

O caso da Lily, com seus pais ainda morando na aldeia chinesa, faz com que a única possibilidade de mudança acontecesse através de minha mediação e da relação de *guanxi* que estabeleceu comigo. Vale a pena pontuar aqui que as redes de relacionamento social na China são construídas ao longo do tempo, por meio de um código estrito de etiquetas e obrigações, tendo como consequência a possibilidade de ajuda-mútua, que se baseia na troca de favores e bens materiais. Essas redes podem ser formadas não apenas por familiares, mas também por pessoas que compartilhem algum passado: colegas e vizinhos, etc. A maioria dos informantes recorria às suas redes internacionais para projetar um novo processo migratório. Outros, como Lily, desprovidos de capital social, necessitavam *la guanxi*, ou seja, forjar *guanxi* com vistas a um interesse a curto prazo (PINHEIRO-MACHADO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado do *boom* da indústria chinesa de produtos baratos, formou-se uma das mais novas ondas da diáspora chinesa, tendo Ciudad del Este como um dos destinos, justamente por estar localizada no seio de uma fronteira internacional. A partir dos anos 1970 e 1980, milhares de taiwaneses e cantoneses dirigiram-se a essa região para formar um dos maiores centros comerciais do mundo, porém movimentando uma economia não regulamentada, que sai do Paraguai e entra no Brasil como contrabando. O período de ouro desse mercado ocorreu entre os anos de 1980 e 1990, pois, a partir dos anos 2000, uma série de políticas públicas foi colocada em prática no intuito de coibir esse comércio.

É possível argumentar que esse processo de permanente vigia sobre o mercado chinês produziu contornos singulares à comunidade migrante, que, diante da fiscalização, sempre teve de negociar propina com o poder local, fortalecendo ainda mais o papel da comunidade e, especialmente, das redes de parentesco locais ou internacionais. No contexto observado – como é comum a diversos grupos migratórios –, a primeira geração tende a evitar o contato interétnico, o que acaba por produzir uma convivência de negociações tensas na vida cotidiana. Como refúgio, os imigrantes cultivam uma ideia perfeita sobre a China, a qual só pode ser praticada e exercida no interior da comunidade, ainda que esta seja considerada imperfeita.

O autocentramento na comunidade, mas, sobretudo, nas redes de parentesco, ganha sentido diante de um comércio que chega ao seu limite. Essa postura, sem dúvida, ameniza o sofrimento de uma nova mudança de vida. No entanto, ela não é apenas fruto do contexto de fiscalização, pois é possível argumentar que diversas comunidades chinesas mundo afora agem de forma semelhante. Todavia a hipótese aqui colocada é de que essa postura é ainda mais motivada diante das contingências locais. Por sua vez, é inegável que laços entre chineses, paraguaios e brasileiros foram construídos, apenas chama-se atenção para o fato de que a formação de tais laços gera resistência, medo e inquietação – o que pode ser traduzido em categorias nativas como *desequilíbrio* e *desordem*.

Por fim, a etnografia apresentada não objetivou a descrição de relações locais estáticas que ocorrem em um país da América do Sul, mas a

busca pelos fluxos de um processo migratório que se desloca rapidamente no tempo e no espaço. Os resultados encontrados na comunidade estudada são, portanto, fruto de um grupo que sempre imaginou a possibilidade de migrar novamente. As relações sociais lá estabelecidas, portanto, devem ser compreendidas como fruto desse contexto contingente e provisório.

REFERÊNCIAS

- CHAN, Kwok Bun. Introduction. In: CHAN, Kwok. Bun *Chinese business networks. State, Economy and Culture*. Singapore: Prentice Hall, 2000. p. 1-14.
- DELAUNE, Florence. *Entreprises Familiales Chinoises em Malaisie*. Villeneuve D'ascq: Presse Univeritaire du Septentrion, 1998.
- DYKE, Paul. *The Canton Trade*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2005.
- FREEDMAN, Maurice. Immigrants and Associations. Chinese in Nineteenth-century Singapore. In: FALLERS, L. *Immigrants and Associations*. Paris: Mouton, 1967. p. 17-48.
- GIPOULOUX, François. Networks and Guanxi: Towards an informal integration through common business practices in greater China. In: CHAN, Kwok Bun (Ed.). *Chinese business networks. State, Economy and Culture*. Singapore: Prentice Hall, 2000. p. 57-70.
- HARNEY, Alexandra. *The China Price*. New York: The Penguin Express, 2008.
- LI, Peter. Overseas Chinese networks: A reassessment. In: CHAN, K. B. (Ed.) *Chinese business networks. State, Economy and Culture*. Singapore: Prentice Hall, 2000. p. 261-284.
- MACKIE, Jamie. The economic roles of the southeast Asian Chinese. In: CHAN, Kwok Bun. *Chinese business networks. State, Economy and Culture*. Singapore: Prentice Hall, 2000. p. 234-260.
- MaMUNG, Emmanuel Ma. *La diáspora chinoise géographie d'une migration*. Paris: GéOphrys, 2000.
- OUYANG, Junyi. Differences culturais autor du terme 'ponctualité'. In: ZHENG, L.; DESJEUX, D. (Ed.). *Entreprises et vie quotidienne em Chine*. Paris: L'Harmattan, 2002. p. 55-64.
- PAN, Lynn. (Org.). *The encyclopedia of Chinese overseas*. Singapura: Didier Millet, 2006.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. A ética confucionista e o espírito do capitalismo. *Horizontes Antropológicos*, n.28, p. 145-174, 2007.
- _____. Fazendo guanxi: dádivas, etiquetas e emoções da economia da China pós-Mao. *Mana*, v.17, p. 99-130, 2011.
- PUN, Ngai. *Made In China*. Durham: Duke University Press, 2005.

RABOSSO, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este*. 2004. 318ffs. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

REDDING, S. Gordan. *The spirit of Chinese capitalism*. Berlin/New York: de Gruyter, 1993.

SHACK, David C. Networks and their uses in the Taiwanese Society. In: CHAN, Kwok Bun (Ed.). *Chinese business networks. State, Economy and Culture*. Singapore: Prentice Hall, 2000. p. 112-129.

SOLINGER, D. *Contesting Citizenship in Urban China*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1999.

TAN, Chee-Beng. *Chinese Overseas, Comparative Cultural Perspectives*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2004.

TROLLIET, Pierre. *La diaspora chinoise*. Paris: Puf, 2000.

YANG, Mayar Mei-Hui. *Gifts, favors & banquets*. London: Cornell Univ. Press, 1994.

ZHANG, Li. *Strangers in the city*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

OS DOIS LADOS DA FRONTEIRA: IMIGRAÇÃO BOLIVIANA, GÊNERO E O USO ESTRATÉGICO DOS ESPAÇOS¹

Roberta Guimarães Peres²

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo o estudo da migração feminina boliviana para Corumbá – Mato Grosso do Sul, através de seus condicionantes – tanto na origem quanto no destino – e dos impactos e especificidades observadas neste fenômeno, além do uso estratégico de recursos dos dois lados da fronteira. A migração de mulheres tem sido foco nos debates recentes sobre migração internacional. Nesse sentido, tirar as mulheres migrantes da invisibilidade ou, ainda, do papel de acompanhantes de homens em fenômenos migratórios é objetivo de diversos pesquisadores (PHIZACKLEA, 1983; MOROKVASIC, 1984; PESSAR, 2000; BOYD;

¹ Trabalho inicialmente apresentado no I Seminário Migrações e Cultura, realizado em setembro de 2011, na UNESP/Marília, com o título *Espaços Migratórios na Fronteira: Imigração Boliviana e Gênero*. Estudo realizado no âmbito do Projeto Temático da FAPESP “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo” (NEPO/UNICAMP).

² Doutora e Mestre em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Email: roberta@nepo.unicamp.br

GRIECO, 2003; ENGLE, 2004). A desconstrução do migrante como indivíduo do sexo masculino e a incorporação das mulheres e suas experiências às análises de fluxos migratórios foram importantes avanços dos estudos recentes.

Essas experiências estão associadas às transformações sofridas por elas, desde a saída de seus lugares de origem até a inserção na sociedade de destino. Entre estes dois pontos da trajetória migratória das mulheres, estão as estratégias para migrar, o planejamento de seu ciclo de vida, bem como os recursos utilizados em cada uma das etapas.

Ao longo dos processos migratórios, homens e mulheres reconstróem, negociam ou reafirmam relações de poder, hierarquia e a própria identidade (CASTRO, 2006). Um estudo aprofundado da migração feminina permite a captação desses processos, bem como os impactos experimentados pelas mulheres: é através deles que as mulheres afirmam-se como agentes de equidade em fenômenos migratórios.

Para este trabalho, contou-se com três fontes de dados principais, que impõem um desafio metodológico a ser superado: censos demográficos brasileiros e duas pesquisas de campo realizadas em Corumbá³. A disposição dos dados dessas três fontes enuncia este desafio: a exploração, identificação dos limites, possibilidades de análise e preenchimento de lacunas através do aprofundamento dos dados coletados.

A *Encuesta* Corumbá, primeira pesquisa de campo, realizada em outubro de 2006, é integrante de um projeto mais amplo, “Espaços Migratórios e a problemática ambiental no MERCOSUL”, parceria entre o Institute de Recherche pour le Développement (IRD – França), NEPO/UNICAMP e CNPq. Contribuindo para a construção de um instrumento de análise específico para os estudos de migração, esta pesquisa é uma das principais ferramentas utilizadas neste trabalho. A segunda pesquisa de campo, realizada em novembro de 2008, com recursos NEPO/CNPq, contou com a realização de 20 entrevistas qualitativas com mulheres

³ São fontes para a análise do fluxo de bolivianas para Corumbá as duas pesquisas de campo qualitativas realizadas em 2008, além do banco de dados resultantes da *Encuesta* Corumbá. Essas pesquisas contaram com o financiamento CNPq/NEPO/UNICAMP e foram realizadas em Corumbá, em novembro de 2008 e em La Paz, Bolívia, em dezembro de 2008.

bolivianas, programada a partir dos resultados obtidos da tabulação dos dados da *Encuesta* Corumbá.

O desafio metodológico apresenta-se, então, não somente na superação dos limites das fontes e incremento de sua especificidade e aproximação do objeto de estudo, mas, sim, na conjugação concomitante destes dados.

MIGRAÇÃO FEMININA E RELAÇÕES DE GÊNERO

Avanços teóricos recentes dos estudos de migração ressaltam a importância de se estudar diferenciais por sexo, transformações nas relações de gênero e também de um aporte específico para este fenômeno. Ao incorporar os diferenciais por sexo e as relações de gênero às análises de fluxos migratórios, assim, indo além da descrição das diferenças entre homens e mulheres, as teorias de migração avançam no sentido de compreender as experiências das mulheres migrantes em esferas específicas – família, domicílio e mercado de trabalho. Segundo Pessar (2000), há importantes intersecções entre transformações dos papéis de gênero, estratégias migratórias e inserção em diferentes mercados de trabalho ao longo do projeto migratório. A interdependência dessas estruturas causa diferentes impactos, principalmente, entre as mulheres, que são mais suscetíveis a essas transformações.

Compreender essas estruturas, bem como suas intersecções, exige um estudo detalhado da migração feminina num aporte teórico específico, ancorado no debate da migração como um todo, porém levando em consideração essas esferas ignoradas fora dessa perspectiva. A realidade é que o interesse pelo estudo da migração feminina é muito recente e tem o seu início a partir de constatações de volume significativo de mulheres em fluxos migratórios, onde predominavam homens ou ainda pela captação de fluxos migratórios essencialmente femininos (CASTRO, 2006).

Incorporar as diferentes características entre homens e mulheres na migração e utilizar a perspectiva de gênero nas análises demonstra a importância das diferenças socialmente construídas ao longo da migração. Esses “fatores sutis”, definidos por Boyd e Grieco (2003), referem-se a essas transformações sofridas, sobretudo, na família e com o ganho

de autonomia através da entrada da mulher migrante num mercado de trabalho diferenciado.

As relações de gênero socialmente construídas, definidas por Bourdieu (2000), são estruturas que têm sua gênese nas diferenças entre os sexos. Segundo Castro (2006), as diferenças significativas entre os sexos são as diferenças de gênero. Cada sociedade dita o que espera de cada um dos sexos. O *status* sexual marca a participação de homens e mulheres nas instituições sociais: na família, na escola, na política, na economia, no Estado, nas religiões, incluem valores e expectativas do que uma sociedade espera de ser feminino ou masculino.

Num contexto migratório, essas diferenças nas relações de gênero são patentes (PESSAR, 2000; MOROKVASIC, 2003). As transformações experimentadas por ambos os sexos são distintas e cada uma delas tem um impacto diferenciado em estruturas como família e domicílio. De fato, ao longo do processo migratório, homens e mulheres reconstróem, negociam ou reafirmam relações de poder, hierarquia e a própria identidade (CASTRO, 2006). Daí a importância de um estudo aprofundado da migração feminina. Pois as experiências das mulheres, captadas e analisadas através de uma metodologia específica, oferecem outro sentido ao fenômeno, incrementam e aprofundam seu conhecimento. As lógicas de gênero (MOROKVASIC, 2000), em contextos migratórios, expressam-se de forma “sutil e íntima”. Constrangimentos como ganho ou perda de autonomia, o debate entre a permanência e o retorno, renegociações entre os sexos, são fatores importantes para o estudo da migração feminina, uma vez que é, através dessas transformações, que as mulheres se afirmam como agentes de equidade no fenômeno.

É preciso reconhecer, no entanto, a necessidade de mudança nas perspectivas teóricas e metodológicas para o estudo da migração de mulheres. Segundo Castro (2006, p. 79):

Os marcos conceituais e metodologias de investigação utilizados para o estudo da migração masculina não são adequados para a investigação este fenômeno em sua contrapartida feminina, já que se reconhece que o ser mulher ou o ser homem incide definitivamente nas motivações, incentivos, limitações e nas possibilidades; isto é, a análise da migração feminina ou masculina é atravessada não somente por fatores econômicos, étnicos, de geração, mas também, fundamentalmente, por gênero.

Brasil e Bolívia não apresentam uma política migratória clara de intervenção, seja favorecendo ou inibindo esse fenômeno. No entanto, políticas de reforma agrária na Bolívia, principalmente a partir dos anos 1970, favoreceram um processo de redistribuição da população e o consequente crescimento do departamento de Santa Cruz, fronteira com o Brasil (BLANCHARD, 2005 apud SOUCHAUD; BAENINGER, 2008). Neste sentido, ainda que as políticas migratórias não tenham agido diretamente sobre este fluxo, a própria dinâmica populacional na Bolívia acabou proporcionando a ocupação mais efetiva da porção oriental do país, aproximando da fronteira populações de outras regiões.

Papéis desempenhados por homens e mulheres, ainda, em seus lugares de origem, também, estão relacionados à perspectiva de gênero neste estágio da migração. Relações hierárquicas nos domicílios, tarefas e ocupações sexualmente definidas, bem como diferentes redes e seus usos, afetam tanto a seletividade quanto as estratégias migratórias utilizadas por homens e mulheres.

Considerando o lugar de destino, ficam também evidentes os impactos da migração feminina. Visto que a dinâmica do mercado de trabalho específico onde se inserem os migrantes bolivianos favorece a entrada de mulheres. O comércio é uma atividade culturalmente desprezada pelos bolivianos, menor, menos valorizada e, portanto, exercida pelas mulheres, sobretudo nas culturas andinas. Logo, a inserção neste mercado tão específico de Corumbá se dá de uma forma mais rápida para as mulheres, e não para os homens.

Esta característica tão particular de Corumbá – como um lugar receptor de migrantes bolivianos, sobretudo de mulheres, dada a sua dinâmica econômica histórica – favorece a construção de outro traço marcante deste fluxo migratório: a formação de uma rede social essencialmente feminina.

As mulheres são maioria histórica entre os bolivianos em Corumbá, de acordo com dados censitários. Ainda que este não seja o fluxo mais numeroso – outras correntes de paraguaios e argentinos já representaram volume maior que os bolivianos na região – as mulheres sempre se apresentaram em igual ou maior proporção que os homens. Tomando

apenas as mulheres, as bolivianas também têm maior representatividade ao longo da história.

Somam-se, portanto, três fatores fundamentais para a formação desta rede migratória feminina. O primeiro deles, a dinâmica econômica histórica de Corumbá, relacionada a atividades comerciais, é complementado pelo segundo: o caráter menor desta atividade na Bolívia, vista como tarefa de mulheres. A soma destes dois fatores forma a principal estrutura atrativa para as mulheres bolivianas na fronteira. Intensas atividades comerciais na fronteira, principalmente com o movimento dos “sacoleiros” nos últimos 30 anos, foram decisivas para o planejamento das trajetórias migratórias dessas mulheres. A formação dessa rede feminina tem ainda um terceiro pilar, que são as relações de parentesco, sobretudo rituais, diferenciadas entre homens e mulheres, a serem discutidas adiante.

Segundo Morokvasic (2003), Engle (2004), Sakka (1999) e Phizacklea (2003), o uso estratégico dos espaços migratórios – seja apenas o lugar de destino sejam as diferentes etapas do processo – dá-se por meio da configuração dessas redes e como esta articula-se a diferentes estruturas sociais. O planejamento de etapas do ciclo de vida das migrantes, em cada um dos espaços migratórios de suas trajetórias, é realizado através dos recursos oferecidos por essas redes. As entrevistas em profundidade realizadas com mulheres bolivianas, em Corumbá, proporcionaram a construção de um “enfoque longitudinal” (DUREAU, 1992) desta migração feminina, buscando “entender como as pessoas conjugam diferentes práticas residenciais no transcurso das etapas migratórias e do ciclo de vida” (DUREAU, 1992, p. 92).

MIGRAÇÃO FEMININA: A PRESENÇA DAS BOLIVIANAS EM CORUMBÁ

Os avanços teóricos em estudos de migração apontam para a necessidade e importância do reconhecimento das mulheres como agentes de equidade em fenômenos migratórios. Segundo Harzig (2003), é fundamental a desconstrução da figura do homem provedor (*male breadwinner*) em contextos em que homens e mulheres se arriscam paralelamente em projetos migratórios.

Para identificar e compreender estes processos associam-se os dados da *Encuesta* Corumbá às entrevistas qualitativas realizadas com mulheres bolivianas. Completando o esforço metodológico proposto neste trabalho, as entrevistas ampliam o contato específico com mulheres, abordando questões que apontem para estes processos essencialmente femininos.

TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS, CICLO DE VIDA E O USO ESTRATÉGICO DOS ESPAÇOS

As trajetórias migratórias das mulheres bolivianas em Corumbá revelam suas motivações, transformações sofridas ao longo do processo e, ainda, estratégias utilizadas não apenas para percorrer etapas migratórias distintas, mas para planejá-las em função de outros fatores, especialmente ligados ao planejamento do ciclo de vida familiar. Segundo Chaves (2009, p. 137):

Relacionar a migração com os diferentes estágios do ciclo de vida – que interfere com maior peso na vida das mulheres, em função dos múltiplos papéis assumidos por elas em certas etapas – se mostrou importante para elucidar aspectos da dimensão familiar e individual da migração feminina

Trajetórias migratórias não se definem, portanto, apenas no percurso percorrido pelos migrantes em direção a seu destino: é importante apreender o uso estratégico de cada um dos espaços componentes desta trajetória, em suas variadas formas. Segundo Tarrius (2000, p. 44), durante toda a vida, os indivíduos desenvolvem estratégias residenciais que nada têm que ver com o acaso: “Minha preocupação residiu na construção de trajetórias que articulam a história de vida, tal como a descreve cada interlocutor e os acontecimentos gerais, exteriores às vontades individuais, mas contribuindo com a construção dos destinos”.

Partindo dessa perspectiva, busca-se associar o caminho percorrido pelas mulheres bolivianas até a chegada a Corumbá, associando fatores indicados por elas para a construção de suas trajetórias. Uma das especificidades deste levantamento de campo realizado em Corumbá é a captação dessas trajetórias. Através de um esforço dos próprios migrantes, ao listarem os lugares por onde passaram até a chegada ao destino, pôde-se reconstruir esses caminhos. As entrevistas qualitativas realizadas com

mulheres bolivianas em Corumbá permitiram uma análise longitudinal (DUREAU, 1992) destas trajetórias, revelando o uso dos espaços percorridos em função do planejamento do ciclo de vida individual e familiar dos migrantes.

É importante ressaltar, no entanto, que essas trajetórias foram traçadas e percorridas em meio a um cenário de transformações profundas na distribuição populacional boliviana. E os processos que conduzem ao cruzamento de fronteiras da Bolívia para o Brasil têm suas raízes estruturais fincadas nesta redistribuição populacional. São fortes e presentes neste fluxo migratório os vínculos com estes processos bolivianos, uma vez que é comum a “tendência à instalação” desses migrantes após a chegada a Corumbá (SOUCHAUD; BAENINGER, 2008). Desta forma, Corumbá tem a função de espaço final de um processo migratório essencialmente boliviano.

O cenário da distribuição da população boliviana, na segunda metade do século 20, sofreu marcantes transformações de naturezas política e econômica (DOMENACH; CELTON, 1996; SOUCHAUD; BAENINGER, 2008). Dado que a migração de bolivianos para Corumbá se estende desde antes mesmo desse processo que resultou em fluxos de migração interna na Bolívia, era esperado que esses processos se refletissem nas trajetórias migratórias desses migrantes.

De fato, os dados da *Encuesta* Corumbá revelam que as mulheres migrantes passaram por pelo menos uma etapa migratória diferente de seu lugar de nascimento: 73% delas migram internamente na Bolívia antes de atravessar a fronteira em direção à Corumbá. Enquanto os migrantes avançam em suas etapas migratórias, é formado um eixo em direção à fronteira com o Brasil e, mais adiante, em direção a Corumbá. Lia⁴, entrevistada em pesquisa de campo, percorreu quatro etapas migratórias antes da chegada à Corumbá:

Não foi difícil me acostumar. Demorei muito para chegar na fronteira e fui me acostumando aos poucos. E aqui é muito parecido com o que eu vivia lá (em Puerto Quijarro). Difícil foi sair de La Paz. Mas depois andei tanto que me acostumei.

⁴ Nome fictício. Todos os nomes das mulheres entrevistadas na pesquisa de campo foram preservados. Questionadas sobre o idioma de preferência para as entrevistas, a escolha da maioria das mulheres foi o português, embora as respostas tenham sido dadas originalmente em espanhol.

Entre as mulheres entrevistadas que haviam percorrido mais de uma etapa migratória, o planejamento do ciclo de vida familiar regeu a temporalidade de suas trajetórias. Maria, que percorreu duas etapas migratórias, afirma: “Aceitei vir com ela (a irmã) só depois que meu filho nascesse em Santa Cruz. Não queria que ele nascesse aqui. Queria que ele nascesse lá, que fosse como eu.”

A noção de pertencimento ligada a uma das etapas migratórias, citada por Maria, com relação ao lugar de nascimento de seu filho, é definida, por Tarrius (2000), como a associação entre migração e os recursos disponíveis em cada um dos lugares percorridos. Segundo o autor:

Busquei sistematicamente, mais além da história singular de cada pessoa, suas modalidades de pertencimento ou não a vastas coletividades que expressam sua memória a vastos espaços migratórios através do tempo e da sucessão de gerações. Como agregam estas memórias os lugares invadidos, ocupados, atravessados? Que recursos oferecem as etapas migratórias e os novos centros que às vezes, segundo os grandes acontecimentos da história, se sucedem nos mesmos lugares? (TARRIUS, 2000, p. 45).

Os usos desses espaços e a identificação dos recursos disponíveis em cada um deles, no entanto, são diferenciados de acordo com a etapa do ciclo de vida em que se encontram essas mulheres. Neste sentido, o planejamento das trajetórias migratórias não está ligado diretamente a recursos disponíveis em determinados espaços, mas em associação às necessidades identificadas de acordo com a etapa do ciclo de vida em que se encontravam essas mulheres.

De acordo com a etapa do ciclo de vida em que se encontravam, os recursos identificados e utilizados em cada uma dessas etapas migratórias foram diferenciados. Cora, por exemplo, descreve a sua saída de La Paz para Santa Cruz quando tinha 15 anos:

Quando meu pai morreu, fiquei com minha mãe e meu irmão. Ele se casou e saiu de casa. Convenci minha mãe a sair de lá, queria ir para Santa Cruz. Tinha uma tia vivendo lá. Nunca pensei em vir pro Brasil. Mas queria morar num lugar onde eu pudesse trabalhar em outra coisa [Cora é de uma família de agricultores] e não só ficar esperando marido.

Muito diferente foi a identificação dos recursos encontrados em Santa Cruz, descritos por Patrícia, que deixou Oruro aos 29 anos:

Minha tia ficou viúva e foi para Santa Cruz e em pouco tempo já estava trabalhando numa feira grande que tem lá. Minha prima ficou em casa conosco e só depois foi encontrar a mãe. Depois de bem pouco tempo já estava trabalhando também na feira e tinha se casado e ela é mais nova que eu. Fui morar com a minha tia para não repetir a vida da minha mãe. Queria me casar e ter filhos e, onde eu morava, eu já sabia como ia ser a minha vida para sempre.

Os recursos encontrados por essas duas mulheres bolivianas, em etapas migratórias comuns, são bem-diferenciados. Esses recursos, ainda que associados a expectativas e motivações para migrar, foram identificados através de históricos migratórios – e respectivos recursos encontrados – de outros membros da família. Por estarem em diferentes momentos de seu ciclo de vida, essas duas mulheres encontraram, numa mesma etapa migratória, no mesmo lugar, diferentes recursos que impulsionaram de maneiras distintas as suas próximas etapas.

Ao mesmo tempo em que se aproximavam da fronteira, os recursos encontrados em cada uma das etapas migratórias foram se tornando comuns à maioria das mulheres entrevistadas. O perfil do grupo, revelado pela *Encuesta* Corumbá, no entanto, é bem distinto. Expectativas principalmente relacionadas a melhores condições de trabalho impulsionaram a aproximação dessas mulheres à fronteira, mas de maneiras muito distintas, sobretudo, ao que se refere ao *status* de nupcialidade.

Entre as mulheres solteiras ou separadas que se aproximaram da fronteira, uma etapa antes de cumprir suas trajetórias migratórias, todas estavam acompanhadas de outra mulher da família, também com o mesmo *status* de nupcialidade. Encontraram em Puerto Quijarro e em Puerto Suarez novas perspectivas de trabalho, principalmente relacionadas ao comércio do lado brasileiro da fronteira.

Sai de casa com minha madrinha e fui para Santa Cruz, depois para Puerto Suarez e depois é que vim pra cá. Quando chegamos em Santa Cruz, começamos a trabalhar numa feira de artesanato. Minha madrinha veio logo para a fronteira, mas eu fiquei lá com a filha dela e uma tia porque queria estudar lá. Depois que eu terminei a escola, vim direto para

Suarez, e começamos a levar mercadoria pela fronteira, de lá para cá. Comprávamos coisas mais baratas do lado boliviano e vendíamos aqui nas feiras. Depois começamos a ficar do lado de cá e minha prima é que agora mora em Puerto Suarez e traz as mercadorias. Ela não quer morar aqui.

Entre as mulheres casadas ainda na Bolívia, que terminaram de cumprir suas etapas migratórias acompanhadas de maridos e filhos, o planejamento das trajetórias levou outros recursos em consideração: além de melhores condições de trabalho, especialmente entre as mulheres, o período em que ficaram dividindo as atividades entre Brasil e Bolívia foi mais longo. A preocupação com a disponibilidade de sistemas de saúde e educação para os filhos, por exemplo, permeou as falas de todas essas mulheres:

Eu, por mim, ficava no meio caminho. Usava o que era melhor dos dois lugares. Eu gostava de morar em Quijarro porque eu entendia todo mundo e todo mundo me entendia. Aqui eu não entendo o que as pessoas falam. Por mim, teria ficado do lado de lá... Meus filhos vão à escola boliviana. Lá eu sei o que está sendo ensinado, entendo as coisas. Aqui não entendo. Mas eles vão ao médico daqui, que é melhor. Eu não consigo. Vou ao médico de senhoras em Quijarro. Nunca vou aqui. Mas meu marido acabou arrumando trabalho aqui. Antes, ele trabalhava lá e eu vinha todos os dias trabalhar aqui. Depois que ele começou a trabalhar na mineradora, quis vir pra cá. Eu vim sem vontade. Eu ainda quero voltar a La Paz. Todo ano, eu passo um mês lá, quando as crianças estão de férias (Alice, 48 anos).

Minhas crianças só vão à escola em Quijarro. Minha filha mais velha voltou para Santa Cruz e está com uma tia para continuar estudando, quer fazer faculdade. Eu gosto de morar aqui, porque tenho muitas amigas da Bolívia e ganho melhor. Mas trabalho a mesma coisa. Não confio nas pessoas porque elas não confiam em mim. Então, não deixo meus filhos estudarem aqui. Saí de La Paz para trabalhar em Santa Cruz. Vim para a fronteira porque ganhava melhor aqui e minha madrinha estava morando aqui também. Mas eu quis ter todos os meus filhos lá. Quando nasceu o menor e eu já morava aqui, voltei para Santa Cruz para ele nascer lá. E assim eu vou... Eu sempre volto para os lugares onde morei porque gosto de lá, tenho amigos e família. Mas eu sei que ganho mais aqui e preciso ficar por causa das crianças.

De acordo com Pessar (2000), a base da construção de qualquer trajetória migratória feminina é o ciclo de vida – individual e familiar. Independentemente das expectativas construídas no lugar de origem,

as trajetórias migratórias são dependentes do ciclo de vida das mulheres migrantes. Um fator importante é sem dúvida a nupcialidade. Mas o planejamento do ciclo de vida, tanto individual quanto familiar é a questão central que define as trajetórias migratórias. Os usos dos espaços de acordo com esse planejamento orientam a mobilidade das mulheres migrantes.

Neste sentido, as mulheres bolivianas que chegaram a Corumbá planejaram sua trajetória migratória de acordo com as possibilidades encontradas em cada um dos espaços componentes. As expectativas descritas no momento de saída do lugar de origem – trabalho, casamento, estudo – foram modificando-se conforme os recursos encontrados em cada uma das etapas migratórias. Quando perguntadas se o objetivo principal era o cruzamento da fronteira, 15, das 17 entrevistadas que cumpriram mais de uma etapa migratória, afirmaram não terem planejado, no momento da saída do lugar de nascimento, viver em Corumbá.

Esta é uma importante informação resultante das entrevistas qualitativas realizadas com essas mulheres: inseridas num fluxo migratório antigo, em que a participação feminina foi sempre significativa, o projeto migratório não abarcava o cruzamento da fronteira. Esta nova etapa migratória foi acrescida ao longo da própria trajetória, quando se inseriam essas mulheres em outras redes, encontrando outros recursos que as levaram a Corumbá. Este ato reforça a relação estreita existente entre fluxos migratórios internos na Bolívia e a presença boliviana em Corumbá (SOUCHAUD; BAENINGER, 2008).

O casamento é também uma etapa importante do ciclo de vida que as mulheres captadas em Corumbá, pelas duas pesquisas de campo, levam em conta na construção de suas trajetórias migratórias. Segundo a *Encuesta Corumbá*, 43,2% das mulheres, casadas ou em união estável, têm a data da união anterior à chegada ao destino. Dentre as restantes, 85% casaram-se com homens brasileiros.

Ainda que se trate de volumes pequenos, as entrevistas qualitativas confirmam a preocupação com o casamento ao longo das trajetórias migratórias. Segundo Cora:

Eu já sabia como ia ser a minha vida lá [em La Paz] [...] eu ia ficar esperando um marido e depois continuar vivendo do mesmo jeito. Eu não queria me casar. Quando fui com a minha mãe para Santa Cruz, eu nem

pensava nisso. Depois de Santa Cruz, em Quijarro, conheci o meu marido e comecei a trabalhar na fronteira. Ele já morava no Brasil. Eu não queria me casar aqui de jeito nenhum, porque pra mim é diferente. Mas também não queria vir pra cá sem me casar porque não achava direito. Daí ele foi pra lá, casamos e moramos lá um tempo, eu trouxe a minha mãe e duas primas. E depois nos mudamos pra cá. Elas continuam lá [em Puerto Quijarro] e meus filhos passam a semana lá para irem à escola.

Souchaud e Fusco (2009) analisaram dados da *Encuesta* Corumbá referentes aos arranjos familiares dos bolivianos. Segundo os autores, com efeito, a migração se define em função do ciclo de vida e, ao mesmo tempo, ela alimenta e acelera a construção das etapas do ciclo vital. A população migrante, além de se caracterizar por perfis diferentes no momento da emigração, experimenta muitas situações de vida durante o período migratório, e essa variedade de situações familiares e individuais, em conjunto com a alta velocidade com que se modificam os arranjos familiares dos próprios migrantes na sociedade de recepção, reflete nos resultados da pesquisa.

Analisadas as trajetórias migratórias das mulheres em Corumbá em função de seu ciclo de vida, observa-se uma estreita relação entre essas duas estruturas. O ciclo de vida, especialmente casamento e nascimento de filhos, é planejado em função das etapas migratórias percorridas e dos usos estratégicos de cada um desses espaços. De acordo com o momento do ciclo de vida em que se encontram essas mulheres, são identificados, por elas, diferentes recursos em etapas migratórias iguais.

ESTRATÉGIAS MIGRATÓRIAS E REDES SOCIAIS

Se as trajetórias migratórias das mulheres bolivianas em Corumbá estão diretamente relacionadas ao planejamento do ciclo de vida individual e familiar, é necessário observar de que maneira essa articulação se estabelece, para tanto, verificando: quais as estratégias dessas mulheres para cumprir suas trajetórias migratórias em função de seu ciclo de vida? De que rede de apoio dispõem? A que tipo de auxílio recorrem?

Ainda que estudos específicos sobre migração feminina tenham definido este fenômeno como componente de uma estratégia familiar e não individual – como fluxos migratórios com fins matrimoniais – observando outros fluxos migratórios, compostos por ambos os sexos, pode-se isolar importantes fatores específicos entre as mulheres (MOROKVASIC, 2000). Estes fatores estendem-se desde a seletividade das migrantes até as mudanças experimentadas por elas ao longo de suas trajetórias.

Neste sentido, entende-se como migração feminina não apenas fluxos compostos exclusivamente por mulheres, mas o conjunto de diferenciais que fazem as trajetórias e estratégias utilizadas pelas mulheres serem diferentes das utilizadas pelos homens. As entrevistas qualitativas realizadas com mulheres bolivianas em Corumbá revelam as estratégias utilizadas ao longo de suas trajetórias migratórias. Os dados da *Encuesta* Corumbá não revelam a rede de apoio utilizada pelos migrantes segundo o sexo.

Desta forma, não se pode afirmar em que proporções as mulheres captadas pela pesquisa receberam auxílio de homens ou de outras mulheres. As entrevistas qualitativas, no entanto, apontam para a formação de uma rede essencialmente feminina, em que as mulheres circulam até a chegada a Corumbá e, após a chegada ao destino, permanecem alimentando a rede, facilitando a chegada de outras mulheres à fronteira. Segundo Juliana:

Não tem problema sair de casa se você sabe para onde vai e com quem vai. Muitas mulheres fazem isso. Eu acho que a minha vida teria sido mais difícil se eu não tivesse saído de casa. Eu vim com a minha madrinha então não teve problema nenhum. Eu fiquei em Santa Cruz e depois ela veio pra fronteira pra trabalhar e eu vim com ela. Então não é que ela me tirou de casa[...] eu queria sair porque lá eu sabia que ia viver igual à minha mãe. Não era ruim[...] mas eu já sabia como era. E não foi por aventura que eu vim, não. Nunca fui[...] rebelde!. Era só porque eu sabia no que ia trabalhar, quanto ia ganhar, que tipo de família ia ter[...] Eu não queria. É[...] hoje eu trabalho na mesma coisa. Mas é diferente. Aqui eu ganho mais e faço o que eu quero da minha vida.

O depoimento de Juliana aponta para um importante viés comumente associado à migração feminina. Segundo Chaves (2009, p. 13):

A migração feminina incorpora facilmente o viés de liberdade: a mulher saíria da proteção cotidiana familiar em busca de uma vida

mais autônoma num outro destino. Sendo assim, migrar seria crescer e se independer. Entretanto, generalidades tamanhas não se ajustam a todas as migrantes. Sem dúvida, algumas características da migração atuam no sentido de melhorar a condição de vida das mulheres: o deslocamento autônomo, a maior escolaridade, a inserção no mercado formal. Porém, essas seriam conjunções que afetariam positivamente a condição de vida de qualquer um, homem ou mulher.

A migração de mulheres bolivianas para Corumbá não parece ter esse “perfil libertador”. A decisão de migrar e também a escolha da estratégia para fazê-lo são, na maioria das vezes, coletivas. Neste sentido, sair do lugar de origem, muitas vezes, implica numa mudança de cenário para o exercício de atividades semelhantes.

Mais do que um “cálculo racional para a diminuição de riscos e custos”, a composição de uma estratégia migratória feminina envolve a articulação entre os recursos já disponíveis na origem e ainda aqueles que serão incorporados no lugar de destino (OSO CASAS, 2005). A decisão de migrar é tomada pelas mulheres a partir da perspectiva de recursos já no primeiro momento do projeto migratório. Desse modo:

Um ponto de partida crucial para o estudo da migração feminina é a relação entre as estratégias migratórias e redes sociais. É essa relação a principal estrutura que orienta as decisões tomadas por grupos ou indivíduos num fluxo migratório. A decisão de migrar, no entanto, é influenciada pela existência e pela participação em redes sociais, que conectam as pessoas em diferentes espaços (PHIZACKLEA, 2003, p. 87).

A partir das entrevistas qualitativas, observou-se a formação de uma rede migratória complexa e, essencialmente, feminina. As mulheres bolivianas deixam seus lugares de origem acompanhadas por outras mulheres, de diferentes relações de parentesco e; enquanto percorrem suas trajetórias migratórias, envolvem-se nessa rede solidária, em que a mobilidade é fator determinante. Segundo Chaves (2009, p. 12):

Análises que têm como base as redes sociais enfatizam sua importância na migração feminina; o contínuo desses movimentos cria no destino uma comunidade que se apresenta com dupla função para a comunidade de origem: protege, acolhe e ampara as migrantes, ao mesmo tempo em que zela para que seu comportamento reflita as

tradições e os costumes das áreas de origem. Outros autores consideram a relevância das redes sociais ainda maior na migração feminina porque muitas vezes elas se particularizam por gênero, isto é, constituem-se apenas de mulheres e aí atuam de forma significativa no atendimento a necessidades específicas das migrantes, ao mesmo tempo em que acolhem e protegem aquelas que buscam na migração uma forma para escapar das amarras da sociedade de origem.

A associação existente entre as estratégias migratórias utilizadas e essa rede social essencialmente feminina é descrita, pelas bolivianas, em Corumbá, como fundamental para a efetivação do projeto migratório. Mulheres deixarem seu lugar de origem com outras mulheres – à exceção do pai ou marido – é descrito, por elas, como *comum e seguro*. O apoio prestado entre as mulheres da mesma família – não necessariamente coabitante – é fundamental para a decisão de migrar e para a construção de uma estratégia migratória.

No momento da decisão de migrar e de que forma realizar o projeto migratório, as mulheres de uma mesma família prestam diferentes auxílios umas às outras, ainda que não dividam o mesmo domicílio nem tenham uma relação direta entre si. Tias – irmãs da mãe – que se casaram e foram morar em outro lugar – atraíram e abrigaram sobrinhas. Essa foi uma estratégia muito comumente apontada pelas migrantes entrevistadas, em Corumbá. Maria descreve as estratégias utilizadas no início de sua trajetória migratória:

Minha irmã saiu antes, com minha tia, para Santa Cruz. Eu fiquei em casa trabalhando com minha mãe. Quando ela morreu, minha irmã voltou e me levou para Santa Cruz com ela. Ficamos morando lá com a minha tia e duas primas. Minha tia já era separada. Daí eu me casei, não deu certo e eu voltei para a casa da minha tia e só sai de lá quando nasceu o meu mais novo.

Outra figura familiar de grande importância no fluxo migratório de mulheres bolivianas para Corumbá é a madrinha. A *Encuesta* Corumbá não aponta a relevância desta relação – foram captados apenas dois casos de mulheres que migraram com suas madrinhas. No entanto, entrevistas realizadas em Corumbá e em La Paz ressaltam a importância desta relação

simbólica de parentesco e o papel fundamental nas estratégias migratórias dessas mulheres. De acordo com Quiroga (2007, p. 10): “Existem ainda outros agentes que influenciam as decisões familiares, como os padrinhos, que em certos estratos sociais se convertem em referências morais”.

A construção social da madrinha como parentesco, descrita pelas mulheres entrevistadas em Corumbá, é construída fortemente na relação de confiança existente entre o pai, a mãe e a madrinha. Juliana descreve a saída de seu lugar de origem: *eu vim com minha madrinha, então não teve problema nenhum*. Spedding (2003, p. 65) define essa relação de parentesco ritual:

A forma de parentesco ritual que existe nos Andes é o apadrinhamento. Uma pessoa atua como padrinho ou madrinha do filho de outro em alguma cerimônia vital (batismo, primeiro corte de cabelo, matrimônio, primeira comunhão, graduação, etc.) O filho se converte em afilhado dessa pessoa e os padrinhos e pais, em compadres. Os compadres devem se visitar, compartilhar comida e bebida, oferecer hospedagem e ajudar-se em outros aspectos da vida, além de tratar-se com respeito: sem insultos ou brigas. Espera-se que os padrinhos ajudem seus afilhados no caso de gastos especiais, sobretudo referentes à educação e vestimenta, e também a conseguir emprego; em troca, o afilhado deve estar disposto a ajudar seus padrinhos quando necessitam de seus trabalhos. Todas essas atividades são voluntárias e depende dos envolvidos manter essas relações.

A relação de apadrinhamento existente nas famílias bolivianas, sobretudo andinas, é um fator facilitador da migração interna e internacional dessas mulheres. O planejamento de trajetórias e estratégias migratórias não incluía necessariamente o cruzamento das fronteiras. Muitas mulheres saíram de seus lugares de origem para Santa Cruz com objetivos restritos a este espaço: saíram de casa com suas madrinhas, que as hospedaram e, em troca, ajudaram com serviços domésticos ou cuidados com crianças. As mulheres entrevistadas descreveram essa relação como de gratidão à figura das madrinhas. Avançado o ciclo de vida dessas mulheres migrantes, muitas delas ainda alimentam essas relações: seus filhos estudam em escolas bolivianas e são hospedados por suas madrinhas. Segundo Isabel:

Sai de Cochabamba para Santa Cruz com minha madrinha. Ela tinha acabado de ter um filho e eu fui ajudar e também estudar. Se não fosse por ela, eu não teria chegado até aqui. Ela continuou em Santa Cruz quando

eu disse que queria vir pra fronteira. Mas ela me deu o dinheiro para começar a trabalhar com comércio aqui. Meu filho mais velho agora mora com ela, está fazendo faculdade.

Ao longo de todo o projeto migratório, as mulheres bolivianas acessaram suas redes sociais – principalmente de parentesco – com outras mulheres para a obtenção de auxílio em diferentes momentos. Observou-se que a companhia para migrar é obtida através dessas relações, sanguíneas ou simbólicas. Apenas 28, das 230 mulheres captadas pela *Encuesta* Corumbá, migraram sozinhas. Dentre essas, no entanto, apenas 8 migraram para viver sozinhas no lugar de destino. Entre as entrevistadas em Corumbá, nenhuma havia migrado para viver sozinha.

Uma vez que a migração de mulheres bolivianas para Corumbá é um processo longo e que envolve etapas migratórias diversas, foram comuns depoimentos como o de Cora, que afirma não ter imaginado vir para o Brasil quando migrou pela primeira vez. As mulheres que saem sozinhas de seus lugares de origem, no entanto, alcançam a fronteira mais rapidamente, sem cumprirem tantas etapas: apenas 12 mulheres, das 28 que migraram sozinhas, cumpriram mais de uma etapa migratória até chegarem a Corumbá. Ou seja, de acordo com os dados da pesquisa, as mulheres que migraram sozinhas tinham um destino na fronteira mais certo do que aquelas que cumpriram suas trajetórias migratórias acompanhadas pela família. Raquel saiu da casa dos pais direto para a fronteira:

Eu sabia que o mercado aqui, por causa dos sacoleiros, era melhor do que lá. Eu soube porque uma amiga veio morar com o marido aqui, porque ele foi trabalhar na mineradora. Eu disse para a minha mãe que eu vinha, mas ela não queria. Mas eu vim porque eu perdi o emprego lá. No fim foi bom, porque eu levo dinheiro pra ela agora.

As entrevistas revelam ainda que nenhuma mulher saiu sozinha de seu lugar de origem sem alguma amiga ou outra mulher da família esperando na fronteira. Reforça-se, portanto, um perfil do próprio fluxo migratório feminino diferente daquele de “caráter libertador”, descrito por Chaves (2009). A migração de mulheres bolivianas para Corumbá está ligada a processos de redistribuição da população na Bolívia, transformações no

cenário socioeconômico do país – que levou o departamento de Santa Cruz a configurar-se como o principal centro econômico e produtivo – e também a uma rede social essencialmente feminina para este fluxo migratório.

Para obter o primeiro emprego no lugar de destino as mulheres também se articulam nesta rede social. De acordo com os dados da *Encuesta Corumbá*, é, nesse momento, que as figuras masculinas – pai, cônjuge, irmão – têm menor participação na estratégia feminina: apenas 10% das mulheres captadas pela pesquisa receberam este tipo de auxílio no momento da obtenção do primeiro emprego. Esta é uma das especificidades mais importantes do fluxo de bolivianas para Corumbá: o comércio, principal atividade dos migrantes bolivianos na região, é culturalmente uma atividade feminina. Segundo Cecília:

Vim para a fronteira com o meu marido, a convite da minha cunhada que tinha ficado viúva. Meu marido veio primeiro porque eu tinha criança pequena. Quando nós viemos, já comecei a trabalhar com a minha cunhada na feira. Meu marido demorou pra conseguir emprego, foi difícil... [Pergunto se o marido não poderia trabalhar com ela na feira]. Isso é trabalho de mulher! Na Bolívia, os homens cuidam da terra e nós é que vendemos a mercadoria. Mas lá é diferente. É como se não tivéssemos escolha. Aqui é melhor, não parece obrigação. Tem muito homem querendo emprego de mulher agora [risos...]

Entre as mulheres entrevistadas em Corumbá, esta foi uma reação comum: quando perguntadas sobre a possibilidade dos homens trabalharem junto com elas, no comércio, poucas seguraram o riso. O observado, ao longo da pesquisa de campo, no entanto, é que muitos homens trabalham no comércio: mas nunca na venda de mercadorias. A divisão sexual desta atividade é clara: mulheres no balcão, homens no estoque.

Zélia também descreve essa divisão sexual do trabalho encontrada em Corumbá:

Aqui tem muito trabalho pra nós. O comércio é bom, tem muito comprador brasileiro que vem buscar mercadoria na fronteira. Toda mulher que chega aqui tem trabalho. Os homens não sentem tanta diferença, porque já trabalhavam lá, claro, mas ganhavam pouco. Aqui continuam trabalhando, ganham mais, é verdade, mas não como as mulheres. Muitas nunca trabalharam e passam a ter mais dinheiro que os homens.

Essa “vantagem” obtida pelas mulheres através da associação entre a dinâmica econômica de Corumbá – historicamente ligada ao comércio – e especificidades culturais de seus lugares de origem – o desígnio às mulheres das atividades comerciais – se reflete em mudanças nos papéis exercidos por homens e mulheres. Segundo Morokvasic (2000), mulheres migrantes tendem a ser segregadas em ocupações específicas no lugar de destino de acordo com os papéis de gênero desempenhados nos lugares de origem. Há um embate teórico sobre a entrada das mulheres migrantes no mercado de trabalho:

A perspectiva mais comumente adotada pelos autores é que a migração e a entrada das mulheres no mercado de trabalho do destino trazem ganhos e perdas: aumenta a exploração de mulheres e, ao mesmo tempo, oferece a oportunidade de ganho de independência, respeito e a percepção de que a situação pode se transformar (MOROKVASIC, 2000, p. 893).

Busca-se discutir no próximo item, portanto, o *status* ocupacional das mulheres bolivianas em Corumbá, ao longo de sua trajetória e suas relações com as transformações experimentadas por essas mulheres no domicílio e na família.

TRABALHO IMIGRANTE E RELAÇÕES DE GÊNERO

As transformações experimentadas ao longo das trajetórias migratórias foram detalhadamente descritas pelas mulheres entrevistadas em Corumbá. Como o relato de Maria:

Foi muito difícil chegar aqui. Eu saí da casa dos meus pais, fui para a casa da minha tia [em Santa Cruz], me casei, depois me separei e voltei pra lá. Enquanto isso eu trabalhei muito. Mas era diferente daqui. Faço aqui o que muitas mulheres fazem em La Paz, mas ganho mais dinheiro para os meus filhos. A pobreza lá é muito grande. [Pergunto o que mudou em sua vida depois da chegada a Corumbá]. Agora meus filhos passam a semana na casa da minha tia em Quijarro. Ela que me hospedou e agora ela cuida dos meus filhos, posso mandar dinheiro para ela. Antes ela que tinha me feito um favor. E hoje eu faço um favor pra ela. [Quanto à possibilidade de outro casamento]: Homem só atrapalha! Agora eu trabalho fora, trabalho em casa, cuido dos meus filhos, tudo o que eu fazia antes. Mas eu é que decido!

Cecília descreve a principal mudança experimentada ao longo de toda a trajetória migratória:

Aqui eu trabalho como comerciante, como em Cochabamba. Mas eu ganho mais dinheiro, sou mais independente. Por causa disso eu pude criar meus filhos de um jeito diferente. Hoje já são todos maiores de idade, fazem o que querem. O mais velho voltou para Cochabamba para estudar e mora com uma tia. Todos trabalham e cada um vai escolher e seguir o seu caminho quando chegar a hora. Eu era a única filha mulher e tinha obrigação de ficar em casa e por isso me casei cedo.

Migração feminina, entrada das mulheres no mercado de trabalho na sociedade de destino e transformações dos papéis de gênero desempenhados na família: de acordo com diversos autores, são essas estruturas que mantêm estreitas relações entre si e abrigam profundos diferenciais entre homens e mulheres (PESSAR, 2000; MOROKVASIC, 2000; PESSAR; MAHLER, 2001; OSO CASAS 2005). Segundo Morokvasic (2000, p. 895):

O impacto da entrada das mulheres no mercado de trabalho pode ser determinado pelas possibilidades de emprego encontradas pelos homens. Quando essas oportunidades são poucas, podem ocorrer mudanças drásticas na estrutura familiar com o aumento do número de domicílios chefiados por mulheres.

A relação descrita por Morokvasic (2000) parece se aplicar ao caso dos bolivianos em Corumbá. A oferta de trabalho entre as mulheres – culturalmente comprometidas com atividades comerciais – é patente na dinâmica econômica corumbaense. Os homens, além de enfrentarem um mercado de trabalho restrito e urbano, devem superar este obstáculo cultural para concorrer com as mulheres, o que dificilmente acontece, segundo os dados das pesquisas de campo.

Associa-se a este cenário uma rede social essencialmente feminina, em que as mulheres se apoiam mais que os homens, por exemplo, para auxílio na obtenção do primeiro emprego, quando mais recorrem ao mesmo sexo. Desta forma, a entrada das mulheres no mercado de trabalho do lugar de destino é mais eficiente e os impactos, especialmente o

aumento da renda, provocam transformações nos papéis desempenhados nos domicílios. Conforme Cecília:

As coisas começaram a mudar por isso. Ele [o marido] não tinha emprego e eu já cheguei e já trabalhava na feira. Daí eu vi que estava com o dinheiro e poderia decidir as coisas. E não deixei passar a chance. Porque lá ele resolvia tudo sozinho, porque eu ganhava muito pouco. [Pergunto quem controla o orçamento do domicílio] Ah, sou eu mesma!

De acordo com a *Encuesta* Corumbá, 58,9% das mulheres bolivianas são responsáveis pelos domicílios. Dentre essas, 48% vivem com cônjuges. As entrevistas qualitativas revelam que 16, das 20 mulheres entrevistadas, são chefes de família, sendo que apenas 3 delas vivem sem cônjuge. Este cenário aponta para uma das mais profundas transformações experimentadas por essas mulheres ao longo de suas trajetórias migratórias. Segundo Safa (1992, p. 12):

Como resultado de uma maior inserção no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal, as mulheres migrantes estão mais que nunca assumindo responsabilidades econômicas em suas famílias, enquanto o papel do homem como mantenedor principal está se enfraquecendo. No lugar do antigo patriarcado, um padrão mais igualitário emerge, no qual mulheres e homens dividem responsabilidades no grupo doméstico, partilhando decisões, tarefas e encargos domésticos. A extensão da mudança depende de muitos fatores, mas um fator chave é a contribuição feminina para a economia do grupo doméstico.

Parece claro e esperado que a entrada das mulheres no mercado de trabalho da sociedade de destino resultasse numa mudança de papéis de gênero na família. Essa transformação entre as mulheres bolivianas, em Corumbá, no entanto, acontece em meio a disputas e conflitos com a figura do homem provedor. Cecília revela:

*O trabalho pra nós não é novidade. Nós sempre trabalhamos muito. Mesmo quem não trabalhava fora, quando é mais nova, tem que trabalhar muito em casa. Então essa coisa de “como é agora que você trabalha fora” pra mim não existe. Eu sempre trabalhei. Eu sei que todas essas mulheres que estão aqui [aponta para o resto da feira] também sempre trabalharam, pode perguntar para qualquer uma delas. **O que muda é o que acontece na sua casa.** As coisas mudaram muito mesmo. Mas pra isso teve muita briga, porque meu marido ficou desempregado quando nós viemos pra cá*

e pra ele foi muito difícil viver com o meu dinheiro. E não só com o meu dinheiro: comigo também!

Segundo Marri e Wajnamn (2007, p. 20):

A mudança do status da esposa na composição da renda familiar traz consigo alterações nos papéis desempenhados por estas no mercado de trabalho, nos casamentos e nas famílias. O aumento da renda de um dos parceiros, digamos da mulher, relativamente aos rendimentos do marido, eleva, teoricamente, seu poder de barganha. Esposas que recebem mais do que seus maridos têm maior poder de decisão.

Os conflitos descritos pelas mulheres bolivianas, em Corumbá, não eram causados apenas pelo aumento da renda feminina. Relações de poder no domicílio foram abaladas, segundo as migrantes, porque as mulheres se adaptavam mais facilmente que os homens ao lugar de destino, principalmente por causa do amparo cedido pela rede social formada por elas. Assim, os homens, menos providos deste recurso e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, não mantêm a mesma autoridade dentro dos domicílios.

Para Pessar (2000), os vínculos existentes entre o trabalho das mulheres migrantes e o domicílio são relacionados não só à mudança da figura do responsável, mas também à organização, controle da renda e divisão do trabalho doméstico. De acordo com a autora, a participação dos homens nas atividades domésticas varia de acordo com a composição e com o estágio do ciclo de vida do domicílio. Isabel descreve essa transformação experimentada em seu domicílio:

Quando eu cheguei aqui, não era casada nem nada. Eu vim com a minha madrinha. Daí me casei aqui com um boliviano também, então minha vida era quase igual. Eu recebi dinheiro da minha madrinha pra ter minha barraca na feira. E depois que eu devolvi, eu comecei a ganhar mais que meu marido, que nessa época ficou desempregado. Daí eu tinha um filho pequeno, não ia pagar ninguém pra ficar com ele se o pai estava do lado. Mas foi difícil. No começo, foi pior: meu marido acho que era mais criança do que o meu filho, porque a bagunça era toda dele! E daí eu tinha que fazer tudo em casa depois do trabalho. Não aguentei! Quase me separei nessa época. Como ele demorou pra arrumar emprego, acabou me ajudando mais[...] Mas brigamos muito. Hoje ele lava a louça e passa roupa. Mas ninguém sabe!

Morokvasic (2007) enuncia que os papéis de gênero desempenhados por homens e mulheres antes da migração são bastante “resistentes”, e essa transformação é um processo que acaba por contestar, dentro do domicílio, relações de poder e autoridade. De acordo com Castro (2006, p. 254):

É no domicílio em que são criados e reproduzidos, de uma geração a outra, valores, padrões de comportamento, normas ideológicas e de gênero que requerem a reprodução da estrutura sócio-econômica e cultural. É no domicílio que se moldam formas de pensamento e comportamento sexual e social, por isso se reconhece que a família produz e reproduz pautas culturais e de gênero. A unidade doméstica é um cenário onde se dividem objetivos comuns, mas também conflitos e negociações entre seus integrantes, gerando tensões, desequilíbrios e desigualdades.

As migrantes bolivianas em Corumbá enfrentam esses conflitos e tensões enquanto desenvolvem estratégias e táticas de sobrevivência numa nova ordem de papéis de gênero. Nos depoimentos das mulheres entrevistadas, observa-se que, neste processo de reconfiguração familiar, embates dentro do domicílio, especialmente com o cônjuge, são comuns:

Não acho que foi o fato de eu trabalhar que mudou as coisas na minha casa. Fui eu que mudei. O dinheiro veio por causa da mudança que eu comecei quando eu saí de casa e ele só me deu o meio para mudar. E a gente se desencontrou quando ele ficou desempregado. E daí as coisas nunca mais foram as mesmas, porque eu já estava de outro jeito, queria outras coisas (Cecília).

Aqui tem mais trabalho pras mulheres. Pode olhar. Eu não sabia que ia ser assim quando eu saí de lá. A gente ficava sabendo que o comércio na fronteira era bom por causa dos sacoleiros, mas não sabia que era igual. Acho que como tem muito boliviano aqui, a gente trouxe o mesmo jeito de fazer as coisas pra cá (Cora).

Buscou-se, com este quarto capítulo, completar o esforço metodológico proposto, partindo dos dados da *Encuesta* Corumbá e, assim, preenchendo lacunas referentes às especificidades da migração feminina com as verbalizações das mulheres bolivianas entrevistadas. Para tanto, de acordo com a bibliografia, isolaram-se esferas específicas da análise de fluxos migratórios femininos – trajetórias migratórias, ciclos de vida,

redes sociais, estratégias migratórias, reconfiguração familiar – e, de acordo com os depoimentos coletados em campo, associou-se a estas esferas uma perspectiva relacional.

O fluxo migratório de bolivianas para Corumbá é carregado de especificidades em todas essas esferas: o comportamento das mulheres é diferente dos homens e essas diferenças têm raízes nos lugares de origem e destino. A reconfiguração dessas esferas estabelece novos vínculos entre a mulher boliviana e sua família ou entre sua atividade laboral, possíveis apenas para aquelas que cruzaram fronteiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carregado de especificidades, o fluxo de bolivianos para Corumbá – Mato Grosso do Sul, apresenta-se como um importante objeto de estudo da migração feminina. As experiências dessas mulheres, forjadas por fatores estruturais ligados a espaços de origem e destino – e etapas migratórias intermediárias – ao fim de suas trajetórias, revelam transformações profundas sofridas ao longo de todo o processo. Buscou-se, neste trabalho, dada a disposição de diferentes fontes de dados, construir, desde a origem, essas etapas migratórias, associando-lhes os discursos das próprias migrantes e ainda os fatores estruturais que configuraram ao longo da história este fluxo migratório.

Partiu-se, para tanto, de um desafio metodológico: explorar três diferentes fontes de dados principais, de diferentes naturezas, dimensões e objetivos: censos demográficos e duas pesquisas de campo compõem o cenário de possibilidades de análise do fluxo de bolivianas para Corumbá.

A busca por limites e respectivas superações configuraram a estrutura do próprio trabalho: através de dados censitários, buscou-se analisar a formação de Corumbá como um espaço de fronteira relevante para a migração boliviana. Encontrados os primeiros limites de análise do fluxo migratório em si, a *Encuesta* Corumbá preencheu essas lacunas para o estudo de fluxo de bolivianos em Corumbá. Por fim, as entrevistas realizadas na segunda pesquisa de campo forneceram a dimensão necessária para a compreensão da migração feminina, dos impactos sofridos pelas mulheres

bolivianas ao longo de todo o processo, dos vínculos estabelecidos por elas entre diferentes esferas específicas de análise.

A construção de Corumbá como um espaço relevante para o fluxo de bolivianos revelou a presença desses migrantes desde o fim do século XIX na região e, ainda, a importante presença das mulheres ao longo de toda a história do fluxo migratório. Outros grupos formaram o contingente de imigrantes na região – paraguaios e argentinos, principalmente. Mas, entre os bolivianos, que se observou a presença feminina em equidade com a masculina.

Este fato aponta para a importância da migração feminina no âmbito da migração boliviana como um todo. A *Encuesta* Corumbá deu início à investigação das causas desta especificidade através da descrição detalhada deste fluxo migratório.

Através dos dados da *Encuesta* Corumbá, as diferentes experiências de homens e mulheres foram captadas, e, assim, superados limites impostos pelos dados censitários pela própria natureza da pesquisa, uma vez que o fluxo de bolivianos em Corumbá não é numericamente expressivo, o que pode causar desvios, porque se trata de uma amostra, a *Encuesta* Corumbá ofereceu possibilidades mais robustas para este estudo.

Ressalta-se ainda a importância de uma pesquisa de campo da natureza da *Encuesta* Corumbá. Realizada para o estudo específico do fluxo de bolivianos na fronteira, esta pesquisa permite a construção de diferentes perspectivas de análise: a migração feminina é uma delas. Por meio dos dados resultantes desta pesquisa, foi possível construir o leque de especificidades das experiências migratórias das mulheres investigadas através das entrevistas qualitativas realizadas em Corumbá.

Ainda que a *Encuesta* Corumbá tenha sido o principal instrumento de análise deste trabalho, não foi uma pesquisa programada com o objetivo de estudar a migração feminina. Desta forma, encontraram-se também limites para a investigação das especificidades das mulheres ao longo do processo. Para superá-los foram realizadas as entrevistas qualitativas.

Associando, por fim, os dados da *Encuesta* Corumbá às informações coletadas nesta segunda pesquisa de campo, buscaram-se as experiências, estratégias e trajetórias das mulheres, sempre através da perspectiva da incorporação das relações de gênero ao estudo.

Através da recente bibliografia dos estudos migratórios, em que a incorporação da perspectiva de gênero tem sido foco de debates teóricos (PHIZACKLEA, 1983; MOROKVASIC, 1984; PESSAR, 2000; BOYD; GRIECO, 2003; ENGLE, 2004), isolaram-se esferas de análise específicas da migração feminina. A partir deste primeiro momento, já com os dados tabulados da *Encuesta* Corumbá, construíram-se as bases para um estudo específico da migração feminina: as relações na família e no domicílio ao longo de todo o projeto migratório, as estratégias utilizadas, as causas do planejamento das etapas migratórias, uso estratégico dos espaços. As entrevistas qualitativas revelaram, por fim, importantes conexões entre essas esferas e, também, especificidades das mulheres bolivianas em Corumbá.

Segundo os dados da *Encuesta* Corumbá, as mulheres bolivianas percorreram trajetórias migratórias compostas por mais de uma etapa (CASTRO, 2006), em sua maioria. Essas trajetórias, mais do que o caminho percorrido pelas migrantes, revelam o uso estratégico de cada um desses espaços. Em busca dessa relação, foram analisadas as trajetórias das migrantes em função de seu ciclo de vida – individual e familiar.

Constatou-se, a partir desta associação, a estreita relação existente entre essas estruturas no ciclo de vida das mulheres (CHANT, 1992; PESSAR, 2000) bolivianas, especialmente no que concerne ao casamento e ao nascimento dos filhos. O planejamento das trajetórias migratórias e as estratégias utilizadas foram definidos por elas, através do momento do ciclo de vida em que se encontravam e também de suas expectativas futuras. A saída do lugar de origem depois da morte do pai ou da mãe, ou, ainda, depois do nascimento dos filhos, foram comuns às mulheres entrevistadas.

Em cada um dos espaços percorridos pelas mulheres até a chegada a Corumbá, foram identificados, em função do ciclo de vida, diferentes recursos estratégicos. Este fato é reforçado pela passagem de mulheres em diferentes momentos de seu ciclo de vida, por etapas migratórias iguais.

O uso estratégico dos espaços (PESSAR, 2000; BOYD; GRIECO, 2003; PERES, 2006) é realizado pelas mulheres bolivianas mesmo depois do cruzamento da fronteira e do estabelecimento na sociedade de destino. Por ser um espaço de fácil circulação, as mulheres optam pelo uso de serviços tanto do lado brasileiro quanto do lado boliviano: os filhos estudam em

escolas bolivianas, mas utilizam o serviço de saúde brasileiro; elas com frequência utilizam o serviço de saúde boliviano, sobretudo de ginecologia.

A interface da presença das mulheres bolivianas em Corumbá e do recente debate teórico revela especificidades deste fenômeno: diferentemente de outros fluxos migratórios femininos, as bolivianas em Corumbá planejam seu ciclo de vida em função de processos sociais ligados à origem. Casamento e nascimento de filhos são programados em função das etapas já percorridas e ainda das expectativas futuras das migrantes. Segundo Pessar (2000), migrantes dominicanas nos Estados Unidos planejam seu ciclo de vida em função do estabelecimento no lugar de destino. O fluxo de mexicanas na fronteira com os Estados Unidos apresenta a mesma característica (CHANT, 1992). As mulheres bolivianas têm um comportamento diferenciado no cenário dos fluxos migratórios femininos, uma vez que planejam tanto seu ciclo de vida quanto o uso de recursos do lugar destino em função de seu lugar de origem.

Este uso estratégico dos espaços e o próprio planejamento das etapas migratórias são sustentados pelo uso diferenciado das redes sociais (MASSEY, 1998; PESSAR, 2000). Os dados da *Encuesta* Corumbá já revelavam o acesso e uso específico dessas redes por homens e mulheres. As mulheres, além de recorrem mais frequentemente a estes recursos, fazem-no, na maioria das vezes, através de outras mulheres.

A construção de uma rede social essencialmente feminina é uma das principais especificidades da presença boliviana em Corumbá. Esta rede se estabelece através do contexto econômico da fronteira – em que o comércio é historicamente relevante –, de um traço cultural marcante na Bolívia, que reserva a atividade comercial tradicionalmente às mulheres e ainda a relações de parentesco, sobretudo rituais.

A associação destes três fatores forma esta rede permanente de auxílio entre as mulheres migrantes: desde o planejamento da primeira viagem até o estabelecimento definitivo no lugar de destino.

A utilização dos recursos disponíveis em cada um dos lugares de destino, ao longo das trajetórias migratórias, é observada em outros fluxos internacionais de mulheres (MOROKVASIC, 1984; BOYD; GRIECO, 2003). Entre as bolivianas, no entanto se estabelece uma

rede essencialmente feminina, que disponibiliza recursos específicos, que incluem auxílio no cuidado com os filhos e, principalmente, auxílio para a inserção no mercado de trabalho de Corumbá.

O estabelecimento dessa rede feminina de auxílio proporciona às mulheres bolivianas em Corumbá uma inserção rápida no lugar de destino. Os homens acabam também por trabalhar no comércio, mas respeitando a mesma divisão sexual do trabalho consolidada na Bolívia: as mulheres atendem os clientes; enquanto os homens são responsáveis pelo estoque de mercadorias.

Essa inserção diferenciada na sociedade receptora tem profundo impacto nas relações no domicílio e na família. As mulheres bolivianas experimentam em Corumbá uma reconfiguração de seus papéis nessas esferas privadas, muitas passando a controlar a renda da família, a tomar decisões no domicílio e ainda assumindo a responsabilidade por essas duas estruturas.

Neste contexto, sofrem modificações as relações de poder e os papéis de gênero (MOROKVASIC, 2000; HILL, 2004; ENGLE, 2004; CASTRO, 2006) desempenhados pelas mulheres bolivianas. As verbalizações captadas em Corumbá revelam o ganho de independência através de maiores salários, de autonomia, de poder de decisão; por outro lado, elas também revelam as dificuldades de adaptação principalmente relativas ao clima – a maioria das mulheres entrevistadas é de origem andina – e ao idioma.

O cruzamento da fronteira não é, para a mulher boliviana, simples sinônimo de libertação. É uma estratégia de sobrevivência, que conserva estruturas da origem, mas que também proporciona possibilidades de superação de dificuldades, de enfrentamento de situações de pobreza ou de amarras sociais. *“A Bolívia está em mim”* declarou – em Português – uma das mulheres entrevistadas, que todos os anos passa os meses de férias escolares em Cochabamba, com a família que permaneceu na origem.

Em outros estudos sobre migração feminina – sobretudo em fluxos de longa distância – prevalece esse viés libertador (CASTRO, 2006; CHAVES, 2009) de ganho de autonomia e independência. As trajetórias migratórias bolivianas revelam que a saída do lugar de origem é ainda uma etapa migratória distante do cruzamento da fronteira. O processo

social da migração de bolivianas para Corumbá é construído ainda no país de origem. A estreita relação mantida por essas migrantes com seu país de origem, portanto, transcende a questão geográfica da fronteira e está relacionada ao próprio processo migratório.

As possibilidades de análise apresentadas pelas fontes de dados utilizadas neste trabalho ainda não foram esgotadas, dessa maneira, deixando desafios futuros a serem investigados. O primeiro deles são as relações mantidas com lugares de origem e destino da geração intermediária – nascida na Bolívia e residente no Brasil; e também da segunda geração de migrantes – nascida no Brasil.

Segundo dados da *Encuesta* Corumbá e das entrevistas qualitativas, essa geração intermediária tem fortes ligações com seus lugares de origem. Muitos desses jovens voltam à Bolívia para estudar, com recursos enviados pelos pais, e residem em casas de parentes. A segunda geração (SALES, 1996), no entanto, desponta como importante agente articulador entre o comércio dos imigrantes em Corumbá e outros espaços, também marcados pela presença boliviana. Alguns relatos de mulheres bolivianas revelam a migração interna de seus filhos para São Paulo, com o objetivo de negociar – também com migrantes bolivianos – e transportar mercadorias a serem vendidas na fronteira.

A presença boliviana em Corumbá é marcada por especificidades ligadas a processos históricos tanto na origem quanto no destino. Buscou-se ressaltar, neste trabalho, as experiências migratórias das mulheres bolivianas ao longo de suas trajetórias, as transformações sofridas, os impactos dessa migração em esferas privadas e públicas.

Essas bolivianas – sempre com a ajuda de outras mulheres – deixaram seus lugares de origem por diferentes causas. Todas, no entanto, apresentaram um traço comum: a coragem para enfrentar o desafio do cruzamento de uma fronteira que, ainda que permita uma circulação relativamente fácil, impõe-se com dificuldades de adaptação e desafios de equidades de gênero.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. *Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes - Brasil, 1980-1996*. 1999. 200fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Campinas, Campinas, 1999.
- BOYD, M.; GRIECO, E. *Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory*. Washington: Migration Policy Institute, 2003.
- CASAS, L. O. La réussite des bonnes espagnoles de Paris: stratégies de mobilité sociale et trajectoires biographiques. *Revue Européenne des Migrations internationales*, v.21, n.1, p. 107-129, 2005.
- CASTRO, J.Y.C. Ahora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de género em una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo. 2006. 470fls. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidad de Granada, Granada, 2006.
- CHANT, S. Migration and Development: The Importance of Gender. In: CHANT, S. (Org.). *Gender and Migration in Developing Countries*. Londres: Bellhaven, 1992.
- CHAVES, M. F. Mulheres migrantes: senhoras de seu destino? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1980/1991. 2009. 156fls. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- DOMENACH, H.; CELTON, D. *La comunidad boliviana en Cordoba*. Caracterización e proceso migratório. Córdoba: Universidad de Córdoba, 1996.
- ENGLE L. B. *The world in motion*. Short essays on migration and gender. Geneva: International Organization for Migration (IOM), 2004.
- MOROKVASIC, M. La mobilité transnationale comme ressource: le cas des migrants de l'Europe de l'Est. *Cultures et Conflits*, v.32, p.105 - 122, 2002.
- _____. In and out of the labour market: Immigrant and minority women in Europe. *New Community Gender and Migration*, v.19, n.3, p. 459 - 483, 1993.
- _____. Birds of passage are also women... *International Migration Review*, v. XVIII, n.4, p. 886 - 907, 1984.
- _____.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (Eds.) *Crossing Borders and shifting boundaries*. Los Angeles: Oplanden, 2003. v.I.
- OSO, L. Women, the pioneers of migration chains: the case of Spain. In: SEMINÁRIO "WORKING PARTY ON MIGRATION". *Anais...* Paris: OCDE, 1994.
- PESSAR, P. R. The Linkage Between the household and workplace of dominican women in the U.S. *International Migration Review*, v.XVIII, n.4, p.1188 - 1211, 2000.
- PHIZACKLEA, A. Transnationalism, gender and global workers. In: MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (Eds.) *Crossing Borders and shifting boundaries*. Los Angeles: Oplanden, 2003. v.I.
- SALA, G. A. *Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil*. 2005. 261fls. Tese (Doutorado em Demografia) - CEDEPLAR. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SAKKA, D. (Org.) Return Migration: changing roles of men and women. *International Migration Review*, v.37, n.4, p.741 - 764, 1999.

SALES, T. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortês, 1999.

SOUCHAUD, S.; BAENINGER, R. Diferenciais da Imigração Boliviana em Corumbá: resultados de pesquisa de campo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS

FRONTEIRIÇOS. *Anais...* Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2008.

SPEDDING, A. *Breve curso de parentesco*. La Paz: Mama Huaco, 2003.

TARRIUS, A. Leer, describir, interpretar. Las circulaciones migratória: conveniência de la noción de “território circulatório”. Los nuevos hábitos de la de identidad. *Relaciones*, v.XXI, n.83, p. 38 - 66, 2000.

A SEGUNDA GERAÇÃO DE LATINO-AMERICANOS EM SÃO PAULO: PRIMEIRAS ANÁLISES¹

Gabriela Camargo de Oliveira²

Rosana Baeninger³

CONTEXTO DAS IMIGRAÇÕES LATINO-AMERICANAS NO BRASIL E EM SÃO PAULO

Embora seja fator pouco estudado e conhecido, depois da Segunda Guerra Mundial, o Brasil recebeu fluxos imigratórios de perfil diferente dos fluxos do começo do século XX e em menor quantidade. Paiva (2007) aponta que imigrantes provenientes da América Latina – principalmente de países como Argentina, Bolívia, Paraguai, Peru, Uruguai – passaram, a partir dos anos 1970, a compor o movimento de

¹ Trabalho apresentado no I Seminário Migrações e Cultura, realizado na UNESP/Marília em setembro de 2011.

² Mestranda em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. Estudo realizado no âmbito do projeto de mestrado FAPESP: A segunda geração de latino-americanos na RMSP de São Paulo. Email: gabi.co@hotmail.com

³ Professora do Departamento de Demografia e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População/UNICAMP. Estudo realizado no âmbito do Projeto Temático “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo” – FAPESP. Email: rbaeninger@nepo.unicamp.br

imigração internacional para o Brasil. Vários fatores contribuíram para esses contingentes migratórios regionais, desde acordos bilaterais para entrada de estudantes nos anos 1950 (SILVA, 2008) até razões políticas e econômicas dos anos 1960 e 1970, no contexto latino-americano (SILVA, 2008). Em anos mais recentes, em particular, a partir dos anos 1980, os fluxos migratórios latino-americanos destinaram-se, principalmente, para duas áreas: as regiões de fronteiras e as regiões metropolitanas (PATARRA, 2002), em especial, São Paulo e Rio de Janeiro.

No âmbito da reestruturação econômica internacional dos anos 1990/2000, os imigrantes oriundos do Mercosul corresponderam a 40% dos imigrantes internacionais legais que chegaram ao Brasil (PATARRA; BAENINGER, 2005). Em 1990, o Brasil apresentava 1,1 milhão de estrangeiros, que correspondia a 6,2% da população total. A América do Sul foi responsável por 44% do total de estrangeiros no Brasil, de acordo com o Censo de 1991, e o estado de São Paulo foi o principal receptor de imigrantes, principalmente os latino-americanos (ANTICO, 1998).

Em São Paulo, assim como no resto do país, houve um aumento do fluxo de imigrantes latino-americanos a partir dos anos 1970 e, desde então, o fluxo vem aumentando. Embora São Paulo receba imigrantes provenientes de todo o mundo, principalmente da América Latina, o maior fluxo de entrada é de bolivianos, paraguaios, argentinos, peruanos, uruguaios e chilenos (PAIVA, 2007). Nesse sentido, de acordo com estudos realizados por Silva (2008), os maiores fluxos de estrangeiros latino-americanos, em São Paulo, na atualidade, são de bolivianos, peruanos e paraguaios. A maior parte dos imigrantes latino-americanos em São Paulo veio com o objetivo de trabalhar nos ramos de confecções, comércio e serviços (SILVA, 2008).

Embora as estimativas sobre a quantidade de imigrantes residentes na cidade venham crescendo ao longo dos anos, os dados da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho demonstram uma diminuição nos pedidos de autorização de trabalho, o que evidencia o aumento dos estrangeiros indocumentados. Devido à situação de não documentação desses imigrantes, é impossível estabelecer o número aproximado de imigrantes na cidade, o que faz o assunto de difícil estudo (BAENINGER; LEONCY, 2001).

Independente das diferenças entre os números oficiais e os estimados, é fato que a comunidade latino-americana, na cidade de São Paulo, é grande e vem crescendo cada vez mais, demonstrando um movimento migratório de fluxo constante. A comunidade latino-americana na cidade se estabeleceu ao longo dos últimos 30 anos e é presença marcante nos bairros centrais (PROJETO URB-AL, 2007). Apesar da taxa de retorno característica dos movimentos migratórios (SAYAD apud SILVA, 2008), os imigrantes latino-americanos têm construído suas vidas na cidade, permanecendo, constituindo famílias e tendo filhos em São Paulo, os quais remetem à questão da segunda geração.

A SEGUNDA GERAÇÃO: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS

A segunda geração pode ser definida como a geração de filhos dos imigrantes adultos, que nasceram ou chegaram ainda novos ao país receptor. Conforme definido por Waters, Kasinitz, Mollenkopf (2004, p.1), “[...] a segunda geração – e a geração 1.5 – gerações imigrantes[...] ou seja, pessoas cujos pais são imigrantes, mas eles mesmos eram nascidos ou foram substancialmente criados nos Estados Unidos”.⁴

Portes (1996), no seu estudo sobre imigrantes latino-americanos nos Estados Unidos, distingue três categorias. As “crianças imigrantes” seriam jovens que nasceram no exterior, mas que imigraram para os Estados Unidos, logo após a infância, para serem criados no país; já as “crianças de imigrantes” – a segunda geração – incluem as crianças de pais imigrantes que nasceram no país receptor, bem como as crianças que nasceram no exterior e que imigraram ainda bem novos, também chamados de geração 1.5; e as “crianças nativas”, crianças de pais naturais do país. Segundo o autor,

[...] três categorias distintas: crianças imigrantes, crianças de imigrantes e crianças nativas de pais nativos. A primeira categoria inclui jovens que nasceram no exterior e vieram para os Estados Unidos após a infância para serem criados aqui. A segunda inclui as crianças nascidas nos Estados Unidos de pais imigrantes e as crianças nascidas no exterior, mas que vieram ainda muito novas (algumas vezes chamados de geração 1.5). A terceira categoria, crianças nativas de pais nativos, representa

⁴ Livre-tradução das autoras: “[...] *second- and ‘1.5’ – generation immigrants... that is, people whose parents were immigrants but who themselves were born or substantially raised in United States*” (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004, p. 1).

a vasta maioria do total da população e da população adolescente⁵ (PORTES, 1996, p. IX).

Portes; Halles; Fernandez-Kelly (2008, p. 13) consideram a segunda geração de imigrantes em seus estudos, pois:

O motivo que nos levou a voltar nossa atenção para os filhos foi a constatação de que os efeitos de longo prazo da imigração na sociedade norte-americana seriam determinados menos pela primeira do que pela segunda geração [...].

Para esses autores, os imigrantes de primeira geração seriam flutuantes, mantendo-se ora no país receptor ora no país de origem, estariam na sociedade, mas não fariam parte dela; já os filhos desses imigrantes ficariam no país, como cidadãos. Além disso, seria a segunda geração a determinar a manutenção ou não de práticas culturais originárias. Portanto, estudar a segunda geração de imigrantes seria tão importante quanto estudar a primeira geração. Ademais, seria preciso compreender como a segunda geração tem se inserido na sociedade receptora e que relações mantém com a comunidade local para entender os efeitos da imigração para a sociedade. Portes et al. (2008, p.13) afirmam:

Imigrantes de primeira geração sempre foram um grupo muito flutuante, hoje aqui e amanhã já de partida, na sociedade, porém não ainda parte dela. Em contraste, seus filhos nascidos e criados nos Estados Unidos estão nesse país, sem a menor dúvida, para ficar e, como cidadãos, estão inteiramente habilitados a ter 'voz' no sistema político norte-americano (no sentido do termo utilizado em Hirschman [1970]). Portanto, o decurso de sua adaptação determinará, mais do que outros fatores, no longo prazo, o destino dos grupos étnicos gerado pelos imigrantes de hoje.

De acordo com os autores, no caso dos EUA, a hipótese da assimilação uniforme não se aplicaria totalmente à “nova segunda geração”⁶,

⁵ Livre-tradução das autoras: “[...] three distinct categories: immigrant children, children of immigrants, and native-born children of native parentage. The first category includes youth who are born abroad and come to the United States after early infancy to be raised here. The second includes native-born children of immigrant parents and children born abroad who came at very early age (sometimes called the 1.5 generation). The third, native-born children of native parentage, represents the vast majority of both the total and adolescent population” (PORTES, 1996, p. ix).

⁶ O termo “nova segunda geração” refere-se à segunda geração do fluxo migratório pós-1965 para os Estados Unidos, que é predominantemente latina e asiática, diferenciando-se do termo segunda geração, muitas vezes

que são os descendentes da corrente imigratória latina e asiática, pois ela não estaria sendo assimilada do mesmo modo que as correntes imigratórias anteriores.

Portanto teria havido mudanças nas formas de assimilação desde os primeiros estudos sobre assimilação de imigrantes. A hipótese dos autores é de que, ao contrário do que aconteceu com a segunda geração de imigrantes dos Pós-Primeira e Segunda Guerras Mundiais, a “nova segunda geração” não estaria sendo assimilada ao *mainstream* de forma uniforme, como foi a segunda geração do fluxo imigratório europeu, uma vez que

[...] a imagem de uma trajetória de assimilação uniforme não dava conta do que efetivamente estava ocorrendo. Em vez disso, o processo havia se tornado segmentado em vários percursos distintos, alguns levando a trajetórias ascendentes, outros, a trajetórias descendentes (PORTES; HALLES; FERNANDEZ-KELLY, 2008, p. 14).

Esse fato deve-se a uma variedade de fatores diversos na sociedade atual e também às diferenças étnico-culturais dos novos imigrantes. Fatores como o contexto social da sociedade receptora, composição familiar, preconceito, barreiras educacionais, características fenotípicas, políticas públicas para imigrantes e outros, fazem com que a assimilação ocorra de forma “segmentada”.

A “assimilação segmentada” (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004) pode ser definida como assimilação em alguns setores específicos da sociedade, como em setores minoritários; e não em sua totalidade.

[...] Assimilação segmentada descreve os vários resultados de diferentes grupos de jovens de segunda geração e argumenta que o modo de incorporação da primeira geração é responsável pelos diferentes acessos da segunda geração às oportunidades e redes sociais⁷ (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004, p. 7).

Ao invés da uniformidade relativa da sociedade, que dita os caminhos comuns de integração por meio dos costumes e preconceitos, hoje em dia se observa diversas formas de adaptação. Uma delas replica o retrato

associado ao fluxo imigratório europeu do começo do século 20 para os Estados Unidos.

⁷ Livre-tradução das autoras: “[...] segmented assimilation describes the various outcomes of different groups of second-generation youth and argues that the mode of incorporation for the first generation gives the second generation access to different types of opportunities and social networks” (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004, p. 7).

honorável do crescimento da aculturação e da paralela integração dentro da classe média branca; a segunda leva diretamente para o caminho oposto, em direção à pobreza permanente e assimilação nos segmentos minoritários da sociedade; ainda, a terceira associa rápido avanço econômico com preservação deliberada dos valores e laços de solidariedade da comunidade imigrante⁸ (PORTES; ZHOU, 2005, p. 90).

Para Porte e Zhou (2005), a “nova segunda geração” estaria vivendo um conflito de adaptação de ordem tanto cultural como social - entre a pressão dos pais para que mantenham laços fortes com a comunidade étnica e os desafios para ingressar num mundo não familiar e frequentemente hostil. Segundo os autores, as condições econômicas e sociais, na época dos fluxos imigratórios dos Pós-Primeira e Segunda Guerras Mundiais, eram bastante diferentes das confrontadas pelos imigrantes atuais.

As condições daquele tempo eram bastante diferentes das confrontadas pelos grupos imigrantes de hoje. [...] Primeiro, os descendentes dos imigrantes europeus que confrontaram os dilemas decorrentes de conflitos culturais eram uniformemente brancos. E mesmo quando mais escuros que os nativos, a cor de suas peles reduziu a maior barreira de entrada na sociedade norte-americana. Por essa razão o processo de assimilação dependeu largamente das escolhas individuais [...] Essa vantagem obviamente não existe para as crianças dos filhos dos imigrantes de hoje, negros, asiáticos e mestiços. Segundo, a estrutura das oportunidades econômicas também mudou. Cinquenta anos atrás, os Estados Unidos era a potência industrial mundial, e os diversificados requisitos para o trabalho industrial ofereceram à segunda geração a oportunidade de gradualmente ascender a posições melhores pagas, enquanto faziam parte da classe trabalhadora. Nos anos recentes, essas oportunidades desapareceram paulatinamente, seguindo o rápido processo de desindustrialização nacional e da reestruturação industrial global⁹ (PORTES; ZHOU, 2005, p. 86).

⁸ Livre-tradução das autoras: “Instead of a relatively uniform mainstream whose mores and prejudice dictate a common path of integration, we observe today several distinct forms of adaptation. One of the replicates the time-honored portrayal of growing acculturation and parallel integration into the white middle-class; a second leads straight in the opposite direction to permanent poverty and assimilation into the underclass; still a third associates rapid economic advancement with deliberate preservation of immigrant community’s values and tight solidarity” (PORTES; ZHOU, 2005, p. 90).

⁹ Livre-tradução das autoras: “Conditions at the time were quite different from those confronting settled immigrant groups today. [...] First, descendants of European immigrants who confronted the dilemmas of conflicting cultures were uniformly white. Even if of a somewhat darker hue than natives, their skin color reduced the major barrier to entry into the American mainstream. For this reason the process of assimilation depended largely on individual decisions... Such an advantage obviously does not exist for the black, Asian,

Esse processo, nos EUA, segundo os autores:

[...] teria deixado para os ingressantes na força de trabalho norte-americana um confrontante vazio entre as posições com salários reduzidos que normalmente os imigrantes aceitam e as posições profissionais e de alta-tecnologia que requerem alto grau de escolarização que as elites nativas ocupam. O gradual desaparecimento das oportunidades intermediárias também afeta diretamente a corrida entre o progresso econômico da primeira geração e as expectativas da segunda geração¹⁰ (PORTES; ZHOU, 2005, p. 86).

Portanto, hoje, os novos imigrantes teriam menos chances de mobilidade na sociedade receptora do que tinham os imigrantes dos fluxos anteriores. Esse fator, associado a outros – como preconceito e falta de oportunidades educacionais – estaria resultando em uma “assimilação descente”, ou seja, nos grupos minoritários do *mainstream*, dentro das subculturas, contrário ao que ocorreu aos descendentes dos imigrantes europeus, que tiveram uma “assimilação ascendente”. No entanto, segundo Portes e Zhou (2005), na realidade, a situação ainda não se tornou tão polarizada, logo, seria possível observar a assimilação em diversos segmentos da sociedade.

Conforme Portes, Halles e Fernandez-Kelly (2008), o problema seria que a segunda geração de imigrantes não estaria conseguindo se mover da situação econômica inicial da primeira geração e ingressar na “classe média” da sociedade, alimentando o ciclo de imobilidade social.

Em uma economia cada vez mais baseada no conhecimento, os filhos de imigrantes sem uma educação avançada não poderiam ascender a posições que lhes provessessem um passaporte para as classes médias e altas, e poderiam estagnar em ocupações manuais, mal-remuneradas,

and mestizo children of today's immigrants. Second, the structure of economic opportunities has also change. Fifty years ago, the United States was the premier industrial power in the world, and its diversified industrial labor requirements offered to the second generation the opportunity to move up gradually through better-paid occupations while remaining part of the working class. Such opportunities have increasingly disappeared in recent years following a rapid process of national de-industrialization and global industrial restructuring” (PORTES; ZHOU, 2005, p. 86).

¹⁰ Livre-tradução das autoras: “This process has left entrants to that American labor force confronting a widening gap between the minimally paid menial jobs that immigrants commonly accept and high-tech and professional occupations requiring college degrees that native elites occupy. The gradual disappearance of intermediate opportunities also bears directly on the race between first-generation economic progress and second-generation expectations[...]” (PORTES; ZHOU, 2005, p. 86).

não muito diferentes daquelas exercidas por seus pais (GANS, 1992 apud PORTES; HALLES; FERNANDEZ-KELLY, 2008, p. 14).

No entanto, ao falar dos caminhos segmentados, Portes; Halles; Fernandez-Kelly (2008) deixam claro que as evidências indicam que a maioria da segunda geração estaria se assimilando de forma ascendente, mas que parte considerável estaria se assimilando descendente. Todavia, conquanto a parcela que estaria se assimilando de forma descendente seja minoria, o grupo seria bastante volumoso. Logo, seria necessário compreender as trajetórias que resultam em assimilações tão distintas.

Desse modo, falar em assimilação segmentada não significaria dizer que a maioria da segunda geração irá majoritariamente se assimilar de forma descendente. Ao contrário, ao invés de uma assimilação uniforme, nos dias de hoje, a assimilação tem ocorrido de formas distintas para os diferentes grupos de segunda geração. Por conseguinte, compreender como e o porquê dessas distintas assimilações seria importante para entender os resultados da integração da segunda geração na sociedade receptora.

SEGUNDA GERAÇÃO: O CASO PAULISTA

No Brasil, também há uma “nova segunda geração”, ou seja, os descendentes da nova corrente imigratória de latino-americanos para o país. Mas apesar de muitos estudos (PAIVA, 2007; SILVA, 2008) já terem sido realizados sobre a primeira geração desses imigrantes, pouco se conhece sobre a realidade da segunda geração. O fluxo imigratório latino-americano para São Paulo data de pelo menos 40 anos atrás e um contingente expressivo de famílias imigrantes formou-se na cidade de São Paulo, fato associado ao próprio fenômeno migratório em si, ao processo de reunificação familiar e formação de novas famílias.

Na cidade de São Paulo, a segunda geração da corrente imigratória de latino-americanos para o país é presença marcante nas regiões centrais da cidade, principalmente nas escolas públicas, que chegam a ter até 50% dos seus alunos de origem estrangeira. Apesar disso, pouco se sabe sobre

essas crianças e adolescentes, tanto em termos quantitativos como em termos qualitativos.

Assim como para a primeira geração, cujo exato número de estrangeiros latino-americanos, na cidade de São Paulo, ainda permanece desconhecido e divergente entre as fontes oficiais e as provenientes de instituições de apoio ao migrante; no tocante à segunda geração, o cenário é bastante parecido. Decorrente disso, a mensuração do tamanho da segunda geração também se faz ainda mais difícil, resultado tanto da indocumentação característica do fluxo, como da falta de dados confiáveis a respeito do volume do grupo. Fato agravado, uma vez que parte da segunda geração é brasileira e, portanto, nas fontes oficiais, é considerada como tal, mascarando a origem familiar estrangeira.

Porém, apesar da invisibilidade das comunidades latino-americanas na metrópole paulista, a formação da segunda geração de imigrantes latino-americanos pode ser observada nos microdados do Censo 2000. E, desse modo, o objetivo do trabalho em foco vai além de debater a questão da segunda geração em São Paulo, mas também demonstrar e evidenciar a importante presença desse grupo a partir dos dados do Censo 2000. As análises serão feitas por meio da observação e descrição das estruturas etárias das famílias em questão, ou seja, da primeira geração e a geração 1.5 (declarados estrangeiros no Censo) e da segunda geração.

METODOLOGIA

Com objetivo de observar a presença da segunda geração de latino-americanos na cidade de São Paulo, a metodologia adotada foi a análise dos microdados da amostra expandida do Censo Demográfico 2000. Foram analisados, para tanto, os dados referentes aos imigrantes latino-americanos que registraram maior presença na cidade, ou seja, provenientes da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Para análise dessa segunda geração foi realizada a reconstituição domiciliar desses imigrantes com o objetivo de captar, a partir do Censo Demográfico de 2000, as famílias com presenças de filhos nascidos no país estrangeiro e filhos nascidos no Brasil.

A reconstituição e o estabelecimento das relações familiares foram realizados a partir da variável do Censo “relação com o responsável pelo domicílio”. Para tanto, as gerações foram diferenciadas em primeira geração – para estrangeiros que chegaram já adultos no Brasil –, geração 1.5 – para estrangeiros que chegaram ainda crianças ou jovens (no caso deste artigo, para todos os estrangeiros que foram declarados como filhos em relação à variável relação com o responsável pelo domicílio, no Censo 2000) – e segunda geração para indivíduos que foram declarados como filhos e que nasceram no Brasil, mas tinham ao menos um dos pais de nacionalidade latino-americana.

PRIMEIROS RESULTADOS

Segundo dados do Censo IBGE de 2000, na cidade de São Paulo, residiam 7.722 bolivianos, 5.183 argentinos, 5.189 chilenos, 2.277 uruguaios, 1.834 peruanos, 1.420 paraguaios, conforme demonstra a tabela 1. No entanto, esses dados não distinguem os imigrantes de primeira geração, ou seja, que migraram adultos, e a geração 1.5, ou seja, as crianças que nasceram no exterior, mas vieram ainda jovens para o Brasil.

TABELA 1 - Estrangeiros residentes segundo país de nascimento (Mercosul). Município de São Paulo – 2000

País	Total
Argentina	5.183
Bolívia	7.722
Chile	5.180
Paraguai	1.420
Peru	1.834
Uruguai	2.277

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000. Amostra expandida. Tabulações especiais.

Logo, com o objetivo de distinguir o volume de estrangeiros de primeira geração, geração 1.5 e segunda geração, foram realizadas tabulações especiais para diferenciar as gerações em questão. Realizada essa distinção foi possível observar a presença da segunda geração e da geração 1.5. Na tabela 2, fica evidente que parte do contingente considerado como

estrangeiros, ou seja, pessoas declaradas como estrangeiros no Censo 2000, não são estrangeiros de primeira geração, e sim da geração 1.5, embora perfaçam a menor parte. Mas, ao reconstituir os domicílios e observar a presença de filhos/enteados, nota-se como a presença da segunda geração e da geração 1.5 é importante tanto no volume desses domicílios como na composição. Entre aqueles declarados como filhos, é possível observar que a maioria é de segunda geração, ou seja, nascidos no Brasil, mas com um dos responsáveis de nacionalidade estrangeira. Logo, é possível notar a importância, em termos quantitativos, da segunda geração nos domicílios com presença de responsável pelo domicílio ou cônjuge estrangeiro.

TABELA 2 - Total de pessoas no domicílio por gerações. Município de São Paulo – 2000

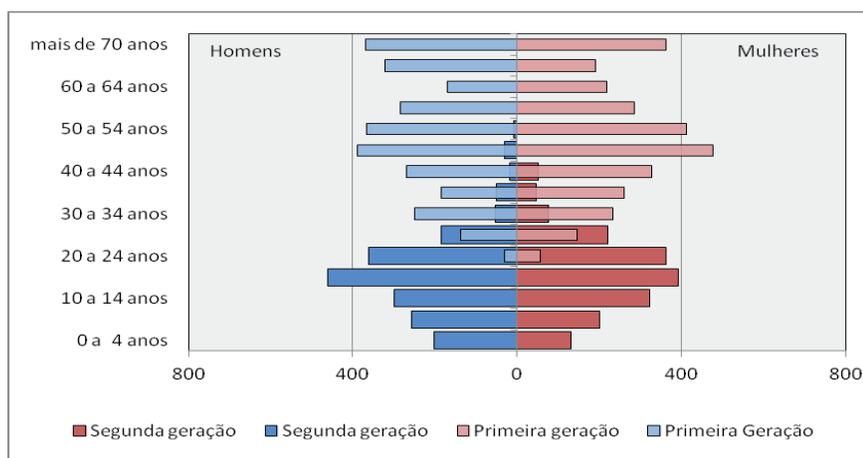
País de origem	Argentina	Bolívia	Chile	Paraguai	Peru	Uruguai
<i>Total de estrangeiros</i>	5.183	7.722	5.180	1.420	1.834	2.277
<i>Total de filhos</i>	3.728	5.824	4.394	1.270	1.126	2.029
<i>Total de geração 1.5</i>	664	936	807	84	236	222
<i>Total de segunda geração</i>	3.064	4.888	3.587	1.186	890	1.807
<i>Total de imigrantes de primeira, 1.5 e segunda geração</i>	8.911	13.546	9.574	2.690	2.960	4.306

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulações especiais.

No caso da imigração argentina para São Paulo, foi possível observar que o total de filhos somou 3.728, sendo 3.064 da segunda geração e 664 da geração 1.5. Dado o fluxo de argentinos para o Brasil ser menos recente, é possível observar que a estrutura etária da população estrangeira argentina é bastante envelhecida, com maior parte de seu contingente acima dos 40 anos. No entanto, ao observar a estrutura etária do grupo levando em consideração seus descendentes, ou seja, a segunda geração, conforme o gráfico 1, é possível observar uma estrutura etária, embora envelhecida, ainda com um grande volume de jovens e crianças, apesar de a base da pirâmide demonstrar uma tendência ao estreitamento para o ano de 2000. A idade média entre os responsáveis pelo domicílio e cônjuge foi

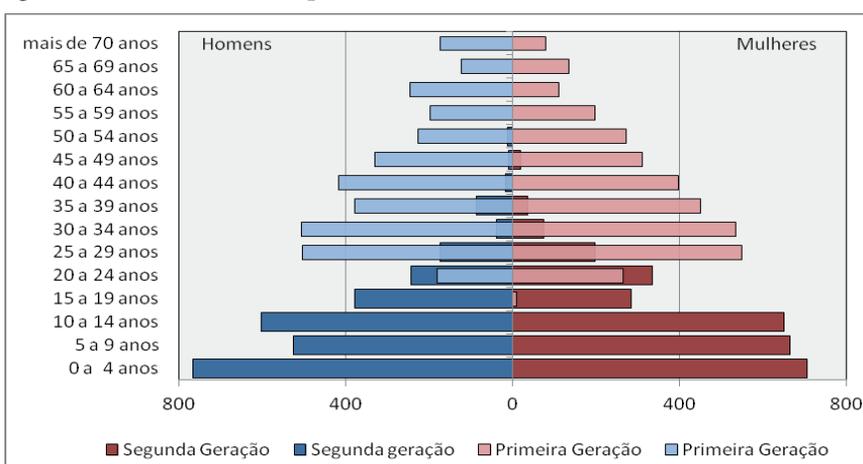
de 51,5 anos, enquanto a idade média para os filhos/enteados foi de 17,5 anos. Logo, a idade média, levando em consideração pais e filhos, foi 34,5 anos, o que mostra o claro rejuvenescimento da comunidade argentina na cidade quando se leva em conta as duas gerações conjuntamente. A idade média, considerando todos os residentes dos domicílios, foi bastante similar, ou seja, de aproximadamente 38 anos.

GRÁFICO 1 - Estrutura etária da população argentina – Primeira e Segunda Gerações. Município de São Paulo, 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

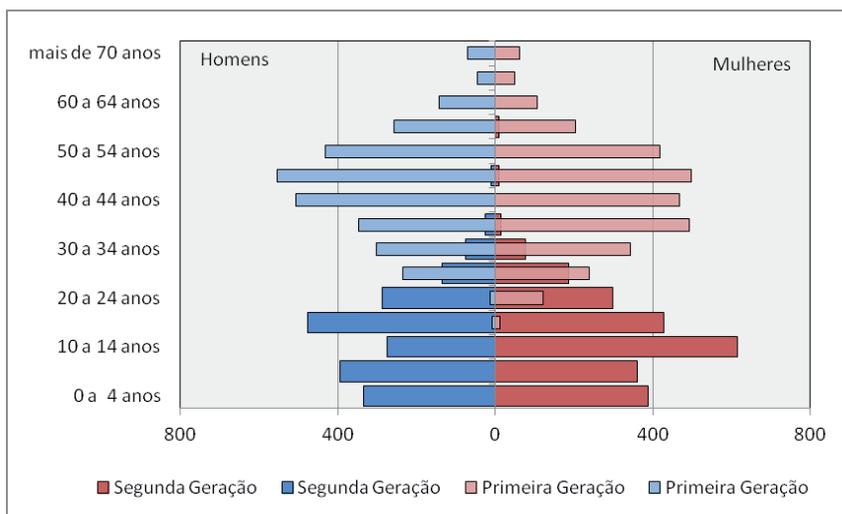
GRÁFICO 2 - Estrutura etária da população boliviana – Primeira e Segunda Geração. Município de São Paulo, 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Já no caso da imigração de bolivianos para São Paulo foi possível notar um total de filhos de 5.824; 4.888 da segunda geração e 936 da geração 1.5 para o ano de 2000. Conforme o gráfico 2, ao analisar a estrutura etária da população de nacionalidade boliviana em São Paulo, foi possível observar uma estrutura com grande volume de adultos e volume reduzido de crianças e idosos, característica de uma pirâmide etária de uma população migrante de fluxo recente, embora o fluxo boliviano para o Brasil tenha se intensificado a partir dos anos 1970. No entanto, ao analisar a estrutura etária das gerações em conjunto, detecta-se uma pirâmide etária bastante jovem, com grande volume de crianças e jovens, fato que pode ser também demonstrado a partir da idade média do grupo. A idade média do total de pessoas nos domicílios foi de 27,5 anos, no entanto a idade média dos responsáveis foi de 41,4 anos, enquanto a idade média dos filhos foi de aproximadamente 12 anos. Ou seja, a inclusão da segunda geração de bolivianos rejuvenesce a estrutura etária do grupo em questão.

GRÁFICO 3 - Estrutura etária da população chilena – Primeira e Segunda Geração. Município de São Paulo, 2000

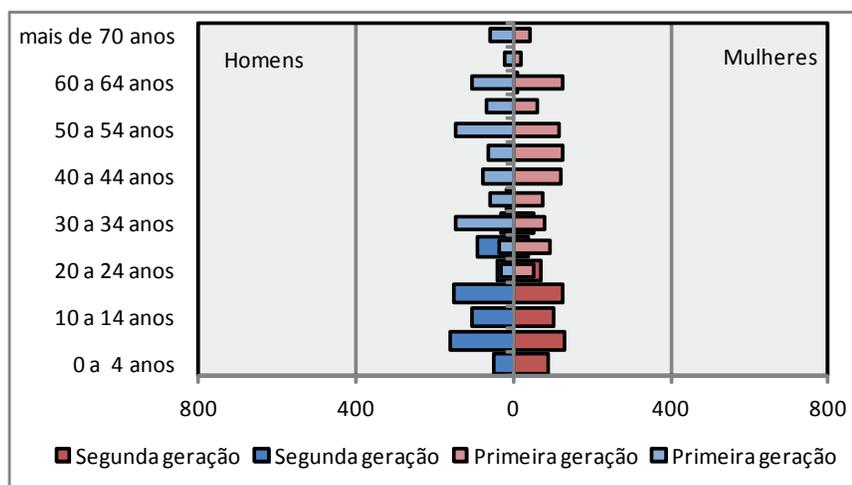


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Em relação aos estrangeiros de nacionalidade chilena, individuou-se a presença de 4.394 filhos; 3.587 da segunda geração e 807 da geração 1.5. Em relação à estrutura etária da população da primeira geração, assim

como no caso dos estrangeiros argentinos, é possível observar uma estrutura etária adulta, contudo em processo de envelhecimento, destacando o pequeno volume de crianças e jovens e uma maior presença de homens para a primeira geração. Mas, ao observar a estrutura etária da primeira e da segunda geração em conjunto, pode-se perceber uma presença importante de crianças e jovens. De acordo com o gráfico 3, ao considerar a população chilena em suas duas gerações, detecta-se como a presença da segunda geração é importante. A idade média da segunda geração chilena foi de 14 anos, enquanto dos responsáveis foi de 44 anos e para o total de pessoas no domicílio foi de 31 anos. Mais uma vez confirma-se como a presença da segunda geração exerce um papel importante no rejuvenescimento da população chilena em São Paulo.

GRÁFICO 4 - Estrutura etária da população paraguaia – Primeira e Segunda Geração. Município de São Paulo, 2000



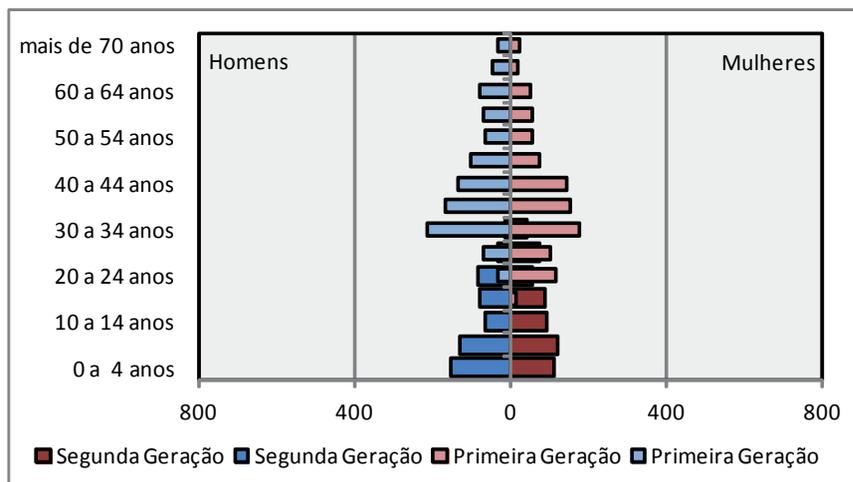
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

No caso dos paraguaios, foi possível observar a presença de 1.270 descendentes diretos; 1.186 da segunda geração e 84 da geração 1.5. Em relação à estrutura etária da população paraguaia, na cidade de São Paulo, evidenciou-se uma estrutura em processo de envelhecimento, no entanto, ao focalizar a estrutura etária em conjunto com a segunda geração, foi

possível perceber um grande volume de crianças e jovens nessa população, assim, rejuvenescendo fortemente a estrutura etária do grupo em questão. Ademais, o volume da segunda geração é bastante similar ao volume da primeira geração. A idade média das pessoas presentes nos domicílios que eram chefiados ou tinham como cônjuge ao menos um paraguaio foi de 32,5 anos, enquanto a idade média dos responsáveis ou cônjuges em separado foi de 46,5 anos. Entre os filhos, a idade média foi de 15 anos, demonstrando bastante diversidade em termos de idade da população em questão (Cf. Gráfico 4).

Já no caso dos imigrantes peruanos, o total de filhos foi de 1.126; 890 da segunda geração e 236 da geração 1.5. Ao analisar a pirâmide etária da primeira geração de peruanos (Cf. Gráfico 5), nota-se uma estrutura etária bastante adulta e masculina, considerando que o fluxo migratório peruano para São Paulo é recente. A idade média da primeira geração foi de aproximadamente 41 anos. No entanto, ao examinar a pirâmide somando as duas gerações, é possível divisar um alargamento da base, com presença crescente de crianças e jovens e a idade média de 31 anos, ou seja, dez anos mais jovem. Conquanto a presença de crianças não seja tão massiva, para a segunda geração de peruanos a idade média foi de aproximadamente 13 anos.

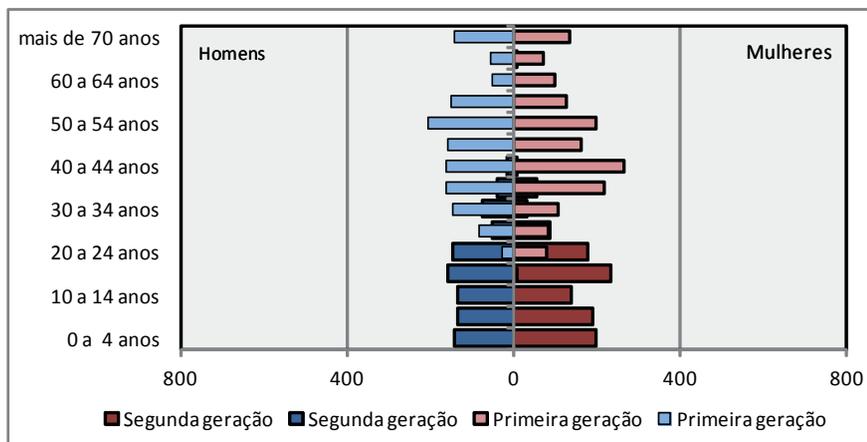
GRÁFICO 5 - Estrutura etária da população peruana – Primeira e Segunda Geração. Município de São Paulo, 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Em relação à população uruguaia na cidade de São Paulo, o total de filhos foi de 2.029, 1.807 da segunda geração e 222 da geração 1.5. Considerando que o fluxo uruguaio para São Paulo não é recente, ressaltou-se uma estrutura etária da primeira geração bastante adulta e envelhecida, ademais, com maior presença de homens. (Cf. Gráfico 6) A idade média da primeira geração foi 47,3 anos. No entanto, levando em conta a segunda geração, foi possível observar uma estrutura etária com forte presença de adultos, porém com relevante presença de crianças e jovens, gerando uma pirâmide em formato quase retangular. Sendo a idade média da segunda geração 15,8 anos e para o total de pessoas 34,1 anos.

GRÁFICO 6 - Estrutura Etária da população uruguaia - Primeira e Segunda Geração. Município de São Paulo, 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Logo, revelou-se que a segunda geração é presente em todas as nacionalidades analisadas, mesmo tendo diferentes fluxos e características socioeconômicas bastante distintas entre eles. Além disso, foi possível observar como a segunda geração tem importante influência no rejuvenescimento das populações em questão, bem como são importantes no contexto do domicílio imigrante, demonstrando que, para além dos estrangeiros, as crianças de origem imigrante também são presentes em grande número na cidade de São Paulo.

Ademais, a segunda geração e a geração 1.5 aqui analisadas, em sua maioria, estão em idade escolar e grande parte frequenta as escolas públicas da cidade. No entanto não existem políticas públicas voltadas para essas crianças, que, por vezes, enfrentam problemas como dificuldade de entender o português, preconceitos, entre outros. Logo, faz-se necessário pensar nos imigrantes para além da primeira geração, vislumbrando, também, os seus descendentes e os problemas enfrentados pelos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo principal demonstrar a importância da presença da segunda geração e da geração 1.5 de latino-americanos na cidade de São Paulo e, para tal, buscou descrever o volume das distintas gerações latino-americanas a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000.

Logo, percebe-se que, ao levar em conta a questão dos filhos dos imigrantes, o volume das populações de imigrantes mencionadas foi grandemente ampliado, demonstrando a importância da segunda geração para entender a dinâmica do grupo em questão. Portanto, pode-se concluir que, ao restringir os estudos migratórios apenas a questões relacionadas à primeira geração, empobrece-se o entendimento das comunidades migrantes e do fenômeno migratório em si. Ou seja, não são observados os efeitos indiretos decorrentes dessa imigração.

Ademais, ao analisar a estrutura etária dessas populações, foi possível verificar, no geral, para toda a primeira geração uma estrutura etária adulta e com pequena presença de crianças e jovens. No entanto, focando as estruturas etárias da primeira e segunda gerações em conjunto, individuou-se um rejuvenescimento da estrutura, com importante presença de crianças e jovens, demonstrando, assim, a importância da segunda geração ao serem analisadas as populações imigrantes na cidade de São Paulo e na composição dessas famílias. Além dos impactos da primeira geração em São Paulo, também, deve-se buscar entender a questão a partir de um ponto de vista mais amplo, levando em consideração ambas as gerações, considerando que as análises aqui realizadas evidenciaram uma constante para todas as nacionalidades em questão no tocante ao rejuvenescimento das estruturas etárias.

Tal dado pode parecer inexpressivo, pois sempre, numa população com relevante volume de crianças e jovens, a tendência é que a estrutura etária seja mais jovem. No entanto, geralmente, quando são pesquisadas populações imigrantes, leva-se em conta apenas as pessoas de nacionalidade estrangeira, deixando de lado seus descendentes. Por isso, este artigo visou a enfatizar a importância de analisar os imigrantes latino-americanos em São Paulo em conjunto com seus descendentes, principalmente quanto àqueles da segunda geração nascidos no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANTICO, C. Imigração internacional no Brasil durante a década de 80: explorando alguns dados do Censo de 1991. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO DA ABEP, 1998. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1998. p. 665-685.
- BAENINGER, R.; LEONCY, C. Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registro de entradas e saídas na polícia federal. In: CNPD. *Migrações internacionais – Contribuições para políticas*. Brasília, DF: IPEA, 2001. p. 187-242.
- BATISTA JR, P. N. A América do Sul em movimento. *Revista de Economia Política*, v. 28, n. 2 (Issue 110), p. 226-238, abr.-jun. 2008.
- CYMBALISTA, R.; XAVIER, I. R. *A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade*. São Paulo: ANPOCS, 2007. (Paper Anpocs).
- DOMENACH, H.; PICOUET, M. *Les migrations*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- _____. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. *Notas de Población*, Celade. Revista Latinoamericana de Demografía. Anos XVIII. Santiago de Chile, CELADE, n.49, 1990.
- FAZITO, D. Análise de Redes Sociais e a Migração: Mito e realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Ouro Preto, MG: ABEP, 2002.
- FAUSTO, B. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1991.
- FIORI, José L. Ajustes e milagres latino-americanos. In: FIORI, J. L. *Os Moedeiros Falsos*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1997.
- KADLUBA, R. F. C. (Coord.). *Projeto Urb-Al Rede 10. A imigração na cidade de São Paulo: integração dos imigrantes como forma de combate à pobreza*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/Instituto UNIEMP, 2007. Disponível em: <http://www.projetoindustria.com.br/i-migrantes/noticias/imgracao_em_sao_paulo.pdf>.
- KASINITZ, P; MOLLENKOPF, J. H.; WATERS, M. C. Worlds of the second generation. In: _____. *Becoming New Yorkers: ethnographies of the new second generation*. New York: Russell Sage Foundation, 2004. p.1-19.

- MEDEIROS, Carlos A. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: FIORI, J. L.; CONCEIÇÃO, M. T. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 279-346.
- PAIVA, O. C. *A imigração de latino-americanos para São Paulo (Brasil): dois tempos de uma mesma história*. São Paulo: Pastoral do Imigrante, 2007. Disponível em: <<http://www.memorialdoimigrante.org.br/arquivos/artigofranca.pdf>>. Acesso em: set. 2009.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.21, n.60, p. 84-102, fev. 2006.
- _____. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005.
- PATARRA, N. Migrações internacionais e integração econômica no cone Sul: notas para discussão. In: SALES, T.; SALLES, M. R. R. (Orgs). *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos: EdUFSCar/Sumaré, 2002. p. 31-52.
- PORTES, Alejandro. Preface. In: PORTES, Alejandro. *The New Second Generation*. New York: Russel Sage Foundation, 1996. p. IX-X.
- _____. Introduction: Immigration and its Aftermath. In: PORTES, Alejandro. *The New Second Generation*. New York: Russel Sage Foundation, 1996. p. 1-7.
- PORTES, A.; ZHOU, M. The new second generation: segmented assimilation and its variants. In: SUÁREZ-OROZCO, M; SUÁREZ-OROZCO, C; QIN, D. B. *The new immigration: an interdisciplinary reader*. New York: Taylor & Francis Group, 2005. p. 85-101.
- PORTES, A; HALLER, W; FERNANDEZ-KELLY, P. Filhos de imigrantes nos Estados Unidos. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 1, p. 13-50, 2008.
- SILVA, Sidney A. *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- _____. Latino-americanos em São Paulo: aspectos de sua reprodução social e perspectivas. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1998. *Anais...* Caxambu: 1998. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/encontro/1998/1998.htm>>. Acesso em: set. 2009.
- _____. *Faces da latinidade: Hispano-americanos em São Paulo*. Campinas: UNICAMP, 2008. n.55 (Coleção Textos NEPO).
- SALES, T. A organização dos imigrantes brasileiros em Boston, EUA. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.19, n.3, jul./set. 2005.
- _____. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SALES, T; LOUREIRO, M. Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 217-239, jul./dez. 2004.

OS PROCESSOS DE MOBILIDADE ESPACIAL DOS GUARANI E OS DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO FRONTEIRIÇA BRASILEIRA

Rosa Sebastiana Colman¹

Marta Maria do Amaral Azevedo²

INTRODUÇÃO

Este estudo dá-se sobre os Guarani que residem num território que engloba o norte da Bolívia, sul e leste do Paraguai, norte da Argentina e sul, sudeste e centro-oeste do Brasil. Sendo, neste amplo território, que, mais ou menos delimitado, os Guarani deslocam-se e estabelecem suas relações sociais. No mapa³, a seguir, esta abrangência territorial é ilustrada:

¹ Geógrafa, Doutoranda em demografia – IFCH/UNICAMP. Email: rosacolman01@yahoo.com.br

² Antropóloga e Demógrafa, Pesquisadora do NEPO/UNICAMP. Email: martazev@uol.com.br

³ Mapa da ocupação dos Guarani na América do Sul (AZEVEDO et al., 2008). Na área demarcada, região de fronteira, foi produzido um mapa Guarani Retã, em 2008. Pretende-se agora ampliar e mapear toda a área de abrangência dos Guarani, incluir o litoral brasileiro, região ocidental do Paraguai, norte da Argentina e Bolívia.

FIGURA 1 - Localização dos Guarani na América Latina



Fonte: Azevedo et al. (2008, p.04)

Esta territorialidade guarani é denominada e compreendida, pelos mesmos, de “**Ñane Retã**”, que poderia ser traduzido por “**Nosso Território**”; neste espaço, que vivem e estabelecem as suas comunidades. O “Ñane Retã” possui significados culturais/religiosos em suas diferentes paisagens, por exemplo, no Paraguai, situa-se uma localidade com nome de “Mba’e Marangatu”, local da origem da humanidade, onde existe um morro que seria o “Umbigo do Mundo”; no litoral do Brasil, a Serra do Mar é considerada a “Coluna Vertebral” do universo (MELIÀ; GRÜNBERG, F.; GRÜNBERG, G., 1976 apud COLMAN; AZEVEDO; BRAND, 2011).

Estudos recentes indicam que os Guarani têm experimentado, pelo menos, nos últimos 30 anos, um crescimento vegetativo em torno de 3,5% ao ano. Isso é causado principalmente por altas taxas de fecundidade (número médio de filhos por mulher) e, mais recentemente, em virtude da queda nas taxas de mortalidade infantil.

TABELA 1 - Estimativas da população Guarani nos três países

<i>Países</i>	<i>1981/1985</i>	<i>1996/2000</i>	<i>2001/2005</i>
Brasil	20.000	38.000	45.787
Paraguai	17.000	25.000	42.870
Argentina	1.000	3.000	6.000
Total	38.000	66.000	94.657

Fonte: Brasil - Instituto Socioambiental; Argentina - Universidad Nacional de Misiones; Paraguay: Censos Indígenas Nacionales

No Paraguai, como se observa na tabela 1, a população guarani passou de 17 mil pessoas, em 1981, para 42.870 pessoas em 2005. No Brasil, esse aumento foi de 20 mil pessoas, em 1981, para 45.787 em 2005. Na Argentina, de mil pessoas, em 1981, a população estimada atualmente é maior do que 12 mil pessoas. Esse aumento diferenciado reflete, além do crescimento vegetativo, processos de mobilidade espacial, que são reconfigurações territoriais promovidas pelos Guarani, em conflitos constantes com os Estados nacionais.

TABELA 2 - Aumento da população Guarani no Brasil, nos últimos 30 anos⁴

<i>Período</i>	<i>População</i>
1981 – 1985	20.000
1996 – 2000	38.000
2001 – 2005	45.787
2007 – 2008	51.000

Fonte: Instituto Socioambiental e FUNASA (anos 1985, 2000, 2005 e 2008, s/p.)

É possível observar na tabela 2 que, no Brasil, os Guarani mais do que dobraram a população nos últimos 25 anos, mas este crescimento não se deve a um deslocamento populacional dos Guarani de outros países em direção ao Brasil, pois, tanto na Argentina como no Paraguai, essa população apresenta a mesma dinâmica de crescimento.

Os Guarani dividem-se em grupos que são denominados, no Brasil, Mbya, Kaiowá e Ñandeva. O grupo que tem a maior população é

⁴ As estimativas elaboradas nesta tabela foram feitas pelo Instituto Socioambiental para suas publicações “Povos Indígenas no Brasil”, utilizando fontes diversas para estruturar sua base de dados, e não incluem os Guarani residentes em áreas urbanas. As estimativas para 2007/2008 foram feitas com base em dados da Funasa e com base nas informações da pesquisa Projeto Mapa Guarani Retã, em 2008.

o Kaiowá, também, denominado Paĩ Tavyterá no Paraguai, seguido pelos Ñandeva, também, chamados Ava Guarani, e, depois, pelos Mbyá, que, no Brasil, são os únicos que não estão presentes no Mato Grosso do Sul. Os Kaiowá encontram-se somente nesse estado e no Paraguai, e os Ñandeva estão presentes nos três países. A tabela 3 diz respeito às estimativas populacionais de cada um desses grupos no Brasil, no período recente, entre 2007 e 2008⁵.

TABELA 3 - População total dos diferentes grupos Guarani no Brasil, em 2007/2008⁶

<i>População</i>	
Mbyá	7.000
Ava-Guarani Ñandeva	13.000
Paĩ Tavyterá Kaiowá	31.000
Total	51.000

Fonte: FUNASA e FUNAI (2008, s/p.)

Ao pensar em projeções populacionais, objetiva-se estimar o tamanho da população nos próximos anos. É muito difícil prever o que deve acontecer aos Guarani, pois não há informações históricas sobre a dinâmica demográfica dessa população. No entanto, é viável elaborar algumas estimativas e criar alguns cenários, a partir dos quais e em diálogo constante com as próprias comunidades guarani, será possível melhor planejar as políticas públicas para esses grupos. As estimativas de população futura dos Guarani estão em andamento, podendo-se adiantar, neste primeiro estudo, que a população, nos próximos 20 anos, duplicará com certeza, ou pelo menos aumentará bastante. A existência de *coortes* mais jovens em proporção igual a mais da metade da população total indica essa situação: 50,19% do total da população Guarani, no Brasil, têm de 0 a 14 anos, ou seja, menos de 15 anos; 41,37% têm de 15 a 49 anos, os quais pode-se inferir que são os adultos desse povo; e 8,44% são os idosos, de

⁵ Os dados da FUNASA utilizados para este trabalho trazem uma atribuição de subgrupo guarani para cada pessoa, porém essa informação tem alguns problemas nos arquivos recebidos, possivelmente, decorrente justamente da dificuldade de saber quanto à autoatribuição étnica de cada família e as subdivisões que estão em constante mudança, característica tradicional desse grupo. Os dados aqui utilizados foram produzidos pelo Projeto Mapa Guarani Retã, uma parceria entre inúmeras instituições não governamentais e universidades nos três países, Paraguai, Argentina e Brasil.

⁶ As estimativas dessa tabela foram feitas com base em dados da FUNASA.

50 e + anos. A característica principal desse tipo de estrutura etária numa população são os altos níveis de natalidade e altos níveis de mortalidade. Sabe-se, ainda, que as mortalidades infantil e geral vêm caindo, mas a fecundidade mantém-se alta.

Portanto projeta-se que, com essa estrutura etária e pressupondo certa continuidade no decréscimo dos níveis de mortalidade, a população Guarani, no Brasil, terá a evolução como ilustrada na tabela 4.

TABELA 4 - Projeção da população Guarani no Brasil

<i>Período – Ano</i>	<i>População</i>
1981 – 1985	20.000
1996 – 2000	38.000
2001 – 2005	45.787
2008	51.000
2011	55.500
2021	70.500
2031	85.500

Fonte: CIMI, FUNASA e equipe NEPI e NEPO

Essas projeções foram feitas utilizando-se o método do incremento anual de população. Esse é um método conservador, ou seja, de uma maneira geral, o resultado fica abaixo do que será observado na realidade. Os pressupostos deste método são de que a população deve ser ‘fechada’, o que significa não sofrer impactos positivos ou negativos da migração e as taxas de natalidade e mortalidade devem manter-se mais ou menos nos mesmos níveis da população base.

Nas tabelas a seguir (Tabelas 5 e 6), apresenta-se a estrutura etária da população Guarani dividida por grandes grupos de idade. Esse cálculo permite pensar numa dinâmica demográfica futura, que será a duplicação da população em um período de 15 a 20 anos.

TABELA 5 - População total Guarani no Brasil, por grandes grupos etários e sexo e proporção da população por esses grupos etários, em 2008

Grupos etários	Masc.	%Masc.	Fem.	%Fem.	Total	%Total
0 a 14	13.097	25,45	12.730	24,74	25.827	50,19
15 a 49	10.581	20,56	10.710	20,81	21.291	41,37
50 e +	2.108	4,10	2.237	4,35	4.345	8,44
Total	25.786	50,11	25.677	49,89	51.463	100,00

Fonte: Funasa (2008).

TABELA 6 - População Guarani residente no Mato Grosso do Sul, por grandes grupos etários e sexo, e proporção da população por esses grupos etários, em 2008

Grupos Etários	Masc.	%Masc.	Fem.	%Fem.	Total	%Total
0 a 14	10.700	25,51	10.513	25,07	21.213	50,58
15 a 49	8.501	20,27	8.734	20,82	17.235	41,09
50 e +	1.667	3,97	1.827	4,36	3.494	8,33
Total	20.868	49,75	21.074	50,25	41.942	100,00

Fonte: Funasa (2008).

TERRITORIALIDADE E MOBILIDADE ESPACIAL GUARANI

É importante destacar que estes dois conceitos territorialidade e mobilidade, na cosmologia guarani, são conceitos relacionados. A territorialidade guarani é compreendida aqui a partir da perspectiva Guarani, como bem descreveu Melià, F. Grünberg e G. Grünberg (1976):

Para os Kaiowá e Guarani terra/território é **Tekoha, lugar onde seja possível viver bem**. De forma ideal esse território deve possuir espaço para agricultura, criação de animais, espaço para caça e coleta e que seja preferencialmente próximo de matas e córregos. Além destes aspectos físicos existem os aspectos sócio-culturais-econômicos como a existência de grupos de famílias extensas – **Te'yi** – que se relacionam e que mantêm sua forma própria de organização política e religiosa. Sendo assim, além de uma certa quantidade de terras suficientes para a sua reprodução física e cultural, os Kaiowa e Guarani necessitam de uma boa terra, e não qualquer terra. São as terras de ocupação tradicional, onde seus antepassados foram enterrados, que contêm diferentes significados culturais para as paisagens que são as demandadas pelas

diferentes comunidades guarani do MS hoje em dia (apud COLMAN; AZEVEDO; BRAND, 2011, p. 5).

Nesse sentido, outro conceito importante no que diz respeito ao território dos Guarani é a mobilidade ou:

[...] o “Oguata” ou “Ojeguata”, que quer dizer genericamente “caminhar”. Esse conceito envolve inúmeros tipos de “Ojeguata”, sejam caminhadas para atividades produtivas, tipo coletar alguma erva ou produto que existia somente num determinado lugar, dentro do “Ñane Reta”, porém, fora do Tekoha de uma determinada comunidade; ou caminhadas para participar de atividades rituais, como era o Mitã Pepy, a iniciação masculina, ou como é ainda hoje o Avatikyry, ou batismo do milho verde, realizado por muitos Tekoha em conjunto. “Ojeguata” pode significar ainda uma visita a um parente, que pode durar de uma semana até 1 ou mais anos; ou uma caminhada em busca de trabalho e conhecimento, característica principalmente das caminhadas dos jovens. Enfim, o caminhar, o andar, faz parte do universo cultural desses povos, para inúmeras atividades tradicionais históricas e da atualidade (COLMAN; AZEVEDO; BRAND, 2011, p. 17-18).

Sob tal perspectiva, os Guarani, para Ladeira (2007, p. 38), “incluem na sua definição de povo a mensagem divina a eles revelada e por eles cumprida, de que devem procurar ‘seus verdadeiros lugares’, por meio de caminhadas (-guata), o que faz deles essencialmente passageiros, com um destino comum”.

Atualmente, há uma profunda ligação da caminhada desses povos rumo ao leste com a formação das terras indígenas já existentes e com as que estão em formação. Assim como indica o relato de um ancião guarani, colhido por Ladeira (2001, p.112):

[...] sempre, sempre foi assim, caminhando e encontrando as aldeias e os parentes e parando e trabalhando e formando outra aldeia. E antigamente, é como hoje, existia muitas aldeias, até muito mais, que a gente ia andando e encontrando. E tem aldeia que não existe mais e agora tem outras. Mas, antes, tinha mais gente, mais aldeias e parentes nos caminhos.

A questão da mobilidade guarani, conforme Ladeira (2001, p.113):

[...] permeia todas as discussões que envolvem a regularização das terras e atividades de subsistência. Também para os Guarani, mas a partir de outros critérios, os movimentos fazem parte de sua noção de mundo, estando presentes desde a sua construção. Considero que os deslocamentos (movimentos) dos Guarani podem ser de naturezas e motivos diversos mas não são antagônicos, podem ser complementares e suas causas podem estar interligadas.

Na cosmologia Mbyá, a mobilidade é mais evidente, pois a dinâmica das relações sociais está estruturada nesta prática do Oguata. Assim como relata um xamã mbya: “A gente está aqui na terra não para ficar quieto, mas para se movimentar” (CICCARONE, 2004, p.4).

A relação entre cosmologia guarani e mobilidade é descrita por Ciccarone (2004, p.4) da seguinte forma:

A forma de sua historicidade, e a rede dos significados da vida coletiva, são construídas na mobilidade, de maneira que os Mbyá mudam na persistência de seu estar em movimento. O movimento e sua produção no tempo/espaço mítico podem ser considerados um princípio regulador e propriedade constitutiva da concepção do seu universo, dos mundos e do desenvolvimento da existência humana, permeando a trama das narrativas inaugurais, assim como é, em suas formas históricas de dinamismo, que a sociedade Mbyá e seus indivíduos se reconhecem e constroem sua presença no mundo.

O tema da mobilidade Mbyá não consiste em achar um modo tradicional de vida, mas em buscar esse modo melhor em espaço e tempo diferentes dos atuais. A tradição estaria na procura em si. A autora sugere que se relativize o *tekoa* enquanto uma categoria espacial e que se entenda a realização do *tekoa* como algo que envolva certo grau de “diferenciação e individualização na vivência do próprio ‘costume’ e alterações constantes sobre o modo de vida” (PISSOLATO, 2007, p.122).

Pissolato (2007, p.123) introduz a questão das relações entre mobilidade e pessoa, passando a entender mobilidade não só como a “movimentação efetiva de grupos de parentes que se deslocam sucessivamente por lugares onde estabelecem residência, mas antes como uma capacidade

pessoal que se conquista ao longo da vida” e que de alguma forma acabam por configurar situações coletivas em tempos e lugares variados.

Para a autora, “os deslocamentos são sempre resultado entre interesses pessoais e contextos que se colocam como possibilidade de vida para o indivíduo em questão, contextos que se podem ou não ‘deixar’ ou ‘buscar’” (PISSOLATO, 2007, p. 123). É através da mudança frequente de lugar e de perspectiva que os “Mbyá apostariam na conquista de condições renovadas de continuar existindo nesta terra” (PISSOLATO, 2007, p.124).

O PROJETO OJEGUATA PORÁ⁷

A realização do projeto “Ojeguata Porá” sobre mobilidade espacial Guarani e Kaiowá deu-se na terra indígena Tè’yí Kue, localizada no município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, implementado em 2008 e 2009 e buscou: a) compreender melhor a mobilidade espacial dos Guarani nas regiões fronteiriças entre Brasil, Paraguai e Argentina, do lado brasileiro, nos estados do RS, SC, PR e MS; b) aprimorar os dados disponíveis sobre demografia guarani; c) construir uma tipologia de deslocamentos espaciais, incluindo aspectos temporais e intergeracionais; d) produzir, em parceria com os professores indígenas e pesquisadores participantes, apostilas em português e em guarani que possam ser de utilidade para as comunidades guarani e kaiowá do lado brasileiro; e) constituir um banco de dados inicial sobre população que possa ser de utilidade para pesquisadores em geral e para as comunidades guarani e kaiowá especificamente (COLMAN et al., 2010).

Segundo os autores, esta etapa de trabalho em Caarapó teve como objetivo “construir uma metodologia de pesquisa e constituir uma equipe de pesquisadores indígenas e não indígenas que possa replicar essa investigação em outras terras indígenas na região das fronteiras” (COLMAN et al., 2010, p.4).

No entendimento dos autores, é importante conhecer os dados sobre população e compreender suas trajetórias migratórias para a implementação das políticas públicas de saúde, educação, alternativas econômicas, entre outras (COLMAN et al., 2010). Nesse sentido, para os autores:

⁷ Ojeguata Porá significa “boa caminhada”, em guarani.

[...] é cada vez mais importante, e é demanda claramente formulada, que a própria população indígena, em especial as suas lideranças, professores e agentes de saúde conheçam e saibam manejar essas informações, condição para melhor fiscalizarem e participarem na implementação e controle social das políticas públicas as eles destinadas. Por isto, a ideia de fazer um trabalho de pesquisa participativa, incluindo na mesma equipe professores e pesquisadores do NEPPI/UCDB e do NEPO/Unicamp, professores e lideranças guarani e kaiowá da Escola Nãndejára Polo da TI Caarapó, para um primeiro levantamento dos diferentes tipos de mobilidade espacial de indivíduos e/ou famílias, incluindo pais e avós, filhos e filhas e netos e netas (COLMAN et al., 2010, p.4).

Os princípios que orientam essas iniciativas são, de acordo com Colman et al. (2010, p.4), “investigar e, ao mesmo tempo, com os resultados concretos que vão sendo gerados, incorporar outras e novas questões a serem investigadas, sempre tendo como referência a participação do conjunto da comunidade”.

Nesse sentido, “o processo de investigação constitui-se, também, em importante processo de tomada de posição da própria comunidade local frente aos problemas em questão” (COLMAN et al., 2010, p. 4).

Com relação à metodologia, o projeto desenvolveu-se a partir de várias reuniões e oficinas em que o tema foi discutido com professores, coordenadores e lideranças indígenas de Caarapó, no segundo semestre de 2008. “Na primeira oficina o tema genérico ‘mobilidade espacial’ foi recortado para pensar no questionário e nas preocupações mais diretas da comunidade local” (COLMAN et al., 2010, p. 4).

O fato de conhecer outras experiências e a construção coletiva do instrumento de pesquisa, o questionário, foi, conforme os autores, importante, pois permitiu errar menos. “Partimos de alguns questionários já elaborados no âmbito de outras pesquisas participativas, incluindo questionários sobre pesquisas de trajetórias migratórias. Dessa forma foi-se constituindo um questionário próprio para essa investigação” (COLMAN et al., 2010, p. 4).

E, ao longo do processo, as pessoas foram sendo motivadas e envolvidas no projeto, como pode-se perceber no detalhamento dos autores:

Após essa primeira oficina, os professores e lideranças locais conversaram e animaram alunos indígenas do Ensino Médio a participarem como pesquisadores deste trabalho. Foram realizados alguns ajustes no questionário e discutida a possibilidade das entrevistas abrangerem todos os domicílios da Terra Indígena ou restringirem-se a uma amostragem. Nessa fase do trabalho sabíamos que seria muito difícil conseguirmos visitar os cerca de 1.000 domicílios/casas existentes no âmbito de toda a terra indígena de Caarapó (COLMAN et al., 2010, p. 4).

O interessante na descrição apresentada pelos autores é a maneira como foi sendo construída esta metodologia participativa, de conversa em conversa, do jeito dos Guarani. Desta forma também se deu o envolvimento gradativo dos pesquisadores com o projeto. E seguem os autores relatando os passos seguintes:

Uma segunda oficina, realizada em março de 2009, permitiu a realização de pré-testes por parte de cada entrevistador, visitando pelo menos um domicílio. Nessa etapa do pré-teste, formamos uma pequena equipe que ficou responsável pela revisão e correção dos questionários, cuidados durante o trabalho de campo e que pudesse coordenar o recebimento dos questionários, acompanhando o número de casas/domicílios cobertas por região. Durante o pré-teste, fizemos muitos ajustes no questionário e resolvemos fazer as entrevistas por amostragem de domicílios, tentando cobrir pelo menos 40% das casas/domicílios de cada região da TI. Foi importante, ainda, discutir os principais conceitos presentes na pesquisa de domicílio, família, entre outros, que foram escritos e acordados entre todos (COLMAN et al., 2010, p. 4).

Durante a aplicação dos questionários ou realização das entrevistas, foi importante a revisão das informações em campo mesmo. Desta forma, muitas respostas que apresentavam imprecisões foram esclarecidas.

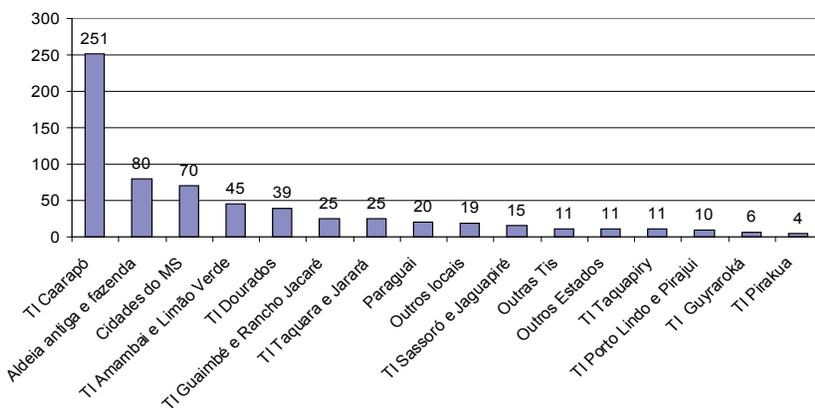
A metodologia seguida na pesquisa de Caarapó, em especial, o instrumento utilizado e as dificuldades encontradas na execução da pesquisa, foram amplamente discutidos na aldeia. Iniciou-se, efetivamente, um processo de formação de pesquisadores e gestores indígenas de projetos.

A ampla participação indígena deve ser entendida como um dos resultados mais importantes, embora não previsto, inicialmente, no projeto, pois mudanças nas políticas públicas relacionadas aos povos indígenas

dependem, fundamentalmente, do seu protagonismo. Esse comprometimento dos pesquisadores indígenas é um dos fatores que remetem para a continuidade do trabalho, em especial, a sua extensão a outras aldeias. Os jovens que participaram, diretamente, do trabalho mostraram grande interesse e entusiasmo com a realização da pesquisa (COLMAN et al., 2010).

A seguir, são expostos alguns dos primeiros resultados tabulados da pesquisa de Caarapó. O gráfico 01 mostra a quantidade de eventos de deslocamentos dos entrevistados por locais de destino. A própria aldeia/terra indígena de Caarapó aparece com a maior quantidade de deslocamentos, 251, caracterizando que os moradores vão para muitos lugares, mas voltam várias vezes para Caarapó, lugar de origem, pois a maior parte dos entrevistados é nascida nessa mesma aldeia. Existe um número expressivo de deslocamentos para aldeias antigas, que são as áreas de ocupação tradicional dos Guarani e indicam a situação de expulsão desses grupos destas aldeias, que foram destruídas e transformadas em fazendas. Os deslocamentos para fazendas e cidades têm relação direta com um dos principais motivos de mobilidade espacial, que aparece no gráfico 02, na sequência, que é a saída da aldeia em busca de trabalho. Os demais locais de destino que aparecem com maior frequência indicam que o Tekoha Guasu, que Caarapó faz parte, abrange também os Tekoha da terra indígena de Dourados e os Tekoha da Terra Indígena de Amambai.

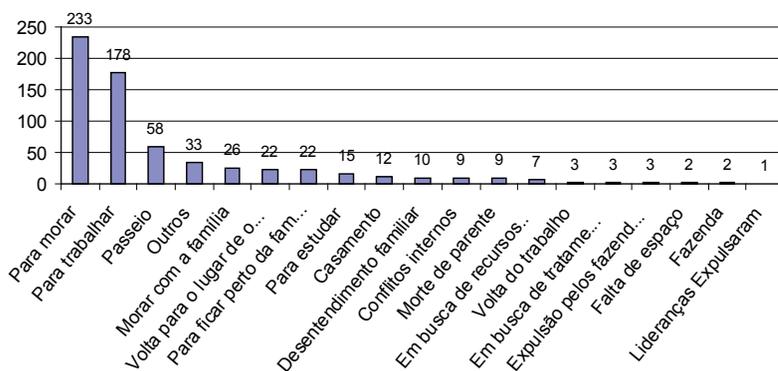
GRÁFICO 1 - Quantidade de deslocamentos dos entrevistados por local de destino



Fonte: POPMEGK2009

A partir dos meados do século 20, principalmente dos anos 60 e 70, os Guarani começam a enfrentar o fenômeno de grande concentração populacional nas reservas/terra indígena, o que força essa população a uma mudança de estilo de vida: a progressiva substituição da sobrevivência através da caça, roça, pesca e coleta pelo trabalho assalariado fora da aldeia, obrigando esses grupos a deslocarem-se por esse motivo, como está evidenciado no gráfico a seguir.

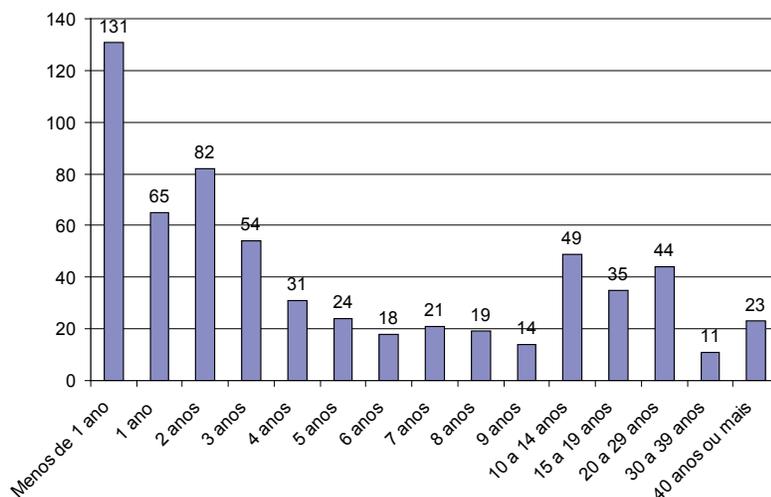
GRÁFICO 2 - Motivos de deslocamentos por entrevistados



Fonte: POPMEGK (2009).

Com relação ao tempo de permanência nos locais de destino, é possível verificar, no gráfico a seguir, três padrões de temporalidade: um de curto tempo de permanência, que vai desde menos de 1 ano até 2 anos e compõe a maioria dos deslocamentos - 278 - referidos pelos entrevistados nessa pesquisa de Caarapó. Outro padrão de deslocamento tem maior duração, de 10 anos ou mais, e perfaz o número expressivo de 162 deslocamentos referidos nesta pesquisa; são deslocamentos feitos majoritariamente por motivo de moradia, mudança para outra região; enquanto que, no padrão anterior, o motivo principal dos deslocamentos é o trabalho assalariado. O terceiro padrão de tempo de deslocamentos é de média duração e vai de 3 a 9 anos, que são motivados tanto por trabalho assalariado de maior tempo de duração quanto por visitas à família, passeios, casamento, etc.

GRÁFICO 3 - Tempo de permanência em anos dos entrevistados



Fonte: POPMEGK (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o Estado brasileiro, os tipos de mobilidade espacial que se começou a analisar, conforme os exemplos descritos neste estudo, impactam diretamente na implementação dos direitos dos povos guarani relativos à documentação, educação escolar, terra e saúde. Na educação, por exemplo, muitos alunos chegam em Caarapó e solicitam o ingresso na escola, porém não trazem os papéis de transferência, ou não possuem documentação. No caso dessa escola, Ñande Jara Polo, ela tem tido o mérito de aceitar esses alunos e, posteriormente, resolver, junto com as famílias dos alunos, a situação dos documentos. Mas a dificuldade administrativa e burocrática permanece, fazendo com que muitas crianças fiquem fora da escola, infringindo os direitos fundamentais dos Guarani. Os próprios alunos e suas famílias não têm condições nem habilidades para conseguirem superar essas dificuldades. E, se a família muda-se para outro estado, ou vai para ou vem do Paraguai, essa situação agrava-se mais ainda devido à falta de documentação e por incompatibilidade dos sistemas de ensino nos estados diferentes ou entre os dois países, o que, em si, talvez não fosse problema, porque os jovens

poderiam adaptar-se, mas as equipes das escolas e da administração escolar em geral utilizam esse argumento para dificultar a matrícula de alunos novos, principalmente fora do calendário usual das mesmas.

Na área de saúde, são principalmente dois tipos de dificuldades: uma é a situação de pessoas em trânsito que não constam nos cadastros da FUNASA/SIASI e, por isso, muitas vezes, não conseguem receber tratamento de saúde, ou por não constarem no cadastro naquele polo base onde estão residindo no momento, o histórico de saúde não é conhecido pelas equipes de saúde, o que dificulta enormemente o diagnóstico e tratamento de qualquer enfermidade; outra situação diz respeito às famílias que chegam em Caarapó e demoram para conseguir a documentação pessoal e, quando precisam de serviços de saúde, não são atendidas, pois os postos de atendimento, pronto socorro e os polos-base não atendem as crianças que não apresentam o registro de nascimento.

As perspectivas de continuidade a médio e longo prazo são: Aprofundar a pesquisa em Caarapó; Replicar o questionário para outras aldeias; Disponibilizar o banco de dados nos telecentros das aldeias; Políticas públicas comuns, articuladas; Fortalecimento da articulação dos Guarani no Mercosul (outras viagens de intercâmbio, pesquisas participativas, etc.); Disponibilização das informações geradas por esse projeto e os outros articulados a ele; Seminários temáticos: saúde da mulher, educação, terra; Ampliação do mapa guarani.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. et al. *Guarani Retã*. Povos Guarani na Fronteira, Argentina, Paraguai, Brasil. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 2008.

BRIGHENTI, Clóvis Antonio. A territorialidade guarani e a ação do estado – estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Tellus*, Campo Grande, v. 6, n. 4, p. 111-135, 2004.

CORRÊA, Ana Maria Segall et al. *Guarani: segurança alimentar e nutricional*. Estudo dos conceitos, conhecimentos e percepções sobre segurança, insegurança alimentar e fome em quatro grupos de etnia Guarani no Estado de SP - Relatório Técnico Final III. Campinas, SP: UNICAMP, 2009.

- COLMAN, Rosa S.; AZEVEDO, Marta M.; BRAND, Antonio. Mobilidade espacial e políticas públicas junto aos Guarani na região fronteiriça brasileira. In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL 10 a 13 de julho de 2011. *Anais...* Curitiba, PR. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/ram/arquivos/9_6_2011_15_19_51.pdf>. Acesso em: 05.10.2011.
- COLMAN, Rosa Sebastiana et al. Mobilidade Espacial Guarani e Kaiowá. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu, Setembro de 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_11/abep2010_2478.pdf>. Acesso em 05.10.2011.
- CICCARONE, Celeste. Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres mbyá. *Revista de Índias*, Espírito Santo, v. LXIV, n. 230, p. 81-96, 2004.
- LADEIRA, Maria Inês; AZANHA, Gilberto. *Os índios da Serra do Mar: a presença dos Guarani em São Paulo*. Lorena, SP: Nova Stella, 1998.
- _____. *O caminhar sob a Luz- O território Mbyá à beira do oceano*. São Paulo: Unesp, 2007.
- MELLO, Flávia. Mbyá e Chiripá: Identidades étnicas etnônimos e autodenominações entre os Guarani do Sul do Brasil. *Revista Tellus*, Campo Grande, Ano 7, n.12, abr. 2007.
- MELIÀ, Bartomeu; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. *Los Pái-Tavyterã- Etnografia Guarani del Paraguay contemporáneo*. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica “N.S. de la Asunción”, 1976.
- PEREIRA, Claudeni Fabiana Alves. *Tekoha Guarani no estado de SP: história e dinâmica populacional*. 2009. 21fs. Relatório de Iniciação científica (Licenciatura em Ciências Sociais) -NEPO/Unicamp, Campinas, 2009.
- NIMUENDAJÚ, Kurt Unkel. Apontamentos sobre os Guarani. Tradução e notas de Egon Schaden. *Revista do Museu Paulista*, N.S., v. VIII, p. 9-57, 1954.
- _____. *Mapa Etno-Histórico*. Brasília: IBGE, 1981.
- _____. *Textos indígenas: relatórios monografias, cartas*. São Paulo: Loyola, 1982.
- _____. *As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: HUCITEC & EDUSP, 1987.
- PISSOLATO, Elizabeth de Paula. *A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo Mbya (Guarani)*. São Paulo: UNESP, 2007.
- SCHADEN, Egon. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. São Paulo: Edusp, 1974.

ENCONTROS E DESENCONTROS CULTURAIIS NA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: BRASIL-JAPÃO¹

Lili Kawamura²

INTRODUÇÃO

A entrada no século 21 revelou elevada visibilidade da movimentação de pessoas, caracterizada como migrações nacionais e internacionais, crescentemente presentes nas agendas governamentais, por afetarem a governabilidade, principalmente dos lugares de destino. No caso da migração entre o Brasil e o Japão, após longos períodos de omissão governamental, foram cogitadas algumas medidas pontuais do governo japonês em regiões com alta incidência de brasileiros e medidas específicas do governo brasileiro, em situações críticas, como o acentuado retorno de migrantes ao Brasil.

¹ Texto baseado na Conferência de Abertura no I Seminário Migrações e Cultura, UNESP Marília, FFCL, 26-30 setembro 2011 e em livro da autora (em preparação).

² Socióloga (USP), Doutora em Sociologia (USP), Livre-Docente em Educação (UNICAMP) e Pós-Doutorado (Univ. Nagoya- Japão). Autora de livros e artigos sobre Migrações Internacionais: Brasil-Japão.

Atualmente, decorridos mais de 20 anos, a presença de brasileiros no Japão e o recente retorno significativo de migrantes ao Brasil destacam questões relativas não só ao mercado de trabalho, mas quanto à inserção e reinserção cultural nos espaços de destino e de partida, que afetam inclusive as relações de trabalho.

A cultura entendida, aqui, genericamente como “modos de pensar, sentir e agir”, que se especifica e diferencia conforme o âmbito da interação social (trabalho, vida cotidiana, escolar, lazer) e de classes sociais, não consiste apenas em uma abstração fixa no tempo e no espaço, mas em expressão histórica e social que move pessoas, grupos e multidões, inclusive os processos produzidos, em momentos de transformação histórica, na articulação de diferenças culturais que incluem os hibridismos culturais (BHABHA, 1998). Cultura é entendida no contexto histórico das relações sociais, modifica-se no transcorrer dos períodos históricos e se diferencia contraditoriamente conforme a posição social de classe dos agentes. Nesse enfoque, encontros e desencontros culturais expressam-se em níveis de profundidade variados e de formas contraditórias conforme a inserção social nos diferentes estratos e classes da sociedade. Nessa abordagem, os migrantes entram no país de destino levando um *background* cultural diferenciado, sem aquela equivocada homogeneidade esperada pelos empregadores japoneses, que consideram descendentes de imigrantes japoneses portadores dos padrões culturais nipônicos, mesmo que de segunda categoria.

Apesar da diversidade cultural nipo-brasileira há mais de um século no Brasil, esses grupos são ainda considerados “japoneses”, com base na ótica enviesada e simplista no senso comum dos brasileiros, sobre a identidade nipônica “homogeneizada” da população japonesa. O desconhecido é visto com a lente das ideias preconcebidas, passadas de gerações a gerações na população brasileira e latino-americana.

A entrada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil sofreu dificuldades pelas propostas do governo e da elite cafeeira em “branquear” a população, o que se acirrou com a II Guerra Mundial, quando o Japão foi visto como inimigo, por estar integrado ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão) (DEZEM, 2005). Por sua vez, o choque cultural e o isolamento social colocaram os imigrantes em situação defensiva em relação à população

local, que era vista, por aqueles, como *gaijin* (estrangeiro) e com as ideias preconcebidas que acompanhavam o termo.

A diversificação da vivência dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil, por um século, na perspectiva de crescente ocidentalização cultural, teve uma revirada com a busca de trabalhadores descendentes de japoneses por empresários do Japão, com implicações sociais, culturais e econômicas para esses migrantes e seu entorno no Japão e no Brasil.

Ao migrarem para o Japão com o propósito primeiro de entrada no mercado de trabalho, os trabalhadores nipo-brasileiros levam consigo um *background* cultural da vivência no Brasil, bem diferente dos padrões culturais do Japão moderno, o que interfere profundamente na vivência no país de destino, nas diferentes áreas de inserção social. Com isso, deseja-se ressaltar a importância da instância cultural nas transformações do movimento migratório internacional, em particular, entre o Brasil e o Japão.

Neste estudo, pretende-se discorrer sobre as mudanças culturais no processo migratório considerando o *background* cultural dos migrantes, as formas de inserção cultural na sociedade de destino, as redes culturais que (des)conectam os envolvidos na migração, a ideia de transitoriedade na migração e as perspectivas culturais no processo migratório.

***BACKGROUND* CULTURAL**

Embora os brasileiros tenham migrado para o Japão tendo em vista o mercado de trabalho, levam consigo um *background* cultural da vivência no Brasil bem diferente dos padrões culturais do Japão moderno, que interferem constantemente na vivência no país de destino, nas diferentes áreas de inserção social.

A herança cultural da população migrante *nikkey* (descendentes de japoneses nascidos fora do Japão) expressa uma dupla influência cultural: na convivência com familiares ou vizinhos imigrantes japoneses e no processo de formação cultural dentro da sociedade brasileira. A variedade cultural dos imigrantes e a diferenciação na inserção social no Brasil

resultaram formas culturais diversas na própria população *nikkey*, vistas como homogêneas por outros grupos de brasileiros, também de diferentes origens étnicas e culturais. O acentuado fenótipo asiático, principalmente quando os imigrantes japoneses e seus descendentes viviam em grupos “fechados”, com a intenção de voltar ao país de origem, provocou preconceitos e discriminações agravadas pelo histórico fechamento da sociedade brasileira em relação aos povos “coloridos”, que poderiam manchar o propósito de branqueamento da população (DEZEM, 2005). Essa especificidade na formação cultural dos *nikkey*, aliada ao fenótipo asiático, levou à discriminação por brasileiros de outras origens, que os consideravam “japoneses”, no sentido de “outros”, “diferentes” e *outsiders* da sociedade brasileira, até recentemente, principalmente em regiões com pouca incidência de descendentes de japoneses, o que dificultou o processo de integração e assimilação de vários grupos na sociedade abrangente. De sua parte, os tradicionais imigrantes japoneses, vivendo em núcleos próprios, situavam os brasileiros e outros imigrantes (italianos, alemães, portugueses) como *gaijin* (estrangeiro), no país onde efetivamente eles eram estrangeiros. São significativas as associações, ocorrendo por meio de clubes e outras entidades criadas por imigrantes e descendentes para as diversas atividades esportivas, culturais e de lazer, onde, no passado, dificilmente, eram admitidos brasileiros de outras origens (CARDOSO, 1959). Contudo, as gerações mais jovens de descendentes de imigrantes japoneses apresentaram maior propensão a integrarem-se na sociedade brasileira, distanciando-se dos padrões culturais dos ancestrais, embora também formassem grupos com códigos e condutas próprias igualmente a outros grupos jovens em torno de interesses específicos, como as “tribos” de *cosplay*, times de judô e beisebol.

A imagem de país avançado e moderno, enquanto segunda potência mundial - posição hoje ocupada pela China - e associada às novas tecnologias, possibilitou uma reavaliação pelas sociedades ocidentais sobre a importância econômica e tecnológica da sociedade japonesa. Hoje, a crescente influência dos padrões organizacionais no mundo empresarial e da cultura *pop* (*mangás*, *animes*, música), aparelhos e brinquedos tecnológicos sobre a mídia, crianças e jovens do mundo, vem redirecionando essa população brasileira para valores, princípios, comportamentos e atitudes neles embutidos, diminuindo, nesse

aspecto, a diferenciação cultural entre os jovens nipo-brasileiros e os não descendentes (LUYTEN, 2005; SATO, 2007).

Contudo as influências da tradicional cultura trazida por imigrantes ao Brasil (também ao Peru e, em menor escala, para Bolívia e Argentina) atingiram a população *nikkey* de modo diferenciado, conforme o local (rural/urbano; metrópole/cidades interioranas; núcleos de concentração da população *nikkey*) e de acordo com a posição econômico-social no país de destino. Além disso, a própria cultura tradicional já vinha ao Brasil de forma variada conforme a região de procedência no Japão. Evidentemente, os princípios, valores, festividades e o idioma dos imigrantes nipônicos tinham a mesma base histórica, com influências confucianas ou religiosas (budista, shintoísta, messiânica, etc.); o que variava era a *força* da manutenção da tradição na família, comunidade e outros grupos associativos e a forma de inserção dos descendentes na sociedade brasileira (PEREIRA, 1992).

Preservar a cultura japonesa era fundamental para os imigrantes à medida que acalentavam o objetivo do retorno. O desejo de educar os filhos nos costumes e valores trazidos do Japão tradicional foi arrefecendo-se conforme as condições sociais e políticas colocavam obstáculos ao desenvolvimento de atividades da tradição nipônica (HANDA, 1980; BASSANEZZI, 1995). A política de formação cultural nacionalista para o Brasil, sob os governos de Getúlio Vargas, ao proibir atividades específicas de estrangeiros em sentido inverso no país, reorientou a formação de considerável proporção dos descendentes de japoneses no Brasil para sua inserção na cultura nacional, como ocorria com imigrantes de outras origens. Essa situação compulsória de inserção exclusivamente na cultura local veio reformular a ideia do retorno ao país do sol nascente influenciando na permanência no país, o que se acentuou com a II Guerra Mundial (KODAMA; SAKURAI, 2008).

Dentre as várias estratégias de fixação no Brasil, destaca-se a busca por formação universitária para os filhos e netos, facilitada pela expansão do ensino superior a partir dos anos 1960. O interesse por conceituadas universidades, levando jovens nipo-brasileiros a migrarem para as grandes cidades, acelera a diferenciação entre a formação cultural dos *nikkey*, que, ao mergulharem na cultura universitária, recebem novas influências

culturais metropolitanas. Os que permanecem em seus núcleos nas cidades interioranas e até mesmo na zona rural mantêm uma forte influência da tradicional cultura japonesa trazida pelos imigrantes. Uma importante estratégia de disseminação da tradicional cultura dos imigrantes foi a expansão de associações culturais e esportivas, escolas de língua japonesa e de artes marciais em cidades, onde se concentram os nipo-brasileiros, mostrando a preocupação pela permanência da cultura tradicional e das relações com o Japão, presente nas comemorações das tradicionais festividades do país de origem (CARDOSO, 1973). Por sua vez, é cada vez mais visível a miscigenação e suas consequências culturais.

No contexto de vivência simultânea numa cultura específica e na cultura da sociedade abrangente, os grupos minoritários manifestam características culturais variadas, conforme a intensidade e a natureza de sua imersão em ambas as culturas e sua posição econômico-social. A própria posição econômica e tecnológica destacada do Japão no cenário internacional, bem como a difusão da moderna cultura *pop* nipônica em várias regiões do mundo, expressa uma influência valorizada que se estende aos brasileiros descendentes de outras nacionalidades. A complexidade das relações entre esses grupos minoritários e a população abrangente faz emergirem novas relações fluídas e flexíveis, bem diferentes das relações definidas e controladas predominantes nos padrões da tradicional cultura japonesa. Nesse sentido, pode-se apontar que os descendentes dos imigrantes nipônicos se apresentam hoje imbuídos de diferentes formas culturais que se alteram continuamente com a maior ou menor imersão na cultura abrangente e global.

MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS FORMAS CULTURAIS

É necessário entender as mudanças culturais desde o início do processo migratório (final dos anos 1980) até hoje, associadas aos diferentes grupos de migrantes, sejam os japoneses retornados, os seus filhos (*nissei*), os netos (*sansei*), os mestiços, os cônjuges não descendentes e os filhos nascidos e/ou educados no Japão. Essa variedade manifesta também uma diversidade cultural dentre os grupos e de acordo com o período da migração, contrariando a equivocada visão do governo e

empresários japoneses de que os *nikkei* seriam uma “réplica” provinciana dos nipônicos do Japão.

A maioria dos trabalhadores destinava-se a laborar em fábricas e ocupar postos de trabalhos pesados, sujos e perigosos (3Ks), funções rejeitadas por trabalhadores japoneses. Independentemente de sua situação escolar e profissional anterior, no Brasil, os trabalhadores nipo-brasileiros situavam-se na mesma condição social, isto é, nos estratos inferiores da sociedade nipônica. A diversidade cultural dos migrantes foi substituída por uma aparente homogeneização com base na natureza do trabalho, em funções desqualificadas, identidade assumida pelos próprios migrantes.

No entanto a expressão do complexo *background* cultural dos brasileiros no Japão, apesar do acentuado controle social da sociedade local, teve consequências conflituosas em vista da acentuada divergência entre comportamentos, condutas e valores de ambas as culturas no processo de trabalho, na vida cotidiana, nas escolas e em situações de lazer. Grupos locais diretamente ligados aos migrantes utilizavam formas de controle persuasivas, além da força, buscando premiar os que adotavam as regras, condutas e valores da atual sociedade japonesa, no sentido de valorizar a “japonização” dos estrangeiros e, em consequência, punir ou ignorar os “dissidentes”, principalmente com a ocorrência de implicações nos espaços da população local. Por exemplo, o costume de jovens brasileiros de conversar em grupos, em voz alta, nas esquinas ou ouvir música em volume alto até tarde da noite, era visto como “arruaça” pelo entorno japonês, que acionava a polícia. As diferenças de olhar sobre a mesma situação, em vista do desconhecimento mútuo dos códigos culturais, provocam desentendimentos, desencontros e conflitos (KAWAMURA, 2003).

As dificuldades na comunicação entre migrantes e japoneses acentuam-se com o desconhecimento do idioma e dos códigos culturais do Japão atual. Aspectos da cultura e da língua, herdados de seus antecessores no Brasil (Peru ou outro país latino-americano), não são suficientes para a interação com o entorno nipônico. Além disso, o histórico isolamento cultural do Japão em relação ao Ocidente e a posição social ocupada pelos migrantes nipo-brasileiros nos escalões mais baixos da sociedade vêm reforçar o distanciamento entre ambos os grupos.

Mudanças nas condições de expressão cultural dos migrantes no Japão decorrem das novas condições de trabalho e de vivência como o crescimento do mercado de consumo de brasileiros que possibilita a expansão de proprietários de empresas comerciais e de serviços voltados especificamente para os patrícios (restaurantes, bares, açougues, cabeleireiros, serviços de viagens, de mudanças), chegando a constituírem *shopping centers*, que se instalam em diferentes regiões com alta densidade de brasileiros.

O desenvolvimento de atividades voltadas ao mercado brasileiro e latino-americano no Japão, em áreas de concentração de migrantes brasileiros, e a constituição de espaços próprios de vivência definem um local de interação social entre si, sem a interferência da sociedade mais ampla, com relativa liberdade para expressões através dos códigos e valores trazidos do país de origem, sem sofrer sanções morais e até policiais ocorridas anteriormente nos ambientes dos moradores locais. Ao se constituírem em infraestrutura material, social e cultural, os espaços brasileiros significam local de segurança, comunicabilidade, solidariedade, competitividade e conflitos entre os migrantes. O autoconfinamento dos migrantes permite reforçar a interação entre os pares e fortalecer os códigos culturais próprios, o que possibilita atenuar desavenças entre migrantes e a população local à medida que as manifestações de comportamento e atitudes dos migrantes permanecem confinadas aos núcleos de vivência dos migrantes brasileiros. Assim, se de um lado, os espaços próprios possibilitam maior interação entre os migrantes, recriando seus valores, condutas, comportamentos e festas folclóricas brasileiras; por outro lado, fortalecem o hiato entre estes núcleos e o entorno japonês.

A parte empresarial e privilegiada dos brasileiros, embora reduzida, vem apresentando visibilidade crescente, principalmente por empregar seus patrícios e também japoneses, bem como transformar pequenos estabelecimentos tradicionais japoneses em pequenas empresas prestadoras de serviços técnicos ao mercado latino-americano no Japão. Esse segmento passa a obter poder econômico, social e cultural na condição de comerciantes, pequenos industriais, serviços profissionais, de educação e comunicação, assim, possibilitando adotar estilos de vida mais sofisticados, usufruindo bens materiais e culturais, diversão e

escolarização fora do alcance da maioria dos migrantes. Dentre a maioria de trabalhadores braçais, em serviços rejeitados pelos nativos, aumenta a proporção de desempregados, subempregados, sem documentos e os denominados *homeless* (sem casa) vivendo embaixo de pontes, em veículos e casas de amigos. Esses migrantes, crianças e jovens excluídos das escolas e vivendo nas ruas compõem a parcela marginalizada dos migrantes. A desigualdade que se instala dentre os migrantes estabelece uma diferença quanto ao acesso aos aparatos materiais e culturais, escolas privadas brasileiras e estilos de vida. Ideias, valores e comportamentos diversos entre ambos os grupos afetam diferentemente a organização e funcionamento familiar, educação dos filhos, conduta perante o trabalho e a sociedade (KAWAMURA, 2003).

De modo geral, as influências recebidas pelos migrantes na interação, muitas vezes, compulsória com a população local, nos espaços japoneses de trabalho, escola, consumo e lazer são filtradas pela ótica cultural própria (brasileira, peruana, boliviana ou argentina) e amalgamadas aos padrões culturais trazidos de seus países de origem, dessa maneira, recriando, no Japão, novas formas culturais que passam a se incorporar no cotidiano dos migrantes. As expressões miscigenadas na postura corporal, na linguagem, na música e na culinária atualizam-se continuamente, conforme ocorram mudanças nas condições de trabalho e vivência, evidentemente de modo diferenciado entre os grupos privilegiados e os excluídos. A afirmação da identidade na migração busca ainda a valorização exagerada de aspectos culturais considerados específicos ao país de origem, como o carnaval, a feijoada, o samba, a bossa nova e o futebol no Brasil, mesmo que não estivessem na prática usual dos migrantes, anteriormente, em sua terra natal. Estes últimos elementos constituem também parte das novas formas culturais conforme se adaptam às novas condições de tempo e espaço.

As novas formas culturais podem compreender elementos culturais trazidos do país de origem e reeditados com influências do atual contexto social e cultural no Japão. Desse modo, não se constituem em uma réplica da cultura brasileira nem uma reedição da cultura japonesa. Os novos códigos culturais passam a fazer parte do senso comum dos migrantes e são disseminados para os vários núcleos de brasileiros no Japão

e destes para os grupos conectados no Brasil. Essa especificidade cultural ao facilitar a comunicabilidade entre os próprios migrantes pode trazer um distanciamento entre estes e o entorno local, bem como entre eles e a sociedade brasileira, onde podem sentir-se “estrangeiros”, em seu retorno.

REDES SOCIAIS E CULTURAIS

A expansão do mercado voltado para os migrantes reflete a necessidade de conexões entre os diversos espaços brasileiros espalhados pelo Japão, formando redes sociais e culturais através das quais se movimentam mercadorias, serviços e pessoas. A formação de redes (CASTELLS, 2008) atende aos interesses econômicos, sociais, culturais e emocionais dos núcleos de migrantes e se estende ao Brasil com o intuito de criar canais para fomento ou mercado consumidor de bens materiais ou culturais e serviços. As redes formais criadas ou reorientadas especificamente para os fins e interesses da migração (econômicos, escolares, midiáticos e turísticos), ao lado das tradicionais redes informais baseadas nas relações familiares e de amizade, compõem as redes migratórias (KAWAMURA, 2003; 2011). Estas redes compreendem, portanto, as conexões entre grupos sociais formados por migrantes e grupos sociais novos ou reorganizados com fins voltados às atividades dos migrantes. O caráter flexível, dinâmico e provisório das redes sociais e culturais, principalmente em razão das crises pelas quais passa o Japão, em decorrência de terremotos, ‘*tsunamis*’ e problemas econômicos, expressa-se no desaparecimento e surgimento de novas conexões, além de funções complementares alheias aos migrantes.

Desde o início da migração, as redes informais (famílias, amigos e vizinhanças) foram importantes na estratégia migratória (SASAKI, 2003), especialmente, entre os países de origem e o Japão, além de incipientes redes formais, como empreiteiras, denominadas “*broka*” (*broker*), para serviços de recrutamento, seleção e intermediação de trabalhadores nos países fornecedores de mão de obra. Internamente, os vínculos entre os grupos migrantes eram feitos por vendedores ambulantes de produtos, ONGs, grupos religiosos, alguns poucos bancos oficiais e órgãos oficiais de representação diplomática, que foram gradativamente substituídos por casas comerciais, empresas de serviços técnicos e *shopping centers* brasileiros.

As atuais redes formais acompanham as atividades comerciais, produtivas, de assistência técnica (técnicos de manutenção de equipamentos de informática), programas escolares, turismo e transporte e redes de comunicação (jornais, revistas, TV e *internet*), conectando entre si os mercados dispersos de migrantes no Japão e os que se estendem para o Brasil e outros países. Constituem redes de empreendimentos de dimensões variadas, muitas delas terceirizadas, que conectam empreendimentos entre dois ou mais lugares, complementando suas funções reciprocamente, como aquisição de produtos, equipamentos e matérias-primas para produtos e serviços de comunicação, informática e educação.

As dificuldades de inserção dos filhos de migrantes no sistema escolar japonês, voltado exclusivamente para a educação japonesa, abriram espaço para a instalação de escolas brasileiras em locais de alta concentração de brasileiros. Da mesma forma que a escola japonesa não se encontra ainda preparada para a escolarização de estrangeiros à medida que busca a “japonização” dos estudantes, reforçada pela própria formação nacionalista do corpo docente e diretivo, a escola brasileira segue basicamente o sistema de ensino do Brasil, dificultando a inserção das crianças e dos jovens na sociedade japonesa, em particular para prosseguir os estudos no sistema educacional local.

A formação ministrada por escolas brasileiras, além do alto custo para os migrantes brasileiros, orienta-se quase exclusivamente para a vivência no Brasil, embora haja uma grande diferença entre as escolas, seja na dimensão, na organização, no conteúdo e no corpo docente. A instalação de filiais de grandes empresas educacionais, em fins dos anos 1990, deu maior visibilidade à educação brasileira no Japão. Estas escolas foram favorecidas pela mudança da legislação educacional brasileira em 1995, que passou a permitir uma ampla flexibilidade de decisões no processo escolar, o que possibilitou aos estudantes maiores facilidades para obter a convalidação, junto às autoridades brasileiras, da escolarização realizada nessas escolas (UDEMO, 1997).

Apesar do baixo custo das escolas nipônicas, o desafio das regras disciplinares, o conteúdo ministrado exclusivamente na língua local e os desencontros culturais entre estudantes migrantes e os alunos japoneses dificultavam a adequada inserção escolar dos estudantes brasileiros,

peruanos e outros latino-americanos. Medidas paliativas foram adotadas, desde o início da presença significativa de crianças e jovens migrantes em escolas locais, como identificar os setores da escola, contratar intérpretes como mediadores entre os alunos, a escola e os pais, até que os estudantes pudessem inserir-se adequadamente no sistema de ensino japonês. Atualmente, o governo local busca “treinar” docentes em escolas com presença elevada de brasileiros e peruanos, enviando-os inclusive para estágios no Brasil.

A diversificação escolar brasileira no Japão passa a exigir material didático, recursos materiais e docentes qualificados, levando à formação de filiais de apoio e fornecedores de material didático e profissionais no Brasil. As filiais e as matrizes das empresas escolares, em conexão com as escolas brasileiras no Japão, formam redes para desenvolver atividades didáticas e pedagógicas, interação potencializada pelas novas tecnologias, especialmente *internet*. No entanto, as dificuldades de capacitação de professores e demais profissionais de educação, dificilmente, serão sanadas apenas com a instalação de redes educacionais, sem a busca de novos conteúdos para a formação de crianças e jovens vivendo simultaneamente em duas ou mais culturas (KAWAMURA, 1998).

De modo diferente do passado, quando os migrantes viviam isolados uns dos outros e com dificuldades de interagir com os familiares no Brasil, hoje, as facilidades de comunicação e acesso às informações sobre o país de origem e o mundo, disponibilizadas pela *internet*, TV e outros meios midiáticos, permitem aos migrantes informar-se, pelo menos, sobre as mudanças em seu país e no Japão. Na atualidade, dois conhecidos periódicos brasileiros têm de disputar o mercado com as novas formas de comunicação e informação, principalmente *internet*, além do fato de os jornais e revistas continuamente serem substituídos por novas publicações locais com conteúdos ligados à publicidade ou notícias específicas aos migrantes (FERREIRA, 2008).

Atualmente, *internet* e TV (noticiário, novelas, dramas e *shows*) constituem os principais meios de informação e formação cultural dos migrantes brasileiros, ao lado das escolas, no caso das crianças e jovens. Diversamente do passado, a possibilidade de acessar meios de comunicação no idioma e nos padrões culturais conhecidos dá aos brasileiros a ideia

e o sentimento de viverem em um âmbito familiarizado, conhecido e seguro, utilizando-se de códigos usuais dentro do entorno estrangeiro e desconhecido. Em momentos críticos e emergenciais, como na ocorrência do tsunâmi, os migrantes têm recorrido aos meios tecnológicos de comunicação, em particular *internet*, para auxiliar nas buscas de migrantes desaparecidos e informar os familiares a respeito. Os acontecimentos mundiais estão ao alcance, principalmente dos jovens migrantes, através da *internet*, como ocorre em todo o mundo, inclusive na organização de movimentos sociais, como na “Primavera Árabe”, movimentos sociais em países europeus e nos Estados Unidos.

Usualmente, os imigrantes latino-americanos dependem fortemente dos laços familiares, religiosos e de amizade, particularmente, em momentos críticos da vivência. Famílias, amigos e vizinhos são considerados importante suporte de assistência mútua em casos de necessidade financeira, de moradia, de procura de emprego, enfermidade, atenção aos dependentes e apoio psicológico/emocional (GALIMBERTTI, 2002). Nessas relações, tem se destacado o papel das mulheres no cuidado dos interesses dos migrantes em ambos os países.

Principalmente no início da migração, foi fundamental o papel das redes informais, apesar de sua reduzida visibilidade, através das famílias, amigos e vizinhos na (sobre)vivência e definição de estratégias migratórias e familiares, no sentido de “administrar” a educação dos filhos e bens deixados no país de origem. Desse modo, o desmembramento familiar passa a exigir negociações para a reorganização dos papéis sociais de cada membro, contrariando inclusive os costumes tradicionalmente adotados, trazendo ainda problemas psicológicos, sociais e culturais. Segundo os valores tradicionais trazidos pelos imigrantes japoneses, os filhos, particularmente, o mais velho (*chonon*), teriam a obrigação de cuidar dos pais em idade avançada; no entanto, com a migração, vem ocorrendo o contrário, os avós cuidam dos netos e bens deixados pelos filhos migrantes. Portanto, as redes informais conectam famílias espacialmente separadas entre o país de origem e o de destino, reformulando suas funções e posições na interação social. A função de suporte das redes informais ocorre também nas várias regiões do Japão, especialmente em momentos de crise por desemprego,

depressão, solidão e outras enfermidades, além do papel de promover eventos e festividades relativos à cultura valorizada pelos migrantes.

Cabe destacar que as condições da nova vida na migração colocam situações que alteram o caráter de família e os valores a ela associados, decorrentes da ausência dos filhos, da vida estressante e cheia de desafios para enfrentar as novas situações e cobranças em uma cultura muito diferente. Separações de casais, formação de novos pares, vivência solitária, filhos nascidos no Japão, filhos formados na cultura japonesa desde tenra idade, crianças e jovens fora da escola, às vezes, integrando gangues, etc. indicam novas formas de organização familiar, que se distanciam da família tradicionalmente valorizada por seus ancestrais imigrantes e pelo senso comum no Brasil (TANAKA, 2008). Essas mudanças influem na formação de redes informais que passam a se constituir sob novas formas culturais, em vista dos desafios postos por essas e outras questões de (sobre) vivência dos migrantes.

PERMANÊNCIA E MOVIMENTO: IDEIA DE TRANSITORIEDADE

Desde o início da migração, os brasileiros recrutados para trabalhar no mercado japonês foram formalmente empregados como trabalhadores temporários, o que significa tanto para o país receptor quanto ao fornecedor da mão de obra, uma vivência transitória enquanto migrante internacional. A ideia de vivência provisória fica claramente definida nas perspectivas da vida migrante (SAYAD, 2000).

A experiência no trabalho, na vida cotidiana ou na escola está pautada pela temporalidade da vivência dos migrantes no Japão, conquanto, em função da necessidade empresarial, a renovação do trabalho temporário apresenta perspectivas de permanência. No entanto, em períodos críticos e catastróficos para o Japão, os primeiros trabalhadores a serem retirados do processo de trabalho são os migrantes, o que reforça a ideia de transitoriedade.

Todavia a formação de núcleos brasileiros constituindo-se em infraestrutura que facilita a vivência cotidiana, com disponibilidade de produtos, serviços de informação e comunicação, escolas, restaurantes, bares, diversão e *shopping centers* brasileiros, onde os migrantes podem

expressar-se através de padrões culturais próprios, favorecem a permanência no país de destino. O desenvolvimento de redes migratórias entre os espaços brasileiros e os grupos nos países de origem, bem como as articulações entre os núcleos espalhados no Japão, possibilitam um intenso movimento ao lado de uma solidificação dos núcleos e as condições de permanência. A paradoxal dinâmica do movimento e permanência desestrutura e reestrutura vivências, relações familiares, vínculos de amizade e de vizinhança, criando novas formas de pensar, sentir e agir, com base nas influências recebidas do entorno japonês.

As novas formas culturais adotadas pelos migrantes, mediante a miscigenação de aspectos da cultura local com os padrões trazidos de sua terra de origem, não fazem parte nem da cultura local nem da cultura do país de origem, dando aos seus portadores uma especificidade na formação cultural, que poderia facilitar sua inserção em ambas as sociedades (CANCLINI, 1998). Mesmo as festas folclóricas que identificam o Brasil internacionalmente são adaptadas conforme as condições propícias localmente dadas. Muitas vezes, os migrantes recriam festas folclóricas, carnaval e culinária que não faziam parte de seu dia a dia no Brasil, demonstrando a necessidade de se sentirem incluídos na cultura de seu país de origem, por eles valorizada à distância, em busca de uma identidade própria em uma terra estranha. Contudo esses novos elementos podem distanciar os migrantes do país de destino, onde são ainda considerados “estranhos”, bem como do país de origem, onde os próprios migrantes retornados sentem o estranhamento e desenraizamento, levando à sensação de temporalidade para o próprio país de origem.

Embora cada vez mais pessoas incorporem aspectos da cultura global disseminados no mundo, através da mídia, *internet* e outros meios internacionais de comunicação e informação (LATOUCHE, 1994; MATTELARD, 1994; CHESNEAUX, 1995; LYOTARD, s/d) com a possibilidade de comunicar-se em linguagem e estilos de vida comuns, ao transitar na cultura global em hotéis multinacionais, *shopping centers*, *megashows* e *disneyworlds* (FEATHERSTONE, 1995), ainda, grande parte da população vive sob relações e valores tradicionais e nacionalistas, recebidos por meio de escolas, família e religião (OKAMOTO, 1992).

Entrevistas realizadas com moradores japoneses³ em *Oizumi* e *Hamamatsu*, cidades com alta incidência de brasileiros, revelam desconhecimento e desinteresse pelos vizinhos brasileiros, considerando-os grupos exóticos, perigosos e transitórios. Além do estranhamento em relação aos núcleos migrantes, também a população local expressa a ideia da transitoriedade dos grupos latino-americanos, fato que dificulta mais ainda a aproximação entre ambos os grupos.

Os espaços tipicamente brasileiros foram se estreitando, com um fortalecimento da interação com os patrícios no Japão e no Brasil, mas com reduzidos vínculos com o entorno nipônico, acentuando mais ainda o hiato entre os núcleos imigrantes e a sociedade nipônica. Em épocas de profundas crises como a atual, há um dinamismo maior na interação espacial dos migrantes entre os vários núcleos de brasileiros espalhados pelo Japão, conexão que se estende ao Brasil e outros países asiáticos, para onde se dirigem os brasileiros em busca de novas oportunidades de trabalho, principalmente considerando-se a migração de empresas japonesas para os países vizinhos, com vistas a diminuir custos. Essa dinâmica reforça os vínculos em redes migratórias que, por sua vez, fortalecem o papel dos núcleos de migrantes enquanto “porto seguro” para os “navegantes” e, especialmente, para os “náufragos”, levando paradoxalmente ao aumento do movimento para fora desses espaços migrantes, no sentido de “ir e vir”, sem, no entanto, significar a extinção dos mesmos.

Além da atração pela infraestrutura brasileira, o crescente número de filhos nascidos e/ou educados no Japão, imbuídos da cultura nipônica e distantes do modo de vida no Brasil, condições favoráveis de trabalho e dificuldades de reinserção econômica e cultural no país de origem, levam grupos de migrantes a optarem pela permanência no país de destino. Mesmo as dificuldades pelas quais passa o Japão, pela crise econômica e tsunami, os migrantes latino-americanos que retornam em massa para seus países buscam o retorno ao Japão, a despeito do interesse deste país em sua saída, dificultando o retorno com exigências severas de qualificação e de conhecimento do idioma.

³ Entrevistas realizadas em cidades com concentração de brasileiros no Japão, em pesquisa junto à Universidade de Tsukuba, Japão, como professora-visitante no Master Program in Latin American Studies, 1997-2000 e entrevistas realizadas em Projeto sobre Redes Sociais e Culturais de Migrantes Brasileiros na Rota Brasil-Japão, apoio Fundação Japão, 2001.

A instabilidade da vivência entre os países envolvidos na migração reacende a postura que continuamente vem acompanhando os migrantes, adotando a ideia de transitoriedade que caracteriza o processo migratório. Grande parte dos migrantes adota a ideia de “estar em trânsito” em sua vivência como migrante no Japão e tende a idealizar a volta para o Brasil, onde seus problemas, ansiedades, objetivos e sonhos poderiam ser concretizados. Essa ideia de transitoriedade persiste, ao adiar para um futuro “próximo”, os propósitos e as atividades considerados importantes, mas não prementes, como a educação dos filhos, a formação cultural, a qualidade de vida e a busca de algo subjetivo como “ser feliz”. Como afirma o filósofo francês Luc Ferry⁴, no mundo de hoje, há uma tendência das pessoas, em vista da valorização do planejamento racional com vistas a fins, viverem recordando o “passado” e planejando o “futuro”. No entanto, ambos os momentos não existem no presente. Na migração, “ir e vir” significa viver em trânsito e simultaneamente em dois ou mais lugares, isto é, “estar e não estar” no espaço e no tempo presente. O modo de viver dos migrantes parece orientar-se por uma visão transitória do trabalho, em geral, temporário e precário, das relações familiares e de amizade, em constante desarticulação e rearticulação em novas formas e pelo desejo de retorno ao país de origem. A ânsia por “juntar dinheiro”, em determinado tempo, no país de destino, para ter uma “vida feliz” em seu país de origem, direciona parte dos migrantes a concentrar-se no trabalho em detrimento da vida social, cultural e psicológica, o que pode gerar consequências prejudiciais, em particular aos filhos. Por sua vez, a disposição de querer aproveitar, ao máximo, o tempo no Japão, para consumir e divertir-se antes do retorno ao Brasil, manifesta também a ideia da transitoriedade de sua vivência atual, deixando para o futuro qualquer plano de longo e médio prazo. Em uma ou outra situação, a ideia de transitoriedade, temporalidade e adiamento dos objetivos, sonhos e qualidade de vida em “um outro lugar” está presente no imaginário da maioria dos migrantes, constituindo-se em parte intrínseca do processo migratório. Essa perspectiva é condizente com a vivência no mundo de hoje, onde as relações sociais, os objetivos, as condutas e os valores acompanham a dinâmica acelerada das transformações das condições de existência e se torna fácil destacar ou

⁴ Palestra no dia 28 setembro de 2011, na Casa São Paulo, S. Paulo, Fronteiras do Pensamento.

deletar aqueles vínculos e propósitos em um mundo no qual o descartável adquire crescente força (BAUMAN, 2011).

O almejado retorno ao país de origem pode dissipar os sonhos e as lembranças saudosas dos migrantes em face da realidade “presente”, em que as alegrias da volta e o reencontro com familiares e amigos mesclam-se com a dura realidade da busca de alternativas de vivência. Os objetivos, sonhos e atividades não realizáveis no retorno passam a ser novamente adiados para uma possível volta ao Japão, lugar que passa a ser idealizado como possibilidade alternativa de vida para a realização de seus propósitos não realizados no Brasil. Também no país de origem, a ideia de temporalidade está presente, levando o migrante a viver concomitantemente em dois mundos, esperando realizar seus sonhos e objetivos importantes em “outro e não neste lugar”.

REFERÊNCIAS

- BASSANEZI, M. S. B. Imigrações Internacionais no Brasil: Um Panorama Histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.) *Emigração e Imigração Internacional no Brasil Contemporâneo*. Campinas: FNUAP, 1995. p. 1-38.
- BAUMAN, Z. *CPFL Cultural e Fronteiras do Pensamento*. Leeds, Inglaterra: 23 de julho de 2011. Entrevista Exclusiva Concedida à Equipe da CPFL Cultura e Fronteiras do Pensamento. (vídeo).
- BHABHA, H. K. *O Local da Cultura*. Trad. de M. Àvila, E. L. de Lima Reis e G. R. Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CARDOSO, R. C. L. O Papel das Associações Juvenis na Aculturação dos Japoneses. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (Orgs.). *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/Edusp 1973. p. 317-345.
- CASTELLS, M. *A sociedade em Rede: a era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- CHESNEAUX, J. *Modernidade-Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DEZEM, R. *Matizes do “Amarelo”*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- FEATHERSTONE, M. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. Trad. de J. A. Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FERREIRA, A. S. *Jornalismo Brasileiro do Outro Lado do Mundo*. 2008. 127fls. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - USP, ECA, São Paulo, 2008.
- GALIMBERTTI, P. *O Caminho que o Dekassegui Sonhou*. São Paulo/Londrina: EDUC/FAPESP/UDEL, 2002.

- HANDA, T. *Memórias de um Imigrante Japonês no Brasil*. Trad. de A. Nojiri, T. A. Queiroz. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1980.
- KAWAMURA, L. A formação do Professor no Japão: Questões Atuais. 2.ed. In: GOERGEN, Pedro; SAVIANI, Demerval. (Orgs.). *A Formação de Professores: A Experiência Internacional sob o Olhar Brasileiro*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- _____. *Para onde vão os Brasileiros?* 2.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- _____. Redes, Sociales y Culturales de Migrantes Brasileños en la Ruta Brasil-Japón: Movimiento y Permanencia. In: YAMADA, M. (Org.). *Emigración Latinoamericana: Comparación Interregional entre America del Norte, Europa y Japón*. Osaka: The Japan Center for Area Studies (JCAS)/National Museum of Ethnology, 2003. p.407-420.
- _____. Cambios en la Reciente Migración de Brasileños a Japón: Redes Sociales y Culturales. In: XIII CONGRESO INTERNACIONAL DE ALADAA. Bogotá: ALADAA, 23, 24 y 25 marzo de 2011.
- KODAMA, K.; SAKURAI, C. Episódios da Imigração: Um Balanço de 100 anos. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda P. (Orgs.). *Resistência e Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p.17-29.
- LATOUCHE, S. *A Ocidentalização do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LUYTEN, S.B (Org.). *Cultura Pop Japonesa*. São Paulo: Hedra, 2005.
- LYOTARD, J.F. *A Condição Pós-Moderna*. Lisboa: Gradiva, [s/d].
- MATTELART, A. *Comunicação Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- OKAMOTO, K. *Education of the Rising Sun: An Introduction to Education in Japan*. Tokyo: Sun Printing, 1992.
- PEREIRA, R. A. *Possessão por Espírito e Inovação Cultural*. São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão/Massao Ohno, 1992.
- SASAKI, E. M. Redes Sociales de Migrantes Brasileños Descendientes de Japoneses de Maringá para Japón. In: YAMADA, M. (Org.). *Emigración Latinoamericana en Comparación Interregional entre America del Norte, Europa y Japón*. Osaka, The Japan Center for Area Studies (JCAS)/National Museum of Ethnology, 2003. p.421-453.
- SATO, C. A. *O Poder da Cultura Pop Japonesa*. São Paulo: NSP-Hakkosha, 2007.
- SAYAD, A. O Retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Revista do Migrante*, CEM, Ano XIII, número especial, p.3-32, jan. 2000.
- TANAKA, A. C. Divórcio dos Brasileiros no Japão. In: HASHIMOTO, F.; TANNO, J. L.; OKAMOTO, M. S. (Orgs.). *Cem Anos da Imigração Japonesa*. São Paulo: UNESP, 2008. p.125-136.
- UDEMO. *Lei nº. 9394/96*. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo: UDEMO, 1997.

SOBRE O LIVRO

Formato	16X23cm
Tipologia	Adobe Garamond Pro
Papel	Polén soft 85g/m2 (miolo) Cartão Supremo 250g/m2 (capa)
Acabamento	Grampeado e colado
Tiragem	300
Catálogo	Telma Jaqueline Dias Silveira
Normalização	Ateliê do Texto
Capa	Edevaldo D. Santos
Diagramação	Edevaldo D. Santos

2012

Impressão e acabamento

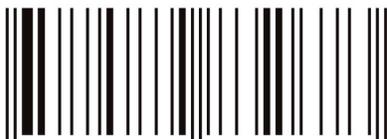
Gráfica e Editora Shinohara
(14) 3432-2830

Migrações

implicações passadas, presentes e futuras

O livro que ora é apresentado demonstra boa parte dos resultados apontados pelo I Seminário de Migrações e Cultura, ressaltando seu aspecto interdisciplinar. Trata-se de uma publicação que visa trabalhar com a temática das migrações sobre diferentes perspectivas em diálogo, e por isso pautada nas implicações passadas, nas discussões presentes e nas projeções futuras. Os textos são assinados por alguns pesquisadores de notório renome e produção dentro do tema em debate, como também abre espaço para jovens pesquisadores. Como organizadores esperamos que este livro contribua para alargar as fronteiras do diálogo acadêmico, permitindo uma reflexão que nos aproxime dos muitos migrantes que nos rodeiam.

ISBN 978-85-7983-267-3



9 788579 832673